



O JORNALISMO COMO SINGULAR COLETIVO:
reflexões sobre a historicidade de um fenômeno moderno

Phellipy Pereira Jácome

Belo Horizonte

2017

Phellipy Pereira Jácome

O JORNALISMO COMO SINGULAR COLETIVO:
reflexões sobre a historicidade de um fenômeno moderno

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Comunicação Social.

Orientador: Dr. Bruno Souza Leal

Linha de pesquisa: Textualidades
Midiáticas

Belo Horizonte

2017

301.16 Jácome, Phellipy
J17j O jornalismo como singular coletivo [manuscrito]:
2017 reflexões sobre a historicidade de um fenômeno moderno /
Phellipy Pereira Jácome. - 2017.
260 f.
Orientador: Bruno Souza Leal.

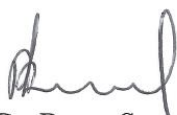
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia.

1.Comunicação – Teses. 2.Jornalismo - Teses. 2.Tempo -
Teses. 4. História - Teses. 5.Textualidade. I. Leal, Bruno. II.
Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

O jornalismo como singular coletivo: reflexões sobre a historicidade de um fenômeno moderno

Phellipy Pereira Jácome

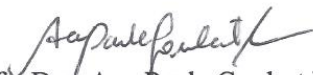
Tese doutoral aprovada pela banca examinadora constituída por



Prof. Dr. Bruno Souza Leal
(orientador – DCS-FAFICH/UFMG)



Prof. Dr. Elton Antunes
(DCP-FAFICH/UFMG)



Prof.ª. Dra. Ana Paula Goulart Ribeiro
(UFRJ)



Prof. Dr. Carlos Alberto de Carvalho
(DCS-FAFICH/UFMG)



Prof. Dr. Luis Mauro Sá Martino
(FACASPER)

Programa de Pós-graduação em Comunicação Social
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte, 20 de abril de 2017.

Aos meus pais

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria sido possível sem a acolhida afetiva de todas aquelas pessoas que direta e indiretamente me acompanharam nessa jornada. Por isso, agradeço profundamente às muitas mãos estendidas ao longo desse caminho de aprendizado.

À Juli, minha companheira da vida, pelo carinho, dedicação e paciência sem fim. Obrigado por estar sempre comigo e fazer de distintos países e cidades a deliciosa aventura do nosso lar. Te amo e admiro profundamente.

À minha família, prim@s e ti@s, especialmente à vó Any. Aos meus pais, Ada e Antônio, para os quais dedico este trabalho como uma forma muito ínfima de agradecer todo o esforço de uma vida, por acreditarem na educação como forma de transformação e por terem, com tanto amor, permitido que tudo isso acontecesse. À minha irmã, Maryana, obrigado por ser meu espelho, pelo afeto e diálogo. E à vó Odília, pelo cuidado e cafunés sinceros, além de todo o companheirismo. Amo vocês!

À minha família argentina, Vicente, Enriqueta e Carla, obrigado por todas as conversas e pela torcida! Los quiero!

Ao Bruno Leal, pela orientação e amizade constantes, obrigado por ter feito do doutorado uma experiência transformadora, muito maior do que a tese.

Ao John Nerone, supervisor do estágio doutoral em Illinois, obrigado pelo diálogo solidário e interessado, fundamental para este trabalho.

Ao professor Matt Ehrlich e aos companheiros da disciplina *Freedom of Expression*, especialmente a Cláudia Lagos e a Wenrui Chen.

Aos amigos do grupo de estudos Tramas Comunicacionais pelas experiências de aprendizado conjuntas.

Aos professores e funcionários do PPGCom, principalmente a Carlos Alberto, Carlos Mendonça e Elton Antunes. Gostaria de agradecer também à professora Geane Alzamora, cujas contribuições foram essenciais em fases determinantes do trabalho, na disciplina de Estudos Avançados e na qualificação.

Aos parceiros da rede Historicidades dos Processos Comunicacionais, especialmente à Ana Paula Goulart, cujos apontamentos foram decisivos na qualificação.

Aos companheiros do doutorado Tacyana Arce, Leandro Lage, Vanessa Veiga, Patrícia Rossini e Julia Fagioli.

E aos amigos da vida Flávio Valle, Nuno Manna, Igor Lage, Felipe Borges, Vicente Cardoso Jr. e Rafael José pelo amor e amparo sincero aos pedidos de ajuda!

O jornalismo é uma forte projeção de luz envolvida em densa fumaça
(Clóvis Beviláqua – Em entrevista a João do Rio)

*... somente nos é possível entrever em meio às luzes do presente o escuro que lhe é inerente,
uma origem que não está fora da história, mas que garante um olhar não saudosista para o
passado e um mirar o futuro sem esperanças outras que não a própria capacidade de repensar
o presente*
(Agamben – O que é o contemporâneo)

RESUMO

Como apreender o jornalismo sobre o prisma da historicidade dos seus fenômenos? Ao buscar caminhos para responder essa indagação, este trabalho visa inquirir a maneira normativa pela qual a atividade jornalística e sua história têm sido prioritariamente descritas em seus discursos autorreferentes, sobretudo naqueles ligados a ideais modernizadores. A nosso ver, mesmo diante de uma materialidade complexa, o que se percebe é a adoção de uma perspectiva que advoga a um conceito estreito e totalizador que fixa o seu *ismo* como uma categoria vazia das dimensões temporais. Dita perspectiva, assentada em valores e concepções modernos, instaura uma narrativa presentista que tende a considerar o passado como um depósito inerte, sem capacidade de nos afetar ou agenciar. Isso fica evidente, por exemplo, no relato de modernização do jornalismo brasileiro nos anos 1950, calcado na ideia de grandes rupturas e revoluções a partir de uma visada linear e teleológica. Desse modo, o objetivo central de nosso trabalho é explorar formas de reabrir esse passado, encarando-o como uma tradição viva e historicizando aquilo que chamamos de *singular coletivo*. Para isso, recorreremos às categorias meta-históricas propostas por Reinhart Koselleck de *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa* e associamo-las às considerações de Bruno Latour acerca da *Constituição dos Modernos*. Esse caminho nos permite analisar criticamente, a partir de uma visada histórica, o hiato identificado entre a promoção de uma concepção identitária única – relacionada à própria modernização jornalística – e a variedade de formas pelas quais os jornais narram e sabem o mundo. Isso com vistas à historicizar uma e outra, promovendo um escrutínio de algumas das narrativas que as compõem, a partir de jornais brasileiros e estadunidenses. Como forma de viabilizar metodologicamente nossa empreitada, buscamos momentos em que essa normatividade aparece de forma ainda mais sedimentada nos discursos de autorreferenciação do jornalismo, o que nos permite traçar, a partir daí, uma rede de relações mais amplas para compreender como esse *ismo* e seu conjunto de valores modernos são configurados, promovidos e sustentados ao longo do tempo.

Palavras-chave: Jornalismo. Modernidade. Tempo. História. Textualidade.

ABSTRACT

How to apprehend journalism under the prism of the historicity of its phenomena? In seeking ways to answer this question, this work aims to inquire the normative way in which journalistic activity and its history have been primarily described in its self-referential discourses, especially those related to modernizing ideas. In our view, even in the face of a complex materiality, it is possible to perceive the adoption of a perspective that advocates a strict concept that ties its ism as an empty category of temporal dimensions. This perspective, based on modern values and conceptions, establishes a *presentist* narrative that tends to consider the past as an inert deposit, without the capacity to affect or to act. This viewpoint is evident, for instance, in the description of Brazilian journalism's modernization in the 1950s, based on the idea of great ruptures and revolutions from a linear and teleological perspective. Thus, the main objective of our work is to explore ways to reopen this past, beholding it as a living tradition and historicizing what we call "collective singular". For this, we benefit from the meta-historical categories proposed by Reinhart Koselleck of *space of experience* and *horizon of expectation* and we associate them with the considerations of Bruno Latour on the *Modern Constitution*. This path allows us to critically analyze, from a historical perspective, the gap identified between the promotion of a unique identity - related to journalistic modernization itself - and the variety of ways in which newspapers configure and know the world by their narratives. The work seeks to historicize one and the other, promoting a scrutiny of some texts that compose them, extracted from Brazilian and US newspapers. As a way of making our work methodologically viable, we are attentive to the moments in which this normativity appears even more sedimented in the journalism self-referential speeches, which allows us to draw, from this, a network of broader relations to understand how this ism and its set of modern values are configured, promoted and sustained over time.

Keywords: Journalism. Modernity. Time. History. Textuality.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
1 O DISCURSO NORMATIVO E O APAGAMENTO DA HISTORICIDADE ...	22
1.1 Afirmções de uma crise sem memória	29
1.2 Uma crise persistente e circular	39
1.3. <i>Jornalismo</i> como um singular coletivo	48
2 A CONSTITUIÇÃO MODERNA DOS JORNAIS ENQUANTO UM ISMO.....	61
2.1 A constituição moderna	65
2.1.1 O argumento da história natural	67
2.1.2 “Descobrimdo” as notícias?	70
2.1.3 Redescobrimdo a <i>penny press</i> : descortinando um mito de fundação.....	77
2.2 Os jornais em busca de um <i>ismo</i>	86
2.2.1 Era progressista: um chamado à profissionalização.....	87
2.2.2 A profissionalização.....	94
2.2.3 A normatividade jornalística moderna, a partir dos Estados Unidos	100
3 O IMPULSO MODERNIZADOR E A IDEIA DO ATRASO	107
3.1 O I Congresso Pan-Americano de Jornalistas na ótica dos jornais brasileiros ...	111
3.2 A ideia de um modelo a ser exportado/importado	119
3.3 O paradigma do atraso: raízes do discurso modernizador	123
4 O PROGRESSO E A MÍTICA DA FUNDAÇÃO DO JORNALISMO MODERNO NO BRASIL DOS ANOS 1950.....	132
4.1 Modelo “americano” <i>made in Brazil</i>	138
4.1.1 Diário Carioca: amestrando focas	138
4.1.1 Um novíssimo, moderníssimo jornal?.....	145
4.2 <i>Jornal do Brasil</i> : reforma em três atos	151
4.3 A consolidação do discurso moderno	161
4.4 A mitificação do <i>jornalismo</i> e o apagamento dos jornais	166
5 AUTONOMIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO ISMO NO BRASIL: PROBLEMAS DE HISTORICIDADE	179
5.1 A constituição de uma história dos vencedores	180
5.2 Cursos de <i>jornalismo</i> : hibridismo na troca geracional.....	189
5.3 A consolidação dos primeiros cursos superiores em <i>jornalismo</i>	193
5.4 A ressemantização do <i>jornalismo</i> pela rede discursiva moderna.....	197
5.5 O <i>Jornalismo</i> e suas discussões.....	212
5.6 Uma invencibilidade dos argumentos modernos?	232
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	240
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	247

APRESENTAÇÃO¹

No início de 1927, em sua edição de 02 de janeiro, o diário paulistano *Folha da Noite* trazia uma pequena nota com o título “Jornalismo Moderno”. Por meio dela, ficamos sabendo que uma jovem jornalista sueca, “entusiasta pela equitação” decidiu realizar uma “curiosa” reportagem ao sair a cavalo de Estocolmo rumo à Bélgica e à França, tendo coberto, em Bruxelas, o casamento do príncipe Leopoldo. A nota traz, ainda, uma foto da senhorita Linde de Klinckowfron junto ao seu companheiro de viagem. Na mesma página, assuntos diversos dividem espaço por seis colunas e dão pistas de um certo modo de operação jornalística bem peculiar aos olhos atuais. Naquele domingo, a viúva Emilia Glay teve uma “queda acidental” ao passear pelo parque D. Pedro II, que resultou em um “ferimento contuso na região frontal e escoriações na região molar esquerda”. Outra pessoa que também “cahiu e amassou o nariz” foi o “soldado 137”, sendo “duramente repreendido pela Central” (FNOITE, 1927). Na linha abaixo, uma publicidade em versos aconselhava “Quem soffre de Gonorrhoea /Ao acordar pela manhã/ Deve sempre se lembrar/ Do producto Blenosan” (FNOITE, 1927). Ao lado, um médico prometia uma “cura radical rápida” para problemas nas vias urinárias por intermédio de um “moderno processo elétrico”. *Moderno* também é a palavra utilizada para qualificar, na mesma página, o *Amparo-Jornal* e felicitar o segundo ano de existência desse “bem feito órgão de publicidade”, “jornal de feição moderna”, que sabe “distinguir a oportunidade dos comentários” (FNOITE, 1927).

“Moderno”, aliás, é um adjetivo bastante utilizado na avaliação de jornais e de seus papéis sociais. O *Estado de S. Paulo*, por exemplo, em 1903 fazia um resumo das principais notícias divulgadas pela imprensa carioca e elogiava a maneira como de Antoine demonstrava, no *Correio da Manhã*, a nova técnica do jornalismo *moderno*, chamada “interview”. Por sua vez, esse jornal carioca, em 1906, na apresentação de um novo suplemento dominical, afirmava que “claro está que, com o tempo, iremos introduzindo novas reformas de modo a tornar o suplemento do ‘Correio da Manhã’ a par de todos os progressos da imprensa *moderna*” (CORREIO, 1906). Em 1919, o *Jornal do Brasil* anunciava um novo serviço telegráfico, recebendo despachos da *Associated Press*, agência que trazia notícias as mais diversas para os órgãos de informação “modernos”.

¹ Este trabalho foi possível graças ao fomento da Capes, por meio do seu programa de bolsas regulares e também do PDSE (Programa de Doutorado-sanduíche no Exterior).

Na virada do século XIX e na primeira metade do século XX, a expressão “moderno” e seus correlatos dizem, em geral, de um julgamento positivo que busca afirmar que certas mídias e suas práticas seriam atuais e que, por isso, estariam adequadas ao tempo presente. Os jornais, nesse momento, eram muito diferentes entre si e possuíam padrões textuais característicos e propósitos bastante diversos. Um exemplo disso é que quase todos eles, na primeira edição, apresentavam um programa, em que detalhavam ao público aqueles que deveriam ser suas funções e compromissos. Assim, eles poderiam estar a serviço de determinado partido político, atuar na defesa das belas letras, assumir a intenção de ser imparcial, ser um órgão conservador ou guiar a opinião dos leitores, instruindo-os. Havia, portanto, uma pluralidade da própria ideia de jornalismo.

No entanto, à medida que nos aproximamos da metade do século XX em adiante, o adjetivo moderno parece tomar contornos específicos nos discursos autorreferentes das diversas mídias informativas brasileiras. Isso porque adquire também a força de um conceito que passa a valorizar um tipo específico de prática, buscando delimitar o que deveria ser entendido propriamente como jornalismo. Em 1975, por exemplo, a *Folha da Noite* já não existia mais, tendo sido incorporada junto a sua versão matutina pela *Folha de S. Paulo*. Naquele ano, esse diário relacionava o “jornalismo moderno” a máquinas cada vez mais sofisticadas, capazes de transmitir mais notícias em muito menos tempo, com precisão e seleção criteriosa dos fatos apurados por jornalistas profissionais. Vemos, portanto, uma avaliação distinta daquela realizada em 1927, ainda que conserve uma relação progressiva com o tempo, que propõe um passado superado e projeta um futuro que também suplantarão o seu presente. A *Folha*, entretanto, não é um caso isolado, nem mesmo em sua própria história. Ela forneceria argumentos semelhantes em várias de suas reformas nas décadas seguintes. Outros diários como o *Jornal do Brasil*, o *Correio da Manhã*, o *Jornal do Comércio*, *Estado de S. Paulo* e mesmo conglomerados como o *Grupo Globo* produziram idealizações similares a partir da metade do século XX. Os jornais e suas identidades continuaram diversos, mas passaram a advogar por uma mesma definição de jornalismo, permitida por uma espécie de “colonização” do adjetivo moderno.

É nesse sentido que Marialva Barbosa (2007), Ana Paula Goulart Ribeiro (2007), Flávia Biroli (2007) e Afonso de Albuquerque (2010), por exemplo, apontam para uma série de fatores que confluíram numa narrativa quase uníssona de que o jornalismo brasileiro *moderniza-se*, na década de 1950, ao importar o que é chamado de

“modelo americano”. Essa importação teria sido realizada de forma pioneira pelo *Diário Carioca* e se alastrado pelas redações de todo o país, vinculada a preceitos como objetividade, factualidade e profissionalismo, próprios do jornalismo que estaria sendo praticado nos Estados Unidos desde o século XIX. Por isso, com vistas a eliminar um suposto atraso de nossa imprensa, muitos periódicos, a partir desse momento, buscaram implantar reformas que visavam tornar sua lógica de produção industrial, padronizada e, sobretudo, ligada a um conjunto de valores que determinava o que deveria ser considerado ou não jornalismo. Como destaca Barbosa,

[a]s reformas dos jornais da década de 1950 devem ser lidas como um momento de construção, pelos próprios profissionais, do marco fundador de um jornalismo que se fazia moderno e permeado por uma neutralidade fundamental para espelhar o mundo. A mítica objetividade – imposta pelos padrões redacionais e editoriais – é fundamental para dar ao campo um lugar autônomo e reconhecido, construindo o jornalismo como a única atividade capaz de decifrar o mundo para o leitor. (BARBOSA, 2007, p.150).

Desse modo, a crença e a busca pela fidelidade ao fato são alicerces fundadores de uma retórica que passa a elencar, através de critérios normativos, as barreiras entre um jornalismo sério e empenhado e outros, desviantes, descomprometidos. Nesse sentido, podemos perceber a afirmação e reafirmação exaustiva de que, utilizando-se de determinadas técnicas e procedimentos, o jornalismo deveria ser capaz de separar os fatos das opiniões, a objetividade da subjetividade, a natureza da sociedade. Dita normatividade define a essência do jornalismo como uma disciplina da verificação, propondo a segregação permanente entre essas zonas ontológicas. A modernização da década de 1950, oriunda dessa delimitação, define também uma história da imprensa nacional, que passa a ser contada a partir de seus próprios critérios. Como veremos detalhadamente ao longo da tese, segundo as premissas desse discurso, teríamos ultrapassado uma prática arcaica, associada à literatura, em favor de um jornalismo verdadeiramente moderno, ligado à defesa da objetividade.

Apesar da presunção de ruptura dessa narrativa dos anos 1950, a referência ao moderno é algo que, como vimos, pode ser vislumbrada em diferentes momentos anteriores. Além disso, argumentos similares aos utilizados por ela já podiam ser encontrados em jornais brasileiros do século XIX, o que nos leva a questionar a ideia de um corte temporal abrupto e também a recolocar a questão da modernidade. Em 1897, por exemplo, *A Notícia* reivindicava que a nossa imprensa diária “tem, de certo tempo para cá, no seu constante trabalho de evolução, passado por transformações palpáveis,

assumindo francamente o caracter do jornalismo moderno dos Estados Unidos e das grandes capitais do velho mundo” (NOTÍCIA, 1897). Ou seja, podemos identificar diferentes proposições do “moderno” ao longo da história do jornalismo brasileiro, que configuram uma espécie de moderna tradição. Essa tradição pode ser pensada, então, como propõe Paul Ricoeur (1994), a partir de um jogo constante entre inovação e sedimentação. É sedimentação porque falamos sempre a partir de outras vozes anteriores à nossa e que, relacionadas, designam um estilo formal de encadeamento que garante a continuidade da recepção do passado e seu desenrolar no presente. A sedimentação efetiva-se em diferentes níveis, sendo uma espécie de gramática que regula nossas ações. Isso quer dizer, portanto, que a inovação é também uma conduta governada por regras e, conseqüentemente, podemos afirmar que o trabalho da imaginação não nasce do nada. Ele está decididamente ligado aos paradigmas da tradição. Entretanto, sempre há inovação, tendo em vista que todo ato decorre de uma temporalidade específica que, em diferentes níveis, constitui variações na ordem do sentido e podem, inclusive, constituir novos paradigmas (como parece ser o caso da modernização dos anos 1950). Esse conceito de tradição como um jogo entre sedimentação e inovação também pode ser desdobrado na relação que o próprio passado permite com seu futuro e seu pretérito, o que dinamiza essa relação. Não por acaso, Ricoeur (1997) propõe que a tradição seja entendida de uma forma tríade: 1) tradicionalidade: que designa um estilo formal de encadeamento contínuo entre a recepção do passado e nossa atuação sobre ele; 2) tradições: entendidas como propostas de sentido que colocam as heranças recebidas na ordem do simbólico e numa dimensão de linguagem e de texto, funcionando com uma espécie de gramática que permite/restringe nossas condutas; 3) tradição: uma instância de legitimidade que designa a pretensão à verdade oferecida à argumentação no espaço público. Essa tradição evita a crítica que devora a si mesma, permitindo que os conteúdos transmitidos possuam o crédito de uma verdade presumida, pela razão de que nunca estamos no começo do processo ao qual pertencemos.

Assim sendo, a visada de um conceito forte de tradição nos ajuda a entender, como contrapartida, o “moderno” como uma maneira específica de percepção da experiência temporal que, no caso do jornalismo brasileiro, aponta tanto para uma linearidade – na medida em que cada modernização pretende impor-se em relação às anteriores que, imediatamente, tornam-se arcaicas – quanto a uma circularidade – tendo em vista sua repetição sistemática. Por isso, Reinhart Koselleck (2014), ao tratar da

experiência moderna de tempo, afirma que ela pode ser compreendida como uma aceleração, isto é, como um tempo que constantemente ultrapassa a si mesmo, como se tudo mudasse ou devesse mudar de maneira mais rápida do que havíamos experimentado antes. Nesse sentido, afirma o autor, os historiadores têm organizado o tempo em torno a dois motes principais, a princípio, distintos: um primeiro, que o considera como uma flecha irreversível rumo ao futuro; e um segundo, que o imagina como algo recorrente e circular. Para Koselleck (2014), esse modelo que destaca o retorno do tempo é frequentemente atribuído aos gregos, em contraposição à visada linear judaico-cristã. Entretanto,

ambos os modelos são insuficientes, pois toda a sequência histórica contém elementos lineares e elementos recorrentes. A circularidade também deve ser pensada em termos teleológicos, pois o fim do movimento é o destino previsto desde o início: o decurso circular é uma linha que remete a si mesma. (KOSELLECK, 2014, p.19).

Na experiência moderna, portanto, a aceleração carrega duas variantes que compreendem possibilidades de repetição de uma história ou um resultado de uma inovação que modifica substancialmente aquilo que conhecemos. A modernidade foi capaz de gestar, por isso, uma idealização temporal que propõe uma sincronia a diferentes fenômenos, colocando-os numa mesma linha comparativa e que permite categorizar “desenvolvidos” (os modernos) e “arcaicos” ou “em desenvolvimento” (os pré-modernos). Essa simultaneidade do assincrônico, defende Koselleck (2014), autoriza a pensar que o estágio técnico-industrial já alcançado pelos países desenvolvidos poderá ser, no futuro, atingido pelos menos desenvolvidos. Como consequência compulsória do pensamento moderno, surge a percepção de um atraso, que só poderia ser recuperado por meio de uma aceleração ainda mais robusta. Por isso, “apresenta-se nela um entrelaçamento de experiência e expectativa, cuja diferença mantém o desafio de ser superada de modo acelerado. A experiência destes é a expectativa daqueles” (KOSELLECK, 2014, p.163).

Acreditamos que essa maneira específica de pensar a experiência do tempo começa a nos ajudar a entender as demandas dos discursos de modernização do jornalismo brasileiro. Em seu caso mais representativo e exitoso – na década de 1950 –, há uma forte ideia de ruptura que promove um apagamento de vários aspectos que constituíram os jornais brasileiros até então – inclusive outros ideais modernizadores –, além de instituir claramente a reflexão de um único jornalismo desejável, cuja gênese poderia ser encontrada nos Estados Unidos. Assim, o argumento que defende a

existência de um “modelo ‘americano’” e sua “importação” para o cenário brasileiro conforma uma espécie de “modernização definitiva” do jornalismo nacional. A experiência supostamente já atingida pelos EUA transforma-se em nossa expectativa, a ser alcançada somente como uma aceleração abrupta, capaz de romper com a nossa própria experiência arcaica. Entretanto, a proposição de modelo é algo que, acreditamos, deveria ser mais problematizada e discutida. Afinal, quando nos debruçamos sobre a história do jornalismo produzido tanto nos EUA quanto no Brasil, principalmente sob o prisma de suas textualidades e de suas narrativas, menos que um arquétipo, encontramos uma diversidade de processos, de camadas temporais e de sentido sobrepostas que o distanciam da ideia de uma unicidade padronizada ou de uma única realidade possível.

Por isso, a nosso ver, um dos principais problemas trazidos por essa idealização parece ser uma história fortemente devedora do mesmo ideal de modernização que descreve, numa perspectiva de grandes revoluções e rupturas. Como aponta Marialva Barbosa (2009), nas pesquisas históricas sobre o jornalismo há o predomínio de uma visão que busca integralizar fatos ocorridos no passado ao presente. Desse modo, muitos trabalhos se dedicam a procurar uma “gênese”, o momento em que tudo começou e, para isso, remetem a um passado estabilizado, pouco problemático, associado a uma retórica do “como de fato aconteceu”, para buscar personagens marcantes num único fluxo temporal composto por acontecimentos singulares. Ou seja, defende-se a ideia de um passado cuja mediação já estaria completa e cessada, sem capacidade de nos afetar. É necessário, portanto, repensar a forma como inquerimos o tempo para que sejamos capazes de analisar fenômenos que se desenrolam a partir de múltiplas camadas temporais. Só assim poderemos refletir acerca da modernização dos anos 1950 reconhecendo suas especificidades e rupturas, mas também suas continuidades para, assim, compreendermos como ela se torna “definitiva”. Nesse ponto, o recurso à espacialização do tempo parece ser um ponto de partida interessante para romper com a visão linear e teleológica que tem marcado as reflexões sobre o jornalismo.

Koselleck (2014), por exemplo, defende que precisamos usar metáforas espaciais para falar sobre o tempo, na medida em que só podemos representá-lo por meio do movimento de unidades estratificadas. Como aponta, “em uma teoria do tempo, todos os conflitos, compromissos e formações de consenso podem ser atribuídos a tensões e rupturas – não há como escapar das metáforas espaciais – contidas em

diferentes estratos de tempo e que podem ser causadas por eles” (KOSELLECK, 2014, pp.9-10). Nesse sentido, ele postula o conceito de “estratos do tempo” que, partindo da metáfora das formações geológicas, remonta a tempos de profundidades e topografias diferentes, que se movimentam e se diferenciam um dos outros em velocidades distintas.

Por isso, os “estratos do tempo” permitem uma espécie de geologia histórica capaz de compreender diversos planos temporais em que durações diferentes e origens divergentes atuam na conformação simultânea do presente. Isso nos autoriza a pensar acontecimentos singulares numa perspectiva que os entrelaça a temporalidades diversas e, até mesmo, concorrentes. Desse modo, “podemos reunir em um mesmo conceito a contemporaneidade do não contemporâneo, um dos fenômenos históricos mais reveladores. Muitas coisas acontecem ao mesmo tempo, emergindo, em diacronia ou em sincronia, de contextos completamente heterogêneos.” (KOSELLECK, 2014, p.9). Afinal, nossas ações se desenrolam em diferentes estruturas – singulares e repetidas – que, estratificadas, coligem e colidem em variados ritmos temporais. Os distintos processos sociais e políticos nos quais estamos imersos, ainda que aconteçam cronologicamente ao mesmo tempo, partem de temporalidades múltiplas e não necessariamente dependentes. Nesse sentido, a proposição de diferentes estratos do tempo permite que tratemos de velocidades de mudança díspares, sem que sejamos obrigados a optar por uma falsa alternativa entre um tempo linear ou circular.

Essa simultaneidade não sincrônica de experiências temporais nos inquire, porém, a uma nova forma de abordagem das relações entre passado, presente e futuro. Afinal, essa diversidade de fenômenos concorrentes nos afasta de uma ideia finda do passado, em que ele, por exemplo, surgiria como um depósito inerte ou como um monumento a ser reverenciado, mas sem capacidade de nos afetar. Por isso, como aponta Ricoeur (1997), é impossível reconstituir o passado tal como ele foi, na medida em que a ideia de uma mediação total (como a proposta hegeliana de *Aufhebung*) esgotaria o próprio campo do pensar, ao congelar relações temporais dinâmicas. Ao contrário, o que temos é um jogo complexo de significações entre as expectativas dirigidas ao futuro e as orientações interpretadas para ao passado. Desse modo, Ricoeur (1997) renuncia, em sua hermenêutica da consciência histórica, à questão da realidade fugidia do passado *tal como ele foi*. Segundo o autor, é preciso inverter a ordem dos problemas para, a partir de um projeto de história sempre por fazer, reencontrar a dialética do passado e do futuro e seu intercâmbio no presente. Assim, aponta,

“[p]ermanece uma outra via, a da *mediação* aberta, inacabada, *imperfeita*, a saber, uma trama de perspectivas cruzadas entre a expectativa do futuro, a recepção do passado, a vivência do presente...” (RICOEUR, 1997, p.359, grifos do autor).

Dessa maneira, buscando entender o ser-afetado-pelo passado, Ricoeur (1997) retoma as categorias formuladas por Koselleck (2014) sobre o *espaço de experiência* e o *horizonte de expectativa*. Esses termos possuem um estatuto meta-histórico, na medida em que representam indicadores para as variações de percepções da temporalização da própria história. Desse modo, para Ricoeur (1997), o termo *espaço de experiência* possui grandes vantagens em relação a uma ideia de persistência do passado no presente. Isso porque a ideia de experiência traz consigo a formulação de um acúmulo, de uma estranheza superada e introduzida numa tradição. O termo espaço permite ainda uma ideia de movimento e de diversos percursos e itinerários, fazendo do passado uma estrutura estratificada que, em muito, supera a visão meramente cronológica.

Quanto à expressão *horizonte de expectativa*, aponta Ricoeur (1997, p.361), “ela não podia ser mais bem escolhida”. Isso porque a expectativa é capaz de incluir aspectos do desejo, da esperança, dos medos, enfim, “todas as manifestações privadas ou comuns que visem ao futuro”. Tal como a experiência, a expectativa também está inscrita num presente capaz de articulá-las: “a experiência tende à integração; a expectativa, à explosão das perspectivas” (RICOEUR, 1997, p.361). Além disso, a noção de horizonte, daquilo por vir, marca a assimetria entre o espaço de experiência e horizonte de expectativa, nunca coincidentes, mas sempre condicionados mutuamente. Essa ponderação visa afastar tanto a ideia de um hiato entre horizontes cambiantes – onde seria preciso cada vez se recolocar e ressurgir – quanto de uma totalidade em que a razão da história coincidiria com sua efetividade. Como aponta Ricoeur (1997), é necessário, portanto, propor uma fusão de horizontes que não cessa de se produzir a cada vez que somos obrigados a reconquistar um horizonte histórico e nos impomos a tarefa de corrigir uma assimilação apressada do passado a nossas próprias expectativas de sentido. A fusão de horizontes representa a própria tensão entre o horizonte do passado e do presente. Isso porque o passado só nos é revelado senão pela projeção de um horizonte histórico que é separado do horizonte do presente, mas que, ao mesmo tempo, é retomado e reassumido por ele (RICOEUR, 1997, p.378). Temos, nessa concepção de tempo, um horizonte e um espaço simultaneamente afastados e projetados, distinguidos e incluídos. Por isso, na medida em que as fronteiras entre eles se movem, alteram-se também as formas de temporalizar a história e suas experiências.

Nesse sentido, a partir da mobilidade trazida por esses conjuntos transcendentais propostos por Koselleck, Ricoeur (1997) critica veementemente a ideia de “fazer história”. Como aponta, aquilo que acontece é sempre diferente do que havíamos planejado, o que demonstra a vulnerabilidade da ideia de disponibilidade e controle da história. Afinal,

[a]o conferirem à humanidade o poder de produzir a si mesma, os autores dessa reivindicação se esquecem de uma coerção que afeta o destino dos grandes corpos históricos ao menos tanto quanto o dos indivíduos: além dos resultados não desejados que a ação engendra, esta só se produz a si mesma em circunstâncias que ela não produziu. (RICOEUR, 1997, p.368).

Nesse sentido, Ricoeur (1997) argumenta que somos afetados pela história produzida por outros e afetamos a nós mesmos pela mesma história que produzimos. Assim, para ele, o que há é sempre uma dialética entre a eficiência do passado, que padecemos, e a recepção do passado, que realizamos. Somos, portanto, concomitantemente agentes e pacientes da história. Desse modo, a dialética nos impõe a premissa de que o passado não deve confundir-se como um acúmulo de acontecimentos cessados e inertes, na medida em que ele nos constitui como seres históricos. Ele deve ser, portanto, permanentemente problematizado. Assim, Ricoeur (1997) argumenta que a força da metáfora de “espaço de experiência”, trazida por Koselleck, diz justamente da possibilidade de movimento, algo que pode ir de um lugar ao outro, percorrer distintas redes de significação para manter-se aberto. Desse modo, defende que “é preciso lutar contra a tendência de só considerar o passado sob o ângulo do acabado, do imutável, do findo. É preciso reabrir o passado, reavivar nele as potencialidades irrealizadas, impedidas, massacradas até.” (RICOEUR, 1997, p.372). Uma narrativa historicizante, portanto, deveria ser menos resultado e mais constitutiva. Como consequência, a realidade histórica é menos pressuposto e mais tarefa.

Por isso, nossas reflexões, na tese, partem de um incômodo em relação à maneira essencialista pela qual o jornalismo tem sido descrito, bem como o seu passado, principalmente em seus discursos de autolegitimação, que incluem também muitas reflexões acadêmicas. Frente a uma diversidade e multiplicidade dos fenômenos, o que se percebe é a adoção de um discurso que parece advogar a uma concepção estreita e totalizadora da atividade. Essa persistência, a nosso ver, produz uma circularidade restritiva ao espaço de experiência, o que nos faz questionar a maneira pela qual a história dos fenômenos jornalísticos tem sido prioritariamente formulada. Isso porque, como veremos, é “possível perceber como a deontologia do jornalismo por vezes se

estende a uma deontologia histórica, e à configuração de histórias necessárias” (MANNA, 2016, p.43). A normatividade, assentada em valores e concepções, idealiza um jornalismo que se afasta das práticas e processos efetivamente desenrolados ao longo da história. Assim sendo, o objetivo central de nosso trabalho é explorar, a partir do viés da historicidade, esse hiato identificado entre a promoção de uma concepção identitária única e a variedade de formas pelas quais os jornais narram e sabem o mundo.

Nesse ponto, a metáfora dos estratos do tempo proposta por Koselleck e reassumida por Ricoeur certamente nos coloca um ponto de partida. Mas como trilhar esse caminho de uma geologia histórica? Como operacionalizar tempos históricos específicos? Isto é, como reabrir o espaço de experiência jornalístico, considerando, nele mesmo as condições e motivos do seu fechamento “moderno”? Uma boa estratégia nos parece propor a estratificação dessa narrativa linear, tomando seus pressupostos como um recurso que nos permita localizar “momentos singulares” para, a partir daí, desviarmos nosso percurso rumo a estratos do tempo simultâneos. Desse modo, o que, a princípio, surgiria como uma amarra temporal se transforma em nosso trunfo metodológico: se o discurso da modernização nos diz de um único jornalismo possível, isso nos autoriza a percorrer diferentes mídias jornalísticas em diferentes momentos para perceber, nelas, a fragilidade dessa proposição e, ao mesmo tempo, que conceitos dali emergem. Da mesma forma, a proposição de um “modelo ‘americano’ de jornalismo” nos leva à historiografia dos jornais estadunidenses como forma de buscar entender essa demanda modernizadora, reabrindo também esse espaço que, no discurso da modernização, surge como horizonte.

Por isso, o que pretendemos realizar na tese é um escrutínio histórico de discursos autorreferentes de mídias jornalísticas em diferentes momentos da história brasileira e estadunidense para analisarmos e questionarmos a visada modernizadora e seus desdobramentos. Nessa empreitada, buscaremos perceber fissuras, descontinuidades e permanências, para traçar um caminho que nos leve a avaliar as eleições estratégicas dos diferentes sujeitos semióticos (LEAL, 2002; LANDOWISKI, 1992; MOURA, 2010) envolvidos nesse ideal essencialista de jornalismo. Reconhecer a historicidade de valores, ideais e suas vinculações textuais é importante, na medida em que nos permite perceber certas nuances típicas dos processos de modernidade estadunidense/modernização brasileiro, em que a

normatividade vai assumindo diferentes matizes e papeis, o que gera uma problematização interessante e exige outros parâmetros de compreensão.

Nesse sentido, o caminho guiado por uma análise textual é justificado, tendo em vista que, como aponta Gonzalo Abril (2007), todo texto é índice de sua própria historicidade. Como processos comunicacionais, os textos são formas de estabilizar e desestabilizar relações temporais numa dialética de concordância na discordância (RICOEUR, 1994). É narrando que articulamos elementos dispersos e fazemo-los concordar, dispondo em intriga aquilo que antes não possuía relação. Por isso, “a arte de compor consiste em fazer parecer concordante essa discordância: o um por causa do outro predomina então sobre um após o outro” (RICOEUR, 1994, p.72). Como consequência, os textos não devem ser entendidos aqui como os produtos finais do percurso jornalístico. Ao contrário, eles são arranjos sempre provisórios de uma prática historicamente situada, a ser desenrolada também na temporalidade do próprio leitor/ouvinte/espectador/historiador. Por esse caminho, sugerem Antunes, Mafra e Jáuregui (2017), o texto passa a ser um lugar de negociação, com uma pluralidade infinita de estados, o que representa sua natureza instável: “se há textos, há comunicação; se há comunicação, há experiência” (p. 19). Aceitar essa premissa implica “em continuar a desatar algumas compreensões contaminadas sobre o texto, tomando-o como fenômeno que vai muito além de seu aparente estado de congelamento” (ANTUNES, MAFRA, JÁUREGUI, 2007, p.19).

Desse modo, o texto não deve ser pensado como uma entidade estável, mas sim como um processo histórico ou, como destaca Abril (2017), “um devir de solapamentos e hibridações”. Nesse sentido, aponta o autor, é tão certo que o texto contém a mirada do seu espectador, como a mirada do espectador também o antecipa e o prevê. Encarnado numa materialidade, o texto promove uma atração para agenciar, configurar e tornar possível a refiguração das narrativas. O recurso à textualidade nos permite, então, que nosso trabalho não seja exatamente sobre o passado dos fenômenos jornalísticos, mas sobre a historicidade de seus processos. Nesse sentido, não buscamos ir ao passado, analisando-o como o jornalismo deveria ser (como afirmam muitas teorias normativas e deontológicas), mas sim buscando abrir esse espaço de experiência perguntando, em cada texto, que conceito de jornalismo ali emerge e como ele se relaciona com os aspectos contextuais do seu entorno. É com essa premissa particular de percurso interpretativo que nos dirigimos aos arquivos, entendendo-os não como um

depósito inativo ou um monumento a ser reverenciado, mas como uma experiência viva e comunicativa, da qual também somos parte.

Para viabilizar essa empreitada que busca inquerir aspectos da chamada modernização do jornalismo brasileiro e seus desdobramentos, nos debruçamos em diferentes espaços, sobretudo: na biblioteca de história e jornais da Universidade de Illinois em Urbana-Champaign, na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, na Hemeroteca Digital da Biblioteca do Congresso estadunidense, na Coleção Linhares da UFMG e nos acervos de distintos jornais como *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, *Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *Jornal do Comércio*, *The New York Times*, *The Chicago Tribune*. A ideia desse percurso é “seguir” o discurso da modernização, buscando desestabilizar sua concepção linear e circular da história para, a partir daí, propor novas perguntas. Por isso, nesses diferentes arquivos começamos buscando por palavras-chave como “imprensa moderna”, “jornalismo moderno”, “imprensa americana”, “jornalismo americano”, “modelo americano de jornalismo”, “objetividade”, “imparcialidade”, “modernização do jornalismo”, “modernização da imprensa”, “fato jornalístico”. A partir da localização desses termos em determinados espaços, abrimos a rede textual e continuamos a seguir o seu curso. Assim, se um jornal faz referência a determinado acontecimento, personagem ou mídia, nos dirigimos em direção a eles para também inquiri-los. Buscamos, nesse sentido, uma reflexão simultânea nos jornais e, a partir deles, do pensamento sobre os jornais. Como poderemos observar, esse caminho escolhido nos leva a diários metropolitanos impressos que a própria historiografia moderna fixa como os “de referência”.

Visto isso, o percurso que pretendemos implementar tem claras pretensões menos totalizantes e mais indiciais. É ele que tornará exequível um primeiro olhar para as mídias jornalísticas e os discursos sobre elas. Afinal, sem esse recurso, seria impossível trabalhar na imensidão de textos produzidos, configurados e refigurados ao longo da história do jornalismo. Por isso, esse empreendimento metodológico trata-se de um experimento reflexivo sem pretensões paradigmáticas. Essa proposta indicial, como ressaltava Carlo Ginzburg (1989), torna nosso caminho um processo rizomático, labiríntico. Desse modo, é importante salientar que não consideramos esses indícios textuais como documentos ou dados comprobatórios, mas sim como gestos interpretativos que, em rede, encontram suas condições de pertinência e de validade ou não para uma história do jornalismo. A escolha pelo cotejamento dos discursos autorreferentes se dá na medida em que eles cumprem um papel central na emergência

das reflexões sobre o fazer jornalístico. Assim, eles configuram uma espécie de metadiscurso que nos dá contornos de um mapa móvel do jornalismo e as alterações e fixações dos limites do seu território. Como veremos, até meados do século XX, esses discursos não assumiram a função de códigos normativos ou prescritivos no Brasil. Entender por que isso só aconteceu a partir do discurso da modernização da década de 1950 também será parte do caminho trilhado em nossa tese.

Visto isso, esse caminho que propomos pelos estratos temporais do discurso moderno se assemelha ao que Martín-Barbero chama de "cartografia mestiça", na qual, como aponta o autor "quem disse que a cartografia somente pode representar fronteiras e não construir imagens das relações e dos entrelaçamentos, das trilhas de fuga e dos labirintos?" (MARTÍN-BARBERO, 2002, p.11, no original em espanhol). Desse modo, nos interessa perceber rastros, vestígios e disputas que nos autorizam a perceber o passado como uma rede, identificando nós, emendas, suturas, roturas etc. Por isso,

[e]stamos frente a uma lógica cartográfica que se torna fractal - nos mapas o mundo recupera a diversa singularidade dos objetos: cordilheiras, ilhas, selvas, oceanos – e se expressa textual, ou melhor textilmente: em dobras e des-dobras, reveses, intertextos, intervalos. Nossos mapas cognitivos chegam hoje a outra figura: a do arquipélago, pois desprovido de fronteira que a ligue ao continente se dissolve em múltiplas ilhas e diversas que se interconectam. (MARTÍN-BARBERO, 2002, p.12, no original em espanhol).

Assim sendo, nosso percurso inicia-se no capítulo 1, no qual abordamos a recorrente crise do jornalismo, apontando para aspectos circulares que ela evoca. Através de um exercício historiográfico, podemos perceber diferentes crises com respostas muito similares ao longo de todo o século passado. Isso nos faz inquerir os motivos dessa persistência que, a nosso ver, está relacionada à proposição de relação com o tempo e a própria fixação de uma “essência” do jornalismo. A partir das formulações de François Hartog (2013), demonstramos um certo *presentismo* das análises jornalísticas, característico do regime de historicidade moderno. Nesse ponto, o moderno ganha uma conceituação através de Bruno Latour (1994) e Koselleck (2006). O que pretendemos é buscar formas produtivas de explicar e fazer trabalhar esse hiato identificado entre o jornalismo como uma forma de ser e a sua variedade de formas de narrar. Isso, a nosso ver, se relaciona ao próprio exercício historiográfico.

Assim sendo, no capítulo 2 buscamos compreender como se configura o subcampo da história do jornalismo em nosso país. Como veremos, parece haver um consenso de que o jornalismo brasileiro se moderniza importando o chamado “modelo

americano”. Como não estamos convencidos da ideia de modelo, nos propomos uma revisão da historiografia estadunidense para, no capítulo 3, perceber os motivos pelos quais ela se torna um objeto de exportação/importação desejável. Já o capítulo 4 se destina a retilhar os passos da chamada modernização do jornalismo brasileiro da década de 1950, buscando perceber fissuras nessa construção argumentativa aparentemente hegemônica. Nossa hipótese, ao final, será que os jornais se modernizam menos do que uma ideia normativa de jornalismo. O capítulo 5 buscará compreender por que, somente na década de 1950, o discurso da modernização se torna definitivo. Para isso, retomaremos a institucionalização do campo jornalístico e também suas reflexões contemporâneas, tentando entender os motivos da insistência e de uma certa invencibilidade do discurso moderno. Por fim, as considerações finais retomam os pressupostos da tese com vistas, caso sejamos capazes, ao questionamento das premissas modernas.

CAPÍTULO 1

O DISCURSO NORMATIVO E O APAGAMENTO DA HISTORICIDADE

Investigar um fenômeno tão complexo e multifacetado como o jornalismo não parece ser, sob nenhuma perspectiva, uma tarefa fácil. Ao contrário, *jornalismo* é uma palavra polissêmica, que diz respeito a emaranhados de relações que envolvem sujeitos, objetos, organizações, rotinas produtivas, tecnologias, textualidades, campos profissionais, regulação de valores, de práticas etc. Ademais, pertencem à alçada desse mesmo vocábulo distintos gêneros narrativos, modos de apropriação e configurações textuais ligados a diferentes aparatos sociotécnicos, que disputam sentido em nossa sociedade e que envolvem modos peculiares de conformações identitárias, de querelas políticas, de lutas por visibilidade e de relações entre memória e esquecimento. Tudo isso sob a égide de um só *ismo* (KOSELLECK, 2006; NERONE, 2009, 2015), o que tende a dificultar e a complexificar ainda mais seus modos de apropriação teóricos e reflexivos.

Afinal, parecem ser constituintes dessa mesma palavra, estéticas narrativas e matrizes culturais muito distintas como o melodrama, o sensacionalismo, o realismo e que, muitas vezes, comungam e conformam o mesmo espaço acidentado da edição de um jornal. Vinculado a isso, a ideia mesma de “jornal” – que, a princípio, nos remeteria à imagem de sua configuração impressa diária – diz, na verdade, de textualidades peculiares – como as diferentes formas de televisão, de revistas, de quadrinhos, de rádios, da web, de livros etc. –; de temporalidades específicas – que se apressam a narrar os últimos acontecimentos ou que, por outro lado, se oferecem como um espaço de maior pesquisa e debate; aqueles que se atualizam a cada minuto, os que são semanais, diários, quinzenais, os que produzem três edições diárias... –; e de diferentes espacialidades – agências de notícias, jornais comunitários, universitários, paroquiais, associados a grandes grupos midiáticos locais, nacionais, internacionais, repórteres de guerra, correspondentes, *freelancers* etc. –, que se desdobram em diferentes sistemas midiáticos, que podem variar, entre outros aspectos, segundo a estrutura de seus mercados, seus níveis de profissionalização, seu paralelismo político e suas relações com o Estado (HALLIN, MANCINI, 2004).

Na leitura/visualização/escuta de um produto jornalístico, passamos por diferentes informações, sensações e temáticas: emotivas, tristes, felizes, políticas,

científicas, esportivas, literárias, históricas, ficcionais, publicitárias; e por diferentes textualidades interconectadas: fotos, vídeos, desenhos, palavras, sons etc. Acessamos a internet e clicamos numa notícia compartilhada por algum amigo e que antes havia sido comentada por outro. Abre-se um vídeo hospedado numa plataforma, que horas atrás havia sido transmitido pela rede de televisão e que, em seguida, será bloqueado por não respeitar os direitos autorais, mas que continuará circulando pela ação de inúmeros outros usuários, que comentam, modificam, editam, *sampleiam*, recompilam etc. Num jornal impresso, saltamos como num jogo da amarelinha cortazariano e vamos de um caderno a outro passeando pelo risco iminente provocado pelo aquecimento global ou pela esperança de uma nova vacina para o combate ao HIV, enquanto nos distraímos com o lançamento do novo *single* de uma banda estrangeira e uma reportagem sobre como robôs vêm sendo construídos para gerar notícias cada vez mais exatas e customizadas, baseadas num sem números de algoritmos. Como aponta Latour (1994), temos em nossa frente uma verdadeira proliferação de híbridos – de natureza e de cultura – delineados em diferentes redes e “que são, ao mesmo tempo, *reais como a natureza, narradas como discurso, coletivas como a sociedade*” (p.13, grifos do autor).

Assim, no centro desse emaranhado capaz de unir diferentes e, por vezes, contraditórios fenômenos em um só vocábulo, encontramos aquilo que parece ser um aspecto fundamental e que motiva nosso esforço nessa tese: a relação que o jornalismo estabelece com a realidade histórica (frase essa que, é bem verdade, caberia melhor com todas as suas palavras no plural) e os seus modos de saber o mundo. O jornalismo nos provoca, nos fascina, nos incomoda e interpela, mas, sobretudo, constitui-se, em sua variedade – e para o bem e para o mal –, como uma das principais formas de mediação e de configuração de realidades: “[t]oda a cultura e toda a natureza são diariamente revirados aí” (LATOUR, 1994, p.8). Surge-nos, assim, uma pergunta inadiável: como empreender uma análise e construir uma metodologia que permita abarcar as complexidades do jornalismo enquanto fenômeno histórico, pese a aparente unicidade característica desse vocábulo singular? E é justamente nessa perspectiva que seu estudo se torna instigante, mas nem por isso acompanhado de menor angústia.

Isso porque, como ressaltam Carvalho (2012) e Albuquerque (2010), boa parte daquilo que se tem produzido no campo das reflexões científicas sobre o jornalismo é frequentemente acompanhado por uma visada que não consegue ultrapassar os limites das formas dominantes estabelecidas pelas próprias mídias noticiosas. Ou seja, há um modo hegemônico de compreender os fenômenos jornalísticos através da óptica dos

próprios profissionais e das formas como as mídias informativas se vislumbram. Essa perspectiva está vinculada a um forte discurso normativo, isto é, a um modo de apreender e caracterizar o fenômeno jornalístico que, para além das experiências históricas e das realidades efetivas, busca defender um conjunto de normas e parâmetros uniformes a serem adotados para um jornalismo de qualidade. Ditos parâmetros, construídos, como veremos, sob o signo da *mesmidade*, estão vinculados a valores e lógicas que seriam, a princípio, inquestionáveis e imutáveis. Por isso, a normatividade oriunda das próprias mídias ou profissionais da informação tem pautado, segundo Carvalho (2012) e Albuquerque (2010), os temas das pesquisas em jornalismo, impondo questões a partir de sua própria lógica produtiva.

É nessa perspectiva que, como sustenta Nerone (2009, 2013), o jornalismo se constitui como *ismo*, na medida em que ele é também um sistema de crenças. Dito sistema define quais seriam as práticas e valores apropriados tanto para os profissionais da notícia quanto para as mídias e sistemas noticiosos, além de balizar os modos pelos quais o fenômeno jornalístico vem sendo majoritariamente percebido nos meios acadêmicos. Como um exemplo disso, aponta Nerone (2013), pouca distinção tem sido feita nas pesquisas em relação ao que é tratado como jornalismo (como um *ismo*) e o que é visto como notícia, havendo, assim, uma sobreposição ingênua: “[m]as há uma distinção, e ela deveria ser feita mais comumente na academia” (p.2, no original em inglês). Para exemplificar a diferença entre os termos, o autor afirma que o *jornalismo* busca distinguir as notícias que repousam sobre sua disciplina de outras formas noticiosas. “Na era moderna, por exemplo, o jornalismo tem designado seus ‘outros’ de várias formas como fofoca, tabloides, sensacionalismo, partidarismo e assim por diante. Ele não nega que se trate de práticas noticiosas, mas sim questionam se seriam mesmo jornalismo” (NERONE, 2013, p.2, no original em inglês). Não são poucos os exemplos em que essa distinção é postulada e reforçada, o que pode ser percebido em diferentes manuais de redação e códigos profissionais.

Nesse sentido, nos *Princípios Editoriais do Grupo Globo*, lançados em 2011, essa diferenciação entre o que definiria o jornalismo e o que excluiria outras práticas noticiosas de seu escopo é elencada da seguinte maneira:

[p]ratica jornalismo todo veículo cujo propósito central seja conhecer, produzir conhecimento, informar. O veículo cujo objetivo central seja convencer, atrair adeptos, defender uma causa faz propaganda. Um está na órbita do conhecimento; o outro, da luta político-ideológica. Um jornal de um partido político, por exemplo, não deixa de ser um jornal, mas não pratica jornalismo, não como aqui definido: noticia os fatos, analisa-os, opina, mas sempre por um prisma, sempre com um viés, o viés do partido. E sempre com um propósito: o de conquistar seguidores. Faz propaganda. Algo bem diverso de um jornal generalista de informação: este noticia os fatos, analisa-os, opina, mas com a intenção consciente de não ter um viés, de tentar traduzir a realidade, no limite das possibilidades, livre de prismas. Produz conhecimento. (GRUPO GLOBO, 2011, *online*).

Postula-se aí, então, uma clara divisão entre o que seria a atividade propagandística realizada por alguns jornais (e que, por consequência, não praticariam *jornalismo* e nem gerariam conhecimento) e o saber produzido por um jornal profissional, comprometido com uma realidade purificada e oferecida ao leitor/espectador/ouvinte na forma de notícia. Numa estratégia de autolegitimação, o documento defende que o conhecimento gerado pelo jornalismo seria, “no limite das possibilidades” (GRUPO GLOBO, 2011, *online*), isento de ideologia. A realidade, tomada como algo neutro a ser apurado, deveria ser traduzida sem prismas, o que gera contradições, por exemplo, entre a possibilidade de analisar e opinar acerca de um fato sem, contudo, possuir um viés.

Note-se, além disso, que a definição proposta pelo *Grupo Globo* desconsidera várias outras dimensões das narrativas e dos diferentes processos produtivos contidos nos próprios jornais, telejornais, radiojornais e sites do conglomerado. Afinal, a topografia dos produtos jornalísticos é acidentada e envolve estratégias textuais e rotinas profissionais mais diversas do que a normatividade parece supor (veja, por exemplo, o estudo realizado entre as capas do *Meia Hora* – divertidas, irônicas, e cheia de jogos de linguagem – e as narrativas internas do jornal, que tendem a ser mais realistas e “comuns” se comparadas a outras mídias de referência: JÁCOME, LEAL, MACIEL, 2013). Entretanto, o documento do *Grupo Globo*, como um exemplo da normatividade, atua para reificar um sistema de crenças já constituído, definindo o jornalismo como um só e propondo diferenças entre a sua atividade disciplinadora em relação a outras formas de produção de notícias.

Dessa maneira, este discurso normativo promove uma *concepção* – que sustenta as bases desse *ismo*, definindo-o, por exemplo, pelo seu apego ao fato e à ideia de um mundo bipartido irreconciliável, com oposições bem delimitadas entre natureza x sociedade, ficção x realidade, objetividade x subjetividade. Dita concepção está

associada a *valores* – que buscam diferenciar o jornalismo ao criar os seus “outros”, como o sensacionalismo, a ficção, a literatura etc. – e a *procedimentos operacionais* – regras para o que seria considerado como o bom funcionamento dessa prática específica (JÁCOME, 2015).

Nesse sentido, do ponto de vista teórico, questões como critérios de noticiabilidade, por exemplo, tendem a ser discutidos e difundidos sem uma maior problematização acerca da própria noção de notícia ou do jornalismo que existe para além dela (BERGER, TAVARES, 2010; LEAL, 2009). Além disso, o jornalismo é comumente destacado como uma essência, como se fosse portador de uma suposta “integralidade identitária” (LEAL, CARVALHO, 2014), o que tende a apagar suas especificidades, suas contradições e fissuras. Esse diagnóstico está vinculado ainda à própria constituição do *ethos* jornalístico e da identidade profissional (LOPES, 2012), na qual “ser jornalista” surge, em geral, como algo de muito orgulho (BARBOSA, 2007). Ademais, especialmente entre pesquisadores anglo-saxões (mas numa postura reproduzida por investigadores em todo o mundo), há uma defesa direta da relação entre jornalismo e o bom funcionamento da democracia, em que os dois termos dessa balança são tomados como um *a priori* idealizado e, por vezes, pouco discutido. Como consequência, dita perspectiva tem gerado uma contaminação e uma lacuna nas reflexões teórico-metodológicas, o que revela o cumprimento de “antes uma função mítica que de pesquisa acadêmica” (ALBUQUERQUE, 2010).

Esse ponto de vista é preponderante nos lugares de autorreferenciação do jornalismo que, como delimita Ribeiro (2006, p.15), dizem respeito aos discursos por meio dos quais os jornalistas ou empresas de comunicação constroem uma autoimagem e, por meio da qual, pretendem se legitimar. Como afirma a autora, esses lugares podem ser encontrados no interior das mídias noticiosas (em seus editoriais, em edições comemorativas ou explicativas de alguma mudança, em cartas de leitores, em comentários, ou no próprio noticiário etc.) ou podem também estar “fora” (em propagandas institucionais, nos livros de memória ou comemorativos, em biografias, manuais de jornalismo, códigos de ética, princípios editoriais etc.). Uma breve excursão pelos discursos autorreferentes será capaz de revelar, como veremos, uma perspectiva essencialista que se mantém ao longo do tempo e que, como apontado, tende a se refletir nas pesquisas no campo dos estudos em jornalismo a partir de seus próprios pressupostos.

Vinculado a isso, a preocupação em relação aos aspectos deontológicos da profissão, a discussão acerca dos valores-notícia ou a relação entre tecnologia e as mídias noticiosas frequentemente têm desconsiderado uma maior problematização da narrativa como uma estratégia sócio-discursiva fundamental na criação da referencialidade. Muitas vezes, a narrativa é tomada somente como um “veículo”, um artefato para a transmissão de uma informação clara e concisa ao leitor/ouvinte/espectador. Nesse sentido, parece perdurar a ideia de uma suposta passividade textual e de um tipo de mediação calcada num conjunto de técnicas e métodos que por si só garantiria pluralidade e isenção ao jornal. Para isso, algumas estratégias externas ao texto deveriam ser empregadas pelo jornalista para gerar uma duplicação entre o mundo reportado e aquele narrado, dotando a notícia de um sentido totalizável e imanente (como pode ser percebido em BELTRÃO, 1969; MELO, 2004, 1994; ERBOLATO, 1982, 2008; MARCONDES FILHO, 1984; AMARAL, 1996, entre outros). Note-se que aí, a *verdade* e a *realidade* são imaginadas como alheias aos processos de textualidade, na medida em que o mundo transportado e purificado pela narrativa jornalística corresponderia ou, pelo menos, deveria corresponder (ainda que “no limite das possibilidades”) a um mundo de referência fixo; não havendo, portanto, nenhum embate entre eles.

Essa concepção de jornalismo e de narrativa, entretanto, surge-nos como problemática e redutora, na medida em que não privilegia a historicidade das textualidades e seus aspectos culturais mais amplos, seus vínculos com a vida social e, em suma, a troca comunicacional inerente a quaisquer processos de produção de sentidos. Isso porque envolve aceitar uma realidade imobilizada, transmitida e decantada pelo texto, o que equivale dizer que tanto a voz que narra quanto o leitor/ouvinte/espectador seriam agentes exógenos aos processos de configuração e refiguração de mundos possíveis. A narrativa, nessa perspectiva, se encerraria no mesmo ato de sua publicação, o que, como aponta Leal (2014), é uma proposição reducionista de seu circuito comunicativo, na medida em que desconsidera outras mediações ali presentes. Por isso, dita dicção é claramente essencialista, com ares de receituário, e diz mais daquilo que o jornalismo deveria ser do que da multiplicidade de formas em que ele se constitui, vinculando-o a um modo de ser que se oferece como permanente (LEAL, 2012; JÁCOME, 2015). Além disso, não se leva em conta as próprias especificidades do texto, as rotinas produtivas, suas relações com os dispositivos (ANTUNES, VAZ, 2006; MOUILLAUD, 2002), suas possibilidades de

agenciamento do real. Assim, pensar, como frequentemente se tem feito, que o texto é um artefato autônomo, independente dos esquemas de sua configuração sócio-histórica e cultural parece ser uma ingenuidade insustentável (POZUELO-YVANCOS, 1993, p.126; RICOEUR, 1996, p.274). Assim sendo, temos, como pontuam Carvalho (2012) e Barnhurst (2015), o que sugere ser um grave problema de ordem epistemológica nos estudos em jornalismo e que aponta uma série de contradições e a um duplo desafio: “[d]e um lado, como trabalhar a partir do que é a materialidade que torna plausíveis as análises sobre o jornalismo. De outro, como não ficar prisioneiro das limitações que, em nosso entendimento, têm marcado as reflexões sobre tal materialidade” (CARVALHO, 2012, p.19).

Ao buscar caminhos para responder essa indagação, nossas reflexões visam inquirir a maneira normativa pela qual o jornalismo tem sido prioritariamente descrito em seus discursos autorreferenciais. Isso porque, a nosso ver, diante da materialidade complexa dos fenômenos jornalísticos, o que se percebe é a adoção de uma perspectiva que parece advogar a uma concepção estreita e totalizadora do que deveria ou não ser considerado como pertencente a esse *ismo*. Dito discurso, assentado em determinados valores e concepções, tende a se afastar da experiência concreta, o que gera o hiato entre um jornalismo idealizado e as práticas e os processos efetivamente realizados ao longo da história. Assim sendo, o objetivo central de nosso trabalho é explorar esse hiato identificado entre a promoção de uma concepção identitária única e a variedade de formas pelas quais os jornais narram e sabem o mundo. Isso com vistas a historicizar uma e outra, promovendo um escrutínio histórico de algumas das narrativas que as compõem. Como forma de viabilizar metodologicamente nossa empreitada, buscaremos momentos em que essa lacuna aparece de forma ainda mais evidente nos discursos de autorreferenciação do jornalismo, o que nos permitirá, a partir daí, traçar uma rede de relações mais amplas para compreender como esse hiato e esse *ismo* são configurados, promovidos e sustentados.

Um ponto de partida que nos ajuda a delinear nosso problema de pesquisa são ocasiões em que esses padrões normativos parecem perder estabilidade, isto é, quando há uma desagregação que exige que eles sejam repontuados e explicitados. E isso, a nosso ver, pode ser percebido, por exemplo, em momentos em que se anuncia uma suposta “crise”, na qual uma série de valores surge como ferramenta para a reafirmação da normatividade. No caso do jornalismo, como veremos no próximo tópico, é possível identificar várias crises ao longo do último século. Acreditamos que entender as causas,

expressões e demandas de que essas crises particulares são resposta nos auxiliará a traçar um percurso das propostas normativas que fazem do jornalismo um *ismo* para, em seguida, problematiza-las do ponto de visto histórico.

1.1 Afirmações de uma crise sem memória

O diagnóstico de um hiato e de uma contradição epistemológica apontada nos estudos em jornalismo pode ser percebido em distintos lugares como, por exemplo, no uso dessa palavra problemática e poderosa que, nas últimas décadas (HALLIN, 1992; NOBLAT, 2003; MCCHESENEY, PICKARD, 2011), vem assumindo cada vez mais protagonismo nas reflexões (teóricas ou não) acerca do jornalismo. Essa crise apresentara sinais como mudanças radicais nos modelos de negócios (MEYER, 2007), o impacto de novas tecnologias e numa “confusão” de quem pratica ou não jornalismo (GRUPO GLOBO, 2011; DAHLGREN, 2009), a redução dos quadros profissionais, a queda de tiragem dos grandes jornais de referência, a migração do impresso para o *online* e numa crescente tabloidização (MCCHESENEY, NICHOLS, 2010; BIRD, 2010). Nesse sentido, ela tem ocupado a reflexão de muitos autores preocupados com a perda de valores que seriam fundamentais do jornalismo (ZELIZER, 2009, 2008; SANT’ANNA, 2008; ANDERSON, BELL; SHIRKY, 2012; ALMIRON, 2010; FULLER, 2010; SCHLESINGER, 2006; STARR, 2012; YOUNG, 2012; entre outros). Esse “estado de crise” é, a nosso ver (JÁCOME, LEAL, MANNA, 2014; NERONE, 2015), tanto revelador de uma série de mudanças pelas quais as práticas jornalísticas vêm passando quanto de um certo congelamento dos seus modos de compreensão, o que tende a apagar suas disputas, contradições, afirmações, silenciamentos, em suma, sua própria historicidade. Isso porque a ideia de “crise” tende a sobrepor e a fixar a existência de um passado consensual anterior, tomado como estável e sem lacunas, como se o jornalismo pudesse ter existido de uma só forma, agora em risco, o que sugeriria ou sua superação ou o retorno a uma origem perdida.

Exemplo bem ilustrativo desse problema parece ser o livro *Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir*, de Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2004). Os dois autores são fundadores do *Committee of Concerned Journalists*, organização criada a partir de um encontro preliminar que reuniu 25 jornalistas estadunidenses em Harvard em 1997 com o objetivo de buscar soluções para o que seria, naquele momento, uma “atual crise de credibilidade” do jornalismo.

Segundo os autores, dita crise estaria relacionada, entre outros fatores, à preocupação monetária dos donos dos grupos midiáticos em detrimento da atenção à qualidade da informação. Como consequência, de um lado, o público desconfiava cada vez mais dos jornalistas, chegando a repudiá-los e, surpreendentemente, de outro, os próprios profissionais começavam a concordar com o público, tendo em vista que seus trabalhos seriam valorizados não pela qualidade noticiosa, mas medidos através das margens de lucro obtidas pelas empresas (KOVACH, ROSENSTIEL, 2004, p.19). Preocupado com esse cenário em que “o jornalismo parecia desaparecer” (KOVACH, ROSENSTIEL, 2004, p.20), o grupo traçou um plano para engajar jornalistas e público em busca da resposta à seguinte pergunta: “Qual o propósito do jornalismo?”.

Assim sendo, o Comitê promoveu fóruns, debates e uma pesquisa abrangente que envolveu o testemunho de mais de 300 jornalistas em todo Estados Unidos, além de 21 debates públicos que contaram com a presença de 3000 pessoas. Resultante dessas reflexões, o livro (que foi lançado em 2001 e possui traduções em mais de 30 idiomas, sendo reeditado e ampliado a cada ano, o que denota a persistência da preocupação em relação à crise) propõe aqueles que seriam os elementos estruturadores das práticas jornalísticas e, entre outros aspectos, reforçam sua obrigação com “a” verdade, sua função de monitorar o poder de forma independente, sua lealdade para com os cidadãos e sua essência como uma “disciplina da verificação” (KOVACH, ROSENSTIEL, 2004). É uma ode àquilo que o jornalismo deveria ser, na medida em que, em toda a obra, está reforçada uma relação normativa com a realidade, baseada na crença dogmática de um método seguro para duplicá-la nas páginas do jornal a partir da responsabilidade e do compromisso do jornalista. Nesse sentido, o livro consiste numa explicitação dessa normatividade e dos valores dos quais aqueles que praticam jornalismo não poderiam abnegar. Porém, ainda na introdução da obra, encontramos uma perspectiva histórica essencialista e bastante controversa nos argumentos defendidos pelos autores. Já nas primeiras linhas do livro, Kovach e Rosenstiel (2014) afirmam, para dizer de uma suposta característica instintiva contida no desejo por notícias, que:

quando os antropólogos começaram a comparar suas anotações sobre as poucas culturas primitivas do mundo ainda existentes, descobriram um aspecto inesperado. Desde as mais isoladas sociedades tribais na África até às mais remotas ilhas do Pacífico, seus habitantes tinham uma *mesma* definição básica do que é *notícia*. Eles se divertiam com o *mesmo* tipo de fofoca. Queriam gente que pudesse se mexer rápido, apurar os dados com exatidão, e contá-los de forma envolvente. Os historiadores chegaram à conclusão de que os *mesmos valores básicos da notícia* atravessaram *firmes e constantes*, tempos e épocas. (KOVACH, ROSENSTIEL, 2014, p.5, grifos nossos).

Para além do uso bastante problemático da expressão “culturas primitivas” – que pressupõe uma escala evolutiva da sociedade e da cultura, típica da episteme moderna, tal como propunha o positivismo e o darwinismo social –, e da generalização vaga da expressão “antropólogos”, surge-nos com estranheza e com poucas garantias empíricas o argumento de que o planeta esteja unido por um *mesmo* conceito compartilhado de *notícia*. Afinal, se tomarmos, por exemplo, as valiosas contribuições de Viveiros de Castro em seus estudos sobre o perspectivismo ameríndio (1996, 2002), poderíamos dizer que se distintas formas de organização humana não compartilham sequer o *mesmo mundo* – tendo em vista as diferentes e impossíveis ontologias em que estão imersas, seria ainda mais problemático defender o partilhamento de um conceito tão específico. Além disso, mesmo na perspectiva ocidental, empreendimentos históricos como o de Lennard Davis (1983) – que, em *Factual Fictions*, buscava entender as origens do romance na Inglaterra – revelam a existência de uma instabilidade da notícia como formação cultural, que se modificou – e continua se modificando – significativamente ao longo do tempo.

Entretanto, contrários a essa perspectiva antropológica e histórica, Kovach e Rosenstiel (2004) defendem que o mistério da suposta constância – temporal e cultural – do conceito de notícias poderia ser explicado na medida em que, segundo a conclusão de “historiadores e sociólogos” – cujos nomes e estudos, obliterados, desconhecemos –, “as notícias satisfazem um impulso humano básico” (KOVACH, ROSENSTIEL, 2004, p.17). Assim sendo, os autores postulam que o jornalismo seria uma espécie de sistema concebido naturalmente por todos e quaisquer agrupamentos humanos para fornecer as tão esperadas notícias. Essa perspectiva totalizante e historicamente discutível perpassa toda a obra, estando no cerne de sua constituição. Observa-se ainda que, nela, há uma superposição automática entre jornalismo e notícia, notícia e informação, e entre informação e conteúdo, o que também parece problemático. Nesse aspecto, outro ponto do livro que nos chama especial atenção é o tópico “Jornalismo de verificação”, em que os autores retomam a metodologia da verdade que Tucídides elaborou cinco séculos antes de Cristo, ao introduzir seu relato da Guerra do Peloponeso, como forma de justificarem o trabalho da apuração jornalística:

Em relação a minha narrativa factual dos eventos... adotei como princípio não escrever a primeira história que me aparecia na frente, nem me guiar pelas falsas impressões; ou estava presente nos eventos que descrevia ou deles tinha ouvido relatos de testemunhas oculares cujas informações chequei ao máximo: Não que isso tenha facilitado a descoberta da verdade: diferentes testemunhas dão versões diferentes dos mesmos eventos, falando de forma parcial para um lado e outro, ou então com base em lembranças imperfeitas. (TUCIDIDES *apud* KOVACK, ROSENSTIEL, 2004, p.111).

Em seguida, os autores se perguntam – de maneira claramente retórica –, os motivos pelos quais dito trecho nos parecer tão contemporâneo mais de dois mil anos após haver sido escrito? E respondem: “[p]orque vai direto ao cerne da tarefa de escrever textos não-ficcionais: como podemos peneirar rumor, fofoca, memória oscilante, interesses manipuladores” (KOVACH, ROSENSTIEL, 2004, p.112). Mais que isso, Kovach e Rosenstiel (2004) defendem que “deixemos de lado todos os debates sobre o jornalismo, todas as diferenças entre os meios de comunicação ou entre uma época e outra”, na medida em que “dia a dia, estas são as questões reais enfrentadas por aqueles que tentam recolher a informação, entendê-la e depois transmiti-la a outros” (p.112). Há, portanto, uma clara proposição de abandono dos aspectos históricos.

Por isso, dita demanda nos parece bastante discutível, não em termos da veracidade histórica que propõe Tucídides, mas por ser fruto de uma perspectiva estrábica e, em muitos sentidos, contrária ao movimento que pretendemos empreender em nossa tese. Afinal, o que aconteceu nesses dois mil anos? Conceitos como ficção e não-ficção como entendemos hoje já estavam estabilizados e designados da mesma forma há tanto tempo? Noções como “memória” e “fofoca”, “testemunho” e “rumor” foram entendidos da mesma maneira nos diferentes regimes de saber pelos quais estivemos e estamos atravessados? A resposta negativa nos parece impor a provocação de que o jornalismo, enquanto fenômeno histórico, é ainda pouco compreendido, se tomado por essa perspectiva. Isso porque debatê-lo, ressaltando as especificidades entre as mídias e entre as diferentes épocas, é justamente aquilo que permite historicizá-lo. Nesse sentido, tal como resalta Ginzburg (1989), entre outros, a própria História, como disciplina, sofreu importantes modificações em seu estatuto de verdade ao longo do tempo. Segundo o autor, se tomarmos, por exemplo, a tradição grega e a historiografia moderna, sairíamos de um paradigma em que se privilegiava a figura do próprio historiador como testemunha que comunica uma experiência direta ao seu público (pautado, portanto, na *evidência da narração*), para um modo de produção de saber que busca, em provas documentais, a garantia dos seus critérios de verificação.

Além disso, também Koselleck (1999) nos demonstra, em sua história dos conceitos (*Begriffsgeschichte*), como estamos imersos em diferentes estratos temporais, e como as conceptualizações vão se conformando e se modificando ao longo do tempo, na medida em que nossas ações se vinculam à linguagem de maneira diacrônica (na semântica que me é anterior e sobre a qual não tenho controle) e sincrônica (em que cada uso pragmático da linguagem é também inaugural, diz respeito a uma situação específica e contém traços de inovação semântica). Ademais, escusado dizer da diversidade de autores como Michel Foucault, Boaventura de Sousa Santos, Hans Ulrich Gumbrecht, Paul Ricoeur, Hayden White, Thomas Pavel, Mikhail Bakhtin, François Hartog, Thomas Kuhn, entre outros, que nos demonstram como diferentes regimes de saber e paradigmas de conhecimento permitem que pensemos determinados temas e formulemos determinadas ideias e não outras se constituíram, se mantiveram e se alteraram ao longo da história.

Entretanto, voltando ao jornalismo, uma resposta à crise tende a ser, então, a recuperação de uma origem perdida (ainda que mitificada e com poucas garantias históricas), a partir de valores essencialistas que definiriam um único jornalismo e sua busca pela verdade. Esse é o mote, por exemplo, de um artigo publicado por Carlos Alberto di Franco – diretor do *Departamento de Comunicação do Instituto Internacional de Ciências Sociais* e autor de *Jornalismo, ética e qualidade* (1996) – nas edições de 02/02/2015² do jornal *O Globo* e d’*O Estado de S. Paulo*. Intitulado “Jornalismo, alma e rigor”, nele, o autor critica severamente o consumo frenético de informação (que seria uma característica dos ambientes virtuais), em que, segundo sua perspectiva, uma “enxurrada de estímulos dispersam a inteligência”. Para di Franco (2015, *online*, grifos nossos), seria necessário que *reinventemos* o jornalismo para “*recuperar*, num contexto muito mais transparente e interativo, as competências e magias do jornalismo *de sempre*”.

De maneira similar à proposta geral formulada por Kovach e Rosenstiel (2004), o pesquisador brasileiro atribui a “atual crise do jornalismo” a uma perda da qualidade do conteúdo, derivada do que seria um abandono de sua vocação pública. Para superar dita crise, que tornaria o futuro da democracia “incerto e perturbante”, o autor postula: “É preciso recuperar o entusiasmo do ‘velho ofício’” (DI FRANCO, 2015, *online*).

² Disponível em: <http://oglobo.globo.com/opiniao/jornalismo-alma-rigor-15206497>
<http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,jornalismo-alma-e-rigor-imp-,1628171> Último acesso:
 16/03/2017

Assim, frente a um horizonte de incertezas, far-se-ia necessário reinventar o jornalismo, porém, a partir daquilo que o teria definido desde sempre.

Essa proposição ambígua e paradoxal de mudanças realizadas a partir de uma mesmidade, isto é, uma identidade que se propõe transcendental e atemporal, a ser constantemente retomada, parece ser um discurso recorrente nos jornais. Tomemos como exemplo o editorial do *Estado de S. Paulo* publicado em 14 de março de 2010, data em que o diário começava a implementar mais uma reforma. No texto “O que muda e o que permanece”, o *Estadão* afirma que aquele conjunto de alterações deveria seguir

o mesmo princípio que norteou as mudanças por que passou o jornal, ao longo dos seus 135 anos de existência: *muda* a forma, para tornar mais fácil e atraente a leitura, mas *permanece inalterado* o seu compromisso com a qualidade e a exatidão da informação e com a ética jornalística. (ESTADO, 2010, *online*, grifos nossos).

Novamente, alterações na textualidade do jornal, em sua materialidade e concretude simbólica, não são relacionadas e não influenciariam os modos pelos quais a mídia sabe o mundo. Em seguida o *Estadão* reafirma seu compromisso com os leitores “por aliar o rigor da informação ao compromisso com o que considera as grandes causas de interesse público” (ESTADO, 2010, *online*). Nesse sentido, o jornal postula que nisto “não muda, porque faz parte de sua identidade, de sua credibilidade, de seu patrimônio moral” (ESTADO, 2010, *online*). O que temos aí, portanto, é a afirmação de que a identidade é sempre a mesma e que as narrativas que o jornal contou ao longo da sua história não a influenciam, apenas reforçariam ou confirmariam um compromisso original. Isso, além de claramente reduzir o papel configurador das narrativas e restringir as potencialidades refigurativas do leitor, toma a identidade como uma substância, uma essência que resistiria ao tempo, à alteridade e, conseqüentemente, à própria história. Note-se que um mesmo tipo de idealização – a referência a uma integralidade identitária essencial do jornalismo – emerge em diferentes contextos enunciativos.

O *Grupo Globo*, por exemplo, quando do lançamento dos seus princípios editoriais, retomou a imagem de seu fundador, Irineu Marinho, para postular que desde 1925, as empresas jornalísticas que compõem o conglomerado e que foram “comandadas por quase oito décadas por Roberto Marinho, agem de acordo com princípios que as conduziram a posições de grande sucesso” (GRUPO GLOBO, 2011, *online*). Em seguida, defende-se que ditos princípios se mantiveram ao longo do tempo

e que, ademais, foram “praticadas por gerações e gerações de maneira intuitiva, sem que estivessem formalizadas ordenadamente num código” (GRUPO GLOBO, 2011, *online*). No tópico seguinte, que diz de uma “Breve definição do jornalismo”, temos explicitados quais seriam esses princípios e o que definiria a prática jornalística segundo a ótica do Grupo:

Antes, costumava-se dizer que o jornalismo era a busca pela verdade dos fatos. Com a popularização confusa de uma discussão que remonta ao surgimento da filosofia (existe uma verdade e, se existe, é possível alcançá-la?), essa definição clássica passou a ser vítima de toda sorte de mal-entendidos. A simplificação chegou a tal ponto que, hoje, não é raro ouvir que, não existindo nem verdade nem objetividade, o jornalismo como busca da verdade não passa de uma utopia. É um entendimento equivocado. Não se trata aqui de enveredar por uma discussão sem fim, mas a tradição filosófica mais densa dirá que a verdade pode ser inesgotável, inalcançável em sua plenitude, mas existe; e que, se a objetividade total certamente não é possível, há técnicas que permitem ao homem, na busca pelo conhecimento, minimizar a graus aceitáveis o subjetivismo. (GRUPO GLOBO, 2011, *online*).

No trecho, há uma recuperação do passado – “antes, costumava-se dizer” – que dita os contornos do que é entendido como a “definição clássica” do jornalismo, isto é, “a busca pela verdade dos fatos”. Em seguida, critica-se não essa demarcação, mas os mal-entendidos provocados pelo que seria uma popularização “confusa” da discussão sobre a verdade. Sem enveredar-se por “uma discussão sem fim”, o documento remonta à tradição filosófica “mais densa” – ainda que as bases de tal tradição não sejam explicitadas – para defender essa definição clássica e advogar que se a objetividade total não é possível, o auxílio de técnicas específicas possibilitaria ao homem minimizar seu subjetivismo. Nesse fragmento dos *Princípios Editoriais* podemos perceber, portanto, a defesa de uma separação viável entre a subjetividade humana e a objetividade dos fatos, entre natureza e sociedade: a verdade estaria na natureza; caberia a nós, portanto, procurar mecanismos cada vez mais eficientes em sua busca. E, ainda que ditas técnicas mudem e a sociedade evolua, a “essência do jornalismo” deveria permanecer sempre a mesma, na medida em que a verdade continuaria sempre lá, à espera de sua apreensão.

Argumento similar pode ser encontrado em outros jornais latino-americanos, como, por exemplo, no editorial do dia 28 de agosto de 2015³ do diário argentino *Clarín*, que marcava as comemorações dos 70 anos da publicação. Nele, lemos:

³ Disponível em: http://www.clarin.com/sociedad/Periodismo-independencia-democracia_0_1420657993.html Último acesso: 16/03/2017

O desenvolvimento tecnológico modelou – e segue remodelando a cada minuto – uma nova sociedade, condutas e hábitos, tendências, conhecimentos, novas fronteiras que são rápida e diariamente superadas. Em definitivo, o mundo é outro, suas instituições também, as pessoas tiveram que adaptar suas vidas ao sopro dos novos tempos. Somente aqueles hábitos culturais intensos souberam reinventar-se desde suas origens sem pestanejar ante as essências originárias. Sem o respeito a essas pedras fundamentais, a humanidade não poderia ter sobrevivido a seus ciclos de progresso e mudança. (CLARÍN, 2015, *online*, no original em espanhol).

Ou seja, o que a publicação argentina defende é que a sociedade se modifica rapidamente, amparada pelo desenvolvimento tecnológico que a faz superar *novas* fronteiras de formas cada vez mais *velozes*, adaptando-se ao sopro dos *novos tempos*. Voltaremos à questão da aceleração do tempo adiante. Por agora, gostaríamos de remarcar o outro polo proposto pelo diário sul-americano: a ideia de que “somente aqueles hábitos culturais intensos souberam reinventar-se desde suas origens sem perder as essências originais” (CLARÍN, 2015). Retoma-se, portanto, a defesa de uma “essência mesma das coisas”, sem as quais a humanidade, segundo a publicação, não poderia ter sobrevivido ao progresso e à sua dinamicidade. E justamente aí atuaria o jornalismo que, estando imerso nesse turbilhão de novidades dos quais seria testemunha, continuaria leal – “em velhas ou novas plataformas, não importa” – à sua “característica mais elementar” (CLARÍN, 2015): ser fiel à verdade e aos interesses da sociedade. Novamente, a sociedade mudaria, se transformaria, mas a verdade a ser buscada incessantemente pelo jornalismo deveria permanecer substancialmente a mesma, tal como a sua missão e, por consequência, a ideia que ele possui de si próprio.

De uma maneira a princípio contrária a essa perspectiva, a resposta à crise tende a ser encontrada justamente na superação do que seria a “definição clássica” de jornalismo. Ao apontar seus contornos, Peter Dahlgren (2009, 2010) afirma que diante de novas formas de produção e de circulação do saber, o jornalismo vem se desmoralizando e, como consequência, as pessoas se informariam cada vez menos sobre o mundo a partir do que ele chama de “o modelo tradicional”. Isto é, aquele em que uma empresa ou corporação midiática detém as ferramentas de produção e de transmissão das notícias por canais unidirecionais. Como causas da desmoralização desse modelo, o autor identifica que as duras imposições do mercado teriam sido as responsáveis por corroer os valores jornalísticos. Se, por um lado, o jornalismo nunca foi isento de críticas, aponta Dahlgren (2009, 2010), esse novo ambiente midiático, marcado pela presença e atuação de novos agentes na produção e circulação da informação, ajudaria a aprofundá-las e a confundir aquilo que deve ou não ser considerado jornalismo:

a própria definição do que deve ser considerado jornalismo (assim como quem é ou não jornalista) torna-se turva, já que seus limites têm sido desafiados em várias frentes por outros modos de relações públicas, pela cultura popular, pela comunicação política, pela informação não-noticiosa, *ad hoc* ou pelo jornalismo cidadão, pelo conteúdo gerado pelo próprio usuário e por outros fenômenos. (DAHLGREN, 2009, p.147, no original em inglês).

Dahlgren (2009, 2010), entretanto, ressalta que o diagnóstico da crise não se referiria exatamente ao jornalismo de uma maneira geral, mas sim àquilo que poderia ser chamado de seu “paradigma clássico” que, como aponta, “clama por uma apresentação precisa e imparcial da realidade que existe independentemente de sua história e que é externa às instituições do jornalismo” (DAHLGREN, 2009, p.147, no original em inglês). Dito paradigma, podemos perceber, possui características semelhantes aos “elementos estruturadores” propostos por Kovach e Rosenstiel (2004) e à proposição identitária formuladas pelas mídias informativas acima citadas. E, segundo Dahlgren (2009, 2010), ainda que no “mundo real” o jornalismo nunca tenha operado dessa forma, esse modelo normativo paradigmático tem guiado nossas expectativas e entendimentos acerca dele. Esse tipo de perspectiva está, quase sempre, alicerçado na ideia de uma suposta realidade mais ou menos estável a ser transmitida ao leitor/ouvinte/espectador de forma objetiva.

Visto isso, Dahlgren (2009, 2010) reconhece a crise desse “modelo clássico”, entendido como “mono-epistêmico”, e vê com bons olhos a possibilidade de inserção de novos agentes na produção jornalística e na quebra dos grandes monopólios noticiosos. Diante de novas formas de jornalismo, que se caracterizariam por sua multi-episteme (isto é, por uma natureza multi-direcional das ferramentas de produção e circulação de conteúdos) e por serem ainda um espaço de indefinição, o autor afirma suspeitar que a “objetividade” siga desvanecendo como referente tradicional para a definição do “bom jornalismo”. Entretanto, preocupado, ele se pergunta: “como manter, normativamente e na prática, o que poderíamos chamar de critérios para os modelos de qualidade jornalística? Como distinguiremos a verdade real da verdade aparente?” (DAHLGREN, 2010, p.36, no original em espanhol.). Ao postular o que seria a existência de uma “verdade real”, o pesquisador defende que, se a objetividade tem servido como parâmetro tradicional de legitimação do bom jornalismo, mas aparenta estar “em crise”, noções próximas a ela poderiam ser utilizadas como critérios consistentes para um jornalismo de qualidade nesse novo ambiente modificado pela ação de novos agentes e possibilidades tecnológicas. Para ele, mesmo sem a objetividade como estratégia

profissional e ideológica definitiva, seria possível manter o ideal do que chama de “verdade real” e mobilizar elementos para um bom exercício jornalístico.

Assim, Dahlgren (2010) sugere que o jornalismo adote alguns critérios, enumerados da seguinte maneira: 1) *Certeza*, adesão àquilo que é faticamente indiscutível; 2) *Imparcialidade*, representando uma pluralidade de vozes; 3) *Transparência*, revelando nuances do seu processo produtivo e os limites do conhecimento; 4) *Prestação de contas*, através de um rigoroso controle de erros, mentiras e desinformação (DAHLGREN, 2010, p.36, no original em inglês). Para o autor, esses seriam “sólidos critérios de qualidade jornalística”, adaptados aos novos cenários midiáticos e capazes de superar a ideia “clássica” de objetividade.

Uma proposta muito similar à de Dahlgren pode ainda ser observada no pequeno ensaio “The end of objectivity”⁴, de Dan Gillmor (2005). Nele, o autor afirma que temos que reconhecer nossa condição humana, isto é, aceitar o fato de que possuímos diferentes pontos de vista e repertórios que incidem na produção da notícia. Nesse sentido, Gillmor (2005) também defende que deveríamos substituir a palavra “objetividade” por outras chaves de compreensão dos fenômenos jornalísticos, tais como: profundidade (*thoroughness*), exatidão (*accuracy*), justiça (*fairness*) e transparência (*transparency*). Ou seja, em ambos os autores, substitui-se a palavra, mas a relação proposta com a realidade, bem como uma ideia de jornalismo, permanece substancialmente a mesma. Por sua parte, Kovach e Rosenstiel (2004) são bastante críticos do que consideram ser uma visão distorcida do que significaria objetividade. Segundo os autores, o conceito, quando migrou das ciências sociais para o jornalismo, não denotava que os jornalistas eram isentos de ponto de vista. Objetividade, para eles, não significa a “visão de nenhum lugar”, como criticou Jay Rosen (2003)⁵. Ao contrário, afirmam os autores, é justamente porque os humanos possuem viés que deveríamos nos concentrar na criação de um método seguro para apurar os fatos. Assim, para eles, a objetividade deve ser entendida mais como um método profissional e menos como uma característica intrínseca ao jornalista.

Note-se aí que tanto Dahlgren (2009, 2010) quanto Kovach e Rosenstiel (2004), apesar de reagirem à crise de maneiras a princípio distintas (o primeiro mais otimista em relação à superação do modelo clássico, e os outros dois mais confiantes na retomada de

⁴ Disponível em:

http://dangillmor.typepad.com/dan_gillmor_on_grassroots/2005/01/the_end_of_obje.html Último acesso: 16/03/2017

⁵ Disponível em: <http://archive.pressthink.org/2003/09/18/jennings.html> Último acesso: 16/03/2017

seus pressupostos), concluem, como Gillmor (2005), reafirmando valores e relações estáveis, tais como podemos perceber nos discursos normativos dos jornais citados. Isso, de um lado, apregoa o que seria a existência de uma essência fixa para o jornalismo, que independeria dos processos e das narrativas que compõe as distintas mídias informativas, bem como das próprias modificações sofridas pela sociedade. Além disso, reafirma-se a separação entre sujeitos e objetos, sociedade e natureza, na qual métodos seguros seriam capazes de estabilizar os fatos e apartá-los dos valores. Entretanto, como o mesmo Dahlgren (2009) ressalta, trata-se de um modo de compreensão que, quiçá, nunca tenha existido no mundo real...

Esta é, portanto, uma proposição carente de historicidade, na medida em que a aparente “solução” para a crise desconsidera as materialidades do próprio jornalismo, reforçando o hiato entre um modo de ser idealizado e práticas e processos historicamente verificáveis.

1.2 Uma crise persistente e circular

Cabe aclarar que nem o diagnóstico da crise e nem mesmo esse conjunto de respostas são exclusivamente atuais. A estranha superação de uma “definição clássica do jornalismo” com a reafirmação da busca incessante pelos fatos já foi uma fórmula utilizada no Brasil, por Otávio Frias Filho, em 1985, quando a *Folha de S. Paulo* apresentou aos leitores e anunciantes o seu novo projeto editorial. Na edição do dia 27 de julho da seção “Ilustrada”, o jornal começava a expor as características do “Projeto Folha”. Na matéria principal, intitulada “Um jornalismo moderno e necessário”, o periódico lançava as bases do desenvolvimento do projeto que iria balizar suas ações, através das quais pretendia ofertar ao público um “jornalismo crítico, apartidário, moderno e pluralista” (FOLHA, 1985, p.41). Nesse ponto, nos convoca especial atenção a retranca publicada na mesma página, assinada pelo diretor de redação sob o título de “A crítica da crítica da objetividade”. Nela, Otávio Frias Filho começa seu texto afirmando que:

Houve uma época em que se acreditava na objetividade do jornalismo. Isso aconteceu na idade de ouro dos jornais, antes da popularização do rádio e até da TV. Bastava que o jornal ou o jornalista tivesse “boas intenções” - era o que se pensava - para que o registro dos fatos fosse uma imagem perfeita do seu próprio conteúdo. (FOLHA, 1985, p.41).

É possível perceber que o recurso utilizado na construção argumentativa da *Folha* é bastante similar ao empregado pelo *Grupo Globo*, duas décadas e meia depois. Há uma rememoração do passado – “houve uma época” – para dizer da crença na objetividade no jornalismo, que seria típica da “idade de ouro dos jornais”. Essa seria, como aponta o editor do jornal, a “objetividade clássica”, que teria sofrido muitas críticas, principalmente a partir dos anos 1960 – coincidentes, portanto com a guinada linguística –, na medida em que, diz o autor, “há muitas maneiras de ver o mesmo fato e o jornalista tem que optar por uma delas” (FOLHA, 1985, p.41). Dita crítica, segundo Frias, teria sido a responsável direta pela criação da imprensa alternativa no Brasil, “francamente partidária” e, também no interior da grande mídia, teria surgido a ideia de que a “única objetividade capturável pela imprensa do establishment seria a da aparência” (FOLHA, 1985, p.41).

Novamente, a exposição dos argumentos de Frias é análoga àquela realizada nos *Princípios Editoriais* e também à proposição de Kovach e Rosenstiel (2004). Isto é, em algum momento na história do jornalismo creu-se na objetividade como método seguro para o registro dos fatos. Entretanto, por conta das simplificações e mal-entendidos ou por julgamentos desprovidos de sustentação, dita definição teria sofrido inúmeras críticas, responsáveis por deturpar seu sentido original. Por isso, o que deveria ser criticado para esses agentes não é a base que sustenta a ideia de objetividade (e que seria definidora da prática jornalística por excelência), mas sim as formulações que a criticam. Desse modo, aponta Frias, a “experiência recente da Folha se enquadra numa espécie de crítica à crítica da objetividade” (FOLHA, 1985, p.41), o que significaria a adoção de três pilares que guiariam o novo projeto editorial do diário. O primeiro deles diz respeito a “recuperar a dimensão factual do mundo que o jornal registra, factual no sentido de ser verificável fora da linguagem” (FOLHA, 1985, p.41). Assim sendo, o que o jornal postula é uma cisão possível e viável entre linguagem e realidade, entre um mundo das regularidades e outro, que se transforma. Ou seja, a crença numa separação radical entre linguagem e mundo, sujeito e objeto, é reforçada e defendida pelo jornal como a base da relação que ele estabeleceria com a realidade. Portanto, Frias critica implicitamente a ideia “clássica” dos jornais da “idade de ouro”, mas, para isso, reforça suas características e retoma seus pressupostos...

Nessa perspectiva, advoga-se que se a objetividade total talvez não seja alcançável, técnicas seguras seriam capazes de diminuir as subjetividades, numa espécie de realidade confiável *apesar* da linguagem. Esse é o principal argumento do segundo

pilar, em que se advoga “a força de um método seguro” que, sendo impessoal, seria capaz de fixar um mesmo olhar sobre o mundo. Temos aí, portanto, a proposição da adoção do método como uma espécie de lente que, se utilizada pelos jornalistas, daria a eles um mesmo direcionamento do olhar, capaz de garantir que os “contornos da realidade, seus acidentes, disfarçados pela nuvem da ideologia, apareçam para um leitor atento” (FOLHA, 1985, p.41). Por último, Frias descreve a possibilidade de existência de realidades nas quais, segundo ele, não haveria experiência factual (seriam, portanto, inexistentes fora da linguagem), e em que a técnica do confronto de ideias deveria ser utilizada para contrapor versões e encontrar, um dia, “um esqueleto de verdade”.

É possível notar, então, uma manutenção dos padrões normativos para o jornalismo, bem como da relação proposta com a realidade, que pode ser percebida em contextos históricos diversos. Pese algumas diferenças entre esses discursos autorreferentes (os *Grupo Globo*, por exemplo, parece bem menos confiante na possibilidade de “ser objetivo” do que a *Folha*, apesar de ambas a terem como uma clara meta), temos, nesse ponto, pelo menos três questões que nos parecem problemáticas e fortemente entrelaçadas: o diagnóstico da crise, a ideia de uma identidade jornalística presentista e que não varia no tempo, e a relação dicotômica entre linguagem x mundo natural, na qual a linguagem surgiria como uma espécie de empecilho para se atingir uma suposta verdade plena. Empecilho esse que deveria ser parcialmente sanado pela adoção de técnicas factuais seguras e pelo reforço da normatividade e seu conjunto de valores.

Em relação ao diagnóstico de crise, se recuarmos um pouco mais no tempo, entre as décadas de 1930 e 1940, veremos que nos Estados Unidos havia, entre os críticos da imprensa, uma voz quase uníssona que denunciava uma cisão entre os interesses da sociedade e os interesses dos donos dos jornais. Segundo Margaret Blanchard (1977), a imprensa era rotulada, nesse então, como sendo “representante de interesses comerciais e das classes sociais mais abastadas, descompassada em relação aos desejos sociais da população geral, na medida em que refletia o viés de seus proprietários na apresentação das notícias” (BLANCHARD, 1977, p.8, no original em inglês). O estado de crítica em relação à atuação dos jornais era tão grande que, segundo a autora, “muitos observadores contemporâneos estavam inclinados a acreditar que a imprensa tinha perdido sua influência com o público e que não conseguiria fazer-se crer novamente” (BLANCHARD, 1977, p.9, no original em inglês).

Nessa época, os jornais e corporações midiáticas dos EUA sofriam ainda uma série de derrotas na Suprema Corte, com a revisão do entendimento do alcance da Primeira Emenda⁶ (segundo a Suprema Corte estadunidense, ela deveria valer para todos os cidadãos e não como prerrogativa de um grupo social específico, no caso a imprensa, como era um entendimento bastante comum à época). Nesse sentido, pela primeira vez na história daquele país, “os jornais se viram tachados como partícipes de interesses comerciais e sujeitos a, pelo menos, algum tipo de supervisão governamental” (BLANCHARD, 1977, p.7, no original em inglês)⁷. Foi nesse contexto midiático e jurídico conturbado que, em 1942, começou-se a gestar uma comissão nos Estados Unidos denominada *Commission on Freedom of Press*, composta por 13 expoentes intelectuais do país provenientes de áreas como Direito, Economia, História, Sociologia, Filosofia e Teologia. O grupo foi formado e liderado pelo então presidente da Universidade de Chicago, Robert M. Hutchins (e, por isso, a comissão ficou popularmente conhecida como *Hutchins Commission*), que optou por não convidar nenhum membro da imprensa por acreditar que o trabalho de avaliação poderia ser, assim, mais objetivo.

A finalidade da comissão, anunciada oficialmente em 1944, era inquirir e examinar áreas e circunstâncias nas quais a imprensa estadunidense era exitosa ou falha, com o intuito de descobrir “onde a liberdade de expressão era ou não limitada, se por censura governamental, pressão dos leitores ou dos anunciantes, pela falta de conhecimento dos seus proprietários ou pela timidez dos seus gerentes” (tal como discurso de Hutchins publicado na edição de 29 de fevereiro de 1944 de *The New York Times*⁸). A composição da comissão foi possível graças a recursos (US\$200.000,00) repassados à Universidade de Chicago por Henry Lucy, *publisher* da *Time, Inc* e pela Enciclopédia Britânica (US\$15.000,00). Entretanto, segundo Hutchins, nem a Universidade, nem a empresa midiática ou a editora tinham conexões diretas ou exerciam influência nos trabalhos desenvolvidos pelo grupo.

De acordo com Blanchard (1977), alguns membros da comunidade profissional do jornalismo elogiaram o lançamento deste empreendimento, porque o viam como uma

⁶ A Primeira Emenda é uma parte da constituição dos Estados Unidos que impede seu governo de restringir a liberdade de expressão e de religião: "Congress shall make no law respecting an establishment of religion, or prohibiting the free exercise thereof; or abridging the freedom of speech, or of the press; or the right of the people peaceably to assemble, and to petition the Government for a redress of grievances."

⁷ Ver, por exemplo, o julgamento *Associated Press vs. National Labor Relations Board*

⁸ Disponível em: <http://timesmachine.nytimes.com/timesmachine/1944/02/29/86847611.html> Último acesso: 16/03/2017

possibilidade de elevar a decadente imagem dos jornais e fazer crescer o entendimento público da importância da liberdade de imprensa. “Por causa da presente *crise mundial*”, afirmava Hutchins, “a comissão se deteve no estudo do papel dos meios de comunicação de massa na educação das pessoas em relação do debate público” (COMMISSION, 1947, p.VI, no original em inglês. Com grifos nossos). A ampliação da definição do termo *press* para outras mídias como o rádio, revistas e imagens em movimento foi vista como um esforço da comissão em estender o entendimento social do alcance da proteção da Primeira Emenda, num momento em que esta lei, como vimos, era alvo de disputas e revisões.

Durante os três anos de trabalho do grupo, foram entrevistadas mais de 225 pessoas diretamente ligadas à imprensa (jornalistas, *publishers*, agentes da indústria, do governo, de empresas privadas etc.) e analisados 176 documentos. O diagnóstico da *Hutchins Commission*, lançado em 1947 com o nome de *Free and Responsible Press*, chegou à conclusão de que, sim, a “liberdade de expressão estava em claro e sério risco nos Estados Unidos” (COMMISSION, 1947, p.1, no original em inglês). Mas o relatório final aclarava que esse risco era amplamente devido ao próprio desempenho dos donos da imprensa e não por alguma ameaça de censura governamental. Segundo a comissão, os sinais dessa crise poderiam ser percebidos de, pelo menos, três modos: 1) a importância do jornalismo para as pessoas decrescia enormemente e o desenvolvimento da imprensa como meio massivo diminuía a proporção das pessoas que podiam se expressar por ela, 2) os poucos responsáveis pela imprensa não proporcionavam um serviço adequado às necessidades da população, e 3) aqueles que dirigiam a imprensa estavam engajados em práticas que a sociedade condenava.

A evidência? O sensacionalismo, uma ênfase no típico e no estereótipo, a mentalidade do “furo”, a tênues linhas entre propaganda e jornalismo, bem como um aumento da concentração da propriedade midiática (CRAFT, DAVIS, 2013). Para a comissão, era chegada a hora de a imprensa assumir as reponsabilidades e reconhecer a necessidade da nação moderna que se erigia no pós-guerra. Num mundo que se complexificava cada vez mais, seria função da imprensa promover um “verdadeiro, compreensível e inteligente relato dos eventos do dia” (COMMISSION, 1947, p.20, no original em inglês). Entretanto, contrariamente a esses pressupostos, segundo o relatório, nas páginas dos jornais eram encontradas “histórias de assassinos de *night-clubs*, motins raciais, greves, violência e brigas nas repartições públicas” (COMMISSION, 1947, p.65, no original em inglês).

Os riscos sob os quais pendia a liberdade de expressão seriam em parte fruto da própria estrutura econômica da imprensa, mas também, de acordo com o relatório, uma consequência da organização industrial da sociedade moderna. Visto isso, a comissão criou uma extensa lista de recomendações, que envolviam a autorregulação, o exercício crítico constante entre os jornalistas e o compromisso com o público: “Não persuadir ninguém a nada e tampouco vender alguma coisa, mas sim trazer os significados dos acontecimentos do dia” (COMMISSION, 1947, p.22, no original em inglês), pontuava o relatório. “Isso não significa que a imprensa não persuada ou venda coisas. Mas sim que isso não deva ser a meta. A meta da notícia é divulgar informações sob a certeza de que quando os cidadãos são devidamente informados, eles agem de maneira correta” (CRAFT, DAVIS, 2013, p.12, no original em inglês). Ademais, a comissão se opunha à interferência governamental no exercício da imprensa – tal como apontado num resumo dos resultados do relatório assinado por Hutchins e publicado, “com exclusividade”, pela *Folha da Manhã*, na edição de 08 de julho de 1947 – o que, como veremos, era um dos pilares da tentativa de exportação dos ideais da imprensa estadunidense para o mundo.

Entretanto, as críticas da comissão em relação à atuação dos jornais não foram bem recebidas por muitos órgãos de imprensa à época. No *Chicago Tribune*, por exemplo, um artigo assinado por Frank Hughes na edição de 27 de março de 1947 tinha como título: “‘A FREE PRESS’ (HITLER STYLE) SOUGHT FOR US – Totalitarians tell how it can be done”. Nele, a comissão era acusada de tentar impor argumentos comunistas e de mascarar uma defesa da regulação midiática por parte do governo, em consonância com as últimas decisões da Suprema Corte. O relatório final era construído, segundo Hughes, a partir de proposições totalitárias e fascistas, muitas das quais “não poderiam haver sido mais bem escritas por Adolf Hitler e Joseph Goebbels” (HUGHES, 1947, p.38, no original em inglês). De maneira similar, *The Wall Street Journal* também foi bastante crítico em relação aos trabalhos da comissão, entendida pelo jornal como um “código para a censura” (BATES, 1995). Além disso, segundo Blanchard (1977), a comissão foi deslegitimada por muitos jornais por haver sido formada por um grupo de acadêmicos que tinham pouca relação com a imprensa e que, por isso, eram acusados de não vivenciarem de perto seus problemas. Entretanto, polêmicas com os jornais à parte, a comissão foi importante, na medida em que se, por um lado, representou uma crítica potente em relação à estrutura da indústria da mídia, por outro, cria na habilidade das próprias organizações midiáticas em definir e elucidar

valores e metas para toda a sociedade (NERONE, 2013, pp.19-20). É da comissão que provém a chamada *Teoria da Responsabilidade Social da Imprensa*, que inspirou e tem inspirado reflexões normativas até hoje (SIEBERT, PETERSON, SCHRAMM, 1956; CHRISTIANS et al., 2009).

Não é gratuito, portanto, que a *Hutchins Commission* tenha chegado, seis décadas antes, a conclusões similares às propostas por Kovach e Rosenstiel (2004), e com respostas de superação de crises muito semelhantes àquelas que observamos nos jornais atuais e também na década de 1980, na *Folha*, entre outros. Uma possível avaliação a ser feita é que o jornalismo não conseguiu superar os desafios e perigos já apontados no final da década de 1940. Entretanto, se recuarmos ainda mais no tempo, na passagem do século XIX para o XX e, sobretudo, nos anos de 1920, encontramos um quadro de críticas similar às feitas pela *Hutchins Commission* e pelos *Concerned Journalists* e que nos sugere outras conclusões.

“A presente crise na democracia ocidental”, afirmava Walter Lippmann em seu ensaio *Liberty and the News*⁹ (1920, p.5), “é uma crise no jornalismo”. O autor denunciava que muitos jornais, naquela época, se prestavam mais em exibir propaganda governamental do que fatos verdadeiros. Como aponta, “desde a guerra, especialmente, editores começaram a acreditar que o maior dever não seria o de reportar, mas sim o de instruir, não imprimir notícias, mas sim salvar a civilização” (LIPPMANN, 1920, p.7, no original em inglês). A crise, então, seria resultado das ligações íntimas entre as preocupações do governo e os interesses dos jornais, tendo em vista o caráter pouco fiscalizador e contestatário desse último. Isso fazia com que o jornalismo assumisse um viés panfletário e, como consequência, segundo o autor, o trabalho dos repórteres se assemelhava e se confundia com o dos pastores, profetas e agitadores (LIPPMANN, 1920).

Desse modo, as práticas jornalísticas estariam cobertas por corrupção e interesses próprios, apontava Lippman (1920). Como diagnóstico dessa preocupante situação, num outro ensaio, publicado na revista *The New Republic* também nos anos 1920, Lippmann, em parceria com Charles Merz, propôs “Um teste das notícias” (*A test of the news*¹⁰), em que era analisada a cobertura que havia sido feita pelo *New York*

⁹ Disponível em: <https://archive.org/stream/libertynews00lippuoft#page/n0/mode/2up> Último acesso: 16/03/2017

¹⁰ Disponível em: https://archive.org/stream/LippmannMerzATestoftheNews/Lippmann_Merz_ATestoftheNews#page/n0/mode/2up Último acesso: 16/03/2017

Times em relação à Revolução Russa de 1917. Dito teste era oferecido como uma evidência em relação às dúvidas sobre as capacidades da imprensa em relatar os assuntos públicos de maneira correta e com qualidade. Os autores, após a análise de três anos de material (o que envolveu a revisão de mais de três mil itens), chegaram à conclusão de que as notícias do *NYT* não podiam ser descritas como sendo menos do que um desastre, já que “distorciam informações devido à relação com provedores oficiais de informação. (...) Elas indicam opinião, são controladas por propósitos específicos e não são confiáveis” (LIPPMAN, MERZ, 1920, p.3, no original em inglês). Um exemplo dessas falhas, aponta Michael Schudson (2007) ao lembrar o estudo de Lippman e Merz, é que em 91 oportunidades o *NYT* assegurou aos seus leitores que o regime revolucionário comunista estava prestes a cair.

As notícias analisadas teriam, então, falhado no teste proposto devido aos altos níveis de intromissão editorial em suas confecções. Além disso, o baixo nível de educação dos profissionais, segundo Lippman e Merz (1920, p.42, no original em inglês), fez com “homens treinados de maneira imprópria [referindo-se aos correspondentes da Revolução Russa] distorcessem a nação inteira”. Assim sendo, os autores apontavam que as bases profissionais do jornalismo estadunidense não eram suficientemente elevadas. Nessa mesma perspectiva, em *Liberty and The News*, Lippmann defendia veementemente que “não pode haver lei maior no jornalismo que dizer a verdade e envergonhar o diabo” (1920, p.17, no original em inglês). Para isso, ele clamava para que os profissionais não abrissem mão das virtudes da objetividade e da credibilidade como estratégias da busca pela verdade.

Portanto, os argumentos retóricos utilizados ali são muito similares aos dos discursos normativos que vêm acompanhando as reflexões hegemônicas sobre o jornalismo até hoje, o que nos impõe uma série de desafios para sua compreensão como fenômeno histórico. Afinal, como podemos perceber, tanto o diagnóstico do que, em seus momentos, seriam crises “atuais” do jornalismo, como um conjunto de soluções propostas para sua superação é algo que vem se repetindo nos últimos cem anos, em diferentes contextos, num discurso recidivante e sem memória. Isso porque, frente a um cenário de incertezas trazido pela “crise”, o que se propõe majoritariamente tanto nos meios acadêmicos quanto nos próprios discursos autorreferentes das mídias é a superação dos problemas do jornalismo a partir dos mesmos paradigmas e conjecturas que, supostamente, estariam sustentando suas práticas “desde sempre”: “*Less bias, more facts*” (Kaplan, 2002, p.26). Como aponta Richard Kaplan (2010), ao dizer das origens

do ideal do jornalismo como um espaço neutro de informação factual e deliberação pública, quase sempre quando algum sistema jornalístico entra em crise, algo como a objetividade é proposto como solução.

Esse diagnóstico nos sugere, então, que a diversidade de formas, processos, qualidades e relações que fazem do jornalismo um fenômeno histórico-social complexo parecem ser ainda pouco abordadas, o que constitui uma perda relevante para sua apreensão e para a reflexão acerca das distintas realidades em que ele se insere e atua. Por isso, como viemos sustentando ao longo deste capítulo, entre a fixidez essencialista dos discursos de autorreferenciação e a multiplicidade de fazeres e narrativas, a dissimetria parece enorme. Este hiato – entre o entendimento do jornalismo como um único modo de ser e a efetividade dos seus variados modos de existir – pode ser percebido em diversos níveis: a partir de uma concepção contemporânea da narrativa (WHITE, 1992; RICOEUR, 1994, 1995, 1996; LEAL, 2012) que põe em xeque esse discurso unificador e uníssono, ao postular seu caráter configurador e seu traço inerente de inovação semântica; nas próprias textualidades enquanto redes históricas, que tensionam esse discurso homogeneizante, revelando zonas de indeterminação, de continuidades e de rupturas, não condizentes como a crença num único modo de ser; além da multiplicidade dos seus modos de fazer, as constantes alterações em suas formas de circulação, as modificações nas relações de trabalho, as variações em seus modelos de negócio, o surgimento de novas tecnologias e de distintas formas de apropriação e ressignificação por parte de seus leitores/espectadores/ouvintes.

Por isso, o percurso deste capítulo nos sugere que crises específicas guardam consigo muitas generalidades e, eventualmente, postula Nerone (2013, p.12, no original em inglês), “uma crise que continua acontecendo não pode mais ser pensada como uma crise. Ao contrário, a colisão de forças produzindo a crise tem de ser pensada como constitutiva da disciplina”. Essa produção de uma sensação persistente de crise está diretamente relacionada, a nosso ver, à proposição de uma temporalidade linear, o que faz com que a crise emergja como resultado de um tempo que se tece e se cinge em si mesmo. Isto é, a mitificação de um passado glorioso como promessa de futuro a partir de idealizações de “como o jornalismo deve ser” tende a apagar a historicidade que faz dele um fenômeno social e, portanto, permanentemente sujeito a mudanças. Consequentemente, a resposta para a superação dessa crise aponta a uma espécie de futuro póstumo, tendo em vista que o que se sustenta é o retorno de um passado idealizado, pouco problematizável e, em suma, pouco historicizado. Dito passado surge

como algo a ser retomado para que o jornalismo possa, de maneira ambígua, postular sua superação.

Há, dessa maneira, um certo *presentismo* nas análises e na concepção do jornalismo (ANTUNES, 2007, 2008) que tende a desconsiderar estratos de tempo (KOSELLECK, 2014) heterogêneos em favor de uma linearidade. Esse *presentismo* não é um atributo exclusivo das reflexões sobre os fazeres jornalísticos, mas antes, uma característica do próprio regime de historicidade moderno. Para Hartog (1996, 2013), um regime de historicidade é uma maneira específica de engrenar passado, presente e futuro, que diz de percepções sociais em relação ao tempo. No caso da modernidade, aponta o autor, a constante sensação de crise é também oriunda de uma espécie de privilégio de um presente que se configura como onipresente e onipotente, impondo um horizonte que tende a valorizar o imediatismo, apropriando-se do passado como monumento estabilizado, exemplar a serviço do próprio presente.

Nesse sentido, no próximo tópico, propomos discutir, num primeiro momento, a relação entre jornalismo e sua temporalização moderna. Isso nos permitirá, em seguida, abordar as relações entre a própria instituição jornalística e a modernidade para, assim, começarmos a compreender a constituição deste *ismo* específico. Desse modo, o moderno caracterizará aqui um modo de relação com o tempo e com a realidade, sobre o qual a visada da historicidade apresenta-se como um viés problematizador que permitirá questionarmos o que parecer ser uma crise da própria capacidade crítica, que legitimou e estabilizou o hiato que identificamos anteriormente.

1.3. Jornalismo como um singular coletivo

“Cobertura 24 horas”. “Atualizações a cada minuto”. “Jornalismo em tempo real”. “Nunca desliga”. “Em 20 minutos tudo pode mudar”. Essas são algumas expressões e *slogans* que frequentemente ouvimos, lemos, e assistimos no nosso cotidiano como leitores/espectadores/ouvintes de produtos jornalísticos diversos. Ditas expressões são representativas da maneira pela qual as mídias têm percebido sua relação com o tempo. Tomado pelo prisma da notícia, o jornalismo é geralmente vislumbrado como o veiculador do novo, daquilo que supostamente emergiria de uma superfície lisa da história (RODRIGUES, 1994). Encontramos, portanto, na própria idealização de uma temporalidade típica das notícias um sintoma emblemático do *presentismo* do discurso moderno apontado por Hartog (2013), no qual o passado surge como algo

pacificado, não problemático, frente a um tempo constantemente acelerado e a ser ultrapassado.

Nessa defesa da ruptura em favor de um tempo que se acelera, o passado é, muitas vezes, deixado à parte como uma missão para outros que virão. Como apontam os já citados *Princípios Editoriais* do *Grupo Globo*, por exemplo, o jornalismo representaria, nessa perspectiva, uma “atividade cujo propósito central é produzir um primeiro conhecimento sobre fatos e pessoas” (GRUPO GLOBO, 2010, *online*). Dito conhecimento, segundo o documento, deveria ser constantemente aprofundado, primeiro por reportagens de maior fôlego, mas, sobretudo, por cientistas sociais e historiadores, quando estes profissionais tivessem acesso a outros documentos sobre determinado acontecimento (portanto, quando aquilo tivesse se tornado, em certo sentido, “História”). O jornalismo e suas narrativas são vislumbrados, nessa perspectiva, como agentes importantes *para* a história, mas não necessariamente *na* história. Esse tipo de proposição, portanto, não se atenta à historicidade das formas, das convenções e à necessidade de uma relação cotidiana e familiar no jornalismo (LEAL, 2002; MOURA, 2010), o que representa uma perda para uma compreensão mais ampla de seus processos. Se tomado por essa perspectiva, a notícia que é oferecida hoje pareceria em favor das outras novidades que virão e um passado da narrativa parece, portanto, não ser uma preocupação para o jornalismo, pelo menos não como algo capaz de agenciar o presente. Essa relação direta entre jornalismo e notícia, como vimos anteriormente, não exclui ambiguidades e paradoxos. Ao contrário, parece realçá-los.

Nesse sentido, edições de produtos jornalísticos em que propostas de modernização ou de reforma são apresentadas constituem um interessante ponto de análise tanto para modos de apagamentos da historicidade pelos discursos autorreferentes como para a revelação de várias contradições nesse processo. Tomemos como exemplo a edição do *Diário Carioca* (DC) do dia 1º de janeiro de 1950¹¹. Dito exemplar é um bom lugar de postulação de rupturas, na medida em que se tratava do primeiro dia de um novo ano, de uma nova década, que inaugurava cronologicamente a metade final de um século. Além disso, nessa edição, o diário apresentava ao seu público aquela que seria sua nova sede, bem como uma série de inovações técnicas pelas quais o empreendimento jornalístico atravessaria.

¹¹ Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/093092/per093092_1950_06601.pdf Último acesso: 16/03/2017

Nesse sentido, já na capa, o periódico apontava uma chamada para a seção 4, em que seriam discutidos “O Velho e o Novo Diário Carioca”, propondo desde aí a ruptura entre o que aparentemente deveria ser entendido como dois jornais distintos. Num editorial da mesma página, intitulado “Ano Novo, Vida Nova”, Danton Jobim afirmava que aquele ano marcaria na acidentada existência do jornal, a abertura de um novo ciclo, na mesma medida em que garantia a conservação das características daquela folha. Para tanto, o editor retoma brevemente alguns fatos do passado do diário (como as querelas políticas em que esteve envolvido em 1930 e 1932) e cancela: “O mais é de ontem” (ou seja, o passado surge como algo aparentemente superado) para, em seguida, comentar as modificações técnicas que seriam implementadas pelo jornal.

Na quarta seção – aquela que apresenta a série de inovações –, expressões que denotam uma aceleração do tempo e a superação do passado são repetidas várias vezes de maneira hiperbólica. A primeira página desse caderno especial está dividida em três colunas. Uma ao centro, composta de três imagens (um desenho e duas fotografias) que apresentam as futuras instalações do jornal, sua fachada e seu entorno. Nas colunas laterais, temos frases como “Na nova casa do futuro” e “Em oficinas novíssimas será feito um novo jornal”. Nos subtítulos, a descrição diz de “Três pavimentos de máquinas as Mais Modernas para fazer um jornal Moderníssimo (...) Onde as inovações se casam com um planejamento técnico perfeito. Um passeio entre os ‘Colegas de Aço das Oficinas do Futuro” (DIARIOC, 1950). Não por acaso, o novo maquinário e aparato técnico do jornal são apresentados de maneira minuciosa, com destaque para suas características, seus modos de funcionamento e como seriam instalados. O que há, portanto, é um apontamento para o futuro, com uma promessa remarcada de que ele traria um jornal melhor, mais novo, “moderníssimo”. O adjetivo moderno, desse modo, representa uma valoração positiva, fortemente entrelaçada à ideia de progresso.

FIGURA 1 – O progresso nas páginas do Diário Carioca



Fonte: Edição de 1º/01/1950

Cabe aclarar que esse tipo de argumento histórico de superação do passado através de técnicas cada vez mais modernas é algo que pode ser percebido em outras reformas editoriais pelas quais os jornais brasileiros atravessaram. Em 31 de dezembro de 1974, a *Folha de S. Paulo*, por exemplo, trazia um caderno especial chamado de “Folha 1975”, em que também apontava para uma aceleração do tempo – com títulos como “Mais notícias em muito menos tempo”, “Criar e editar em alta velocidade”, “A Nova Visão de um Jornal Moderno” – e a cisão entre duas eras ou dois modos de fazer jornalismo. Em 2010, a mesma *Folha de S. Paulo* lançou o projeto “Jornal do Futuro”, que uniu as redações de suas edições impressas e a *online*. No caderno especial “Novíssima”, criado para explicar ao público as modificações, o jornal faz várias contraposições entre a velha e nova *Folha*. Nele, preocupado sobre a discussão contemporânea em relação ao destino do jornalismo, o conglomerado atestava mais uma aceleração: “enquanto se discutia o jornal do futuro, a *Folha* fez o jornal do futuro” (FOLHA, 2010).

Isso não significa, entretanto, que as mídias noticiosas abram mão de seu passado, mas sim que fazem de seu uso uma mobilização bem específica, muitas vezes em detrimento a processos históricos e temporalidades intercaladas. Na última página

do caderno dedicado ao “novo jornal” do *Diário Carioca*, por exemplo, temos a rememoração daquelas que foram as “velhas casas onde nasceu” a publicação (também no material da “nova” *Folha*, em 2010, sua “velha” sede foi amplamente remorada). Nela, o jornal relembra algumas anedotas célebres, bem como os anos iniciais daquele diário e os duros encontros políticos de seu fundador, José Eduardo de Macedo, tachado como “Barbeiro de Leões”. E, quando se pergunta, “e a história do Diário Carioca?”, responde que ela será formulada quando for escrita a biografia de Macedo. É como se as histórias do jornal e do fundador se sobrepusessem e se confundissem. Esse tipo de argumento é periódico na historiografia do jornalismo e pode ser visto nas várias biografias sobre os personagens célebres do passado, em que suas histórias de vida acabam por se confundir com a história dos próprios jornais. Vale lembrar a biografia de Roberto Marinho (intitulada apenas com o nome do antigo proprietário do *Grupo Globo*), escrita por Pedro Bial; a de Assis Chateaubriand: *Chatô, o rei do Brasil*, por Fernando Moraes; a autobiografia de Samuel Wainer: *Minha razão de Viver*, entre outras. Se tomadas como objetos exemplares e únicos, essas biografias significam um prejuízo relevante para a compreensão da historicidade das mídias.

Além disso, como já salientamos, é perceptível o oferecimento dos jornais como um lugar para a história (ainda que isso não signifique um lugar na história). Note, por exemplo, as edições comemorativas que relembram as principais capas dos diários, a criação de espaços de memória (como o museu das mídias “*Newseum*” em Washington D.C., ou o projeto *Memória Globo*) e mesmo a disponibilização de seus acervos na internet (como no caso de *O Globo*, da *Folha de S.Paulo*, do *Estadão*, do *Chicago Tribune*, ou da “*Times Machine*”, proposta pelo *New York Times*, entre muitos outros). Esses lugares virtuais ou físicos correspondem a importantes ambientes de pesquisa documental, mas também funcionam como espaço de autolegitimação para as mídias jornalísticas. Afinal, no mais das vezes, esse passado da notícia tende a ser oferecido como uma espécie de “eu, mídia, estive lá sendo testemunha da história”. Por isso, essa rememoração também parece induzir a um congelamento do passado, na medida em que ele é tratado como um acúmulo de acontecimentos, como se a história estivesse disponível, mas sem que ela, num movimento contrário, também fosse testemunha e agente das mudanças sofridas pelo próprio jornalismo.

Nesse sentido, podemos perceber, através dessa série autorreferencial, a ideia de que há uma ruptura e um tempo novo, com a crença de que essas mudanças são altamente benéficas e de que o passado estaria disponível como um estoque, pronto para

relembarmos seus grandes heróis e acontecimentos. Não por acaso, *tempo novo*, *aceleração da história rumo ao progresso* e *controle da história* são justamente os três *topoi* que, para Koselleck (2006, 2014), teriam marcado a filosofia das luzes e, lentamente, através de inúmeros processos e camadas temporais superpostas, desembocado naquilo que seria reconhecido como a “modernidade”. Tanto em *Futuro Passado: contribuição a uma semântica dos tempos históricos* (2006), quanto em *Estratos do Tempo: estudos sobre História* (2014), o autor busca compreender o surgimento do conceito moderno de história. Para isso, Koselleck (2006, 2014) se debruça na identificação de alterações semânticas em determinadas palavras (principalmente do vocabulário alemão, mas não só) que sugeririam uma readequação social das percepções temporais capaz de instaurar uma nova dialética e tornar visível, como vimos na introdução da tese, o que ele chama de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”.

Entre ditas alterações, estariam, por exemplo, a idealização cada vez mais emergente de um tempo novo e acelerado (no qual a novidade, desse modo, seria uma característica do próprio tempo), marcado pela marcha do progresso; além do aparecimento de conceitos singulares ligados a uma única base temporal cumulativa. Por isso, o que antes eram consideradas como histórias esparsas passam a ser agora *A História*, tal como uma percepção única d’*A Liberdade*, *A Justiça*, *O progresso* etc.. Nesse sentido,

Desde a segunda metade do século XVIII se acumulam indícios que apontam enfaticamente para o conceito de um novo tempo. O tempo passa a ser não apenas a forma em que todas as histórias se desenrolam; ele próprio adquire uma qualidade histórica. A história, então, passa a realizar-se não apenas no tempo, mas através do tempo. O tempo se dinamiza como uma força da própria história. Mas esta nova fórmula da experiência pressupõe também um novo conceito de história, a saber, a história como singular coletivo, que a partir de 1780 pôde ser concebida como história em si, sem um objeto a ela coordenado ou um sujeito pré-ordenado. (KOSELLECK, 2006, p.282).

Desse modo, Koselleck (2006, 2014) aponta uma modificação significativa da própria percepção que temos da história e de sua relação temporal, na medida em que, para ele, a modernidade conseguiu transformar histórias como exemplos a serem seguidos em um todo constitutivo, capaz de propor uma unificação para toda a humanidade e, conseqüentemente, de gerar um conhecimento e uma filosofia da própria história em si. Isto é, o que antes era percebido como sendo uma adição de múltiplas histórias (a história do Peloponeso, a história da conquista romana, a história da travessia do Rubicão) passa a ser entendida como uma coletividade. Nesse ponto, a

própria história ocidental começa a ser imaginada como história do tempo. Ou seja, a partir desse novo conceito, a História [*die Geschichte*] é concebida como um processo através do qual os diferentes acontecimentos não somente advém *no* tempo, mas se dão *através* dele.

Essa temporalização moderna confere ao passado uma qualidade de história universal e, com isso, “a novidade de uma história que, cada vez que se produz, pensa em si mesma como nova reivindica um direito sempre crescente sobre o conjunto da história” (KOSELLECK, 2006, p.287). Isso, segundo o autor, tende a gerar um fosso entre a experiência anterior (configurado como um espaço de experiência) e a expectativa do que há por vir (vislumbrado como um horizonte de expectativa), fazendo crescer a diferença entre passado e futuro, tendo em vista que o presente, a época que se vive, passaria a ser experimentada como um tempo de ruptura, atravessado por acontecimentos novos e inesperados. Diferentemente do tempo cíclico, a humanidade – como uma categoria ocidental moderna – passa, portanto, a estar incluída num processo temporal vislumbrado como único, o que a permite deduzir aquilo de que se teve experiência, bem como projetar, num horizonte móvel, aquilo que se espera.

Nesse sentido, ressalta Koselleck (2006), a própria ciência da história gera um espaço de experiência de conhecimento comum que deve ser sempre questionado e repensado. Não por acaso, Ricoeur (1997) – como vimos na introdução desta tese – retoma os *topoi* identificados por Koselleck e defende as categorias de espaço de experiência e horizonte de expectativa, como caracteres transcendentais capazes de serem readequados e analisados em distintos momentos da história. É nessa perspectiva que Ricoeur (1997) clama por uma abertura do passado que, menos que um depósito inerte, deveria ser entendido como uma tradição viva, capaz de nos constituir e afetar de inúmeras maneiras.

Entretanto, o que podemos perceber especificamente no caso da normatividade jornalística – mas também, de uma maneira geral em vários discursos no regime de historicidade moderno – é o que parece ser uma história paradoxal, temporalmente confusa e duplamente assimétrica: de um lado, a modernização nos leva à ideia de um passado superado; de outro, a mitificação sugere a retomada dos antigos paradigmas como solução de uma suposta crise de valores. Assim, a normatividade aponta para o futuro, fazendo do seu passado uma alteridade total, o que a torna incapaz de explicá-lo em sua dimensão histórica. Nesse sentido, não deixa de ser instigante e curiosa a maneira pelo qual o jornalismo frequentemente apaga a si mesmo.

Retomando a já referida edição do *Diário Carioca*, nela o jornal assegura que, no futuro, sua “apresentação gráfica será excelente. A matéria redacional ampliada com a colaboração dos nossos melhores escritores” (DIÁRIO, 1950). Nesse movimento, o jornal tende a considerar e a reduzir aquela mesma edição “presente” como uma espécie de resquício de algo que, ainda sendo, não mais será. É interessante como, ao afirmar-se como novo, novíssimo, moderno, o jornal se obscurece. Nesse momento de um oferecimento de ruptura, é como se suas narrativas não importassem. Mas elas importam e pesam. Sobre esse peso, nesse mesmo número do *Diário Carioca*, havia um artigo assinado por Renato Jobim intitulado “Reflexões sobre o Jornalismo”¹². Nele, o autor disserta acerca da importância das práticas jornalísticas, bem como sobre problemas que a atividade enfrentava. Num determinado ponto do seu texto, ele defende que a história do jornalismo não poderia simplesmente ser composta por jornais e jornalistas (de certa forma, de uma maneira contrária à proposição de história proposta pelo mesmo jornal naquela mesma edição). Em seguida, ao abordar a questão do passado, Jobim cita uma passagem atribuída ao francês Léon Daudet, segundo o qual,

[e]m geral, o jornalismo envelhece logo, pela razão de uma atualidade sempre móvel e mutável; a arte do jornalista é particularmente caduca. Tenho em mãos uma coleção da maravilha que era a *Lanterne* de Rochefort. Está entreaberta e dela exala um mau cheiro de túmulo, onde vislumbro maxilares que riem macabramente. (DIÁRIO, 1950, p.6).

O passado é, nessa perspectiva, aquilo que surge como algo enterrado vivo e que, desse modo, seguiria nos assombrando. Por isso, dita passagem é um índice revelador de como a questão da historicidade parece ser algo extremante desafiador para o jornalismo, ao mesmo tempo em que se configura como um desafio teórico e metodológico. Afinal, isso se dá na mesma medida em que postula uma imutabilidade de valores, em que o seu *ismo*, aquilo que o caracteriza e o identifica, surge como algo essencializado, à margem da história. Muda-se, como pudemos perceber na série de discursos autorreferentes neste primeiro capítulo, para permanecer o mesmo (MANNA, LEAL, JÁCOME, 2017). Assim, como empreender um estudo de algo que parece negar sua própria condição histórica? Como enfrentar uma história carente de historicidade?

Um caminho possível parece ser justamente aquilo que Koselleck (2006) identifica e caracteriza como singulares coletivos. Nesse sentido, o autor ressalta que a

¹² Apesar de assinado por Renato Jobim, os argumentos deste artigo são muito similares aos expostos por Danton Jobim numa palestra proferida na França na década de 1950 (ver: JOBIM, 1992).

modernidade e sua nova categorização do tempo não teriam apenas transformado velhos conceitos políticos (como a ideia de revolução ou de emancipação), como também teriam auxiliado na criação de novos, trazidos pelo denominador temporal comum no sufixo *ismo* (como o são o comunismo, o liberalismo, o republicanismo, o democratismo etc.). A premissa que permeará nossa tese é a de que algumas das características desse sufixo descritas por Koselleck (2006) podem nos ajudar a compreender a relação normativa dos jornais enquanto um *ismo* para, a partir daí, buscar maneiras de reabrir o seu espaço de experiência. Afinal, postula Koselleck, esse sufixo permitiria aos conceitos a ele associados basearem-se apenas de maneira parcial na experiência. Isso porque a “expectativa que depositam no tempo que está por vir está em proporção inversa à experiência que lhes falta. Trata-se de conceitos de compensação temporal” (KOSELLECK, 2006, p.297). Aproximando essa formulação ao jornalismo, é como se aquilo que ele não tivesse realizado ao longo do tempo (e que, paradoxalmente, comporia seu regime de crenças numa singularidade) e que surge no presente como “crise”, fosse reprometido, algo a ser alcançado no futuro – e, no entanto, distante de sua experiência, o que torna sua normatividade temporalmente móvel, surgida como uma promessa cujas ações virão. Assim, para Koselleck (2006), o singular coletivo permite um tipo de crítica que pode argumentar com conceitos de movimento, cujas provas só seriam apresentadas no futuro. Desse modo,

Por um lado, declara-se que sua posição atual é historicamente condicionada, de modo que ele não pode a ela escapar, nem ultrapassá-la. Por outro, a mesma posição pode se inscrever no futuro, como utópica, de modo que não seja realizável, ou então no passado presente, de modo que de fato já está superada, atrasada, vencida. De certa forma *estamos tratando com formas vazias das dimensões temporais, que podem ser preenchidas como se achar melhor*. Quando critérios futuros do desejável são incluídos no julgamento, as classificações da crítica ideológica não podem mais ser refutadas empiricamente. Remetem a um futuro que só foi descoberto pela modernidade, sem que tenha sido alcançado. (KOSELLECK, 2006, p.302, grifos nossos).

Ou seja, num único movimento, esses conceitos de compensação temporal encarnados num *ismo* podem propor a superação do passado e uma projeção para o futuro que, em muitas medidas, desconsidera o próprio espaço de experiência. Assim, no caso do jornalismo, é como se as formulações acerca deste *ismo* tornassem possível a existência de formas vazias das dimensões temporais que, surgidas como promessas utópicas, permitissem um afastamento estratégico da própria experiência histórica em que os jornais, seus fazeres e sua própria normatividade estão imersos. Por isso, ao

adicionar critérios futuros do desejável no julgamento sobre a crise jornalística, os discursos autorreferentes não podem mais ser rechaçados empiricamente. Além disso, o que se postula é uma concepção única de jornalismo, como se essa “idealização” móvel pudesse ser utilizada, alijada de maiores considerações, em diferentes momentos da história, sem que suas bases ideais sejam questionadas.

Nessa perspectiva, a capacidade crítica parece imunizada pelo próprio hiato entre a normatividade e a concretude da materialidade histórica. Para Safatle (2008), essa “falência da crítica” é típica de uma racionalidade cínica moderna, na qual não seria mais possível pensar a crítica como um índice de déficits de adequação entre as situações concretas e os ideais normativos. Essa racionalidade se demonstra como cínica na medida em que se reconhece um esgotamento das bases que sustentam o padrão normativo sem que se vislumbre seu questionamento efetivo. Assim, no caso do jornalismo, por exemplo, conceitos como “objetividade” – em voga em situação de crise – são proferidos, muitas vezes, de maneira já anulada: “ainda que a objetividade total não exista, temos que persegui-la a exaustão, no limite das possibilidades”.

Essa aparente falência da capacidade crítica também foi descrita por Latour (1994, 1997, 2012) em seus estudos sobre a modernidade e as ciências. Para o autor, a modernidade possui tantas definições quantos forem os pensadores e jornalistas. Ainda assim, ele afirma que todas elas apontam, de alguma forma, para a passagem do tempo, assinalando um novo regime, uma aceleração, uma ruptura. Assim, a palavra modernidade postula uma valoração que determina ganhadores e perdedores, arcaicos e modernos. Por isso, Latour (1994, p.15) defende que “moderno” é duplamente assimétrico: “assinala uma passagem regular do tempo; assinala um combate no qual há vencedores e vencidos”. A perda da capacidade crítica moderna seria, então, fruto do próprio desenvolvimento de repertórios de saberes cada vez mais compartimentados e que tendem a separar, progressivamente, as relações de poder, a natureza e as formas discursivas, sendo incapazes de abordá-las simetricamente: “você podem ampliar as ciências, desdobrar os jogos de poder, ridicularizar a crença em uma realidade, mas não misturem esses três ácidos cáusticos” (LATOUR, 1994, p.11).

Essa assimetria é constituída e reforçada, segundo Latour, porque a própria modernidade se arquiteta na constituição de dois conjuntos de práticas totalmente diferentes que, para manterem a eficácia, deveriam permanecer distintas. O primeiro conjunto, diz o autor, criaria, por *tradução*, mesclas de seres híbridos, conformados por natureza e cultura. Já o segundo conjunto geraria, por *purificação*, duas zonas

ontológicas distintas: a dos humanos e a dos não-humanos. O que temos, portanto, são dois conjuntos cindidos: um que postula a separação radical entre natureza e sociedade; e outro em que elas estariam amalgamadas, criando e proliferando híbridos. Nesse sentido, como ressalta Latour:

Sem o primeiro conjunto, as práticas de purificação seriam vazias ou supérfluas. Sem o segundo, o trabalho de tradução seria freado, limitado, ou mesmo interditado. (...) O primeiro conjunto, por exemplo, conectaria em uma cadeia contínua a química da alta atmosfera, as estratégias científicas e industriais, as preocupações dos chefes de Estado, as angústias dos ecologistas; o segundo estabeleceria uma partição entre o mundo natural que sempre esteve aqui, uma sociedade com interesses e questões previsíveis e estáveis, e um discurso independente tanto da referência quanto da sociedade. (LATOUR, 1994, p.16).

O que o autor francês aponta, então, é para uma relação entrelaçada através da qual um discurso de cisão entre mundo natural e social, tornado possível pela *purificação*, criaria as condições para que esses mundos continuassem a se mesclar infinitamente por meio das práticas de *tradução*. Desse modo, no discurso de saber moderno, haveria uma distância irreconciliável entre esses dois conjuntos que, ao mesmo tempo, funcionariam como uma dobradiça, tornando possível a emergência e a manutenção de ambos. No caso do jornalismo há uma clara defesa da separação de duas zonas ontológicas bem delimitadas: a dos fatos e a dos valores ou, em outras palavras, entre não-humanos (natureza) e humanos (a sociedade e suas instituições, no geral). Os jornalistas, a partir de métodos de purificação, deveriam ser capazes de manter essas duas zonas segregadas, em favor de uma realidade destilada, totalizável e reproduzível. Como destaca Michael Schudson (2010, pp.16-17), a objetividade no jornalismo diz da crença de que seria possível separar fatos de valores. Para o autor, os primeiros seriam declarações sobre o mundo sujeitas a validações independentes, que estariam além de distorções e influências pessoais. Já os segundos seriam tomados como posições subjetivas, observações enviesadas, muitas vezes, incapazes de gerar uma sustentação legítima. Em suma, explica Schudson (2010, p.16), “a crença na objetividade é uma confiança nos ‘fatos’, uma desconfiança dos ‘valores’ e o compromisso de segregação de ambos”.

Porém, na experiência de leitura/escuta/visualização de produtos jornalísticos, o que temos são, em termos latourianos, *traduções* que misturam gêneros, seres, estéticas, fatos, disputas por poder, ou seja, verdadeiras mesclas de natureza e cultura, entre humanos e não-humanos. Desse modo, quando nos aproximamos das narrativas, menos

que uma identidade única para o jornalismo ou uma definição única de notícia, o que percebemos são relações entre a *mesmidade* e a *alteridade*, entre identidade e ipseidade (CARVALHO, LEAL, 2014). Não por acaso, Latour começa seu *Jamais fomos modernos* (1994), demonstrando como um mesmo artigo de jornal pode conectar inúmeros agentes e situações, reações químicas e reações políticas, num misto híbrido que delinea “tramas de ciência, política, economia, religião, técnica e ficção” (LATOUR, 1994, p.8). Se os jornais são a reza cotidiana do homem moderno, como advoga a ideia atribuída a Hegel, “quão estranho é o homem que hoje reza lendo estes assuntos confusos”, constata Latour (1994, p.8).

Entretanto, a normatividade do jornalismo, enquanto um singular coletivo moderno, sugere uma realidade purificada, única, ainda que isso gere paradoxos com suas formas de existir, de circular e de promover mundos possíveis. Nesse sentido, num mesmo processo, o discurso normativo define o que seria o jornalismo, elencando uma identidade específica, ao mesmo tempo em que abre espaço para contradições múltiplas. Quando as contradições aparecem reunidas sob o estigma da crise, o enfretamento sugere, então, um reforço do ideal da purificação que, por sua vez, essencializa e integraliza novamente a identidade jornalística, tornando possíveis as continuidades dos processos de tradução (sem que eles sejam propriamente discutidos). Porém, essa forma vazia de dimensões temporais encarnadas no singular coletivo também está sujeita a um escrutínio histórico, capaz de reabri-la enquanto um espaço de experiência múltiplo (e apesar também da proposta essencialista que parece congelar o tempo). Nesse sentido, menos do que definir – como frequentemente se tem feito nas pesquisas acadêmicas – um *jornalismo* purificado e anterior a qualquer análise empírica, parece-nos mais produtora traçar os movimentos peculiares de associação e agregação que culminaram na emergência desse singular coletivo.

Nesse sentido, no próximo capítulo, o que pretendemos é seguir o movimento da constituição moderna do jornalismo. E por “constituição moderna” estamos nos referindo, tal como Latour (1994), ao nome dado ao texto comum que definiria uma espécie de acordo que separa humanos de não-humanos; sociedade de natureza. No caso específico do jornalismo, encontramos a tessitura de uma trama complexa que, no início do século XX, culminou no discurso normativo baseado na crença dos fatos (de um mundo, portanto, bipartido) e na possibilidade de purificá-los através de técnicas objetivas. Essa tessitura comum (longe, porém, de ser uniforme), sob a tutela de um singular coletivo, reorganizou e configurou certos modos de compreensão das

narrativas, do papel dos sujeitos, das técnicas e tecnologias, dos lugares de fala e de uma série de discursos autorreferentes que viriam a definir o que deveria ou não ser considerado jornalismo.

Nesse sentido, retomamos aqui o problema central de nossa tese, qual seja: o hiato entre o jornalismo como uma única forma de ser (visualizado como um singular coletivo, cuja perspectiva se assenta na promessa temporalmente móvel de separação entre as práticas de purificação e tradução) e a multiplicidade de suas existências efetivas (assentadas numa variedade de formas textuais historicamente diversas e que conformam diferentes formas de narrar e saber o mundo). Como forma de compreender dito hiato e, ao mesmo tempo, postular sua superação para uma melhor apreensão dos fenômenos jornalísticos, faz-se necessário, então, recuperar dimensões desse passado, reabrindo-o como um espaço de experiência complexo e reivindicando a pulsão temporal de seus agentes e de suas narrativas. O recurso à história, certamente, nos ajudará nesse processo. É, portanto, contra a estabilidade da concepção de um passado anaeróbio que o próximo capítulo estará dedicado, na medida em que acreditamos que o passado nos afeta de inúmeras maneiras. Nesse sentido, trabalharemos sempre na ambiguidade paradoxal gerada pelo contraste entre os discursos autolegitimadores do jornalismo e as revisões críticas geradas pelas análises das narrativas, das tecnologias e de seus agentes.

CAPÍTULO 2

A CONSTITUIÇÃO MODERNA DOS JORNAIS ENQUANTO UM *ISMO*

Não são poucos os autores que, nos últimos anos, vêm colocando em evidência o crescimento das pesquisas em história da mídia e, em especial, do jornalismo em nosso país. Barbosa e Ribeiro (2009), por exemplo, apontam para a importância do aumento dos espaços específicos destinados à discussão sobre a história dos jornais em diferentes eventos científicos, como a Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação), a Alaic (Associação Latino-americana de Investigadores da Comunicação) e a Anpuh (Associação Nacional de Historiadores) na última década. Ademais, a constituição da Associação Brasileira de História da Mídia (Alcar) nesse mesmo período tem contribuído para reunir centenas de pesquisadores em torno a esse interesse comum do debate historiográfico sobre a mídia em todo o país. Aliada a isso, a criação do GT de “Memória nas Mídias” pela Compós, em 2015, serve para corroborar o argumento fornecido pelas pesquisadoras de um crescimento dos fóruns de discussão em relação ao tema da historiografia.

Entretanto, pese a satisfação com o avanço e os indícios de uma profícua institucionalização desse subcampo de pesquisa, as autoras destacam que “o aumento do número de trabalhos de história do jornalismo não tem correspondido a um amadurecimento das reflexões sobre o tema” (BARBOSA, RIBEIRO 2009, p.3). Como causas desse diagnóstico, são apontadas a escassez de discussões teórico-metodológicas e a limitação dos debates às análises empíricas nos trabalhos apresentados nesses distintos espaços de interlocução. Barbosa (2009) aponta ainda para um anacronismo em boa parte desses estudos, o que faz com que muitos valores contemporâneos impregnem a visada sobre o passado. Nesse sentido, temos um cenário em que há o predomínio de uma perspectiva memorialista (memória e história tendem a ser conceitos facilmente intercambiáveis), com muitas investigações cujos argumentos estão balizados por uma história orientada, sem um aprofundamento e questionamento de relações mais amplas acerca do passado e sua relação com o presente. Isso tende a desembocar em estudos que, frequentemente, privilegiam a ruptura e uma concepção linear do tempo, ao destacar os grandes e marcantes feitos de personagens e jornais específicos.

Consequentemente, o passado é visto geralmente como um armazém sem capacidade de afetar nossas relações e modos de compreensão do presente. Ele não está lá como um problema, mas quase sempre como uma efeméride a ser contada para revelar algum acontecimento até então desconhecido. Nessa perspectiva, há ainda aqueles estudos governados “pela lógica de descobrir o que teria de fato acontecido nos tempos idos. Importa descortinar a gênese, quando tudo começou, numa espécie de tempo fabuloso do início” (BARBOSA, RIBEIRO, 2009, p.7). Esse quadro se desdobra ainda em vários outros problemas como a concentração das pesquisas em história de jornais localizados, sobretudo, nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, e um relativo desconhecimento do jornalismo que existe para além dessas capitais, em outros estados e no interior do país. Ademais, o caráter descritivo dos trabalhos, a primazia do testemunhal e a perspectiva de uma retórica fundamentalmente factual dão conta de uma ausência, nos estudos em comunicação, de uma teoria da história e de uma imaginação historiográfica, sintoma que pode ser identificado na inconsistência metodológica das pesquisas e análises históricas (BARBOSA, RIBEIRO, 2009, p.6; BARBOSA, 2009; RIBEIRO, 2015).

Essa ausência de rigor teórico-metodológico, segundo Albuquerque (2010), seria, em parte, fruto da contaminação de questões advindas do próprio campo profissional/sindical do jornalismo. Desse modo, a produção acadêmica nesse estrato específico assumiria, por vezes, um viés conservador, comprometendo-se antes com a reprodução de interpretações consagradas do que com seu questionamento sistemático (ALBUQUERQUE, 2010, p.2). Seria, então, uma história norteada à identificação de grandes personagens do passado e seus legados, “fundadores e discípulos”. Parte desse panorama pode ser explicada pelo próprio fato do campo de estudos em jornalismo ter nascido do esforço de profissionais da mídia e de não ter conseguido até agora, pelo menos na feição mais hegemônica, sua independência em relação às expectativas e demandas específicas da esfera laboral.

Como consequência, temos uma perspectiva que, não raramente, recebe e reproduz visões de maneira acrítica e mistificadora, não questionando os pilares em que ditas interpretações se assentam. Um índice importante desse processo é o fato de que, como apontam Barbosa e Ribeiro (2009), o livro *História da imprensa no Brasil*, de Nelson Werneck Sodré, publicado originalmente em 1966, continuar sendo o principal texto de síntese utilizado pelos estudos contemporâneos da história da mídia no país. Trata-se de uma obra muito relevante, sobretudo por seu esforço de coleta de

informações sobre a imprensa nacional desde os seus primórdios. Entretanto, a noção de gênese permeia toda a obra, através da qual Sodré busca enfatizar a singularidade de cada momento que descreve. Por isso, ressaltam Barbosa e Ribeiro (2009, p.3), “não deixa de ser sintomático – e preocupante – que quase nada tenha sido escrito depois dele”. Como a consequência mais visível, essa postura pouco crítica tem contribuído para a perpetuação de certos mitos fundacionais do jornalismo. No caso brasileiro, um significativo exemplo é a narrativa que identifica e sustenta que nos anos de 1950 e, mais especificamente, na reforma engendrada pelo *Diário Carioca*, encontraríamos o marco zero da modernização dos jornais em nosso país. Como ressalta Albuquerque,

esta narrativa descreve a reforma do Diário Carioca como o ato fundador de um novo tipo de jornalismo no Brasil: moderno, objetivo e comprometido com o ideal de serviço público. Segundo este relato, o jornalismo brasileiro até então era predominantemente praticado com um espírito amadorístico e aventureiro, por profissionais com pouco preparo técnico e eticamente descompromissados, e por um estilo literário barroco, que tem no nariz de cera – uma introdução com pretensões literárias que antecedia a apresentação do elemento propriamente informativo das notícias – o seu símbolo máximo. (ALBUQUERQUE, 2010, p.101).

O que o autor destaca, desse modo, é uma visão historiográfica que postula um jornalismo amador e tecnicamente despreparado sendo abruptamente substituído por outro, profissional e eticamente comprometido. Nesse sentido, é bastante recorrente no imaginário historiográfico nacional o que parece ser a inquestionável ideia de que o jornalismo brasileiro se moderniza, a partir da década de 1950, importando o que frequentemente é rotulado de “o modelo ‘americano’ de jornalismo” (LAGE, FARIA, RODRIGUES, 2004; ABREU, 2002; JOBIM, 1954; COSTA, 2011). De um modelo de jornalismo europeu (sobretudo francês), que teria caracterizado a imprensa brasileira até então por seu viés literário, panfletário e político, teríamos passado a outro, industrial, impessoal, imparcial e *moderno*. Os contornos que envolveriam a adoção do chamado “modelo ‘americano’ de jornalismo” no Brasil são, quase sempre, identificados na substituição do nariz-de-cera pelo lide, na criação da figura do copidesque e na adoção de manuais de redação para consequente padronização e despersonalização da escrita, além, sobretudo, da incorporação das noções de objetividade e de factualidade como valores fundamentais no ideário dos homens de imprensa.

Nesse sentido, a idealização de um marco bem delimitado para a modernização da imprensa nacional sugere o argumento de intensas revoluções e rupturas identificáveis em um ou poucos personagens e que teriam sido capazes de transformar

subitamente todo o campo jornalístico do país. Como parte fundamental desse processo, há ainda uma outra idealização: a do jornalismo dos EUA como um modelo, que foi importado e copiado. Cabe aclarar, já nesse ponto, que aqui não excluimos de forma alguma a efetividade histórica e a importância das influências que o jornalismo estadunidense exerceu sobre o latino-americano e, especificamente, o brasileiro. E de nenhuma maneira recusamos a relevância engendrada, por exemplo, pelo *Diário Carioca* em relação a outras reformas editoriais implementadas a partir dele. Além disso, não se trata de uma negação às rupturas, mas de um reconhecimento de camadas de sedimentação e inovação, continuidades e descontinuidades. Por isso, perspectivas como as de “modelo” e de “importação” nos parecem redutoras ao fixar uma idealização que carece de sustentação histórica, na medida em que essencializam várias práticas, tomando-as como um bloco uniforme. Elas mesmas parecem ser fruto de uma concepção moderna, guiada pelo ideal de uma superação de paradigmas arcaicos, atrasados, por outros que estariam, supostamente, mais a frente numa escala de evolução. Não por acaso, outras “modernizações” do jornalismo nacional, como a reforma levada a cabo pela *Folha* na década de 1980, também sustentam uma forte ideia de ruptura (SILVA, 1991), e se oferecem, como ressalta Albuquerque (2010) como uma *tabula rasa*, à frente do *Diário Carioca* por características de um mercado interno nacional “mais moderno”.

Como abordamos ao final do capítulo anterior a partir de Latour (1994, p.15), “[q]uando as palavras ‘moderno’, ‘modernização’, e ‘modernidade’ aparecem, definimos, por contraste, um passado arcaico e estável”. Assim sendo, quando há um consenso historiográfico no país acerca da modernização do jornalismo nacional, há também uma história que privilegia um único fluxo temporal possível, uma aceleração rumo ao progresso, bem como um combate explícito que cria vencedores (os modernos) e os vencidos (aqueles ultrapassados que, uma vez superados, já não existem ou, pelo menos, não deveriam existir mais). Entretanto, esse tipo de idealização moderna é bastante precário. Isso porque o argumento jamais questionado de um “modelo ‘americano’ de jornalismo” congela relações e elimina disputas, resistências e diálogos, num intento de cortar as arestas que compõem a história tanto do jornalismo produzido lá quanto daquele que, até então, supostamente vinha sendo produzido aqui. Isso em favor de uma origem mitológica, didática, pretensamente revolucionária e purificada. Essa pressuposição promove, portanto, uma estabilização do passado, simplificando o

jornalismo com fenômeno histórico, a partir da planificação do tempo como algo linear, uniforme e sucessivo (e não múltiplo, multidimensional e estratificado).

Assim sendo, neste capítulo, o que pretendemos é reconstruir a constituição do discurso jornalístico moderno, com vistas a perceber o que é chamado de “modelo ‘americano’ de jornalismo” e quais argumentos, pressões, embates culminaram na normatividade jornalística. Isso com vistas a problematizar a noção de gênese para, assim, sermos capazes de transitar por esse espaço de experiência. Como consequência, estamos menos interessados no reconhecimento de datas e edições específicas de jornais que funcionariam como provas de uma suposta revolução moderna e mais num fluxo que reúne contraditórios fenômenos e indícios que, historicamente, começam, a partir de inumeráveis pressões sociais, a convergir e a compor o regime de crenças que configura o jornalismo como um *ismo* e que passa a defini-lo como factual, objetivo e moderno (concomitantemente, definindo os seus outros, pré-modernos ou não-modernos, como não-factuais, ou, no limite, como “não-jornalismo”). Ou seja, não nos interessa interpelar uma gênese determinada do jornalismo moderno, mas sim sua configuração histórica capaz de incorporar, no seu regime de crença, um lugar de enunciação próprio, em que se reconhecem antecessores e sucessores inseridos numa tradição que confia e advoga pela separação dos processos de purificação e tradução.

2.1 A constituição moderna

Visto isso, parece um consenso que a história moderna do jornalismo se confunde com um certo tipo de reconfiguração das práticas jornalísticas próprias dos Estados Unidos. Kaplan (2010, 2002), por exemplo, afirma que durante mais de um século, a imprensa estadunidense abraçou a objetividade como definidora de sua missão pública, e que esse código profissional que advoga pela imparcialidade e por uma factualidade rigorosa tem sido celebrado como o logro mais orgulhoso e difícil de se sustentar. Considerada por muitos como um elemento básico para o bom exercício da democracia, um jornalismo dito objetivo vem funcionando, segundo o autor, como uma espécie de *commodity* a ser exportada por aquele país. Entretanto, ressalta Kaplan (2010), a defesa da objetividade tanto nos EUA quanto em outras nações frequentemente ignora as condições institucionais que promoveram a constituição desse

conceito e, em seguida, sua sustentação e permanência (KAPLAN, 2010, p.2, no original em inglês).

De maneira similar, Jay Rosen (2003) afirma que a objetividade é uma das principais marcas identificadores da imprensa estadunidense e talvez tenha sido a maior influência daquele país para um certo modo de compreensão das práticas jornalísticas em todo o mundo. Também Schudson (2010, 2001) advoga que a objetividade está na base do processo de profissionalização do jornalismo nos EUA e que pode ser considerado como uma espécie de “excepcionalidade americana”, tornada possível por uma sociedade cujas bases não teriam sido assentadas através de grandes dissensos. E Nerone (2013) afirma ainda que um modelo hegemônico de jornalismo emergiu no ocidente a partir dos Estados Unidos, tendo sido remodelado por diferentes países a partir de um sistema de crenças próprio. Outros autores como Schiller (1981), Chalaby (1996) também irão caracterizar o jornalismo estadunidense a partir de uma “base objetiva” como sua grande influência para as práticas jornalísticas ao redor do globo.

Entretanto, se há relativo consenso em relação a uma certa geografia da concepção jornalística moderna, cujas bases poderiam ser encontradas nos Estados Unidos, há muita divergência em relação à sua origem ou seu processo de constituição. Tal como diagnosticado no Brasil por Barbosa e Ribeiro (2009), Nerone (1987) também vê, na historiografia estadunidense, certo privilégio da ruptura em relação às continuidades, o que favorece o aparecimento e disseminação de mitologias que, logo, se tornam um senso comum pouco problematizado. Segundo o autor, historiadores do jornalismo têm tido tradicionalmente a tendência de se referir a diferentes processos (como a relação do jornalismo com o mercado e a política) como sucessivos estágios de desenvolvimento. No entanto, Nerone (2013, p.448, no original em inglês) defende que, ao contrário, “ditos processos deveriam ser vistos como camadas sobrepostas e elementos simultâneos de uma complexa rede de relações que integram as mídias noticiosas”.

Uma dificuldade da historiografia tanto nos EUA quanto no Brasil, nesse sentido, pode ser explicada na medida em que certas gêneses mitológicas estão envolvidas no próprio desenvolvimento das instituições que as descrevem, o que provê legitimidade histórica a essas práticas e ideias (NERONE, 1987, p.1). Desse modo, o que pretendemos fazer aqui é uma espécie de revisão histórica da historiografia do jornalismo estadunidense. Acreditamos que, nesse processo, seremos capazes de identificar modos de compreensão indiciários dessa tessitura capaz de advogar por sua

modernidade e sua capacidade purificadora. Com isso, pretendemos compreender o que é tomado como “modelo ‘americano’” para, em seguida, inquirir acerca das consequências dessa idealização para a compreensão da história do jornalismo no Brasil.

2.1.1 O argumento da história natural

Nas primeiras décadas de século XX, configura-se nos Estados Unidos um tipo de historiografia interessada em descrever como a imprensa teria evoluído em direção à verdade, fenômeno que, segundo dita perspectiva, fora responsável pela chegada a uma espécie de ponto máximo na escala evolutiva do jornalismo. Desse modo, como aponta Kaplan (2002), trata-se de um paradigma que pode ser entendido como “progressista” ou, segundo Schudson (2010), de uma “história natural”, na medida em que defende que o jornalismo teria atravessado uma sequência de estágios sucessivos rumo à independência política e à objetividade. Nessa concepção, uma complexa divisão do trabalho, a ascensão do profissionalismo e a adoção de uma lógica mercadológica eram tidas como causas naturais e internas, pelas quais a impessoalidade e a sobriedade teriam sido impostas ao negócio dos jornais (KAPLAN, 2010, p.9). A partir de pressupostos próprios de uma ciência positivista, dito paradigma postula que os jornais iriam passando por diferentes etapas evolutivas até culminar em seu ápice, no qual poderiam ser observados:

...especialistas em notícia que atuam livremente possuindo funções jornalísticas específicas em organizações autônomas. Ao invés de um enviesado órgão servindo a interesses pessoais, o jornalismo supostamente se tornou um serviço público profissional colaborando à democracia americana com informação acurada e análise imparcial. (KAPLAN, 2002, p.9, no original em inglês).

Ou seja, haveria uma autonomização do campo jornalístico, nos quais os jornalistas deveriam especializar-se no tratamento da notícia, livrando-a de vieses e atuando em prol dos interesses sociais. Argumentos da maneira pela qual a história do jornalismo é entendida a partir dessa pressuposição podem ser encontrados, por exemplo, nas obras de Robert Park e Walter Lippman. O primeiro, em 1923, escreveu um artigo intitulado “A história natural do jornal”, publicado no *American Journal of Sociology*. Nele, o autor afirma que “a história da imprensa é uma história da sobrevivência de espécies”, motivo pelo qual os jornais deveriam ser vistos menos

como uma instituição e mais como organismos lutando pela sobrevivência, numa lógica darwinista aproximada aos fenômenos sociais.

Em dito ensaio, Park (1923) utiliza o adjetivo “moderno” várias vezes como forma de identificar o tipo de jornal que circulava nos EUA naquele então, caracterizado por ser, segundo o autor, “uma manifestação muito recente” (PARK, 1923, p.272). Por isso mesmo, Park afirma que sabíamos muito pouco sobre o que era o jornal, na medida em que “ele nunca havia sido estudado” (PARK, 1923, p.276). O autor argumenta que tal como a cidade moderna, o jornal tampouco seria um produto inteiramente racional. Isso porque, a despeito da vontade e dos esforços individuais, o jornal crescia e se modificava de diferentes formas (PARK, 1923, p.273). Nesse sentido, o tipo de jornal que atualmente existia era aquele que teria sobrevivido às condições da vida moderna e vencido a batalha pela circulação (dita disputa seria uma espécie de seleção natural das melhores espécies). Para entender o processo que teria culminado naquele tipo específico de jornal, Park (1923) propõe uma perspectiva histórica que, em seu estudo, passa por uma série de eventos e grandes categorias como os jornais de fofoca, seguidos pelos partidários, para chegar a uma nova e moderna modalidade de imprensa independente. Esse jornal era caracterizado por ser um empreendimento comercial, cujo produto vendido era a notícia: “É a loja da verdade”, afirmava o autor (PARK, 1923, p.275).

Na competição entre as espécies jornalísticas no advento da cidade moderna, o homem ordinário estaria mais interessado nas notícias do que em doutrinas políticas, motivo da decadência de jornais com viés partidário. Por isso, havia uma disseminação de notícias da chamada *yellow press* – caracterizada pelo sensacionalismo e por ser a mais popular naquele então – e um protótipo de jornal – “independente” – que começava a ser gestado. Como aponta Park (1923, p.285, no original em inglês), “[n]em todos os jornais de sucesso são, certamente, *yellow*. *The New York Times*, por exemplo, não é. Mas o *New York Times* ainda não é um tipo”. É como se a imprensa caminhasse para um novo estágio (que tinha no NYT seu marco zero), ainda que ele ainda não estivesse plenamente constituído.

De maneira similar, Lippman (1931), em *Two Revolutions in the American Press*, defende que a imprensa de qualquer país passaria por certos estágios de desenvolvimento de maneira gradual. Para ele, o serviço do jornal sempre começaria sua história como um monopólio controlado pelo governo. Num estágio subsequente, os jornais seriam controlados pelos partidos políticos e não mais pela esfera

governamental. Em seguida, num terceiro estágio, a imprensa encontraria as condições para desvencilhar-se tanto do governo quanto dos partidos, na medida em que teria construído um suporte comercial permitido por uma massa de leitores que tornaria seu negócio rentável e possibilitaria sua independência editorial. Esse momento, nos Estados Unidos, teria sido iniciado pelos chamados *penny papers*, jornais que, como o nome sugere, eram vendidos a um centavo e que gozaram de grande circulação. Num último estágio previsto por Lippman (1931), enfrentaríamos a era de um jornalismo profissional, identificável após a I Guerra Mundial, mas que naquele momento ainda não teria encontrado seu pleno funcionamento. Para o autor, quando os jornais atingissem esse patamar, poderiam deslumbrar-se como novas instituições especializadas e altamente treinadas, capazes de prover informação de qualidade e ajudar o público a tomar as decisões corretas. A imprensa deixaria, portanto, de ser subserviente aos desejos do mercado e estaria, então, engajada na busca consciente de uma realidade objetiva.

Considerando que este se trata de um momento em que a imprensa institucionalizava uma normatividade baseado nos preceitos da objetividade, Park e Lippman funcionam como índices desse discurso moderno que começava a se instaurar, ao advogar, por exemplo, mais estudos sociológicos sobre a apuração das notícias ou na constatação cientificista de que “é verdade que não temos estudado os jornais da mesma forma como os biólogos, por exemplo, têm estudado o percevejo da batata” (PARK, 1923, p.289). Como exposto no endosso da citação de Lippman no artigo de Park, a constatação naquele momento era de que “o número de fenômenos sociais que registramos é pequeno, os instrumentos de análise muito crus e os conceitos frequentemente vagos e acrílicos” (LIPPMAN *apud* PARK, 1923, p.289, no original em inglês). Tendo isso em vista, Park e Lippman defendiam que olhássemos os fenômenos políticos e a vida social de maneira objetiva para nos afastarmos dos julgamentos morais. A objetividade, nesse sentido, não era ainda um termo hegemônico, mas as disputas de sentido que levariam a elencá-la como definidora do jornalismo estadunidense moderno por excelência já estavam em voga.

Assim, por se constituírem e por terem ajudado a construir o próprio bojo da constituição moderna do jornalismo nos EUA, esses pioneiros do estudo na imprensa tematizam uma série de eventos passados, mas sem nunca indagar suas causas. Eles reivindicavam que os jornais teriam atingido (estavam a caminho ou deveriam naturalmente atingir) a liberdade tanto em relação à corrupção e às influências dos

partidos políticos e outras corporações quanto aos desejos subjetivos e vieses dos seus editores e proprietários sem, entretanto, explicar os motivos que supostamente teriam levado a essa transformação. Isto é, uma série de eventos internos aos próprios jornais os guiaria rumo à independência, num caminho claramente teleológico. Desse modo, como ressalta Kaplan (2002, p.8, no original em inglês), “a relação do jornalismo com seu entorno – as variáveis formas de instituições políticas e a cultura – não são questionadas”.

Uma história social dos jornais estadunidenses e seus valores parece ser justamente aquilo que Michael Schudson, já na década de 1970, começaria a vislumbrar a partir do lançamento de *Discovering the News*. Nele, o autor indaga-se sobre as causas sociais que teriam levado à modernização dos jornais naquele país. Como ressalta o mesmo autor, nesse empreendimento, “num particular, seguirei a recomendação de Park, senão seu exemplo. Park requer uma explicação das ‘condições’ que fizeram o jornal tal como conhecemos. Tentarei providenciar essa explicação” (SCHUDSON, 2010, p.56). Ou seja, partindo de preocupações similares às de Park, o que Schudson defende é a busca pelos motivos e condições sociais através dos quais a imprensa teria começado a adotar a objetividade como parâmetro de conduta. Seu esforço teórico é o objeto de nossa próxima seção.

2.1.2 “Descobrimos” as notícias?

Diferentemente de outros pesquisadores e menos interessado em responder se os jornais são ou não objetivos, o trabalho de Michael Schudson em *Discovering the news* (2010) busca recolocar essa pergunta para questionar o *porquê* desse pressuposto. Segundo o autor, a maioria das pesquisas acerca da história dos jornais estadunidenses buscava apenas descrever as mudanças sofridas pelo jornalismo daquele país, mas sem jamais aclarar quais eram seus verdadeiros motivos. Para Schudson (2010), esse conjunto de estudos (percebidos nos trabalhos de Lippman e Park, por exemplo) sugeria um progresso natural em direção ao jornal moderno sem, entretanto, definir ou explicar o que “moderno” significava (SCHUDSON, 2010, p.53). Fazia-se necessário, então, reformular as perguntas que vinham guiando a historiografia estadunidense com vistas a perceber as causas do que, segundo defende Schudson, seria uma verdadeira revolução do jornalismo naquele país. Para o autor, era imprescindível compreender por que

partimos da suposição de que a imprensa *deveria* ser objetiva e buscar as causas que teriam conduzido a essa demanda. Afinal, como aponta,

[a] objetividade é uma estranha exigência a se fazer a instituições que, como sociedades comerciais, dedicam-se antes de tudo à sobrevivência econômica. É uma estranha exigência a se fazer a instituições que, com frequência, por tradição ou por código explícito, são órgãos políticos. É uma estranha exigência a se fazer a editores e repórteres que não contam com nenhum dos aparatos profissionais que, no caso de médicos, advogados e cientistas, supostamente a garantem. (SCHUDSON, 2010, p.13).

Como ressaltamos no primeiro capítulo, Schudson (2010) define a objetividade como sendo a crença numa separação radical entre fatos e valores, e indaga acerca da origem desse conceito que seria definidor do jornalismo moderno por excelência. Até 1830, sustenta o autor, a questão da objetividade não seria familiar, o que torna sua posterior demanda ainda mais instigante. O argumento de Schudson (2010) é de que, até essa data, os jornais estadunidenses eram francamente partidários e não se esperava que eles assumissem uma posição de neutralidade. Os periódicos publicados até então seriam dominados por um tipo específico de publicidade (que costumava ocupar toda a primeira página, de um total de quatro) e por relatos marítimos, como a chegada de navios, o conteúdo de suas cargas, a movimentação nos portos, os preços dos produtos etc. Por isso, seu leitor poderia ser identificado nas elites comerciais e políticas, o que lhe rendia uma circulação baixa, em torno de 1 a 2 mil exemplares.

Pese a primazia do caráter mercantil de seus relatos, os jornais contavam com uma postura virulenta em seus editoriais que, como ressalta Schudson (2010, p.27), “eram fortemente partidários, provocativos e mal-humorados. Editores atacavam-se uns aos outros com ferocidade pela imprensa, o que, às vezes, levava a trocas de socos e duelos”. Àquela época, a tarefa de imprimir um jornal era uma questão pessoal, na medida em que uma mesma pessoa atuava como editor, repórter e gerente. Muitos dos impressores, entretanto, eram subordinados aos partidos políticos e aos seus interesses específicos, o que trazia impactos diretos ao conteúdo produzido por seus periódicos. Nesse sentido, Schudson (2010, p.14) defende o argumento de que a notícia teria sido uma invenção da era jacksoniana (entre as décadas de 1830 e 1850), período caracterizado por intensas trocas comerciais e a ascensão de uma classe burguesa, responsável por ruir o sistema partidário até então em voga nos primeiros anos da república estadunidense. Essa nova época teria sido inaugurada nos anos 1830 e, apesar de não afrontar temas importantes como a escravidão, ficou, ainda assim, comumente

conhecida como a “era do igualitarismo”, distinguida por uma repentina democratização (masculina e branca) tanto no mundo dos negócios quanto das notícias, capaz de sobrepujar a importância dos partidos políticos em ambos os setores. Essa “onda democrática que varreu o país”, segundo os termos do próprio Schudson (2010), poderia ser identificada em novas liberdades individuais como o sufrágio (novamente masculino e branco), uma ânsia social por igualdade de oportunidades, a restrição de monopólios e uma imprensa de baixo custo que teria revolucionado a produção, a circulação e o consumo dos jornais: a chamada *penny press*.

Desse modo, todo o argumento de Schudson se centra na ideia de que um ambiente político e mercadológico liberal teria sido responsável por gerar as bases dessa que seria uma imprensa comercial, desligada de interesses partidários. Como defende, “a democratização dos negócios e da política nos anos 1830 sugere uma estrutura para a compreensão da revolução do jornalismo no mesmo período” (SCHUDSON, 2010, p.63) Nesse sentido, ele afirma que a *penny press* teria representado uma verdadeira revolução do jornalismo estadunidense capaz de levar ao triunfo da “notícia” sobre o editorial e dos fatos sobre a opinião, uma mudança moldada pela expansão da democracia e do mercado. A *penny press*, de acordo com esse argumento, teria significado aquele tipo de jornal que teria rompido com a tradição partidária. Isso se deveria ao fato de que esse novo e revolucionário tipo de imprensa teria entendido as lógicas do mercado ao baixar seu preço a um centavo (enquanto seus concorrentes eram vendidos a seis centavos), motivo pelo qual teria aumentado significativamente sua circulação, atraindo, assim, um grande número de anunciantes.

Schudson (2010) argumenta que o primeiro jornal nesse formato *penny* teria sido o *New York Sun*, de 1833. Como prova desse aumento de circulação, o autor cita que, em 1834, dito jornal era líder em cópias vendidas com cinco mil exemplares. Em 1835, esse número já havia alcançado 15 mil. Para termos uma ideia do aumento do número de periódicos vendidos, quando o *Sun* foi lançado, a circulação somada de todos os 11 jornais de Nova York era de apenas 16.500 cópias. O sucesso desse jornal pioneiro teria sido rapidamente seguido por outros, como o *Evening Transcript* e o *New York Herald*, que chegaria a ser o jornal norte-americano mais lido na Europa e o mais bem-sucedido entre os *penny papers*. A *penny press* teria ainda transformado significativamente os modos pelos quais o jornal era vendido e circulava, na medida em que sua distribuição seria diária e nas ruas, não mais por assinatura como os outros periódicos. Além disso, diferentemente dos outros jornais, o do tipo *penny* aceitaria qualquer tipo de publicidade

por entendê-la a partir de um intercâmbio econômico e não mais moral. Antes de 1830, era comum que os jornais partidários recusassem certos anúncios por considerá-los inaceitáveis, como eram concebidas as propagandas de loterias ou teatros. Já os *penny papers*, acreditavam que os anunciantes poderiam publicar o que quisessem, desde que pagassem por isso.

Desse modo, os *penny papers* teriam se consolidado em Nova York e se alastrado para outras cidades do país graças à sua grande circulação e aos recursos provenientes da publicidade e da venda direta. Esse fato, segundo Schudson (2010), teria racionalizado a estrutura econômica da edição dos jornais e, desse modo, esse tipo de diário teria sido capaz de se tornar independente das amarras políticas e dos assuntos que envolviam os interesses partidários. Como consequência, poderia se ater mais aos acontecimentos que diziam respeito à vida ordinária e ao comércio local. Pela primeira vez, os jornais teriam transformado em uma prática regular a publicação de notícias políticas, não apenas internacionais, mas também domésticas. Por isso, a imprensa *penny* teria revolucionado o conteúdo dos diários, ao fazer da narrativa de interesse humano seu traço mais característico. A vida social teria invadido os periódicos: “os *penny papers* inauguraram esta atitude democrática em relação aos acontecimentos mundiais: qualquer evento, não importando quão aparentemente trivial, poderia qualificar-se para a publicação em um jornal” (SCHUDSON, 2010, p.40).

O argumento de Schudson, portanto, é da existência de um jornalismo que pode ser claramente caracterizado como um “antes e depois” da *penny press*. Esses periódicos teriam tomado a postura transformadora de romper com um tipo de jornal partidário, completamente dependente dos interesses e ações dos órgãos políticos, para lançar as bases do jornalismo moderno. Essa virada encontraria um ponto específico na história, já que, como defende o autor,

Até os anos de 1830, os jornais forneciam um serviço para partidos políticos e comerciantes; com a imprensa *penny*, um jornal vendia um produto ao leitor em geral, e vendia o leitor ao anunciante. O produto vendido aos leitores era a “notícia”, e esse era um produto original, sob vários aspectos. Primeiro, pretendia representar realisticamente, mas sem cor partidária, os acontecimentos do mundo. Assim, o produto “notícia” de um jornal poderia ser comparado ao de outro nos critérios de exatidão, integridade, vivacidade e atualidade. (SCHUDSON, 2010, p.37).

O surgimento e consolidação da *penny press* corresponderiam, nesse sentido, à *gênese do jornalismo moderno*. Seu aparecimento estaria ligado a um contexto socioeconômico muito específico, que diz de uma “sociedade democrática de mercado”,

identificada nos Estados Unidos a partir da década de 1830. Para Schudson (2010), os *penny papers* expressaram uma cultura sem espaço para deferências sociais, na qual a crença nos fatos teria substituído a realidade baseada nos valores. Entretanto, os jornais nesse período – identificado até 1880 – ainda não podiam ser considerados como uma indústria e nem como responsáveis por gerar uma classe profissional específica. Segundo o autor, esse *status* só teria sido alcançado quando os repórteres criaram as condições de buscar independência em relação aos seus editores. Seguindo sua perspectiva de ruptura, Schudson afirma que, “como a notícia foi mais ou menos inventada nos anos de 1830, o repórter foi uma invenção social dos anos de 1880 e 1890” (SCHUDSON, 2010, p.81). Diferentemente dos primeiros jornais em que uma única pessoa assumia várias atribuições; começou a ser gestado um lugar particular para funções específicas de apuração da notícia. Desse modo, a reportagem seria cada vez menos uma atividade aleatória e mais uma escolha baseada em princípios profissionais. Nesse contexto,

Em sua lealdade aos fatos, os repórteres do final do século XIX respiravam o mesmo ar que condicionou o surgimento de especialistas na política, o desenvolvimento do manejo científico da indústria, o triunfo do realismo na literatura e a “revolta contra o formalismo na filosofia”, nas ciências sociais, no direito e na história. (SCHUDSON, 2010, p.88).

Entretanto, aclara Schudson (2010), a convicção desses repórteres em relação aos fatos seria diferente da convicção *moderna* de objetividade. Isso porque, apesar de os repórteres enxergarem a si mesmos como cientistas e artistas, seu ideal factual tanto na literatura quanto na reportagem abraçava o realismo, em que a realidade era vista como uma paisagem neutra. Assim sendo, ressalta o autor, “eles julgavam que os fatos forneciam uma direção moral de si mesmos, e se orgulhavam de que seus próprios preceitos morais tivessem crescido naturalmente fora do contexto de sua associação do mundo real” (SCHUDSON, 2010, p.106). Esse ideal factual é, então, considerado um realismo ingênuo por Schudson, e seria fortemente abalado após as denúncias sofridas pela cobertura realizada pelos jornais na I Guerra Mundial. Assim, somente após essas correntes de críticas é que a objetividade, entendida na base de uma separação radical entre fatos e valores, teria sido estabelecida. Ela surgiria não como uma crença fiel aos fatos, mas como um método seguro numa sociedade em que nem mesmo os fatos pareciam confiáveis. Tratar-se-ia, portanto, de uma nova revolução.

Portanto, tal qual viemos expondo, a ideia moderna de notícia proposta em *Discovering the News* é que ela teria surgido com os *penny papers* graças a um processo

de despolitização dos próprios jornais e das inovações de seus empreendedores. Já a separação radical entre fatos e valores teria sido resultado de outras revoluções e rupturas, como a “invenção” do repórter e a “criação” da objetividade. Tendo isso em vista, Kaplan (2002) ressalta que o estudo de Schudson apresenta uma análise incisiva das origens do que seria o jornalismo moderno e independente, persistindo como um grande êxito na historiografia estadunidense a partir do *Discovering the News*, em parte por causa de sua visão panorâmica guiada por um rico material empírico. Entretanto, a narrativa que identifica nos anos de 1830 o momento exato de um rechaço dos jornais ao partidarismo está “amplamente equivocada para todo o século XIX (...). Como Schudson agora reconhece, o partidarismo resistiu até o final do século” (KAPLAN, 2002, p.11, no original em inglês). *Discovering the news*, aponta KAPLAN (2002), projeta no século XIX aquelas que seriam características observáveis somente a partir do século XX. Isso porque os jornais continuaram a filiar-se a partidos políticos e a sustentar seus discursos até a virada entre esses séculos.

Desse modo, ao defender uma despolitização da sociedade e da imprensa a partir de 1830, Schudson se vê incapaz de explicar a reconstrução dos ideais jornalísticos após 1900 a não ser por outra série de rupturas. Nesse sentido, Kaplan (2002) sustenta que Schudson acabou criando sua própria versão da história natural, na medida em que ele nunca teria problematizado as pressuposições políticas e sociais da imprensa moderna. Como aponta,

[Schudson] desliza ao ver a hegemonia do individualismo liberal como uma construção histórica específica para considerá-la como um aspecto natural, até mesmo ideal, da modernidade. Esta naturalização é clara nos trabalhos historiográficos ulteriores de Schudson. De 1830 a 1920, após a semente da imprensa moderna ter sido plantada no rico e franco solo estadunidense, ocorre apenas o lento crescimento, fruição, e a crise dessa mesma sociedade. Disputas políticas em relação aos modelos culturais alternativos da política e da imprensa americanas estão longe de serem encontrados. (KAPLAN, 2002, p.12, no original em inglês).

É possível agregar ainda que a perspectiva de Schudson repousa na ideia de várias revoluções no jornalismo, o que corrobora a uma história que privilegia as rupturas e não se interessa nas continuidades e ambiguidades próprias desse fenômeno. Parece não haver nenhuma relação de continuidade, por exemplo, entre as características apontadas para a *penny press* e outros tipos ulteriores de “nova imprensa”, como o jornalismo que teria sido inaugurado pela *yellow press*. Não há uma explicação social embasada capaz de compreender o surgimento da reportagem num

momento e não em outro. A emergência desses vários “novos jornalismo” comungaria apenas a idealização de uma base política, social e econômica estável que teria permitido o surgimento de ambos. Modelos concorrentes e alternativos da imprensa também não aparecem no horizonte argumentativo de Schudson. Aliado a isso, o autor não questiona e nem mesmo explica o que chama de “jornalismo moderno”, limitando-se a caracterizá-lo por seu caráter inovador e irruptivo. É sempre uma revolução o que explicaria o aparecimento de um ou outro tipo de jornal. Ademais, ao explicar os motivos sociais que teriam levado à despolitização da imprensa encarnada no fenômeno dos *penny papers*, ele não demonstra o porquê de os outros jornais terem supostamente resistido a essa pressão. Por fim, Schudson (2010) parece ainda acreditar na *constituição moderna* sem explicá-la, na medida em que demonstra crer, ao não questionar, a possibilidade de separação entre fatos e valores. Isso fica claro na motivação exposta em seu trabalho em *Discovering the News*:

mesmo se a ciência, tal como a conhecemos hoje, estiver, em algum sentido, deixando-nos mais próximos da verdade do que sistemas mais antigos de conhecimento, ainda podemos nos perguntar por que a cultura ocidental, no século XIX, deveria ser tão sábia quanto a reconhecer isso. (SCHUDSON, 2010, p.18).

Ou seja, a partir de um centralismo ocidental, o que percebemos é a postulação de um mundo de referência fixo, a ser descoberto por um modelo de conhecimento mais moderno e que estaria nos aproximando à verdade de forma mais apropriada do que outros, mais antigos, arcaicos, “pré-modernos”. Nesse sentido, o valor da obra de Schudson (2010) reside menos na pressuposição de grandes revoluções e mais no trabalho de coleta empírica. Cabe aclarar que muitos argumentos de Schudson (2010), como veremos, são válidos, mas estão historicamente deslocados. Além disso, a ideia de grandes rupturas tem servido para perpetuar um mito de fundação da imprensa moderna estadunidense e, posteriormente, da própria modernização da imprensa brasileira, que deve ser revisto se quisermos reescrever criticamente o texto de constituição moderna do jornalismo.

2.1.3 Redescobrimos a *penny press*: descortinando um mito de fundação

Para Nerone (1987), o modo como a *penny press* é geralmente descrita ajudou a disseminar um lugar-comum da historiografia estadunidense e também um mito de origem da imprensa contemporânea. O núcleo duro dessa mitologia consiste no argumento de que um pequeno número de inovadores teria sido capaz de modificar o conteúdo, o formato e a circulação do jornalismo, ao criarem, como vimos com Schudson (2010), uma imprensa comercial e popular. Nerone argumenta que essa história fundacional pressupõe que “estes *penny papers* foram os primeiros jornais comerciais, os primeiros jornais populares, os primeiros jornais independentes e os primeiros ‘news’ papers” (NERONE, 1987, p.376, no original em inglês). Dado ao seu suposto caráter completamente inovador, a imprensa *penny* é geralmente vista como o retângulo mais alto a ser desenhado numa genealogia da imprensa moderna.

A maioria dos pesquisadores estadunidenses, diz Nerone (1987), parece concordar que o ano 1833, data em que Benjamin Day lançou o *New York Sun*, teria representado um divisor de águas entre dois modos diametralmente opostos de se fazer jornalismo: os noticiosos *penny papers* e os enviesados *partisan papers*. E investigadores que se dedicam a estudar um ou outro lado da balança, apesar de não encontrarem sinais de uma influência tão grande da *penny press* nessa época, raramente questionam este mito de fundação. Entretanto, adverte o autor, descrever um sistema de crenças como uma mitologia não deve significar tomá-lo como falso, na medida em que muitos argumentos invocados por ele são verdadeiros. Porém,

[o] que é característico da mitologia é seu modo de sistematizar os fatos ao redor de uma narrativa heroica com efeito didático. Como a mitologia é um relato organizado a partir de um sistema de valores, ela quase sempre envolve uma simplificação acentuada da história. (NERONE, 1987, p.377, no original em inglês).

Desse modo, o que podemos perceber é um tipo de relato baseado em grandes modificações produzidas de forma abrupta por determinados agentes, elevados à categoria de grandes ícones do passado. Esse tipo de perspectiva perpassa, como vimos, os argumentos de *Discovering the News*. A princípio, diferentemente do que haviam proposto os pesquisadores da “história natural do jornalismo”, Schudson (2010) tenta analisar as mudanças sociais que possibilitaram a emergência de uma imprensa comercial de baixo custo. Entretanto, ao isolá-la como um fenômeno revolucionário e completamente inovador, o pesquisador acaba contribuindo para a sua mitificação, na

medida em que, por efeito colateral, desconsidera as próprias forças e demandas sociais ao tratá-las como uma característica exclusiva daquele tipo de imprensa.

Nerone (1987), entretanto, parece partir de uma outra perspectiva. Para ele, o desenvolvimento do jornalismo seria mais bem entendido como um processo enraizado nas mudanças sociais e culturais. Isso significaria assumir que a *penny press* corresponde, na verdade, a uma mutação dos jornais pressionada por fatores sociais, e não a uma revolução na política editorial e nas estratégias comerciais fomentadas por iniciativas únicas e estritamente pessoais. Afinal, “as mesmas forças que produziram as dramáticas inovações nos *penny papers* atuaram simultaneamente na imprensa como um todo” (NERONE, 1987, p.377, no original em inglês). A mitologia, nesse sentido, parece pressupor a ideia de que somente a imprensa *penny* teria respondido a uma suposta demanda social de despolitização e abertura mercadológica. Dessa maneira, o porquê dos outros jornais não terem sofrido essa mesma pressão ou os modos pelos quais eles teriam respondido a ela é algo que o mito da *penny press* parece ser incapaz de sustentar ou responder.

Visto isso, Nerone (1987) destaca três principais argumentos desse mito de origem que vê na *penny press* uma revolução do jornalismo estadunidense. 1) O primeiro deles diz respeito à ideia de que ela teria transformado radicalmente a circulação, por tornar os jornais baratos e, conseqüentemente, acessíveis a um grande público. 2) Além disso, a imprensa *penny* teria também revolucionado o conteúdo dos jornais ao declarar-se independente dos partidos políticos, dando origem a uma prática de neutralidade política. Isso teria inaugurado a primazia da notícia sobre a opinião, e a emergência do relato das histórias de interesse humano. Ademais, teria sido de responsabilidade da *penny press* a simplificação dos estilos de escrita, o que teria levado a uma maior legibilidade dos jornais estadunidenses. 3) Por fim, essa categoria de jornais teria revolucionado o modelo de negócios jornalístico, ao introduzir novas tecnologias (por exemplo, o telégrafo), novas ocupações (como a do repórter) e novas formas de rendimentos (como a publicidade).

Essas três caracterizações comuns compõem o argumento de que a *penny press* teria transformado o jornalismo estadunidense por completo: antes dela, os jornais seriam instrumentos políticos; após sua emergência, teriam se convertido num instrumento social para o aperfeiçoamento da democracia. É nesse sentido que os jornais contemporâneos são vislumbrados, através dessa mitologia, como os descendentes diretos dos *penny papers*. Afinal, teria sido esse tipo de imprensa a

responsável por inventar *modernos* sistemas de distribuição, o conceito *moderno* de notícia, uma estrutura organizacional e ocupacional *moderna* e trazer *novas* tecnologias para a produção de um jornal que, como não poderia deixar de ser, se fazia *moderno*.

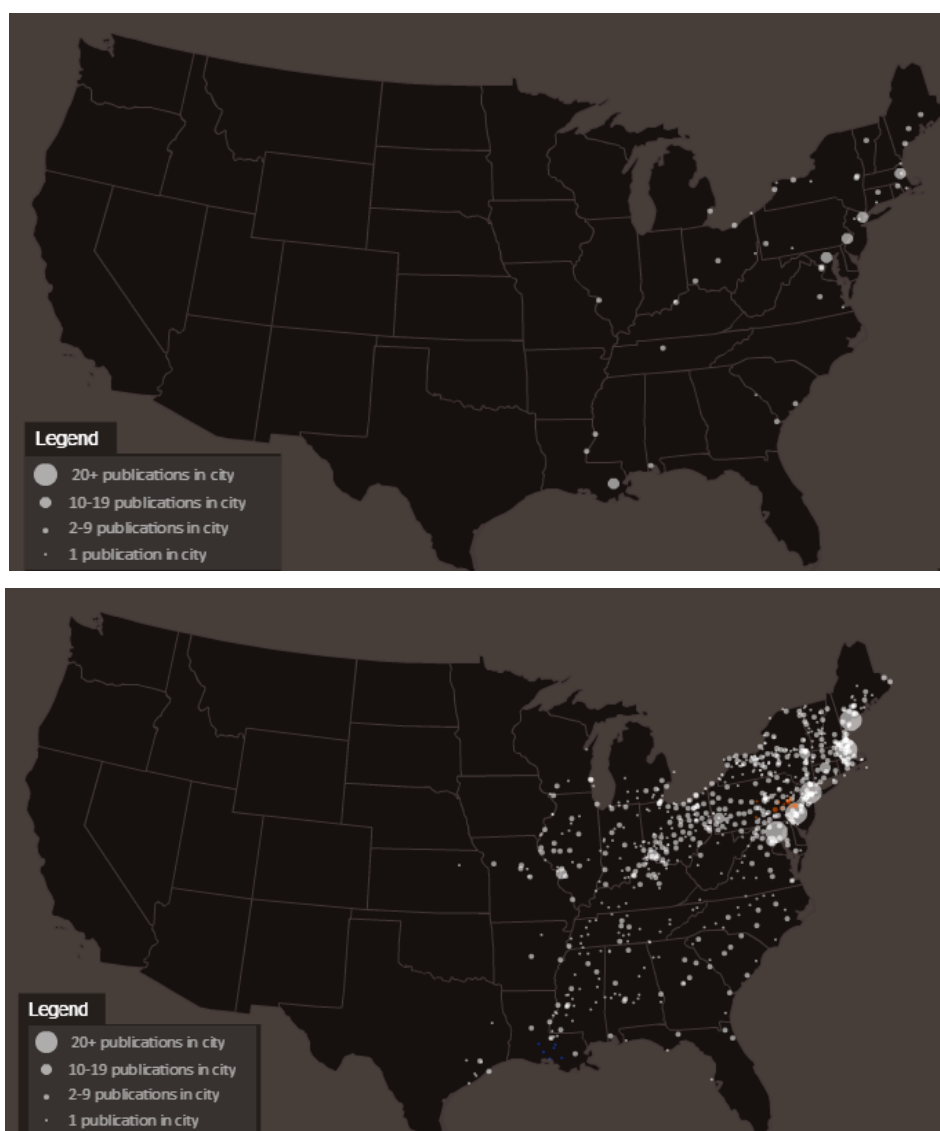
Para Nerone (1987), um dos motivos pelos quais a mitologia da *penny press* ainda ser tão persistente nos estudos contemporâneos é que ela pode ser facilmente inserida no esquema sociológico da modernização. Além disso, ela tem servido para um tipo de historiografia interessada em promover grandes personagens, bibliografias destacáveis e fatos marcantes do passado. Esse tipo de empreendimento historiográfico, percebido, sobretudo, em livros didáticos (mas não só), tende a oferecer uma história ensimesmada com vistas a encorajar a criação de “heróis de jornalismo, realizadores da história e modelos a serem seguidos no presente e no futuro” (NERONE, 1987, p.382, no original em inglês). Porém, apesar de didaticamente convenientes, os argumentos que compõem essa gênese mitológica do jornal moderno carecem de rigor e consistência histórica.

Nesse sentido, um dos argumentos que dizem de uma suposta revolução no mercado jornalístico estadunidense é o de que os *penny papers* inauguraram a prática das vendas de jornais nas ruas, substituindo o modelo de vendas por assinaturas. Segundo Nerone (1987), parece haver verdade e exagero nessa premissa. Isso porque, por exemplo, Benjamin Day, editor do *New York Sun*, declarou, em 1935, ter vendido por volta de 19.000 cópias do seu jornal. Entretanto, mais de 16.000 mil delas foram vendidas pelo sistema de assinatura em Nova York e no Brooklyn, enquanto somente pouco mais de 2.000 foram vendidas diretamente nas ruas. Por isso, a lista dos assinantes continuou como o insumo mais importante para começar um empreendimento jornalístico, sendo ele *penny* ou não. Além disso, cabe aclarar que outros periódicos nos Estados Unidos e que não custavam um centavo também foram vendidos como exemplares avulsos antes de 1830, ao contrário do que parece supor a mitologia. Indicativo disso era o lançamento de edições extras para as notícias do último momento que, apesar de não ser uma prática regular, não chegava a ser um fenômeno tão raro. Por isso, apesar de ter participado de mudanças no sistema de distribuição dos jornais, não fica claro, a partir das evidências existentes, que a venda direta nas ruas se tornou um motivo primordial – nem mesmo uma prática exclusiva – para o sucesso dos *penny papers* (NERONE, 1987).

De maneira similar a esse primeiro argumento, o preço dos jornais *penny* e sua consequente popularização é outro ponto que carece de melhor explicação. Como

ressalta Schudson (2010), antes da *penny press*, o jornal estadunidense típico era vendido a seis centavos. Entretanto, o modelo desse jornal não é diário. Como podemos perceber na imagem abaixo, na década de 1830, jornais diários eram desconhecidos ou, na melhor das hipóteses, tratados como uma bela novidade na grande maioria das cidades dos EUA. Primeiro, temos um mapa dos jornais distribuídos diariamente e, em seguida, um dos semanários ou bissemanários¹³:

FIGURA 2: Comparativo entre jornais diários e semanais/bissemanais no ano de 1938



Fonte: Stanford University

¹³ Um panorama sobre o aumento do número de jornais nos EUA entre os séculos XVII e XXI pode ser encontrado no projeto *Growth of American Newspapers, 1609-2011*, da Universidade de Stanford. Disponível em: http://web.stanford.edu/group/ruralwest/cgi-bin/drupal/visualizations/us_newspapers Último acesso: 16/03/2017

Nesse sentido, a emergência da *penny press* pode ter constituído uma mudança importante para o preço dos jornais diários, mas não para o jornalismo praticado nos Estados Unidos como um todo. Por isso,

...no contexto total dos jornais estadunidenses, a introdução dos *penny papers* foi um passo a mais no processo de evolução, um processo que pode ser mais bem concebido como um aumento da categoria jornal, ou no aumento dos diferentes formatos jornalísticos: a introdução em sequência de semanários, bissemanários, trissemanários e diários foi seguida pelo *penny paper* e, mais tarde, pelo jornal vespertino e pelo jornal de todo o dia. Em cada caso, a inovação foi um processo, não uma revolução. (NERONE, 1987, p.385, no original em inglês).

Além disso, os mesmos jornais que iniciavam suas vidas comerciais sendo ofertados a um centavo, aumentavam depois o preço, na medida em que iam crescendo. Na edição do dia 22 de março de 1884, a primeira de uma publicação metajornalística chamada *The Journalist* (sobre a qual nos deteremos adiante), esse processo parece bem claro, visto a afirmação de que:

FIGURA 3 – *The Journalist* e a imprensa penny

ONE CENT JOURNALISM.

Experience has shown unmistakably that there is no money in one-cent newspapers in this country. Yet, every now and then some enthusiastic speculator, with a few dollars in his pocket, rushes forward to found a penny paper which is to make his fortune and revolutionize the newspaper life of the day. It is needless to say that his fortune usually remains unmade, and that newspaper life struggles along a good deal the same as though he had never been born.

The only successful one-cent newspapers of the time are the Morning Journal and the Evening News. The latter is prosperous because it is small in proportion to its price. It costs no more proportionately to print the Evening News than it does to print one of the higher priced papers. If, however, the Evening News Company were to attempt to print as large and costly a paper for one cent as the Evening Telegram prints for two, it would lose a great deal of money in a very little while. The News' readers are satisfied with a really inferior paper. They cannot read much, anyway, and the News fills their measure.

The Journal has a field of its own. But the Journal is a large paper, and it costs a good deal to print. The Journal is esteemed a marvellous success. So it is, if we measure success by circulation. But suppose a sudden rise in the value of white paper—such a rise as is wholly likely to occur at any time? A mere trifle of an advance would wholly destroy the profit on the Journal's circulation. The paper is practically in the power of a very few advertisers. If three or four of them were to withdraw, where would the Journal go? It could not live upon its circulation, and the few straggling advertisers of the moment. Rogers, Peet & Co. and a few others are practically the editors of the penny press. If they withdraw the penny press must die. Therefore, the penny papers cannot afford too much independence toward Rogers, Peet & Co.

Truth, another penny paper, is on the market. It has been a failure. The Evening Standard has broken up, because its proprietors tried to give their readers a large paper at a cheap price. It was not a bad paper. It was simply too large. Two cents is cheap enough for a newspaper in America. The Chicago News, having made its field on a penny basis, put the price up to two cents. It would have lost money in the end on the penny line. Running newspapers in this country is too expensive business to be conducted on penny principles.

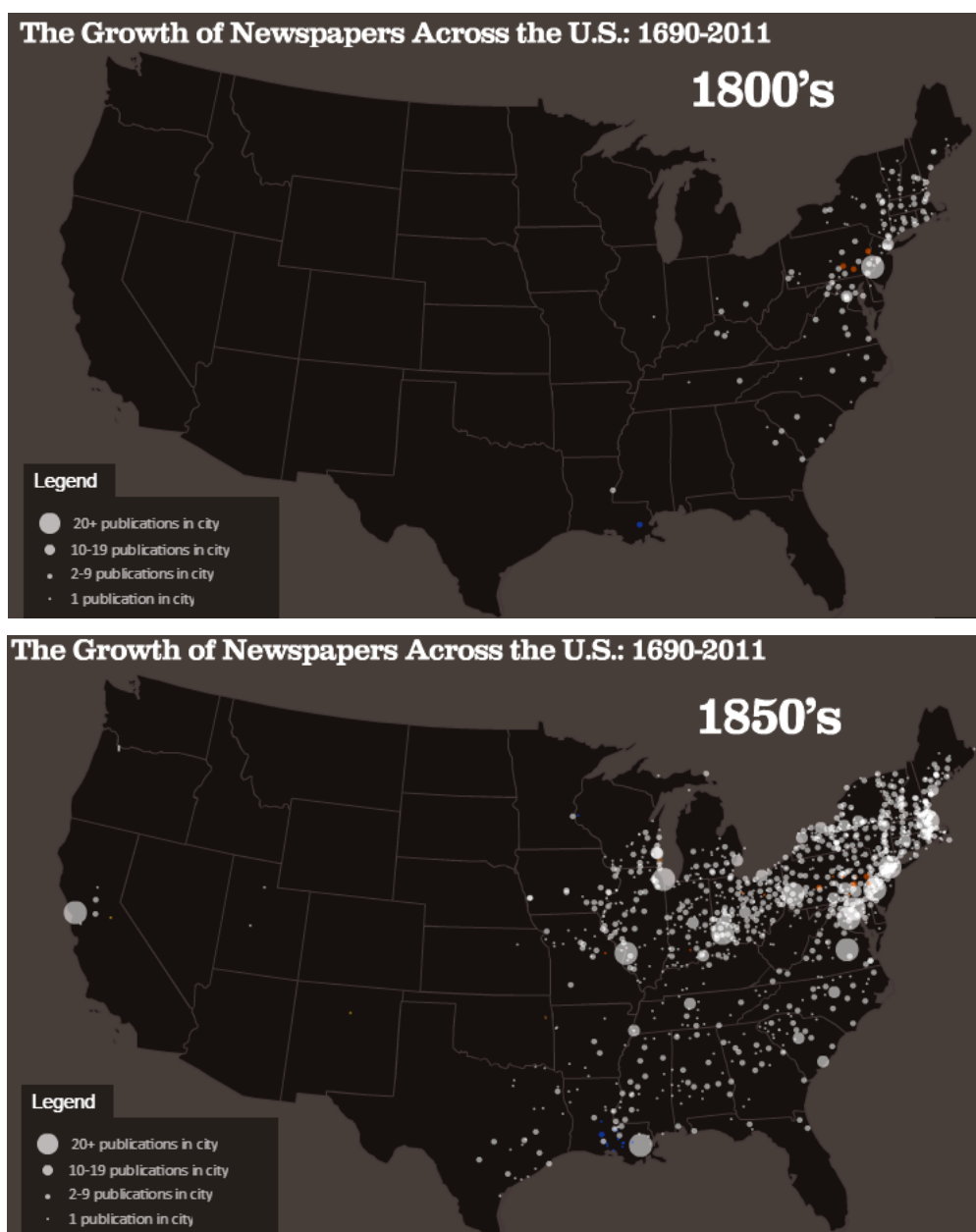
“A experiência tem demonstrado de maneira inequívoca que não há dinheiro em jornais de um centavo nesse país. Ainda assim, especuladores entusiastas com alguns dólares no bolso, correm para encontrar um *penny paper* para fazer fortuna e revolucionar a vida diária do jornal. É desnecessário dizer que a fortuna desejada é geralmente irrealizada e que a luta diária do jornal como um bom negócio segue a mesma como se ele nunca tivesse nascido (...). Administrar jornais neste país é um negócio demasiado caro para ser conduzido pelos princípios penny.”

Fonte: Edição de 22/03/1884 de *The Journalist*

Em seguida, a publicação defende que para continuar existindo, os jornais que iniciavam suas vendas a um centavo eram posteriormente obrigados a elevar os preços se quisessem oferecer um serviço de qualidade, tendo em vista os altos custos de produção. Essa, então, parecia ser a regra de um processo cíclico: começava-se *penny* para atrair público e, em seguida, aumentavam-se os preços, o que acabava abrindo espaço para que outros empreendedores oferecessem novos jornais a um centavo, na sequência. Isso nos leva a outra imprecisão característica da mitologia da *penny press*: a de que esse tipo de jornal teria representado a primeira imprensa popular. Por seu preço mais baixo que os jornais de seis centavos e pelos gastos envolvidos na produção, não é difícil supor que somente uma vigorosa venda seria capaz de gerar os subsídios necessários para a existência dos *penny papers*. Um grande número de exemplares atrairia, conseqüentemente, anunciantes interessados em publicitar seus produtos a um amplo público.

Por esse mesmo motivo, a falsificação dos dados de circulação era um problema bastante recorrente entre os jornais da metade do século XIX (como denunciado num artigo da edição de 06 de abril de 1884 de *The Journalist*: “*Circulation and Advertising*”, p.6). Além disso, uma comparação direta das vendas dos *penny papers* com os jornais de seis centavos tomam o último como se eles fossem o exemplo dos jornais estadunidenses típicos. Mas, como vimos, os jornais diários eram incomuns em todo interior do país e mesmo nas grandes cidades para além de Nova York. Entretanto, o baixo preço dos *penny papers* sugere que eles eram comprados de forma particular e mais perecíveis (diferentemente de jornais mais caros e com circulação não diária), o que talvez seja um indicativo de mudanças nos hábitos de consumo dos jornais. Mas isso não significa que eles foram os primeiros jornais populares. Afinal, o número de periódicos vinha crescendo sistematicamente nos EUA durante as primeiras décadas de século XIX (NORTH, 1884, 1909):

FIGURA 4: Comparativo entre o número de jornais estadunidenses em 1800 e 1850



Fonte: Stanford University

Por isso, o sucesso de circulação dos *penny papers* deve ser tomado somente como um aspecto de um fenômeno social mais amplo, e não como algo extremamente novo ou revolucionário. O maior equívoco, entretanto, quando se trata de uma caracterização da *penny press* (e sua maior contribuição para o mito de fundação do jornalismo moderno) diz respeito à ideia comumente aceita e pouco questionada de que eles foram os primeiros jornais imparciais, na medida em que teriam rompido os laços com os partidos políticos e inventado a “notícia”. Eles teriam, portanto, inaugurado o

jornalismo estadunidense moderno. Há, porém, uma série de premissas imprecisas e incorretas nessa afirmação. A primeira delas, como retrata Nerone (1987), é que seria impossível falar de “jornalismo estadunidense” nesse período, uma vez que uma ideia de jornalismo ainda não estava consolidada. Nesse sentido, parece mais prudente dizer de uma série de diferentes tipos de jornais que coexistiam com distintos propósitos e peculiares modos de atuação, e que não conformavam um sistema uniforme, nem mesmo, nos discursos autorreferentes. O jornal de opinião, sustenta Nerone (1987), era somente um dos tipos de jornais existentes na jovem república estadunidense, e eles tendiam mesmo a ser partidários. Entretanto, outro tipo de imprensa, que existia concomitantemente, continuava uma tradição da imprensa colonial, possuindo uma ideologia específica de imparcialidade.

Ditos jornais eram geralmente monopólios locais dirigidos por pequenos impressores, ligados aos serviços de correios ou pertencentes a autoridades. Havia ainda uma terceira grande classe de periódicos, identificadas como os diários metropolitanos (tachados como os predecessores e opositores da *penny press*). Todos esses diferentes tipos de jornais tendiam a ter um *foco político*. Entretanto, isso não significa que eles tenham de ser considerados como *órgãos dos partidos políticos* (NERONE, 1987). Afinal, devemos ter em mente que esse período, caracterizado por uma expansão da imprensa guiada pelos fundamentos da incipiente república, associava os jornais como elementos essenciais para a democracia (tal como a interpretação da Primeira Emenda estadunidense e da função dos “pais fundadores” sugere) e que, apesar da preferência a determinados partidos ser encontrada, isso não significa que ela determinava seu conteúdo. Mesmo atualmente, aponta Nerone (1987), ainda que possamos identificar as preferências políticas dos jornais contemporâneos, seria difícil sustentar o argumento de que eles são ramificações dos partidos políticos específicos. Nesse sentido,

[u]ma simples designação de partidarismo é muito menos importante do que a avaliação da qualidade do partidarismo no jornal. É aqui que a caracterização modelo de uma “era sombria” do jornalismo partidário, associado com a mitologia da penny press, tem seu efeito mais lamentável: ela promove a crença de que a qualidade do partidarismo foi constante durante esse período inicial da nação. Isso está longe de ser verdade. (NERONE, 1987, p.390, no original em inglês).

O envolvimento político dos jornais teria mudado significativamente com a instauração do chamado “segundo sistema partidário” nos anos de 1820, período caracterizado por uma reorganização das eleições e dos partidos nos EUA. Antes desse

período, afirma Nerone (1987), uma ideologia social da imparcialidade poderia também ser identificada em convenções narrativas dos jornais, como a ausência de voz editorial e a estratégia de publicar artigos através de pseudônimos. Desse modo, era muito comum, por exemplo, que os jornais publicassem a transcrição do que havia sido os discursos das autoridades, sem nenhum comentário ou intervenção editorial, atuando como estenógrafos. Ditas convenções do jornalismo praticado no início da república estadunidense foram, entretanto, modificadas com a emergência de uma nova configuração política. Os mesmos candidatos começaram a lançar jornais ou a cooptar os já existentes para os partidos políticos. Como retrata Nerone (1987, p.390, no original em inglês), “em vez de serem esteiras de fato e opinião, os jornais começaram a se representar como advogados arguindo uma causa no tribunal da opinião ou líderes militares organizando um exército de eleitores”.

Desse modo, a qualidade do partidarismo dos jornais estava se modificando. Portanto, diferentemente do que a mitologia supõe, a *penny press* não inaugurou a postura de uma imprensa independente, que rompia laços com os partidos. Ao contrário, sua aparição pode ser entendida mais como um retorno aos valores tradicionais e uma reação conservadora frente ao cenário político do que uma inovação na ideologia da imprensa. Além disso, ao longo do tempo, a própria imprensa *penny* viria a adotar laços partidários. Como postula Kaplan (2002), os jornais começaram a ser exibidos como partidários porque toda a sociedade começou a viver num clima de intensa disputa política. Com a característica federalista e uma grande extensão territorial, o governo estadunidense tinha dificuldade para expandir nacionalmente as funções do executivo como uma administração burocrática disciplinada durante o século XIX.

Em face dessa fragmentação, aponta Kaplan (2002), os partidos políticos ganharam imenso protagonismo na coordenação e implementação das políticas federais. Eles teriam, nesse período, demonstrado uma grande habilidade em inspirar lealdade e promover a participação popular na política. Como principais personagens na luta por maior participação popular na arena eleitoral, os partidos garantiram uma fidelidade que logo seria convertida como uma tradição familiar, uma verdadeira herança a ser transmitida de geração em geração. Durante o século XIX, a porcentagem de votantes, por exemplo, atingiu recordes que jamais seriam superados na história estadunidense (segundo Kaplan, uma média de 78,5% da população masculina autorizada a votar participava das eleições presidenciais ao longo daquele século). Assim,

Por causa do seu controle sobre os recursos políticos e de sua legitimidade como representantes públicos da população, os dois partidos falavam como as vozes dominantes, senão exclusivas, em relação a todas as questões de importância nacional / Nesse contexto de um poder extravagante dos partidos, os jornais asseguravam publicamente suas alianças, quer seja com os Democratas ou com seu oponente no século dezenove, sendo eles os Republicanos ou *Whig*. (KAPLAN, 2002, p.24, no original em inglês).

A imprensa, desse modo, também se colocava a serviço do partido e via o mundo através de suas lentes. Não raramente, como aponta Kaplan (2002), os jornais publicavam a lista de quem havia sido seus nominados não somente uma vez, mas durante toda a disputa eleitoral. Além disso, eles apoiavam abertamente seus candidatos, sob o risco de, caso contrário, sofrerem boicotes e verem seus exemplares serem queimados numa fogueira por seus (e)leitores. A *penny press*, como parte dessa sociedade politicamente polarizada, também expressava posições políticas e, portanto, não inventou a independência partidária e muito menos instituiu sozinha a notícia moderna. Ela foi, porém, parte constituinte do processo que viria futuramente gerar ditos valores que organizariam uma normatividade jornalística específica.

Nesse sentido, “reconhecer as especificidades e características próprias da *penny press* não requer considerá-la revolucionária” (NERONE, 1987, p.402). Dado o exposto, parece claro que a suposta gênese do jornalismo moderno que defende a *penny press* como seu marco zero só pode ser sustentada a partir de argumentos mistificadores. Resta, portanto, indagá-los numa perspectiva histórica que envolve convenções narrativas, tecnologia, reorganização profissional e a emergência e modificação de valores.

2.2 Os jornais em busca de um *ismo*

Atualmente, os jornais de referência defendem uma autoridade jornalística capaz de narrar para os seus leitores/ouvintes/espectadores os principais acontecimentos do dia, traduzidos de forma independente através das notícias. A imprensa em sua faceta moderna, ressalta Kaplan (2002), nega que ela sirva a interesses de grupos específicos, sustentando que o jornalismo está acima das disputas e dos interesses políticos particulares. Como um meio independente de informação, os jornais defendem que “a notícia não deve funcionar nem como um estratagema político e nem como um diálogo público, mas sim como um documento imparcial dos feitos e palavras mais importantes do dia” (Kaplan, 2002, p.25, no original em inglês). Dita perspectiva, apesar do quão

questionável seja, acabou por afetar os modos de compreensão das características da imprensa estadunidense já no século XIX. Se tomados por nossas lentes, o exercício jornalístico daquela época seria facilmente reconhecido como uma violação constante dos princípios da objetividade e factualidade. Como consequência, destaca Kaplan (2002, 2010), dimensões cruciais da imprensa novecentista seriam negligenciadas.

Naquela época, a imprensa estava longe de se postular como um observador externo e neutro. Ao contrário, os periódicos “estavam diretamente implicados na construção das agendas partidárias e na formação das preferências políticas dos cidadãos. De fato, os jornais eram estimados com base na sua ‘influência’ – sua persuasão e autoridade política” (KAPLAN, 2002, p.25, no original em inglês). Nesse sentido, aponta Kaplan (2002), a imprensa diária do século XIX, quer seja naquilo que se pode ser chamado de sua versão mais séria ou quer seja em sua faceta mais sensacionalista, permaneceu fortemente partidária. Isso, como já apontamos, não deve significar que a qualidade do partidarismo tenha sido sempre a mesma. Revela, entretanto, que os jornais não adotaram uma postura editorial de independência e neutralidade baseada numa busca ativa por informação no período novecentista. A passagem do século XIX ao XX, porém, verá uma modificação desse panorama, com o esfacelamento do poder dos partidos políticos sobre os jornais e o surgimento de uma ética profissional que viria a definir os jornais e sua modernidade.

Quais teriam sido suas causas? Como eram suas características? Indícios dessas repostas podem ser encontradas em processos temporalmente sobrepostos, indicados nas reformas implementadas na chamada “Era Progressista” e ilustradas por um episódio particular conhecido como “as eleições críticas”. Esses e outros fatores, a nosso ver, ajudam a compor a narrativa da modernidade sob forma de um singular coletivo, na medida em que integram distintos jornais estadunidenses num mesmo sistema de valores, isto é, num mesmo *ismo*.

2.2.1 Era progressista: um chamado à profissionalização

Os jornais do início da república estadunidense, como já apontamos, tinham na figura do impressor a pessoa responsável por exercer as tarefas que hoje poderiam ser definidas como as do editor, do redator, do *designer* e do publicitário. Com o aparecimento dos jornais partidários, observáveis a partir de 1820, começamos a

perceber uma transformação dessa atividade – até então marcadamente artesanal – com o início de uma divisão de trabalho que se acentuaria ao longo de todo o século. Barnhurst e Nerone (2001) apontam, por exemplo, que nas formas iniciais do jornalismo partidário, o editor era a figura-chave no processo de produção noticiosa, tendo sido posteriormente substituído pelo repórter como o apurador das notícias. Entretanto, a existência de repórteres nesse período não deve ser confundida com a ideia moderna que a atividade viria a assumir somente décadas mais tarde. Como ressalta Nerone (2013), os repórteres raramente exerciam julgamentos profissionais e as convenções de suas narrativas não se distinguiam da maneira como as pessoas comuns normalmente contam as histórias: do início para o fim. Jornalistas modernos, diferentemente, tendem a inverter a ordem dessa narrativa, dando ênfase aos elementos que julgam como os mais importantes. O aparecimento desse tipo de prática jornalística só foi possível graças a uma série de mudanças institucionais e ocupacionais impulsionadas, principalmente, no fim do século dezenove (NERONE, 2013, p.449). Traçar essas mudanças nos dará pistas de variados elementos que viriam a conformar a narrativa da constituição moderna do jornalismo.

Em seu livro *The Labor of words, Literary professionalism in the Progressive Era* (1985), Christopher P. Wilson delineia de maneira bastante contundente as transformações dos campos literário e jornalístico nos Estados Unidos, o que nos ajuda a entender essas mudanças de que nos fala Nerone. Wilson (1985), ao analisar o mercado da literatura no país, afirma que até a metade do século XIX não havia ainda um sistema nacional integrado. Nesse sentido, a literatura (e também os jornais) era localmente orientada e os escritores, dados as restrições mercadológicas, se viam muitas vezes obrigados a financiar seus próprios livros. Esse cenário era ainda mais afetado pela ausência de uma lei internacional de direitos autorais. Aproveitando-se desse vácuo legal, muitos editores publicavam os mesmos livros (preferencialmente clássicos europeus), o que restringia o circuito literário para os autores locais.

Com o crescimento dos mercados regionais entre 1820 e 1850 (período anterior à Guerra Civil estadunidense), a publicação dos livros e jornais teria entrado numa fase mais próspera. Entretanto, não havia ainda um sistema econômico capaz de garantir autonomia financeira aos escritores. Como consequência, muitos deles, principalmente os de menor influência nos bastidores, buscavam os trabalhos nos jornais como um empreendimento educacional e como fonte de renda. Nas tarefas das incipientes redações, eles podiam experimentar e refinar suas habilidades técnicas (WILSON, 1985,

p.7). Até a metade do século XIX, os editores (como figuras-chefe das redações) supervisionavam dois tipos de trabalhadores: os correspondentes e os repórteres (NERONE, 2013). Os primeiros atuavam como escritores independentes, enviando artigos que buscavam traçar uma imagem do que estava acontecendo em lugares distantes e importantes, como a capital do país ou metrópoles culturais e financeiras. Suas narrativas eram assinadas e possuíam claramente uma voz. Já os repórteres trabalhavam mais no chão da fábrica, coletando informações como preços de produtos, discursos políticos, variações de estoque e, às vezes, alguns fatos curiosos de despachos policiais. Como ressalta Wilson (1985), até durante o período de reconstrução do pós-guerra civil, a prática da reportagem estava associada a uma vida de pouca reputação, com condições de trabalho e escalas de pagamento que acabavam por refletir numa baixa autoestima. “A maioria dos estadunidenses ainda não considerava o trabalho no jornal como uma profissão – ao invés disso, o tratavam como uma ocupação temporária ou suplementar, algo mais baixo em *status* do que dar aulas” (WILSON, 1985, p.7, no original em inglês).

Como um índice dessa dificuldade financeira – mas também como um intento de melhorar a autoimagem dos profissionais da imprensa e de dar um panorama sobre a situação dos jornais nos Estados Unidos – é que pode ser lida uma publicação como *The Journalist*, que funcionava como uma espécie de “jornal dos jornais” (o *slogan* da publicação era “uma publicação semanal devotada aos homens da imprensa e *publishers*”). Publicado pela primeira vez em 22 de março de 1884 por Charles Alfred Byrne e Leander Richardson, esse metajornal (que contava inicialmente como 12 páginas) dedicava-se a lançar semanalmente uma série de relatos em tom bastante pessoal (como era comum na imprensa da época) sobre os nascimentos e mortes de publicações em todo o país, a situação financeira de determinados diários, traçar perfis dos homens e mulheres da imprensa, além de cobrar por melhores condições de trabalho, denunciando abusos de editores e de proprietários dos jornais.

Logo em seus primeiros números, *The Journalist* delatava, por exemplo, uma prática que vinha se tornando comum nas redações dos jornais nova-iorquinos e que dava conta da precariedade das relações de trabalho dos repórteres naquele então. Na página seis de sua terceira edição, lançada no dia 05 de abril de 1884, um artigo afirmava que os repórteres escreviam para os jornais certas quantidades de linhas por coluna e que seus trabalhos eram supervisionados de forma rígida por homens dispostos a cortar qualquer palavra que entendessem como supérflua. Nesse sistema, os escritores

eram pagos pela quantidade de linhas e colunas escritas. E, como aponta a publicação, o “repórter aceita essa condição baseado na pressuposição geral de que se sua matéria não merece ser publicada também não merece ser paga” (THE JOURNALIST, 1884). Isso já dá conta de uma imprevisibilidade em relação ao pagamento, na medida em que nem sempre aquilo que era apurado e escrito pelo repórter correspondia aos interesses do jornal e era publicado. Entretanto, ressaltava *The Journalist*, os editores estavam indo um passo a mais nessa já frágil relação laboral: depois que aceitavam os artigos dos repórteres e publicavam suas colunas, o jornal cortava parte do pagamento sob o argumento de que precisava reduzir custos. “Por que não ir às claras e chamar isso de roubo?”, se perguntava a publicação. “O jornal concordava em pagar certa quantidade de dinheiro por toda coluna publicada. O repórter acatava o risco de ter sua matéria usada ou não. Quando ela era utilizada, ele tinha o direito de esperar ser pago integralmente” (THE JOURNALIST, 1884), concluía.

Muitos escritores, impedidos de alcançar independência financeira, buscavam melhorar suas fontes de sustento recorrendo então a trabalhos em vários jornais, mas também a sistemas fragmentados de patrocínio (muitos deles políticos). Com a ascensão de uma comunidade de escritores, foram sendo criados alguns clubes sociais, caracterizados pelas trocas de informação e pela boemia (WILSON, 1985). Nesses circuitos, havia uma reverência por um lugar marginal dos escritores e um culto ao amadorismo, ao alcoolismo, criando uma imagem bem distante da ideia moderna dessa profissão. Nos primeiros números de *The Journalist*, por exemplo, era bastante comum seu tom debochado que incidia, inclusive, sobre certos conselhos dados aos escritores da imprensa. Havia uma seção específica chamada “Dicas aos jornalistas”, nas quais, entre as indicações de conduta, aparecia: “No caso de que esteja trabalhando com uma história particularmente desagradável, se te oferecerem dez dólares para manter o nome de alguém fora do jornal, recuse como se estivesse indignado. Você pode conseguir vinte” (THE JOURNALIST, 1884). Além disso, aconselhava a publicação: “Se um homem te pedir: ‘Por favor, não imprima aquela parte da história, porque isso poderia ser altamente prejudicial à minha figura’, prometa-o fervorosamente cumprir o que ele pediu. Depois, publique. A primeira obrigação do jornalista é fazer coisas nocivas” (THE JOURNALIST, 1884). Havia também regras de etiqueta: “Se você tem que ir a um jantar público, sempre use suas roupas do dia a dia e, se possível, botas enlameadas. O homem da imprensa deve sempre distinguir-se da horda comum e botas enlameadas tratarão de fazer esse serviço” (THE JOURNALIST, 1884, p.2, no original em inglês).

A passagem de um século a outro assistirá, no entanto, uma série de reformas sociais que vinham sendo implementadas no país desde a metade século XIX. Como aponta Wilson (1985), houve um aumento considerável do público leitor e dos graus de instrução entre os anos de 1880 e 1890 (havia, por exemplo, o triplo de escolas de ensino médio se compararmos com a década anterior). Além disso, é possível identificar uma maior penetração das ferrovias e dos serviços de telégrafo em todo o país. O acordo Internacional de Direitos Autorais foi firmado em 1891. Várias bibliotecas foram criadas e durante essa era, conhecida como progressista, o mercado estadunidense das letras finalmente alcançou uma estrutura nacional. No mercado jornalístico, a chamada *yellow press* se constituía como o jornal urbano massivo de maior êxito, tendo nas figuras de pessoas como William Randolph Hearst e Joseph Pulitzer seus maiores representantes. Ditos atores são índices da configuração dos jornais como uma estrutura industrial, distante daquela imagem artesanal que o caracteriza no início do século XIX. Mais do que por editores, os jornais eram agora comandados pelos *publishers*, gerentes responsáveis por controlar diferentes departamentos, como o editorial, o noticioso e o comercial.

No mundo das letras, escritores como Zola, Spencer, bem como as teorias de Darwin e de outros autores inspirados pela corrente positivista começaram a influenciar fortemente as concepções de qual deveria ser o papel da literatura e uma estética naturalista começava a se impor. Como defende Wilson (1985), a emergência de uma estética que apelava ao realismo e à ideia de uma função mimética da narrativa funcionava como um convite a apurar as táticas de observação, bem como as habilidades em reconhecer os hábitos e os costumes. O compromisso de atuar como um espelho da vida ordinária teria levado a um crescente apelo pela especialização e pelo profissionalismo. Nesse sentido, algumas convenções textuais vinham alterando a paisagem textual dos jornais e suas formas de narrar o mundo. Como retratam Barnhurst e Nerone (2001), os jornais modificaram bastante sua forma ao longo do século XIX, incorporando gradualmente elementos de destaque gráfico como as manchetes, um maior uso dos espaços brancos para separar os módulos verbo-visuais, além da utilização crescente de ilustrações e, posteriormente, de fotografias. Ademais, aponta Schudson (2001), a entrevista viria a se tornar uma prática bastante comum entre os repórteres das décadas 1870 e 1880. Anteriormente, apesar de conversarem com autoridades públicas em busca de informações, os jornalistas não registravam essas conversas em seus textos como um discurso direto e nem citavam a entrevista realizada.

Essa prática foi sendo introduzida aos poucos, como uma espécie de marcação do trabalho de apuração, além de uma despersonalização da escrita e da transferência de responsabilidade da enunciação. Deste modo, de maneira intercalada, gestava-se uma estética textual que, depois, seria reconhecida como “jornalística”.

Além disso, tanto a literatura quanto o jornalismo começaram a configurar as condições para a emergência de lugares institucionais próprios baseados em aspirações profissionais distintas. Na passagem do século XIX ao XX, ainda não se falava em objetividade, mas sim em realismo. Entretanto, já nesse contexto, a atividade de escrita literária começava a ser considerada como um produto do trabalho e não como uma inspiração romântica. Como aponta,

Escritores e editores agora falavam não de uma ‘musa inspiradora’ ou ‘vocação’, mas de valores de rotinas ritualizadas, ressoando o mercado e o trabalho duro. Além disso, no lugar de um chamado interno, escritores e editores agora ressaltavam a responsabilidade para o público estadunidense. (WILSON, 1985, p.3, no original em inglês).

Assim sendo, se durante boa parte do século XIX, a base da missão pública do cidadão e das instituições estadunidenses estavam diretamente conectadas à participação ativa e à defesa dos valores dos partidos políticos, essa série de reformas implementadas na Era Progressista e um crescente apelo pelo cientificismo acabaram por ir minando o poder partidário. Como ressalta Wiebe (1967), até os anos de 1870, o vínculo social dos estadunidenses se dava em comunidades insulares, construído a partir de valores e costumes locais. Entretanto, esse período de reformas acabou por gerar uma ampliação do contato entre essas diferentes comunidades, que passaram então a depender de estranhos para trocas comerciais e culturais. Nesse sentido, as mudanças observáveis na Era Progressista encorajaram a segmentação da sociedade em domínios especializados, capazes de dar soluções técnicas e impessoais. Como retrata Kaplan (2010, p.34, no original em inglês), “os reformadores progressistas acreditavam que os problemas sociais eram uma questão de fatos e que as melhores soluções deveriam estar a cargo de especialistas informados e imparciais”. Desse modo, o projeto de profissionalização e de despersonalização também contribuiu para diminuir a força e a dependência dos laços partidários que, como apontamos, funcionavam como uma espécie de “herança familiar”.

Como índice nevrálgico desse processo, Kaplan (2010) cita o exemplo das eleições de 1896, responsáveis, segundo o autor, por uma reorganização da fidelidade

partidária da sociedade e, conseqüentemente, da imprensa estadunidense. Dito ano também seria marcado pela compra do *New York Times* por Adolph Ochs que, de um pequeno diário local, se tornaria o mais influente jornal estadunidense do século XX. As eleições presidenciais daquele ano pareciam, segundo Kaplan (2002, 2010), sinalizar para uma continuidade do fervor partidário, na medida em que o candidato William Jennings Bryan, já tendo sido aprovado como nome do *Partido Populista*, também venceu as primárias do *Partido Democrata*. Considerado um excelente orador, Bryan tornou-se a voz dos trabalhadores, atacando os altos preços das tarifas ferroviárias, o declínio dos preços dos produtos agrícolas e o sistema financeiro baseado no ouro. “Sob a candidatura de Bryan, o partido democrático surgiu como a voz de protesto e de reforma” (Kaplan, 2010, p.32, no original em inglês). Republicanos criticavam veementemente a figura de Bryan e as eleições foram caracterizadas por um clima bastante hostil. O candidato era atacado nos comícios e nos palanques. O fato mais grave, entretanto, é que sua nomeação também não foi bem recebida entre muitos representantes do seu próprio partido que chegaram, inclusive, a fundar outra legenda: o *Partido Democrata Nacional*. Segundo Kaplan (2002, 2010), vários jornais até então fiéis ao *Partido Democrata* começaram a desertar, lançando verdadeiras declarações de independência.

Em algumas eleições anteriores, rusgas entre jornais e partidos políticos também aconteceram (um exemplo disso foi a postura adotada por jornais republicanos nas eleições da década de 1870 e 1880), mas passado o período eleitoral de maior tensão, os diários “acabavam voltando para casa” (Kaplan, 2010, p.33, no original em inglês). Entretanto, nas chamadas “eleições críticas de 1896” isso não ocorreu. Vários jornais conservadores, como o *New York Times* e o *Detroit Free Press*, ou mesmo a imprensa sensacionalista como o *World* de Pulitzer, ou *Cincinnati Post* de Scripp, declararam suas independências (KAPLAN, 2010, 2002). O *Times*, por exemplo, criticou duramente a indicação de Bryan, num artigo cujo título era “O repúdio venceu”¹⁴ (NYT, 09 de julho de 1896). Nele, o jornal atacava a plataforma política do candidato, afirmando que seus propósitos eram contrários aos ideais democratas. Para o diário, a “oratória havia vencido a razão”, o que teria feito com que um programa político cheio de incongruidades, populista e revolucionário tivesse sido aprovado. Era uma espécie de prenúncio do abandono da defesa partidária, uma independência política que viria a

¹⁴ Disponível em: <http://www.nytimes.com/learning/general/onthisday/big/0709.html#article> Último acesso: 16/03/2017

caracterizar o discurso autorreferente do jornalismo conformado alguns anos depois. Além disso, essa quebra de confiança e dos laços partidários é algo observável como um fenômeno social em todo os EUA. Kaplan (2010) demonstra como a participação popular nas eleições foi caindo periodicamente, de 84% em 1896 a 53% em 1920.

Com as mudanças sociais, culturais, econômicas e políticas observáveis na Era Progressista, a característica dos jornais também se alterou significativamente. Essa série de câmbios significou uma nova postura por parte dos diários, com a reorganização das condições de trabalho, das funções dos homens da imprensa e de seu reconhecimento público. Muitos autores como Wilson (1987) e Schudson (2010) consideram esse período como a “era do repórter”, na medida em que defendem que essa ocupação teria surgido nesse momento. Porém, pese a descrição correta que ambos fazem da atuação desse agente, acreditamos, com Nerone (2013), ser mais prudente tomar essa reorganização da atividade como a conjunção das funções de reportagem que já faziam parte do jornal e não como a emergência de algo revolucionário. Assim, as personas do correspondente e dos repórteres (características dos jornais até então) sofreram uma espécie de sobreposição, que elevou a um outro *status* o trabalhador que seria agora responsável pela apuração das notícias. Encarados como jornalistas, esses escritores rumo à profissionalização ajudariam a conformar os jornais e o seu iminente *ismo*, na medida em que a busca pela informação sofreu tanto uma reorganização na narrativa e na forma, quanto na ideia de sua missão pública de “retratar a vida como ela era”.

2.2.2 A profissionalização

O mundo das letras nos Estados Unidos vivenciou, entre o fim do século XIX e os primeiros anos do século XX, a proliferação de autores de romances sociais na literatura, dos escritores investigativos nas revistas populares – chamados *muckrakers* – e de repórteres nas redações diárias. Nesse contexto,

...as audiências estadunidenses adotaram o repórter não somente como um desbravador político e social, mas de fato como um símbolo da cultura estética burguesa. O repórter se tornou o primeiro agente americano de denúncia, o bispo da “experiência”, o especialista na vida real – como presumem as palavras-chave que emergiam no coração do discurso popular estadunidense. (WILSON, 1985, p.17, no original em inglês).

Desse modo, aliado a um crescente reconhecimento público do seu trabalho, os jornalistas e editores começaram a criar organizações coletivas (bem diferentes das

redes informais dos circuitos boêmios), como o foram a *American Newspaper Publisher's Association* (surgida em 1887) e a primeira agência estadunidense de notícias, *Associated Press* (de 1898). Novamente, a já citada metapublicação *The Journalist* é um bom índice desse processo de alteração da imagem e da autoimagem do jornalista. Pesem várias contradições e casos controversos, seus editores empreendiam uma luta por melhores condições de salário e defendiam uma melhor educação para os homens da imprensa, estando engajados no reconhecimento público da função de jornalista.

Em sua edição de 23 de abril de 1898, por exemplo, *The Journalist* celebrava o aumento do número de trabalhadores graduados exercendo o ofício jornalístico em Nova York, bem como o fim do pagamento por colunas nos jornais, o que pode indicar relações de trabalho mais estáveis. Como um acontecimento notável dessa mudança de status do jornalista, Wilson (1985) retrata duas passagens do escritor realista William Dean Howell. Trabalhando como repórter no início da carreira, ele abandonou o ofício após haver presenciado a cena de uma mulher embriagada delirando numa delegacia, enquanto era obrigado a cumprir o que descrevia como sendo “uma obrigação abominável”. O mesmo autor, entretanto, pelos idos de 1916 viria a qualificar o jornalismo como a “universidade das ruas e delegacias, cujo corpo docente era composto por homens da patrulha e donos de bares. Era a própria escola da realidade” (HOWELL *apud* WILSON, 1985, p.17, no original em inglês).

Cabe aclarar, entretanto, que pese a crescente aceitação pública da tarefa do jornalista, que se tornava cada vez mais um especialista da informação, seu sucesso dependia frequentemente do uso de uma estética sensacionalista para exibição das notícias, o que também lhe rendia inúmeras críticas e resistências. Como pontua Barnhurst (2015), o termo sensacionalismo apareceu na filosofia do século XIX para defender as sensações humanas como fontes de conhecimento, se opondo a teorias como o idealismo, e teria atingido seu ápice, no caso específico do jornalismo, através da imprensa *yellow*. Nesse sentido, os procedimentos de apuração orientados para acontecimentos sensacionais, bem como crescentes denúncias de invasão da privacidade (defendidas por muitos jornalistas como o direito do público saber) acabaram por caracterizar esses jornais, que também passaram a ser alvo principal de uma crítica ferrenha e sistemática (WILSON, 1985).

Além disso, apesar de possuírem maior estabilidade ocupacional e um outro *status* social, isso não deve ser igualado a uma maior independência editorial concedida

aos jornalistas. Isso porque eles continuaram dependentes dos desejos dos editores e *publishers*. É nesse sentido que as disputas dos trabalhadores da notícia por melhores condições de atuação, novas práticas e novas explicações sociais dessas práticas acabaram por gerar a necessidade de normatização dessa atividade. Como viemos expondo, há uma série de eventos que se sobrepõem para gerar o *ismo* dos jornais, que pode ser percebido, por exemplo, na reorganização das tarefas e ocupações dos jornalistas guiadas por mudanças nas condições econômicas, sociais e políticas; apropriação de tecnologias e a reconfiguração dos modos de produção e apuração das notícias. Essas mudanças tiveram como efeito a construção de um verdadeiro monopólio do sistema noticioso. Isso porque a diminuição dos preços de insumos e dos transportes teria representado uma enorme vantagem para os jornais de sucesso, que produziam cópias numa escala cada vez maior, na mesma medida em que dificultava a existência de pequenos empreendimentos jornalísticos, principalmente no interior do país (KAPLAN, 2002).

O sistema telegráfico, por exemplo, ajudou a criar redes coletivas de busca e disseminação de informação. Desse modo, muitos jornais aproveitavam os baixos preços proporcionados por agências de notícia como a *Associated Press* (criada em 1846) e a *United Press* (criada em 1907), e acabavam por publicar materiais praticamente idênticos. Serviços internacionais e nacionais de cabos marítimos também se tornaram verdadeiros monopólios. Nesse sentido, aponta Nerone (2013), por volta dos anos de 1920, o mercado de notícias nos EUA e na maioria dos países ditos desenvolvidos também monopolizou a circulação de informação, sistematizando as formas pelas quais ela era apurada, escrita e apresentada. Como efeito, ressalta o autor, pela primeira vez a sociedade produziu aquilo que pode ser entendido como “as notícias do dia”. Isto é, um conjunto de informações sistematizadas que poderia ser oferecida como o relato diário daquilo que de mais importante havia acontecido.

Ademais, os jornalistas se viam testemunhando acontecimentos em que a sua própria presença era determinante, na medida em que muitos eventos começaram a ser planejados e promovidos para serem cobertos *jornalisticamente* (WILSON, 1986, p.39, no original em inglês). Entretanto, ressalta Wilson (1985), houve um processo recíproco de reorganização também das fontes de informação: do mesmo modo que a reportagem se organizou e se sistematizou, os escritórios públicos também se anteciparam à demanda por notícias, numa tentativa de controlar o seu fluxo. Essa época viu ainda o aparecimento de inúmeros agentes de imprensa e de profissionais de relações públicas,

que vendiam e proporcionavam conteúdo direto ou indireto aos jornais. Segundo Schudson (2010), isso teria gerado efeitos muitos negativos, na medida em que, por exemplo, no final dos anos 1920, quase 60% das notícias do *New York Times* teriam sido inspiradas pelos agentes de publicidade.

Nesse cenário em que (como retrata Schudson a partir da citação do cientista político Peter Odegard) muitos repórteres pareciam “mendigos intelectuais” indo “de um agente de publicidade e escritório de imprensa a outro em busca de releases” (SCHUDSON, 2010, pp.169-170), houve muitos atores sociais que criticaram a qualidade de como as “notícias do dia” eram apresentadas. Essas críticas foram crescendo e atingiram um ápice após a I Guerra Mundial, com as denúncias de cooptação da mídia pelo governo e as acusações de que ela serviria como um instrumento de propaganda, o que gerou uma grave desconfiança em relação à capacidade do jornalismo, tal como observamos no capítulo anterior com as críticas severas a partir das análises de Lippman (1920) e Lippman e Merz (1920).

É nesse sentido que nosso percurso retorna à sua primeira parte, a da teoria da história natural, não para endossá-la, mas para precisá-la historicamente. Como havíamos apontado, Lippman e Park funcionam como índices importantes do processo de constituição do discurso moderno no jornalismo. As críticas do primeiro e os apelos de ambos por uma maior institucionalização e cientificidade dos estudos e práticas jornalísticas são sintomas das maneiras pelos quais as mídias noticiosas respondiam às graves denúncias que sofriam. Esse período entre guerras, caracterizado pelo acúmulo de muitas pressões econômicas, tecnológicas, culturais e sociais pode ser entendido como um momento de confluência e de síntese dessas mudanças, que culminou numa identidade própria e comum para os jornais. Como retrata Nerone (2013), a indústria noticiosa respondeu às críticas abraçando o projeto da profissionalização. E esse projeto, segundo o autor,

...prometia que os jornalistas, como profissionais autônomos e independentes, teriam a capacidade de superar os vieses inerentes tanto ao maquinário cognitivo não-treinado das pessoas ordinárias quanto aos interesses do maquinário industrial da imprensa como um grande negócio (NERONE, 2013, p.450, no original em inglês).

Um dos índices desse apelo pela profissionalização foi o surgimento das escolas de jornalismo, interessadas em promover o treinamento sistemático a partir do ensino de técnicas específicas. Nos Estados Unidos, os próprios *publishers* ajudaram a impulsionar a criação de cursos nas primeiras décadas do século XX. Pulitzer, por

exemplo, financiou a criação da *Columbia School of Journalism*, e Walter Williams fundou a *Missouri School of Journalism*. Outras escolas como as *Washington College*, *University of Georgia* e *University of Illinois* também foram criadas. É necessário esclarecer que esse movimento de propagação dos cursos superiores não foi linear e, ao contrário, vivenciou uma intensa disputa entre a ideia do jornalismo como uma disciplina ensinável e a do jornalista como fruto de uma vocação: “*Born, not made*”. Muitos trabalhadores da imprensa eram contrários à criação de escolas, pois acreditavam que os jornalistas só poderiam ser formados na própria redação. Pulitzer, por exemplo, não chegou a ver o curso da Colúmbia funcionando, já que ele só foi inaugurado após a sua morte, imerso numa série de controvérsias sobre sua real necessidade (a proposta da criação de um curso por Pulitzer, por exemplo, já havia sido rechaçada em Harvard). Entretanto, o aumento na oferta das escolas de jornalismo foi crescendo e, com ela, um novo sentimento de valorização de classe.

Como índice desse aumento, em 1917, foi fundada a *Association of Schools of Journalism and Mass Communications*, instituição educacional sem fins lucrativos que buscava ajudar e promover a criação de novos cursos, cuja meta era (e segue sendo) “cooperar com as organizações de jornalismo e comunicação de massa em esforços para elevar os padrões profissionais e promover a compreensão do público sobre o papel do jornalismo e comunicação de massa em uma sociedade democrática”¹⁵. Além disso, o início do século XX também viu o aparecimento de várias organizações profissionais para jornalistas. A *Editor&Publisher*, lançada em 1901, absorveu nosso já conhecido *The Journalist* em 1907, buscando ser uma fonte autorizada para cobrir as notícias da indústria jornalística. Em 1908, foi fundado o *National Press Club*, cuja missão era ser um espaço de sociabilidade e convivência para os homens de imprensa da capital estadunidense, com vistas a promover os padrões éticos da profissão. O clube, desde então, se orgulha por ter recebido todos os presidentes dos EUA desde Theodore Roosevelt¹⁶.

Em 1909, criou-se em Indiana, a *Society of Professional Journalists*, que pretendia inspirar o comportamento ético do jornalista e defender seus direitos. Para os jornalistas que cobriam a Casa Branca e os temas relativos à presidência, foi criada em Washington, durante o ano de 1914, a *White House Correspondents' Association*. Em 1922, surgiu a *American Society of News Editors (ASNE)*, trabalhando na interseção

¹⁵ Disponível em: <http://www.asjmc.org/about/index.php> Último acesso: 16/03/2017

¹⁶ Disponível em: <http://www.press.org/about/history> Último acesso: 16/03/2017

entre diretores e editores dos jornais e membros de corpos docentes destinados ao treinamento e formação de jornalistas. E, em 1933, foi criado o *Newspaper Guild*, grêmio de trabalhadores da imprensa que promoveu greves e convocou à sindicalização dos jornalistas. Todas essas organizações e muitas outras além delas serviram para gestar códigos de ética, manuais de conduta, e para refletir acerca de qual deveria ser a função do jornalismo. Nesse sentido, a profissionalização acabou por reorganizar as expectativas e demandas de todas as partes envolvidas nos processos de circulação das notícias: os trabalhadores, os proprietários e o próprio público. Segundo Nerone (2013), nessa reconfiguração, cada ator teve que abrir mão de algo para ser beneficiado, na medida em que, com a profissionalização,

...os trabalhadores da notícia obtiveram uma maior autonomia no seu trabalho e um crescimento de sua renda. Os donos acabaram por aceitar que as normas do jornalismo poderiam ser um trunfo para maximizar lucros, e também para acalmar a crítica pública sobre o poder dos meios de comunicação e, conseqüentemente, evitar movimentos para regular a propriedade dos jornais e das agências de notícia. Já o público concordou em deixar de lado soluções radicais ao aceitar a promessa de que os proprietários das organizações midiáticas permitiriam que seus jornalistas exercessem um julgamento profissional independente e fornecessem um relato “objetivo” das notícias do dia. (NERONE, 2013, p.450, no original em inglês).

Desse modo, como podemos perceber ao longo deste capítulo, a mesma estrutura mercadológica, tecnológica, social e cultural que promoveu os jornais como uma instituição autônoma e massiva gerou uma série de críticas em relação ao que seria um poder exagerado e desviado. Nesse sentido, agentes envolvidos na produção jornalística se reorganizaram a partir de inúmeros processos que têm, na profissionalização, seu aspecto mais decisivo. Isso acabou por catalisar um regime de crenças associado à prática jornalística e à sua missão pública, autorizando-o a buscar e publicar aquelas que seriam as “notícias do dia”. Assim, a mesma estrutura de poder que gerou as críticas também permitiu um tipo de autoridade que levaria os jornalistas a exercerem algo parecido a uma expertise profissional. Desse modo, “jornalistas podiam ser *gatekeepers* porque a estrutura industrial da mídia havia construído *gates*” (NERONE, 2013, p.450, no original em inglês). Mas quais seriam as bases desses *gates*? Como elas ajudam a condensar o texto da constituição moderna do jornalismo como um singular coletivo?

2.2.3 A normatividade jornalística moderna, a partir dos Estados Unidos

Ronald R. Rodgers (2007) possui um interessante artigo, no qual coletou e agrupou uma série de discussões em torno da ética jornalística realizadas nas edições do *Editor & Publisher* entre 1901 e 1923. Segundo o autor, nessa época, era possível observar, nas mídias noticiosas, uma ampla discussão, análise e julgamento do que era comumente chamado de “os problemas do jornalismo” (“*the problems of journalism*”). Parecia claro que as respostas encontradas estavam no aprimoramento da ideia de que o jornal deveria estar cada vez mais em busca de padrões e condutas profissionais no trato da informação. Por isso, afirma,

...essa investigação e análise de mais de duas décadas responde a um chamado para a criação de fontes dos debates, argumentos e ideias daquele tempo, o que ajuda a descortinar a história da crescente consciência de padrões normativos jornalísticos modernos. (RODGERS, 2007, p.4, no original em inglês).

Em seguida, o autor demonstra como foram crescentes os apelos por exatidão e busca pela verdade na atividade noticiosa, além dos chamados por independência editorial, pela defesa da liberdade de imprensa e pelo livre fluxo de informação. Como um importante símbolo desse processo, Rodgers (2007) ressalta que essa crescente discussão sobre a ética jornalística e as críticas sobre a atuação da imprensa levaram, em última instância, à adoção dos primeiros códigos de ética dos jornais impressos. Em abril de 1923, na convenção da *American Society of Newspaper Editors (ASNE)*, o então presidente dessa associação, Caper Cost, clamava para que os editores contra-atacassem o que ele considerava ser “ataques à integridade do jornalismo”. Para isso, ele propôs que seus membros discutissem a criação de um código que estabelecesse de maneira clara padrões éticos para a conduta profissional (RODGERS, 2007). Assim, naquele mesmo ano seriam gestados e publicados por essa mesma organização os chamados “Cânones do jornalismo”. Neles, entre outras demandas, está exposto que

a função primeira dos jornais é comunicar à raça humana o que os seus membros fazem, sentem e pensam. Jornalismo, portanto, exige de seus praticantes a mais ampla gama de inteligência ou conhecimento e de experiências, bem como poderes inatos e treinados de observação e raciocínio. (ASNE, 1923, s/p, no original em inglês).

Era, então, com o propósito de codificar a prática jornalística nos Estados Unidos e suas aspirações que ditos cânones foram pensados em seis artigos principais. No primeiro deles, “*Responsabilidade*”, defende-se que a primeira obrigação na

apuração e distribuição de notícias e opiniões era servir ao bem público e ajudar as pessoas na tomada de decisões. Por esse motivo, os profissionais da imprensa deveriam estar atentos para denunciar, através de um escrutínio independente, os abusos e erros do poder. Nesse sentido, o código é enfático: “Homens e mulheres da imprensa que abusarem do poder oferecido pelo seu papel profissional por egoísmo e por motivos indignos estarão corroendo a confiança pública” (ASNE, 1923, *s/p*, no original em inglês). Os artigos II e III estão dedicados à “*Liberdade de imprensa*” – em que defende que o jornalista deveria estar sempre vigilante contra todos aqueles que, por ventura, viessem a explorar a imprensa para ganhos pessoais – e à “*Independência*” – em que os profissionais são orientados a rechaçar práticas em que haja ou pareça haver conflitos de interesse, rejeitando qualquer atividade que possa comprometer ou parecer comprometedor para a atividade.

Nos artigos IV (“*Verdade e Exatidão*”) e V (“*Imparcialidade*”) podemos perceber claramente a tentativa de purificar o tratamento dos fatos noticiosos. No primeiro, por exemplo, os jornalistas são advertidos que “todo esforço deve ser feito para assegurar que o conteúdo das notícias seja exato, livre de viés e contextualizado, no qual todos os lados estejam apresentados de maneira justa” (ASNE, 1923, *s/p*, no original em inglês). Já no tópico sobre imparcialidade, o código outorga que ser imparcial requer uma nítida distinção aos leitores sobre o que é notícia e o que é opinião. Desse modo, os artigos opinativos deveriam ser claramente identificados no jornal. Ou seja, o que se propõe é uma separação radical e possível desses dois tipos de conteúdo que seriam distinguíveis a partir da própria ação do jornalista.

O último artigo é o que trata do “*Fair play*”, em que é afirmado que a confiança das fontes noticiosas deve ser honrada e, às pessoas ofendidas, prontamente dadas o direito de resposta. Esses princípios, concluía a publicação, “foram pensados para preservar, proteger e fortalecer os vínculos de respeito entre os jornalistas e o povo estadunidense, um vínculo que é essencial para manter a concessão de liberdade confiada a ambos pelos fundadores da nação” (ASNE, 1923, *s/p*, no original em inglês). Ou seja, retoma-se o mito fundacional da nação para justificar aquilo que o jornalismo deveria ser, bem como postular, como uma promessa no horizonte, aquilo que ele deveria defender.

O que temos aí, portanto, é uma definição bem clara do que normativamente deveria ser tomado como jornalismo (e, conseqüentemente, daquilo que não deveria sê-lo). Novamente, menos do que uma irrupção ao acaso, esse primeiro código de ética

corresponde na verdade a uma espécie de condensação das preocupações de um ambiente, nos quais os jornais e jornalistas queriam afirmar seu compromisso com o público – e também entre si –, descrevendo, assim, quais deveriam ser a natureza, as características e as especificidades de sua atividade. Argumentos bem semelhantes aos “Cânones do jornalismo” podem ser encontrados em outros momentos prévios, nas publicações metajornalísticas, em discursos autorreferentes dos jornais, ou em livros didáticos (que começaram a ser publicados e a circular numa escala cada vez maior), o que deixa entrever que ditos valores encontravam ampla circulação e adesão.

Em 1914, por exemplo, Walter Williams já havia lançado *O Credo dos Jornalistas*, texto no qual postula um juramento que deveria pautar o exercício jornalístico como uma verdadeira profissão de fé. Entre os argumentos, estaria a crença no jornalismo profissional, cujos valores deveriam assentar-se na idoneidade, na correção e na justiça como seus fundamentos basilares. Além disso, defendia-se a independência e o autocontrole, e que o “jornalista deveria escrever somente aquilo que, no seu coração, carrega como a verdade”¹⁷. E os próprios jornais, principalmente a partir da década de 1920, começaram a defender a objetividade como o parâmetro para o bom exercício jornalístico.

Na edição de 22 de setembro de 1920, *The New York Times*, por exemplo, republicou uma nota do *New York Evening Post*, cujo título era “*Non-partisan Reporting*” [Reportagem não-partidária]. Utilizando expressões muito parecidas às que viriam a compor o primeiro código de ética da ASNE, os diários nova-iorquinos

¹⁷ “I believe in the profession of journalism.

I believe that the public journal is a public trust; that all connected with it are, to the full measure of their responsibility, trustees for the public; that acceptance of a lesser service than the public service is betrayal of this trust.

I believe that clear thinking and clear statement, accuracy and fairness are fundamental to good journalism.

I believe that a journalist should write only what he holds in his heart to be true.

I believe that suppression of the news, for any consideration other than the welfare of society, is indefensible.

I believe that no one should write as a journalist what he would not say as a gentleman; that bribery by one’s own pocketbook is as much to be avoided as bribery by the pocketbook of another; that individual responsibility may not be escaped by pleading another’s instructions or another’s dividends.

I believe that advertising, news and editorial columns should alike serve the best interests of readers; that a single standard of helpful truth and cleanness should prevail for all; that the supreme test of good journalism is the measure of its public service.

I believe that the journalism which succeeds best — and best deserves success — fears God and honors Man; is stoutly independent, unmoved by pride of opinion or greed of power, constructive, tolerant but never careless, self-controlled, patient, always respectful of its readers but always unafraid, is quickly indignant at injustice; is unswayed by the appeal of privilege or the clamor of the mob; seeks to give every man a chance and, as far as law and honest wage and recognition of human brotherhood can make it so, an equal chance; is profoundly patriotic while sincerely promoting international good will and cementing world-comradeship; is a journalism of humanity, of and for today’s world”.

afirmavam que o modo pelo qual jornais da costa oeste vinham cobrindo a disputa política entre o governador Cox e o senador Harding não estava “em conformidade com o espírito de *independência* e *fair-play*” (NYT, 1920, com grifos nossos). Para o *New York Times* e o *Evening Post*, negar espaços semelhantes aos argumentos dos dois políticos era o equivalente a “retroceder a um costume jornalístico que já é agora quase obsoleto”. Ou seja, nesse ponto, ambos os jornais reconhecem que as práticas partidárias existiam, mas clamam de maneira contundente o seu abandono frente à concepção moderna de entender o jornalismo e suas funções na sociedade. Como aponta a nota,

...a maioria dos jornais de hoje estão orgulhosos da objetividade de suas colunas noticiosas. O ideal que eles almejam é o de fazer com que seja impossível para o leitor identificar a opinião das folhas, exceto onde as opiniões devem propriamente estar: na página editorial (NYT, 1920, no original em inglês).

Nesse sentido, o que os diários reclamam – como um índice do que eram as preocupações daquele momento – é a segregação do jornal em distintas zonas ontológicas delimitadas: uma isenta de opinião e viés, onde reinaria a objetividade, e uma outra, bem diferente e demarcada, onde poderiam ser exibidas ao leitor certas interpretações acerca da realidade. Como o que seria um ponto bem localizado da adoção dessas práticas a partir de um discurso autolegitimador, a narrativa dos jornais sustenta que:

O exemplo clássico do triunfo da notícia sobre os desejos editoriais ocorreu na noite da eleição de quatro anos atrás, quando o *New York Times* e o *World* admitiram a vitória de Hughes, candidato que eles tinham feito de tudo para derrotar. O caráter prematuro deste anúncio não poderia ser tachado como um desejo de “reivindicar” a vitória posteriormente. Ele era devido ao desejo natural de dizer a verdade primeiro. E isso era muito diferente dos velhos tempos, em que se insistia que o seu candidato tinha vencido as eleições até as vésperas de seu oponente tomar posse. Os jornais da costa irão prejudicar a causa que defendem, por suprimir parcialmente acontecimentos políticos importantes que não se enquadram em suas opiniões. Seu percurso irá sugerir que eles têm medo de dar a Cox a mesma audiência que dariam a Harding. Isto não é nem bom jornalismo nem boa política. (NYT, 1920, no original em inglês).

O que os jornais defendem, portanto, é um tratamento “objetivo” dos acontecimentos mais importantes, caracterizado pela independência e pela justiça. Desse modo, como podemos perceber, há uma mudança de julgamento em relação às práticas jornalísticas que, a partir de um sistema de valores específico, passam a ser

definidas como boas e más, novas e velhas. E, mais importante, percebemos a configuração e a sedimentação de um discurso normativo unificado. Como contrapartida, aquelas estéticas ou práticas existentes nos jornais, mas que não se encaixariam nessa “missão moderna” de separar fatos e valores (mundo dos fatos e mundo subjetivo) sofrem coerção e passam a ser desconsideradas enquanto “jornalismo”. Nesse sentido, como apontam Nerone (1987, 2013), Nerone e Barnhurst (2001), Rodgers (2007), Kaplan (2002, 2010) e sugerem Schudson (2010) e Kovach e Rosenstiel (2004), o que vemos no início do século XX nos Estados Unidos é a configuração de uma série de padrões normativos que ainda se mantém na base dos discursos autorreferentes dos jornais contemporâneos. Tal base se vincula a determinados modos de compreensão do jornalismo, como se ele pudesse existir de uma única forma.

É, portanto, somente nesse ponto que podemos falar em “jornalismo moderno” como algo real (ainda que, paradoxalmente, sua proposição se atenha a um jornalismo francamente idealizado): “isto é, foi somente por volta de cem anos atrás que a ocupação do jornalista como um verificador de informação factual independente e com espírito público foi reconhecida como o superego da indústria da notícia” (NERONE, 2013, p.451, no original em inglês). Outros tipos de empreendimentos jornalísticos (que incluem estéticas não-realistas, partidárias, sensacionalistas etc.) seguiram existindo, mas a partir daquele momento passaram a ser elencados como os “outros indesejáveis” daquilo que propriamente deveria estar incluído nesse conceito restritivo, situado como um singular coletivo que reúne jornais particulares num mesmo *ismo*

De fato, nos periódicos estadunidenses do século XIX há pouquíssimas referências ao termo “journalism” como uma categoria capaz de abarcar uma totalidade dos “journals” ou “newspapers”. Nesse sentido, utilizando-se da ferramenta da Google, *Ngram Viewer*, Nerone (2015) buscou traçar o aparecimento do termo *journalism* e seus usos desde o ano 1800, demonstrando como ele só se tornou hegemônico a partir dos anos 1920, num percurso que vem crescendo desde 1840. Apesar de o aplicativo da Google realizar buscas em um banco de dados que, apesar de extenso, não abarca a totalidade de obras de um determinado período, a ferramenta é bastante útil para demonstrar tendências no aparecimento e disseminação de determinados vocábulos (NERONE, 2015, p.315):

FIGURA 5: Uso do termo *journalism*

Fonte: Ngram (Nerone, 2015)

Desse modo, como podemos perceber na figura acima, a aglutinação do sufixo “ismo” à raiz “journal” é algo que só se efetiva no mesmo período em que as proposições normativas – vinculadas a noções como objetividade e independência – se disseminam entre os discursos autorreferentes que viemos expondo ao longo deste capítulo. Por isso, a nosso ver, esse momento representa, de um lado, a configuração do *jornalismo* como um singular coletivo – nos termos delimitados por Koselleck (2006, 2014) – e, de outro, aos processos de modernização descritos por Latour (1994). Isso porque, a partir de então, esse *ismo* vem funcionando como um elemento de compensação temporal, apontando para uma dimensão vazia do futuro em detrimento ao espaço de experiência. Como resultado, o *jornalismo* vislumbrado pelo *ismo* é sempre um por vir, configurando aquilo que no primeiro capítulo identificamos como o hiato entre uma proposição idealizada e homogênea do *jornalismo* como um único modo de ser e a diversidade e multiplicidade de seus modos de existir.

E isso só é possível na medida em que esse discurso, a partir de termos como a objetividade, advoga por uma cisão entre duas zonas ontológicas bem delimitadas, que só se mantêm eficazes se pensadas de forma separada: as práticas de purificação e de tradução. Assim, sob o argumento da objetividade, esse singular coletivo, entendido como “modelo ‘americano’ de jornalismo” pode, então, postular-se como o “mais moderno”, o “mais purificador” e o mais elevado entre os *jornalismos* praticados. Entretanto, esse modelo, como apresentamos, é mais prescritivo que descritivo, fixando-se como uma proposta excludente de como o *jornalismo* *deveria ser*. Dessa maneira, apesar de os jornais, a todo momento, produzirem híbridos de natureza-cultura/fato-valor, quando os padrões normativos se encontram desagregados pelo diagnóstico da crise, a crítica responde com um reforço dos ideais purificadores (como demonstrado no

primeiro capítulo), permitindo a continuidade da proliferação dos híbridos. A crise é, portanto, constitutiva desse *ismo*, na medida em que esse singular coletivo depende do hiato gerado pelo par purificação/tradução para manter a sua eficiência.

Entretanto, do ponto de vista histórico, a proposição de uma *identidade* essencializada que não comporta elementos da alteridade surge como algo extremamente problemático. Afinal, ao nos debruçarmos sobre a história do jornalismo estadunidense, em vez de um bloco uniforme, o que encontramos são processos intercalados e temporalidades sobrepostas. É nesse sentido que, de encontro a uma “gênese” determinada, abrupta, supostamente possível graças a um número reduzido de agentes, o texto da configuração moderna do jornalismo foi e continua sendo escrito a partir de várias camadas de sentido interconectadas. Portanto, um conceito de modelo que pressupõe um jornalismo único e uma história linear não se sustenta frente à diversidade dos processos jornalísticos, configurando-se, portanto, como uma contradição. Isso nos impõe, então, uma série de ressalvas à ideia de “modelo ‘americano’”, principalmente, da forma pela qual ela vem sendo apropriada pela historiografia brasileira.

Afinal, menos do que um molde ou forma, a proposição contida no singular coletivo adquire função de parâmetro, isto é, de esquema teórico que, só assim, torna possível sua exportação ideológica. Deste modo, a ideia de modelo, diferentemente de um conjunto de práticas delimitadas, deve ser entendida como a homogeneização dos discursos autorreferentes em torno a valores que podem ser identificados pelo singular coletivo “jornalismo”. Tendo isso em vista, nos parece necessário repensar criticamente a proposição linear de uma “importação do ‘modelo’ americano” como a base da modernização dos jornais brasileiros. Para isso, no próximo capítulo, nos propomos uma reflexão sobre a própria ideia de modernização, buscando entender por que esse discurso normativo se manteve e se mantém ao longo do tempo aparentemente imune às críticas e às crises, e mesmo às especificidades socioculturais de países com histórias tão diversas. Visto isso, buscaremos propor formas de problematizar as demandas importadoras, bem como estratégias de historicizar, a partir das próprias textualidades dos jornais, esse discurso moderno, verificando como esse singular coletivo se materializa e se consolida no Brasil.

CAPÍTULO 3

O IMPULSO MODERNIZADOR E A IDEIA DO ATRASO

No capítulo anterior, tratamos de historicizar o mito fundacional da imprensa moderna nos EUA como forma de questionar a ideia de um modelo jornalístico definitivo, totalizável e transponível. Para isso, buscamos reconstruir a base acidentada que levou à configuração normativa dos jornais estadunidenses enquanto um singular coletivo, reunidos por um regime de crenças incorporadas ao sufixo *ismo*. Nessa empreitada, fomos capazes de perceber o movimento que transformou jornais, até então, dispersos entre si e ligados a agendas de outros campos, numa coletividade capaz de advogar por características próprias de uma missão encarada, a partir de então, como “comum”.

Dessa forma, com argumentos reificados que confeririam ao jornalismo uma autoridade como defensor da democracia e como um quarto poder independente e autônomo, ideais como a objetividade começaram a pautar os modos de compreensão e caracterização dos jornais modernos. Por meio da adoção de códigos de ética, padrões de escritura e formas textuais específicas, frutos da consolidação de um campo discursivo próprio (ligados à industrialização, à formação de entidades de classe, aos cursos universitários, ao monopólio do direito à produção das “notícias do dia”, à profissionalização etc.), esse singular coletivo propõe uma segregação entre aquilo que poderia ser considerado como jornais (nos quais poderia ser incluída uma vasta gama de estéticas, modos de escritura e posicionamentos políticos) e aquilo que deveria ser entendido propriamente como *jornalismo* (associado à ideia de uma disciplina da verificação, baseado em certos preceitos como a objetividade, a factualidade, a independência etc.). Assim, por exemplo, mídias e narrativas associadas a partidos políticos, populares ou ligados a uma estética sensacional passaram a ser consideradas como o “outro” indesejado do jornalismo, elencadas como seu contraexemplo malquisto. Ou seja, pese a diversidade de mídias e produtos jornalísticos, houve uma hierarquização excludente que unifica os entendimentos acerca desse singular coletivo. É nesse sentido que se observa, nos discursos normativos e autorreferentes, uma escala de valores, na qual o “jornal moderno” seria estimado como aquele que, seguindo uma suposta história natural, estaria no topo de uma linha evolutiva.

Entretanto, como pudemos compreender, menos do que uma história natural ou gênese temporalmente delimitada, advinda de uma enorme ruptura, ou permitida por um número reduzido de agentes, o que se percebe são intrincados processos de sedimentação e inovação que desembocaram nessa normatividade moderna capaz de advogar uma cisão entre as práticas de purificação (a crença e a defesa numa separação viável entre natureza e sociedade) e tradução (com a intensa produção de híbridos de natureza-cultura). Consequentemente, também é possível perceber a consolidação do hiato entre a valorização de um jornalismo ideal – com claras características desistoricizantes – e a prática verificada ao longo da história, o que acaba por confluir em diferentes momentos como “crise”, apaziguada com promessas futuras de um retorno a uma origem essencial e perdida.

Esse hiato e esse *ismo*, porém, geraram várias implicações e transformações dos jornais e dos jornalismos de todo o mundo, sobretudo a partir do século XX. Afinal, essa modernização trouxe consigo a valorização do que seria um “novo tipo de jornalismo”, criado nos Estados Unidos e que se oferecia frente aos que seriam velhos costumes e modos arcaicos de produção de jornais em outras partes do planeta. Não por acaso, a ideia do “modelo ‘americano’ de jornalismo” começou a justificar reformas de jornais em muitos países, pautadas pela emulação dos ideais estadunidenses de progresso, liberdade de imprensa e livre mercado de ideias, tendo por meta atingir uma escala de objetividade supostamente já conquistada pelos diários dos EUA. Vale ressaltar que durante a primeira metade do século XX iniciou-se uma reconfiguração dos sistemas de poder globais. Nesse novo contexto, os Estados Unidos ganharam grande relevância no cenário internacional e, sobretudo após a I Guerra Mundial, realizaram grandes investimentos na tentativa de ampliar suas zonas de influência. Desse modo, a América Latina – que, desde a virada do século XIX ao XX com a Guerra Hispano-Americana, a política do *Big Stick* e a construção do Canal do Panamá, já estava no escopo intervencionista dos EUA – continuava sendo um dos seus focos principais. Assim, o *american way of life* e seus valores liberais começaram a ser promovidos e estimados como a “modernidade”, substituindo aos poucos a apreciação do estilo de vida e cultural da Europa em nosso subcontinente.

Essa valorização da cultura estadunidense envolve “uma ideologia programática em que estão presentes diversos elementos discursivos, tais como os ideais de democracia, o progresso e a tradição, o trabalho, a liberdade” (ARRAES, 2010, p.2). Note-se, então, que há uma ressemantização dos singulares coletivos da modernidade

eurocêntrica como “a liberdade”, “a democracia”, entre outros, redefinidos também, a partir daquele momento, pelos modos de vidas e cultura estadunidenses. O jornalismo é, portanto, parte importante de um cenário de transformação cultural, social e econômica muito mais amplo, com grandes implicações para todo o planeta. Contribuiu para esse processo específico o fato de que, nas primeiras décadas do século XX, a Europa possuía ainda poucas leis que garantissem liberdades civis e, particularmente, em relação à liberdade de expressão, muitos países consideravam a imprensa como uma ameaça. Segundo Ferreira (2006, p.158), Espanha, França, Áustria, Alemanha e Suíça, por exemplo, utilizaram a pena de morte para punir indivíduos por heresia, traição e difamação. Além disso, aponta o autor, queimas ou confisco de livros, restrições à importação, sanções fiscais e censura eram práticas habituais no continente europeu, cada vez mais tomado por discursos e governos totalitários.

É nesse sentido que, como aponta Margaret Blanchard (1986), no período compreendido entre as duas grandes guerras mundiais, os EUA gozavam de uma suprema confiança em seu sistema de governo e modo de vida. Seus cidadãos acreditavam, naquele então, que a única maneira efetiva de livrar o mundo de um novo conflito e mantê-lo como um lugar seguro seria “convertê-lo aos ideais e valores estadunidenses para transformar quase todo país da Terra numa miniatura dos Estados Unidos em forma de governo, tradições e instituições” (BLANCHARD, 1986, p.1, no original em inglês). Segundo a autora, os jornalistas estadunidenses adotaram esse discurso rapidamente, tratando de adaptá-lo às necessidades dessa instituição específica. Assim, houve um grande empenho em estender o “modelo ‘americano’” a outras nações, cujos sistemas midiáticos careceriam de padrões profissionais e objetivos e que, por isso, estariam colocando em risco a democracia e a paz mundial. Em 1927, por exemplo, num artigo editorial da *Editor & Publisher*, defendia-se a extensão do modelo de imprensa dos EUA, afirmando-se enfaticamente que

Não há vaidade ao afirmar que o ideal estadunidense de imprensa é o mais elevado e benéfico para a humanidade que a presente civilização possui, e, ainda que a prática estadunidense nem sempre corresponda fielmente aos seus critérios, a extensão deles a lugares onde ainda não são conhecidos podem resultar somente em benefícios aos jornais e às pessoas aos que terão o privilégio de servir. (E&P, 1927, p.30).

Há, portanto, nessa passagem, o reconhecimento do hiato que viemos descrevendo entre a normatividade e a materialidade jornalística. Entretanto, advoga-se que ainda que a prática efetivamente realizada pelos jornais estadunidenses estivesse

sujeita a críticas (como aquelas realizadas por Lippman e Merz em relação à cobertura da I Guerra Mundial que observamos no primeiro capítulo), os ideais e critérios nos quais estavam imersos serviriam para inspirar e aprimorar as bases dos jornalismo em outros países, contribuindo para um melhor entendimento entre as nações e para a fiscalização das atividades governamentais em todo o mundo.

Foi nesse ambiente de extremado convencimento que se organizou, em 1926, o I Congresso Pan-Americano de Jornalistas. No encontro, realizado em Washington, e fomentado por empresas, jornais, agências de notícias e governo estadunidenses, estiveram presentes 329 profissionais da imprensa, sendo 126 da América Latina e 183 dos EUA. Vários jornalistas brasileiros (NAPP, 1987) participaram do encontro, levado a cabo entre 07 e 13 de abril sob os auspícios da recém-criada União Pan-Americana. Oriundos de jornais diversos e de distintos estados do país (todos da região sudeste e nordeste), foram eles: João Castaldi (*A Capital*, SP), Antônio Cícero (*Jornal do Commercio*, RJ), Júlio Cusi (foi de maneira independente), Carlos Dias Fernandes (*O Paiz*, RJ. Também representou *A União*), Dioclécio Duarte (*A República*, RN. Também representou os jornais *O Jornal* e *O Imparcial*), Paulo Hasslocher (*Gazeta de Notícias*, RJ), Edgar Leuenroth (foi de maneira independente), Carlos Dias Fernandes (*O Paiz*, RJ. Também representou *A União*), Paulo Hasslocher (*Gazeta de Notícias*, RJ), José de Medeiros e Albuquerque (*O País*, RJ), Gilberto Freyre (*Diário de Pernambuco*), Mario Melo (*Jornal Pequeno*, PE), Manoel de Oliveira Lima (*Correio da Manhã*, RJ), Nestor Rangel Pestana (*O Estado de S. Paulo*), Paulo Silveira (*Jornal do Commercio*, RJ) e Rodrigo Soares (*Diário Popular*, SP), Casper Libero, (*Gazeta*, SP). Além disso, o jornal *O Globo* mandou uma carta escrita por Herberto Moses e lida nas primeiras sessões do encontro.

De acordo com as atas do congresso, os temas debatidos foram divididos em eixos principais, sendo eles: a imprensa e as relações internacionais; a ética no jornalismo; a apuração e a distribuição das notícias; a publicidade nos jornais; a função do jornalismo na promoção do bem público; aspectos da organização do jornal; o uso de ilustrações e imagens; além da importância da criação de Escolas de Jornalismo e de Associações de Imprensa. Por isso, como ressalta Ribeiro (2002, 2007), o encontro pode ser entendido como um primeiro esforço dos Estados Unidos em expandir sua influência e sua “objetividade” para os profissionais de imprensa da América Latina. De fato, o governo estadunidense atuou fortemente na promoção do encontro, e os jornalistas foram recebidos no Capitólio sob aplausos e homenagens. Além disso, o

próprio presidente da república, John Coolidge, endereçou-lhes um discurso¹⁸ (descrevendo-os como “agentes livres da imprensa livre dos países livres”), no qual dissertava acerca do que julgava ser o decisivo papel do jornalismo para a promoção da paz e do intercâmbio cultural entre os países. Em sua fala, Coolidge destacava que “a verdade”:

...dissipa os maus entendidos e equívocos. E é função de uma imprensa livre não somente tornar a verdade disponível para todos dentro do seu âmbito, mas também apreciar e desenvolver um sentimento público a tudo aquilo que é fiel à verdade. Uma imprensa livre e ilustrada, por estes meios, se converte em uma das garantias da liberdade. Quando é devota desses ideais, se torna uma força cultural estimulante e vital. (COOLIDGE, 1926, *s/p*, no original em inglês).

A imprensa é valorizada, nesse sentido, como promotora da verdade e, conseqüentemente, ocuparia a importante função de ser a guardiã da liberdade. Num claro esforço para gerar empatia, pela primeira vez na história da legislatura estadunidense os discursos de boas-vindas foram pronunciados em espanhol (NAPP, 1987). Além das honrarias e intensas discussões no Capitólio, a comitiva de jornalistas estrangeiros foi convidada a participar de jantares promovidos por diferentes associações (como a *American Newspaper Publishers Association*, *United Press*, *Associated Press*) e diários estadunidenses (*The New York Times*, *The Washington Star*, *The New York Tribune*, entre outros), com vistas a conhecer como o sistema midiático daquele país funcionava. Ademais, visitaram distintas cidades para apreciar o que era entendido como o fabuloso progresso da sociedade e cultura dos EUA, tudo a cargo da comissão organizadora do encontro.

3.1 O I Congresso Pan-Americano de Jornalistas na ótica dos jornais brasileiros

Diferentes jornais brasileiros destacaram o evento realizado nos Estados Unidos. *A Folha da Manhã*, por exemplo, desde a edição de 18 de abril de 1925¹⁹, começou a noticiar que seu editor fora convidado a participar do congresso, o qual julgava que seria “um certâmen cuja importância não há como encarecer e que servirá para congregar os jornalistas da América” (FMANHA, 1925). Na edição de 14 de fevereiro

¹⁸ Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=391> Último acesso: 16/03/2017

¹⁹ O mesmo jornal fez referências ao congresso também nas edições de 21/11/1925, 23/11/1925, 09/02/1925, 14/02/1926, 19/02/1926, 22/02/1926, 11/03/1926, 15/03/1926, 15/03/1926, 23/03/1926, 07/04/1926, 10/07/1926.

de 1926, abordou detalhadamente como seria o encontro, que previa paradas em cidades como Detroit, Pittsburgh, Nova York, entre muitas outras. Na pauta, estavam visitas a universidades, indústrias de automóvel, portos e fábricas. Enfim, uma inspeção completa ao que de mais moderno havia nos EUA, com claro interesse do governo e das empresas estadunidenses em publicitar o *american way of life* também por intermédio dos diários latino-americanos. Nesse sentido, o jornal *Diário de Pernambuco* publicou repetidamente o programa completo do encontro, além de noticiar, através de seção de telegramas, boa parte das atividades. Também *O Paiz* divulgou a programação e publicou ainda o discurso do presidente dos EUA traduzido e na íntegra na edição de 26 de abril de 1926.

A maneira pela qual o I Congresso Pan-Americano de Jornalistas foi retratado pelos jornais brasileiros é bastante peculiar, na medida em que gerou uma série de discursos autorreflexivos sobre o cenário da prática jornalística em nosso país durante a década de 1920. Desse modo, há uma série de artigos publicados por diferentes jornais que nos revelam várias críticas abertas em relação a determinados diários e, de maneira mais geral, ao próprio jornalismo brasileiro, quase sempre caracterizado como atrasado e de pouca qualidade. É possível perceber, pela leitura dessas narrativas, a fragilidade do nosso campo jornalístico e, num mesmo movimento, uma maior pluralidade do próprio conceito de jornal, ainda não associado de maneira efetiva a uma única noção de jornalismo.

No *Correio da Manhã*, por exemplo, foi publicado (na edição de 1º de dezembro de 1925) um artigo prévio ao evento nos EUA com o título “A propósito de um Congresso de Jornalistas”. Nele, José Clemente afirmava não saber se haveria representantes da imprensa nacional em Washington e nem se, em caso positivo, eles seriam capazes de levar ao plenário algum problema digno. Isso porque, argumentava Clemente, a “imprensa é, no Brasil, em qualquer dos seus ramos a indústria mais desfavorecida, e mais villipendiada. Os pequenos favores aduaneiros de que ella goza não compensam a miséria em que a lançaram os interessados directos ou indirectos em sua ruína” (CLEMENTE, 1925).

Em seguida, o jornalista ponderava que o congresso o teria feito refletir sobre a obra *Historia del periodismo, desde sus comienzos hasta nuestra época*, do espanhol Edmundo Gonzales Blanco. Esse ponto do artigo é interessante, na medida em que atesta um interesse ao menos incipiente em relação ao tema da historiografia do jornalismo, bem como já é revelador das características que irão conformá-la: uma

narrativa que tende ao linear e ao monumental (MANNA, 2016). Nessa perspectiva, afirma o jornalista, “o que talvez muitos colegas ignorem é que a nossa ascendência remonta aos tempos imemoriais da velha China, e que em Roma dos Cezares já era o jornalismo uma classe organizada e respeitada” (CLEMENTE, 1925). Em relação ao jornalismo brasileiro, entretanto, o diagnóstico de José Clemente é bem diferente, sendo desolador em vários sentidos:

O abastardamento da classe, que não cuidou, sobretudo de organizar uma consciência profissional, deixando que invadissem dilletanti de toda a espécie; a sua inferioridade intelectual (o jornalista brasileiro é o homem que menos estuda e menos ideias tem, no mundo, salvo honrosas exceções, honrosas e brilhantes graças a Deus); a sua falta de bravura, transigindo ora com os governos, ora com a opinião, quando o jornalista é por excelência um leader, um mentor, e a sua falta absoluta de solidariedade, tudo isso junto contribue para o seu enfraquecimento e ao seu descrédito. (CLEMENTE, 1925).

Como podemos perceber na citação acima, para Clemente a nossa imprensa sofreria de um enorme atraso, até mesmo, em relação à “Roma dos Cezares”, na medida em que aqui ainda não haveria florescido uma consciência de classe profissional. Consequentemente, o jornalista brasileiro, segundo o relato do autor, poderia ser encarado, com raras exceções, como um sujeito moralmente fraco e intelectualmente despreparado. É nesse sentido que Clemente vislumbrava o Congresso nos EUA como uma grande oportunidade para elevar os padrões da imprensa nacional. Por isso, solicitava aos seus companheiros que “ao invés de irmos passear em Washington, tratemos de sancar o nosso meio, tão corrompido e tão digno de melhor destino” (CLEMENTE, 1925).

Diagnóstico parecido, mas como uma recomendação radicalmente oposta, possuía *A Manhã*. Isso porque, na edição de 06 de abril de 1926, o periódico advertia que nenhum jornalista brasileiro deveria ir ao evento, sob o risco de passar vergonha. Assim, o jornal afirmava que muita gente naquele então censurava o Brasil por não participar de congressos internacionais (definidos pela narrativa do diário como feiras em que se comparam o adiantamento dos povos). Entretanto, postulava *A Manhã* (1926), “[b]em pensado, procede o paiz com muito acerto nesse alheamento. Mais vale não comparecer a certos lugares, do que lá ir, e ser objeto de motejo e de ridículo”. Nesse sentido, em relação ao congresso de jornalistas especificamente, defendia que “uma reunião desse gênero que não devíamos ir nem arrastados, era exatamente essa do Congresso de Jornalismo pan-americano” (MANHÃ, 1926a), justificando que no Brasil

não havia jornalismo com a independência necessária e nem jornalistas com dinheiro para ir ao estrangeiro. Dessa maneira, criticava enfaticamente a participação de alguns brasileiros no congresso (deixando clara a exceção de Medeiros e Albuquerque, já nesse momento um respeitado escritor e jornalista), tachando-os de incompetentes e carentes de autoridade e prestígio.

Posição similar teve a *Folha da Noite* que, na edição de 08 de abril de 1926, retomou uma pesquisa do sindicato dos jornalistas franceses que identificava os tipos de trabalhadores que serviam também aos jornais, para criticar o que o diário definia como “intrusos do jornalismo” e “profanadores da imprensa”. Esses adjetivos, na narrativa do jornal paulista, foram atribuídos aos brasileiros que participaram do congresso em Washington, e que teriam representado o país “tão pouco e tão mal”, em sua concepção. Excetuando Medeiros e Albuquerque, Nestor Pestana, Casper Líbero e Rodrigo Soares Júnior, a *Folha da Noite* se perguntava quem eram os outros representantes brasileiros no evento. E respondia sem temor:

...não os conhece ninguém. Meros usurpadores do jornalismo, profissionais ilícitos de uma arte que lhes é tão desconhecida como o Polo Norte, empresários pomposos de papeluchos de circulação duvidosa, esses “cavalões dourados” (como lhes chamou A Manhã, do Rio) só poderão falar onomatopeias, imitando aquele ruído conhecidíssimo que o verso do Virgílio magnificamente reproduz. (FNOITE, 1926).

É possível perceber, na citação acima, que a imprensa fora das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo – e mesmo os jornais de pouca circulação nesses municípios – eram pouco estimados pelos diários de maior tiragem desse eixo, caracterizados negativamente como “papeluchos”. Entretanto, cabe aclarar que, ainda que criticassem vigorosamente a participação dos brasileiros no evento, os jornais metropolitanos, de uma maneira geral, divulgaram as ideias que lá foram debatidas e elogiavam o jornalismo praticado nos EUA, sobretudo aquele verificado em diários como o *New York Times*.

O tom elogioso também pode ser percebido nas várias reuniões que compuseram o evento em Washington, com um clima cordial e amistoso. Ao final do encontro na capital estadunidense, foi redigida uma série de recomendações aos jornais e jornalistas de todo o continente, como a necessidade de se estabelecer um código de ética obrigatório para todas as publicações representadas no congresso. Recomendava-se ainda que os diários deveriam suprimir detalhes de crimes horrendos como forma de diminuir o sensacionalismo, que todos os jornais latino-americanos adotassem o “credo

dos jornalistas” escrito por Walter Williams – eleito presidente do congresso – como lema e que uma de suas frases (“Ninguém deve escrever enquanto jornalista o que não diria enquanto cavalheiro”) fosse mantida em local destacado nas diversas redações do continente americano. Possivelmente influenciado tanto por sua participação neste congresso como enviado do *Diário de Pernambuco* quanto por sua formação acadêmica nos EUA, Gilberto Freyre, em 1929, quando trabalhou no jornal *A Província*, de Recife, afixou uma pequena folha de papel na parede da redação com regras para uma escrita clara, correta e concisa. Esse fato é considerado, por alguns autores (SILVA, 1991; VISEU, 2008; CAPRINO, 2002), como a primeira tentativa de se estabelecer uma espécie de manual de redação no Brasil.

Entretanto, apesar dessas aproximações iniciais, como destaca Ribeiro (2002, 2007), os ideais de uma imprensa objetiva não se tornaram hegemônicos na primeira metade do século em nosso país. O jornalismo aqui, segundo a autora, “estava muito próximo da política e se constituía num exercício mais ou menos literário, cujo estilo – de responsabilidade do redator – variava bastante de um jornal para outro e mesmo dentro de um único jornal” (RIBEIRO, 2002, p.8). Havia, portanto, uma maior pluralidade de estilos e uma menor uniformização e autonomia do campo jornalístico. Um índice desse processo pode ser percebido em alguns artigos de jornais que destacavam as virtudes da imprensa estadunidense, mas que ainda as apresentavam como algo distante de nossa realidade. Numa seção da *Folha da Manhã* intitulada “Cartas de Nova York”, por exemplo, Francisco Silva Júnior se espantava com a qualidade do jornalismo “americano”, tendo em vista o progresso lá alcançado pela valorização do jornal como uma indústria e no aperfeiçoamento de suas artes gráficas. Em 31 de agosto de 1927, a partir de uma resenha feita por “um conhecido jornalista alemão” (jamais identificado pelo nome durante todo o artigo), ele descrevia que “admirável é, realmente, a independência que goza o jornal norte-americano, podendo assim cumprir a missão para que é criado: *a newspaper is a paper of News*” (SILVA JÚNIOR, 1927).

O correspondente afirmava ainda que havia três tipos de jornais nos Estados Unidos (aqueles como o *Times* e o *World*; os outros liderados pelas empresas de Hearst e; por fim, os tabloides com fartos escândalos e imagens sensacionais), sendo o modelo do *Times* ou do *World*, considerados de “primeira linha”. O brasileiro destaca que esses jornais estadunidenses “abstêm-se de fazer comentários nas páginas reservadas às notícias. Os comentários e as opiniões só se manifestam nas colunas editoraes, que

geralmente ocupa apenas uma página, dentre as cinquenta ou cem de um número diário” (SILVA JÚNIOR, 1927). Note-se, portanto, que o esforço do ideal da objetividade, pese que ainda não tivesse sido assim nomeado, já começava a se tornar reconhecível como a marca do jornalismo “de primeira linha” produzido nos EUA. Por fim, Francisco Silva Júnior conclui que “imitável ou não, forçoso é que se reconheça um bem do jornalismo considerado assim como uma indústria de fornecer informações ao povo”. Nessa perspectiva, acreditava-se que copiar o jornalismo estadunidense poderia fazer com que os jornais brasileiros deixassem de ser usados politicamente, em favor de uma informação correta e imparcial.

De maneira também elogiosa, em 07 de maio de 1929, o *Correio da Manhã* traçou um perfil do jornalista estadunidense Junius B. Wood, afirmando que na imprensa daquele país, a informação estava substituindo a doutrina e as teorias. Nesse sentido, apesar de a narrativa do jornal ser, por vezes, confusa e contraditória, é relevante perceber uma diferenciação característica do ideal de modernização entre outros jornais e aqueles que, efetivamente, praticavam jornalismo:

É o jornalismo dos Factos. Só o facto interessa; só os factos impressionam. Para teorias e doutrinas há a imprensa especializada. No jornal propriamente, tem que sobressair o facto, adornado pelo engenho e a fantasia do noticiário. O repórter e o telégrafo são as duas entidades principais do jornalismo americano./ O jornalismo moderno será, pois, a arte de combinar os factos e saber narrá-los, com espírito leve, preciso, mais synthetico. (CORREIO, 1929).

Como podemos perceber no trecho destacado, a concisão textual e o predomínio de uma realidade “factual”, que, mais tarde, dariam os contornos do discurso da modernização do jornalismo brasileiro, já podiam ser identificados nas narrativas dos jornais nacionais como característicos da imprensa estadunidense. Além disso, o verbo conjugado no futuro na última frase (o jornalismo moderno *será*) dá pistas sobre a expectativa de um novo jornalismo por vir. Entretanto, nesse período, dito panorama ainda aparecia como distante da realidade dos jornais brasileiros, que, como podemos perceber, eram quase sempre tachados em seus discursos autorreferentes como inferiores e atrasados profissional, textual e tecnologicamente em relação aos diários estadunidenses.

Nesse sentido, uma comparação entre os jornais dos dois países pode ser vislumbrada, por exemplo, no artigo “O Jornalismo na América”, escrito por Assis Chateaubriand em seu *O Jornal* em 10 de abril de 1926. Nele, o jornalista lamentava “como estamos distantes dos padrões de moralidade e cultura, a que já atingiu a

imprensa dos Estados Unidos” (CHATEAUBRIAND, 1926). Chateaubriand justificava sua afirmação retomando o discurso de Coolidge no congresso pan-americano, para quem o jornalismo estadunidense seria caracterizado por sua independência e honestidade. Comparando-o, então, à situação brasileira, *O Jornal* afirmou que “nosso jornalismo está longe, muito longe, daqueles padrões de beleza moral, que animam uma grande parte da imprensa dos Estados Unidos”. E destacava ainda que “[n]ão há jornalista que não reconheça o desenvolvimento e o largo coeficiente de progresso material e moral da imprensa dos Estados Unidos. Não há paiz na terra onde o jornalismo esteja tão adeantado” (CHATEAUBRIAND, 1926).

Um ponto interessante deste artigo é que Chateaubriand afirmava que a imprensa brasileira quase teria desaparecido, na medida em que em os “papeluchos que possuímos” não se postulavam como um patrimônio da cidadania, mas antes em favor das paixões de quem os dirige. Entretanto, concluía o jornalista que, apesar disso, o quadro não era para desespero, tendo em vista que “a opinião brasileira já sabe premiar o jornalismo limpo, que a orienta com propriedade e que lhe fala com linguagem decente. Esse jornalismo há de eliminar o outro...” (CHATEAUBRIAND, 1926). Ou seja, o que podemos perceber aí é uma espécie de prenúncio da chegada do jornalismo que, adiante, seria conhecido como moderno.

Entretanto, nem tudo eram elogios à imprensa estadunidense no Brasil do período entre guerras. Havia inúmeras críticas ao sensacionalismo dos jornais dos EUA e alguns brasileiros compreendiam o “modelo ‘americano’” e o “jornalismo moderno” como as narrativas sensacionalistas praticadas pela *yellow press*. A *Manhã*, por exemplo, na edição de 10 de fevereiro de 1926, destacava que sua grande força como um diário era que ele representava um jornal de opinião, diferentemente do jornalismo praticado nos EUA: “houve um tempo em que o jornal americano pareceu dominar a reportagem, bateu todos os seus records. Fantasiou-se muito. Inventou-se muito. Mentiou-se muito” (MANHÃ, 1926b).

Nesse momento, *A Manhã*, jornal fundado por Mário Rodrigues, gozava de enorme prestígio, contando com uma equipe de colaboradores que incluía Apparício Torelly (Barão de Itararé), Monteiro Lobato, Agripino Grieco, entre outros. Assim, justificando seu sucesso enquanto empreendimento jornalístico, afirmava que a folha “veio provar que o typo de jornal brasileiro por excelência é o francês e não o americano do norte. Jornal de artigos, de comentários, jornal em suma de opinião, ele representa a maior vitória do jornalismo brasileiro contemporâneo” (MANHÃ, 1926b).

Oito dias mais tarde, ao analisar a imprensa argentina, no mesmo jornal, Monteiro Lobato afirmava que o jornalismo moderno sensacional (praticado no país vizinho e nos EUA), só estaria ao alcance das empresas que nadam em ouro, dólar ou peso, o que não era o caso brasileiro.

Além disso, em um dos mais importantes livros sobre o jornalismo daquele período, *O problema da imprensa* (1923), Barbosa Lima Sobrinho – que se tornaria presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) em 1926 – afirmava que o alto padrão moral dos jornais da Inglaterra teria sido copiado por muitas de suas colônias, com a exceção dos Estados Unidos, cujo jornalismo seria sem escrúpulos e sensacional. Nesse sentido, enfatiza o autor,

A imprensa inglesa mantém a função de servidora do público e cada uma das suas folhas se orgulha de apresentar provas de sua dedicação à causa geral. Já nos Estados Unidos a ambição do dólar fez dos jornais verdadeiras empresas que o proprietário procura explorar comercialmente. (...) As suas responsabilidades são pequenas e enormes os seus apetites. Quando se excede de linguagem, o faz calculadamente e sabendo o que faz e fazendo-o com o intuito exclusivo do lucro. (LIMA SOBRINHO, 1997, p.55).

Assim, como podemos perceber, a admiração e a valorização do jornalismo dos EUA como um modelo a ser seguido em nosso país é algo mais complexo, heterogêneo e poroso do que a homogeneidade e linearidade do discurso modernizador, como veremos, parece supor. Além disso, a passagem da década de 1920 a 1930 foi marcada pela grande depressão estadunidense, com uma grave crise econômica que quebrou a bolsa de valores daquele país e impediu maiores investimentos no exterior. Ademais, “no Brasil, como em toda parte do mundo, enquanto avançavam os anos 1930, a atmosfera tornava-se cada vez mais pesada” (SCHWARCZ, STARLING, 2015). Havia, naquele período, uma permanente sensação de insegurança com a ascensão de governos totalitários na Europa e do Estado Novo no Brasil. Nesse contexto, apesar de poder ser caracterizada como um processo mais amplo e anterior, a apropriação brasileira do *ismo* moderno do jornalismo estadunidense é algo que pode ser percebido, como veremos, com muito mais força a partir da década de 1940. Naquele momento, a exportação dos ideais de seu sistema midiático, de forma específica, e de sua cultura, de uma maneira geral, se torna uma política de Estado daquele país e um projeto de progresso perseguido por outras nações encaradas como subdesenvolvidas. Contribuíam para isso o clima de incerteza e a iminência de um novo conflito com proporções mundiais.

3.2 A ideia de um modelo a ser exportado/importado

Desse modo, já na metade da II Guerra Mundial, preocupados com a agenda propagandística fomentada pelo Nazi-fascismo, tanto os jornalistas quanto o governo estadunidenses estavam seguros de que deveriam empenhar-se para exportar o que diziam ser “os ideais da imprensa livre” (FERREIRA, 2006, p.179), simbolizados por sua Primeira Emenda e em proposições como a objetividade. Um exemplo disso é em um famoso discurso proferido por Franklin Roosevelt durante o *State of the Union*²⁰ de 1941, em que o presidente dos Estados Unidos propunha “Quatro Liberdades”²¹ que, segundo o mandatário, deveriam ser vivenciadas “por todos os cidadãos do mundo”. A primeira dessas garantias era a “liberdade de expressão” (seguida das liberdades de “religião”, “de viver sem penúria” e de “viver sem medo”), o que denotava a preocupação estatal em promover essa demanda. Oito meses depois desse discurso, os Estados Unidos declararam guerra aos países do Eixo e começaram a consolidar mais decisivamente suas zonas de influência cultural e econômica. No caso do América Latina, essa expansão envolveu várias estratégias que compuseram a chamada “política da boa vizinhança” (TOTA, 2000; MOURA, 1998). Como retratam Schwarcz e Starling (2015), de 1933 a 1945, os EUA adotaram uma nova política externa para a região, que mesclava doses calculadas de pressão e cautela para impedir a aproximação com os países do Eixo. Desse modo,

[d]e olho no mercado externo como uma das condições para se recuperar dos efeitos desastrosos da crise de 1929, ansioso para impedir a influência alemã e italiana, e decidido a garantir a liderança na região a todo custo, Roosevelt trocou a truculência pela negociação: substituiu o uso recorrente da prática intervencionista no continente por uma retórica de solidariedade — o pan-americanismo —, e propôs aos países da América Latina um suculento cardápio de medidas cooperativas de natureza econômica, tecnológica e militar. Roosevelt batizou sua nova estratégia com nome ambicioso — Política de Boa Vizinhança — e arrematou o projeto com um programa de aproximação cultural. (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p.380)

Como componentes desse cardápio de medidas acima mencionado, a *Política da Boa Vizinhança* começou a investir pesadamente em bens de consumos culturais, como o rádio, as histórias em quadrinhos e o cinema (CATANI, OROZ, 1997). São dessa época sucessos de realização e de público como os filmes *Alô amigos* (1943) e *Você já*

²⁰ O discurso sobre o “estado da união” é um relatório obrigatório previsto pela constituição dos EUA, no qual o presidente, anualmente, deve reportar ao Congresso aspectos sobre as condições financeiras e sociais do país, além de apresentar uma proposta legislativa sobre as prioridades nacionais.

²¹ Disponível em: <http://www.fdrlibrary.marist.edu/pdfs/fftext.pdf> Último acesso: 16/03/2017

foi à Bahia? (1945), e personagens da Disney criados especialmente para representar países da América Latina, como *Zé Carioca* (Brasil), *Panchito* (México) e *Gauchito Volador* (Argentina). Do ponto de vista jornalístico, em todo o continente americano era distribuído o “Repórter Esso”, um noticiário radiofônico (em seguida, também televisivo) padronizado ao estilo do broadcasting estadunidense – conciso e objetivo – produzido pela *United Press International* com os subsídios da *Standard Oil Company* (KLOCKNER, 2001).

Foi nesse sentido que tanto as empresas privadas quanto o próprio governo dos EUA começaram uma intensa campanha na América Latina pela liberdade de imprensa e pela valorização da livre-iniciativa. Para consolidar sua influência, a partir de 1941, por intermédio de Nelson Rockefeller, foi criado pela administração de Franklin Roosevelt um órgão específico para essa finalidade: o *Office for Coordination of Commercial and Cultural relations between the American Republics* (OCIAA) (o nome foi alterado para *Office of the Coordination of Inter-American Affairs* um ano depois), que tinha como objetivo estreitar as relações comerciais e culturais dos EUA com os demais países da América Latina, assegurando o controle estadunidense no continente. Uma prova disso é que esse escritório estava diretamente relacionado ao Departamento de Segurança Nacional daquele país. Em relação à mídia, de acordo com Molina (2015), num momento econômico complicado, em que os jornais brasileiros sofriam com a escassez e o alto preço do papel por causa da guerra, a publicidade de origem estadunidense correspondia a quase 40% de sua receita. Como aponta,

Os anúncios eram dirigidos aos meios de comunicação propensos a aceitar a orientação política do Escritório — e eram negados aos que não se mostravam muito cooperativos ou eram abertamente favoráveis às potências do Eixo. Em 1941, o volume de publicidade dessa origem distribuído no Brasil era de 4 milhões de dólares; em 1945 o valor era cinco vezes maior: 20 milhões de dólares. (MOLINA, 2015, pp.419-420).

Nesse sentido, através de uma enorme pressão monetária e política, os Estados Unidos conseguiram assegurar a influência estadunidense sobre os jornais mais importantes da América do Sul, especialmente em países considerados chave, como o Brasil e a Argentina, numa operação que pretendia sufocar economicamente aqueles que não eram favoráveis à política estadunidense. Em nosso país, o escritório criado por Rockefeller e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do Estado Novo possuíam estreita relação. Como afirma Molina (2015, p.420), “o escritório providenciou viagens aos Estados Unidos a alguns dos mais famosos editores e

jornalistas brasileiros, onde aprenderam novas técnicas de jornalismo, e garantiu a concessão de bolsas de estudos para seus filhos”. Além disso, o autor aponta que, no auge da guerra, mais de mil e duzentos jornais e duzentas estações de rádio espalhados pelo país recebiam das agências de notícias ou diretamente dos escritórios americanos uma farta quantidade de informação.

Nesse sentido, ressalta Blanchard (1986, p.1, no original em inglês), havia uma crença consolidada entre as organizações governamentais e midiáticas dos EUA na ideia de que, se as outras nações “adotassem o sistema americano de imprensa no final da guerra, as mídias desses países estariam equipadas para informar suas audiências sobre seu próprio governo e o resto do mundo da mesma maneira que os jornalistas americanos faziam”. Essa crença, por meio de pressões e influências e de um novo panorama das potências globais, começou também a ser comungada e defendida por jornais e jornalistas de nosso subcontinente e de nosso país.

Como símbolo do que se tornou uma verdadeira “resolução missionária” (BLANCHARD, 1986), o então gerente da *Associated Press* Kent Cooper afirmava em 1943 que “a melhor imprensa do mundo existe nos Estados Unidos, e seria maravilhoso se a força propiciada por seu sucesso fosse direcionada, de maneira altruísta, na direção das realizações estadunidenses para o resto do mundo” (ASNE, 1943). Assim, investidos de um discurso emoldurado por valores nobres como a defesa da democracia e da liberdade de expressão (*american style*), entre as décadas de 1940 e 1950, jornalistas, diplomatas e *publishers* estadunidenses empreenderam uma verdadeira cruzada para tentar exportar seu sistema noticioso para todo o mundo. Dita cruzada envolveu intensos debates na recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU), além de vários programas relacionados à formação de jornalistas estrangeiros, o fomento para a criação de cursos superiores, a defesa do livre fluxo de informação e a quebra do monopólio das agências de notícias europeias. Um evento chamativo nesse processo é a excursão – entre 1944 e 1945, por ordens do então presidente da *American Society of News Editors* (ASNE), John S. Knight – de três jornalistas estadunidenses (Wilbur Forrest, Ralph McGill e Carl W. Ackerman) por vários países do mundo, com o objetivo de convencer governos e jornalistas da importância de se garantir a liberdade de expressão e o livre fluxo de informações (claramente, da maneira como ditos conceitos eram amplamente entendidos nos EUA). A comitiva, que tinha visitas planejadas à América do Sul, cancelou a viagem ao ter sido informada de que a

Comissão Interamericana já havia conseguido disseminar os “ideais da imprensa livre” no continente (BLANCHARD, 1986, p.24).

Com efeito, na década de 1940 foram realizadas várias reuniões entre os jornalistas de todas as Américas. Em 1942, por exemplo, houve outro encontro intitulado “I Congresso Pan-Americano de Jornalistas”, no México, seguido por outros realizados em Havana (no qual foi criada a SIP – Sociedade Interamericana de Imprensa) no ano de 1943, em Caracas (1945), Bogotá (1946) e Quito (1949). Esses eventos também serviram para fomentar a propagação desse singular coletivo em todo o continente. No entanto, em um mundo dividido pela guerra fria, também foram várias as resistências em relação ao modo como os Estados Unidos percebiam a liberdade de imprensa e, sobretudo, à maneira que pretendiam “estendê-la” a outros países. Assim, com a firme convicção de que o modelo de jornalismo “americano” seria uma verdadeira dádiva ao mundo, os líderes da imprensa dos EUA não conseguiam entender, principalmente em reuniões e comissões específicas na ONU, a relutância dos outros países em aceitar as premissas estadunidenses de liberdade de expressão (BLANCHARD, 1986).

Uma das causas dessa relutância e de uma certa “decepção” por parte dos agentes de imprensa dos EUA é que, como bem ressalta Liriam Sponholz (2008, p.127), “a ideia de que a objetividade foi um ‘presente’ da sociedade norte-americana para o mundo parte do pressuposto de que este conceito tem o mesmo significado em todos os lugares”, o que claramente não corresponde a processos culturais e históricos advindos de matrizes tão diversificadas... Afinal, como observamos no segundo capítulo, o processo do qual derivou a objetividade como símbolo da autonomia discursiva do jornalismo é resultado de demandas sociais diversas e muito específicas da sociedade estadunidense. Por isso, se tomarmos como exemplo o caso brasileiro, será possível perceber que o processo histórico que levou ao desenvolvimento da objetividade como cânone da modernização jornalística parte de um contexto e de uma conformação histórica bem distintos àqueles vislumbrados nos EUA. Dessa forma, a demanda da objetividade “também não tem o mesmo significado e as mesmas consequências para a imprensa brasileira” (SPONHOLZ, 2008, p.130) se comparada a outros sistemas midiáticos. Além disso, no mesmo momento em que empreendiam uma cruzada para exportar os seus ideais de imprensa, os próprios jornais dos EUA sofriam inúmeras críticas internas, por exemplo, a partir da criação e dos relatórios da *Hutchins Commission* (observadas em nosso primeiro capítulo).

Nesse sentido, o que temos aqui, portanto, parece ser um problema teórico-metodológico bastante relevante do ponto de vista histórico. Afinal, o discurso que justifica a modernização dos jornais brasileiros se assenta na mesma premissa de uma história “natural” (na qual os jornais de diferentes países estariam numa mesma linha de evolução) que configurou o mito do jornalismo moderno nos EUA. Entretanto, como vimos, essa mitificação é, sob várias perspectivas, historicamente questionável. Assim, como analisar um fenômeno que em não sendo o que diz ser, se modifica em relação ao que era, e passa a justificar sua existência e atuação a partir desses mesmos elementos mistificadores? Isto é, como conceber a modernização dos jornais brasileiros sem, entretanto, aceitar suas premissas ou analisar suas transformações a partir da própria normatividade que ela, ao mesmo tempo, advoga e institui? Entender como surgem as motivações de se modernizar o jornalismo brasileiro e de onde provém esse desejo importador nos parece um bom ponto de partida para responder a essas perguntas.

3.3 O paradigma do atraso: raízes do discurso modernizador

Antes de nos determos nos contornos específicos do discurso de modernização do jornalismo brasileiro, convém dar um passo atrás e nos debruçarmos um pouco sobre a questão de como surgem as demandas modernizadoras, de onde parte o pressuposto de que deveríamos ser modernos e como isso justifica a adoção de modelos jornalísticos externos. Nesse sentido, parece não haver bibliografia sobre a história do jornalismo brasileiro que não contenha a palavra “atraso”, que pode ser identificada em diferentes períodos, sobretudo na avaliação do jornalismo praticado no país antes das décadas de 1940/50 (pré-modernização, portanto). Isso, a nosso ver, será determinante para estabelecer o tipo de narrativa que se instala acerca da história dos fenômenos jornalísticos no Brasil, bem como indicativo de um paradigma que dita os contornos sobre o tipo de análise e caracterizações comumente feitas em relação aos nossos jornais. Esses elementos ajudam a explicar, em parte, a homogeneidade da ideia de um modelo de jornalismo a ser copiado e seguido.

Um exemplo importante nesse processo é que a própria origem da imprensa brasileira já nasce caracterizada sob o signo do atraso e, como aponta Molina (2015, p.35), “incluir o período colonial na história da imprensa brasileira é na verdade uma tentativa de explicar por que o país não teve imprensa nos primeiros três séculos de sua

história”. Afinal, pese algumas tentativas isoladas e malfadadas em montar oficinas tipográficas em nosso país, foi somente em 1808 (mais de três séculos e meio, portanto, depois da invenção de Gutenberg), com a chegada da família real portuguesa e elevação da condição do Brasil para sede administrativa do reino, que foi instalada uma imprensa permanente – mas não com menos restrições da administração central. Afinal, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro jornal a ser impresso no Brasil (em 10 de setembro de 1808), era uma folha oficial da corte, que se limitava a publicitar comunicados da coroa e aspectos da vida na Europa. Além disso, quando comparada à situação de outros países, a história das letras impressas no Brasil poderia ser apresentada como um fenômeno duplamente tardio (MARTINS, 2013), na medida em que seria atrasado tanto em relação às principais metrópoles do mundo, mas também em relação às próprias colônias, tanto na América quanto na Ásia e na África. Isso porque nas Américas sob dominação anglo-saxã e hispânica, por exemplo, a tipografia já havia sido instalada ainda no século XVI, pouco depois da invasão europeia no continente.

A primeira delas foi trazida à Cidade do México em 1533 e, no século XVIII, quase todas as cidades importantes sob domínio espanhol já contavam com oficinas tipográficas (FERREIRA, 2006; ÁLVAREZ, MARTINEZ, 1992; DE MARCO, 2006). Já na América do Norte, a primeira imprensa data de 1638, trazida da Inglaterra com vistas a servir a Universidade de Harvard. Frente a esse cenário, a bibliografia sobre história do jornalismo no país é marcada, muitas vezes, pela tentativa de explicar a peculiaridade do nosso “atraso”, e não são poucos os autores que se debruçaram sobre os motivos do que seria esse descompasso temporal do nosso jornalismo (ROMANCINI, LAGO, 2007; BAHIA, 1972; SODRÉ, 1966; MELO, 1973, 2003; MOLINA, 2015).

Juarez Bahia ([1967]1972), por exemplo, ao falar da fase inicial da imprensa nacional, afirma que o regime português, por todo o período colonial, teria sido o responsável por dito atraso. A coroa, aponta o autor, “asfixiou a manifestação do pensamento por meio da palavra imprensa, sendo responsável pelo atraso do Brasil na montagem de prelos e tipografias” (BAHIA, 1972, p.13). Entre as causas dessa proibição metropolitana, Bahia (1972) defende que havia um temor generalizado no governo português de que a publicação de informações a respeito do Brasil poderia atrair a cobiça de outros países, motivo pelo qual esse “espírito de clausura” teria predominado até o século XIX. Entretanto, como destaca Molina (2015), apesar de terem recriminado as tentativas de instalação de imprensa em distintos episódios em

nosso país, não havia nenhuma lei formal que proibisse a existência das máquinas tipográficas nas colônias portuguesas. E, embora a atividade impressa estivesse sujeita à censura, a implantação de uma oficina tipográfica não requeria licença prévia em Portugal, motivo pelo qual teria se expandido a várias de suas colônias na Ásia e África (MOLINA, 2015, p.35), o que tornaria ainda mais peculiar o dito atraso brasileiro.

Também em busca de respostas a esse mesmo interrogante, um pouco antes que Bahia, Nelson Werneck Sodré (em 1966), em sua importante *História da Imprensa no Brasil*, defendia um vínculo estreito entre o desenvolvimento do capitalismo e o florescimento da imprensa, relação de causa-efeito que explicaria a ausência de imprensa no país até o século XIX. Sem eximir Portugal de responsabilidades, o autor afirma que, como no Brasil-colônia não havia burguesia e o comércio era ainda incipiente, isso justificaria o atraso na implantação dos prelos no país. Entretanto, para explicar o motivo pelo qual na América sob domínio hispânico já havia sido instalada a imprensa e, até mesmo, a universidade, muito anteriormente, Sodré atribui ao que ele chama de primitivismo dos habitantes originais do nosso país, em contraste com, em sua avaliação, as “culturas já em nível adiantado de complexidade” das colônias espanholas. Desse modo, o autor aponta que “onde o invasor encontrou uma cultura avançada, teve de implantar os instrumentos de sua própria cultura, para a duradoura tarefa, tornada permanentemente em seguida, de substituir ela pela cultura encontrada” (SODRÉ, 1966, p.13). Nesse sentido, a imprensa serviria como um instrumento de dominação cultural, que não precisaria ter sido realizada de forma complexa no país, em razão do que seria a condição de “atraso” dos nossos habitantes originais. Novamente aí, o argumento parece bastante questionável.

Isso porque, para além das ponderações de uma visada decolonial atual, como destaca Bruno Martins (2013) em artigo sobre a “positividade do atraso”, “[n]ão cabe aqui questionar tal argumentação com base em uma perspectiva antropológica contemporânea, sua estreiteza já se revelaria com uma simples comparação: a América inglesa também contava com nativos tão “primitivos” quanto os indígenas brasileiros” (MARTINS, 2013, p.6). Além disso, ao idealizar o território invadido pela Espanha somente a partir de grandes impérios como o Inca e o Asteca, desconsidera-se a grande quantidade de outras agrupações humanas que habitavam o continente e que foram dizimadas por violentos processos... Por fim, Sodré credita o quadro de atraso à própria estrutura feudal de Portugal, que submetia as letras impressas a três níveis de censura: à Episcopal, à da Inquisição e à Régia. Aliado a isso, frente à desimportância econômica

da colônia portuguesa na América e sua pouca atividade comercial, ele destaca que só nos países em que o capitalismo se ampliou, a imprensa se desenvolveu. Ou seja, somente quando o Brasil encontrou condições mínimas de circulação de bens e de consumo, sobretudo a partir do ciclo do ouro, é que os jornais teriam encontrado o ambiente adequado para existir.

Numa obra de maior fôlego específica sobre a questão do atraso, José Marques de Melo (1973) em *Sociologia da Imprensa Brasileira* busca identificar quais teriam sido os fatores socioculturais responsáveis pela demora na implantação da imprensa em nosso país. Nesse sentido, tentando escapar de um viés um tanto quanto econômico-determinista característico da obra de Nelson Werneck Sodré – apesar de utilizar argumentos semelhantes aos dele –, Marques de Melo trata de elencar uma série de motivos que pretende ir além da explicação meramente econômica. Para o autor, o atraso na implantação da imprensa no Brasil poderia ser explicado na confluência de sete fatores principais. São eles: 1) a natureza feitorial da colonização, 2) o atraso das populações indígenas, 3) a predominância do analfabetismo, 4) a ausência de urbanização; 5) a precariedade da burocracia estatal, 6) a incipiência de atividades comerciais e culturais, 7) a censura e o obscurantismo metropolitano. Esse panorama, caracterizado pela pobreza intelectual, cultural e econômica, por um lado, segundo Marques de Melo (1973), ajudaria a esclarecer o atraso da imprensa. Por outro lado, a mesma natureza tardia da imprensa poderia explicar o motivo dessa condição subalterna. Nesse sentido, como bem postula Martins (2013), apesar de apresentar um deslocamento importante em relação à matriz político-econômica, “o autor [Marques de Melo] ainda se mantém, assim como os primeiros historiadores da imprensa, ofuscado por suas ‘luzes’” (MARTINS, 2013, p.5). Isto é, valoriza-se uma missão civilizatória e emancipatória dos prelos para justificar toda uma rede de atrasos caracterizados também por sua falta, pela demora em sua chegada.

Nesse sentido, diferentes reflexões sobre a história da imprensa brasileira parecem padecer de uma irreversível maldição do atraso. E, como defende Martins (2013), já em textos inaugurais do nosso jornalismo é possível perceber o enfado e a constatação do que seria o nosso retardo temporal. Assim, de Londres, escrevia Hipólito da Costa em seu *Correio Braziliense ou Armazém Literário*, considerado por muitos como o primeiro jornal brasileiro, apesar de ser produzido e impresso na Inglaterra, sendo distribuído no Brasil de forma ilegal: “Tarde; de[s]graçadamente tarde: mas em fim apparecem typos no Brazil; e eu de todo o meu Coração dou os parabens aos meus

compatriotas Brasileiros.” (COSTA, 1808, p.394). O jornalista se lamentava, então, pela demora na aparição da imprensa em terras brasileiras, inaugurada pelo advento da *Gazeta do Rio de Janeiro*. O tom efusivo também foi utilizado por Alfredo do Vale Cabral em seus *Anais da Imprensa Nacional* (1881): “Três séculos, três séculos permaneceu o Brasil sem a arte de Gutenberg. Só Gregório de Matos, pelos fins do século XVII, fez uma espécie de revolução no animo destes povos” (CABRAL, 1881, s/p).

É possível identificar, portanto, um paradigma que se constrói pela perspectiva do atraso. Nas narrativas que sustentam esse discurso, a história da nossa imprensa é marcada por uma rede autoexplicativa: há um atraso “original” (a demora na instalação e permanência dos prelos), permeado por outros atrasos (quer seja em relação à própria característica da colonização portuguesa, quer seja pelo suposto atraso das pessoas que aqui já estavam, quer seja pelo próprio atraso cultural, econômico e intelectual da colônia). Não por acaso, até mesmo em obras mais recentes, essa “condição brasileira” justificaria nosso suposto e permanente papel de retardatários frente a outras nações, elencadas como mais desenvolvidas. Em *O adiantado da hora: a influência americana no jornalismo brasileiro*, por exemplo, Carlos Eduardo Lins da Silva (1991) lamenta esse atraso e justifica por que devemos copiar outros modelos, afirmando que vivemos num país

...que por razões históricas sempre teve de ser um seguidor retardatário das tendências da metrópole da época. Isso é verdade para o jornalismo. Mas, é claro, se aplica também a todas as outras formas de expressão cultural: o cinema, o teatro, a literatura, a televisão, a publicidade, o rádio, as artes plásticas, a música, a dança, a fotografia. (SILVA, 1991, p.29).

Como podemos perceber na citação acima, há um argumento circular e vazio, na medida em que supostas razões históricas explicariam a nossa razão histórica do atraso. Esse argumento se repete nas distintas obras bibliográficas que viemos destacando. Por isso, a nosso ver, esse paradigma do atraso pode ser caracterizado por uma linearidade e por uma repetição circular, construída a partir de uma valoração sumamente positiva da imprensa e da cultura externas (e, de um modo geral, da própria função civilizatória da imprensa), o que nos coloca sempre atrás numa suposta linha evolutiva. Além disso, o que parece sustentar esse paradigma é uma petição de princípio, na medida em que os argumentos que atestam a tese do atraso já assumem a sua veracidade como premissa. Nesse sentido, como já havia apontando Martins (2013), boa parte das explicações a

respeito do “atraso” da imprensa brasileira é explicado pelo mesmo “atraso” (seja ele, econômico, social, cultural), isto é, há um círculo vicioso em que “adversidades políticas, econômicas e culturais atrasaram a chegada da imprensa, que, por sua vez protelou a independência política, econômica e cultural do Brasil, em outras palavras, o atraso levou ao... atraso!” (MARTINS, 2013, p.5). Esse paradigma parece ser incapaz de explicar os circuitos comunicacionais que se deram no Brasil antes da chegada da imprensa e menos ainda a conformação, no século XVIII – mesmo com a ausência de prelos –, de episódios como a Revolta de Filipe dos Santos, a Guerra dos Mascates, a Conjuração Baiana ou a Inconfidência Mineira. Essa última, inclusive, promoveu a circulação de manuscritos satíricos conhecidos como *Cartas Chilenas*, que criticavam duramente a administração portuguesa.

Entretanto, cabe aclarar, não se trata aqui de negar o atraso na chegada da imprensa no Brasil. Mas, sim, de questioná-lo enquanto um argumento definidor que, desde então, passa a valorizar e a caracterizar o jornalismo brasileiro quase sempre sob o viés da falta e da incompletude, na medida em que se valoriza uma narrativa linear e avaliada externamente, em detrimento de estratos temporais mais complexos que compõem a nossa história. Além disso, há uma sobreposição bastante ingênua entre imprensa e jornalismo. Uma ponderação interessante nesse sentido é a de que, como aponta Márcia Abreu (2004, 2012) em seus estudos sobre os impressos e a cultura letrada, esse atraso do Brasil em relação aos outros países da América Latina é apenas cronológico, já que a instalação de tipografias nas colônias espanholas não significou necessariamente o florescimento de uma cultura letrada. Se é bem verdade que os prelos chegaram ao território dominado pela Espanha muito antes do que ao de domínio português, é necessário esclarecer que eles eram utilizados sobretudo para funções religiosas – como para a dominação religiosa das populações indígenas – e burocráticas, com um alcance bastante reduzido (ÁLVAREZ, MARTÍNEZ, 1992).

Os jornais propriamente ditos começaram a circular de maneira irregular e estavam longe de atingir todo o continente. Assim, os únicos lugares a contar com jornais no século XVIII em toda a América Latina foram onde hoje se considera como México (em 1722 começaram a circular dois periódicos: *Gaceta de México* e *Gaceta de Guatemala*), Guatemala (em 1743 era publicada a *Gaceta de Guatemala*), Peru (em 1743, começa a ser publicada a *Gaceta de Lima*), Cuba (em 1764 surgia a *Gaceta de la Habana*), Colômbia (em 1791 era publicado o *Papel Periódico de Bogotá*) e Equador (1792, *Primicias de la cultura de Quito*). Desse modo, na maioria dos territórios

invadidos pela Espanha, os periódicos só seriam publicados no século XIX e eram, portanto, contemporâneos dos primeiros jornais brasileiros. Sobretudo na América do Sul, esse fenômeno revela uma corrente de publicações jornalísticas que também inclui o Brasil, o que, certamente, deve ser considerado para relativizar bastante a ideia de atraso.

No atual território argentino, por exemplo, o primeiro jornal – *El Telégrafo Mercantil, Rural, Político, Económico e Historiográfico Del Río de La Plata* – é publicado em 1801, seguido pela *Gazeta de Buenos Aires* em 1810. No Uruguai, a primeira publicação é uma produção inglesa chamada *La Estrella Del Sur*, de 1807. Na Venezuela, *La Gaceta de Caracas* começou a ser impressa em 1808; no Chile, o primeiro periódico foi a *Aurora de Chile*, em 1810; na Bolívia, *El telégrafo* surgia em 1811, no Paraguai, somente em 1845 surgiu *El Paraguay Independiente*. Alguns dos libertadores da América, como Bernardo O'Higgins, atuavam nesses jornais e os utilizaram como divulgadores de suas ideias. No caso brasileiro, Hipólito da Costa, apesar de não apoiar a cisão com Portugal, acompanhava com entusiasmo a luta pela liberação dos vizinhos contra os espanhóis, divulgando algumas batalhas em seu *Correio Braziliense*.

Nesse sentido, muitas obras bibliográficas, ao se aterem na explicitação dos motivos do atraso na chegada dos prelos ao Brasil, acabam por desconsiderar tanto as consequências desse atraso, quanto o próprio contexto em que diversas práticas sociais se desenrolavam. Por isso, Martins (2013) destaca que é preciso avaliar não só as causas, mas também os efeitos da interdição das tipografias. Nesse sentido, o autor argumenta, por exemplo, algo que raramente é abordado nas bibliografias historiográficas sobre comunicação: o fato de que a restrição da circulação de impressos no período colonial ter criado as condições

...para a institucionalização de um sistema comunicativo face a face, que foi a base das relações sociais, econômicas e culturais que se travaram no Brasil antes da imprensa. Uma história da imprensa não pode ignorar de que forma esse vigoroso sistema o antecede e atravessa, incluir suas práticas implica em compartilhar interesses pelas formas de apropriação que têm lugar nas práticas cotidianas, assim como aqueles que buscam uma história cultural. (MARTINS, 2013, p.6).

Ou seja, uma história que privilegia somente a chegada da imprensa em detrimento da conjuntura e do cenário sociocultural em que ela se insere acaba por apagar nuances e desconsiderar redes comunicativas mais complexas para além da

atividade escrita. Nesse aspecto, desconsidera-se, por exemplo, a importância da cultura oral na conformação das especificidades da língua portuguesa no Brasil e sua relação com a Língua Geral (derivada do Tupi) entre os séculos XVII e XIX. Ou, até mesmo, o surgimento de movimentos literários como o Arcadismo no século XVIII ou de rebeliões em distintas partes do Brasil colonial. A primazia da imprensa, muitas vezes, impede uma análise do contexto, isto é, das matrizes culturais específicas por meio das quais os fenômenos se desenvolvem. É nessa perspectiva que podemos identificar outro traço fundamental da ideia do atraso e que marca o tipo de reflexão historiográfica e normativa sobre o jornalismo em nosso país. Isto é, o imperativo de sermos atrasados tem correspondido, por outro lado, a uma demanda modernizadora e progressista que pode ser observada em distintos momentos da história. Dita demanda, caracterizada por um olhar externo, muitas vezes tende a apagar (ou pelo menos borrar) o jornalismo do país, tratando de observá-lo já com uma valoração altamente negativa, como vimos expostos nos discursos autorreferentes ao longo deste capítulo.

Além disso, a ideia de atraso está fortemente entrelaçada ao próprio regime de historicidade moderno que, pressupondo um único fluxo temporal, hierarquiza suas práticas entre “desenvolvidas” e “arcaicas”, “vencedores” e “vencidos”, “modelo” e “cópia”. O recurso ao “atraso” é, portanto, imprescindível para o discurso de modernização, na medida em que é ele que autoriza e sustenta o surgimento de mitos fundacionais, passados idealizados e futuros estáticos. Como ressalta Koselleck (2014),

[q]uando se lamenta um atraso, há sempre referência a uma oportunidade perdida, a um desejo projetado sobre o passado a fim de se programar ideologicamente uma recuperação acelerada. Tal categoria pertence à linguagem do programa político, mas carece de rigor analítico. (KOSELLECK, 2014, p.16).

Nesse sentido, o desafio aqui parece ser romper a linearidade do paradigma do atraso sem, no entanto, deixar de considerar suas múltiplas influências que determinaram, de certo modo, a maneira pelo qual o jornalismo brasileiro é descrito e analisado. Afinal, a perspectiva de que estamos sempre descompassados em relação a outros mais desenvolvidos existe e tem explicado o jornalismo brasileiro, justificando uma história de modernizações, sendo a mais efetiva a chamada “modernização de 1950”. A nossa hipótese é de que esta se torna a modernização definitiva, na medida em que consegue articular um discurso de purificação estruturado num singular coletivo, que autoriza a proliferação livre das traduções. Por isso, a mística da

modernização se assenta numa forte ideia de ruptura, baseada, sobretudo, na defesa de uma substituição abrupta e vertical de dois modos radicalmente opostos de produção jornalística: um, arcaico, vinculado à literatura, frente a um outro, caracterizado pela aplicação de técnicas modernas e de um novo modo de conceber o jornalismo. Como formas de justificar e de caracterizar essa modernização, reafirma-se a importação do chamado modelo “americano”, avaliado como objetivo, imparcial e, sobretudo, “moderno”.

É nesse sentido que, nos próximos capítulos, trataremos de delinear como os valores e características desse *ismo* moderno foram tomados pelos jornais e pela própria historiografia em nosso país. Nosso ponto de partida é de que uma ideia rígida de importação ou de uma escalada evolucionista rumo à modernidade só é possível por um processo que envolve um alto grau de simplificação da história. Paralelamente, foi justamente isso que gerou uma institucionalidade e autonomizou, ainda que a partir de suas premissas mistificadoras, o campo jornalístico no Brasil. Por isso, de um lado, aceitamos a modernização como um projeto que levou a intensas modificações no panorama do jornalismo nacional e, por outro, a rejeitamos profundamente, na medida em que seu discurso tende a congelar disputas e a apagar a própria historicidade, em favor de uma racionalidade cínica que institui uma única e idealizada conceptualização de jornalismo. Como consequência, considerar que os jornais brasileiros estavam em transição na década de 1950 não significa, a nosso ver, acreditar que eles estivessem estáticos nas décadas anteriores. Ao contrário, o desafio teórico-metodológico é perceber que tipos de movimentos, conformados por distintos e contraditórios estratos temporais, os jornais brasileiros vivenciavam em cada momento particular de sua história.

O que pretendemos, então, é analisar, a partir de alguns discursos autorreferentes, como foi construída a mítica dessa modernização e que elementos foram acionados na construção dessa narrativa que se tornou hegemônica na avaliação histórica do nosso jornalismo. Em seguida, trataremos de expor algumas fissuras nesse discurso aparentemente homogêneo, bem como buscar formas de explicar o porquê de ele ter se tornado tão persistente e, em certa medida, “vitorioso” em relação a outros discursos de modernização. Acreditamos que o paradigma do atraso ajuda a entender, pelo menos em parte, a demanda modernizadora e importadora, tão característica do discurso progressista da década de 1950 em diferentes campos em nosso país.

CAPÍTULO 4

O PROGRESSO E A MÍTICA DA FUNDAÇÃO DO JORNALISMO MODERNO NO BRASIL DOS ANOS 1950

A década de 1950 representa, nos ideários de muitos profissionais e intelectuais da imprensa, um marco fundador de um novo tipo de jornalismo no país. Naquele período, o Brasil atravessava uma série de transformações sociais em diversos setores que tinha como característica principal um forte apelo ao progresso, ao ideal de sermos modernos e à ruptura com o passado considerado arcaico. A forma pela qual esse projeto foi implementado, apesar de ser sedimentada nos anos 1950 e 1960, possui raízes anteriores, na medida em que desde as décadas de 1930 e 1940, ainda durante o Estado Novo, começou-se a impulsionar um movimento vertical e autoritário de modernização do Brasil. Nesse sentido, com a entrada do país na segunda guerra mundial ao lado dos Aliados, a ditadura de Getúlio Vargas, que anos antes ainda flertava com os regimes nazifascistas, conseguiu inúmeros convênios com a administração de Franklin Roosevelt e começou a investir fortemente em projetos que visavam à industrialização. Em 1942, por exemplo, graças a empréstimos de longo prazo concedidos pelo *Exporte-Import Bank of the United States*, o governo conseguiu criar empresas de base, fundamentais para a sua modernização (SCHWARCZ, STARLING, 2015).

É desse período a criação da Vale do Rio Doce, da Companhia Siderúrgica Nacional e da Petrobrás. Elas serviram como prenúncio do enorme êxodo rural e consolidação das massas urbanas percebidos na década de 1950 em adiante. Além disso, a partir da década de 1930, também é notório um esforço em distintas áreas para interligar o Brasil, o que acabou por produzir um novo tipo de nacionalismo, baseado, por exemplo, na valorização da mestiçagem como traço positivo e diferenciador do povo brasileiro (SCHWARCZ, 1993, 2012). O rádio também serviu como um elemento integralizador e, ademais, vários símbolos como o samba e Nossa Senhora Aparecida (instituída padroeira do Brasil em 1930) passaram a ser elencados, a partir desse momento, como “nacionais”. Nesse mesmo período, o país produziu ainda “uma importante legislação trabalhista, e construiu a base de um projeto de modernização e industrialização que ia se diversificando” (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p.386).

Entretanto, o fim da segunda guerra mundial representou uma enorme pressão sobre Vargas, na medida em que se questionava o combate a países que possuíam governos com características semelhantes às do brasileiro. Nesse sentido, a imprensa teve um papel decisivo em todo o processo que culminaria no fim do Estado Novo e deposição de Getúlio pelas Forças Armadas em 1945. O episódio mais ilustrativo desse processo pode ser entendido como a entrevista que o então ministro do Tribunal de Contas, José Américo de Almeida, concedeu ao jornalista Carlos Lacerda. Na publicação de 22 de fevereiro de 1945 do *Correio da Manhã*, José Américo criticava profundamente a administração Vargas, responsabilizando-o pela crise institucional que o país atravessava e argumentando que somente o retorno à democracia poderia solucionar os problemas nacionais. Na entrevista, o político defendia eleições livres e chegou inclusive a apresentar o candidato da oposição: Eduardo Gomes.

A publicação dessa matéria pode ser entendida, portanto, como um rompimento com a censura do DIP e alcançou grande repercussão em vários jornais e na vida pública de todo o país. Com um clima cada vez menos favorável e frente a pressões em distintas instâncias, no dia 29 de outubro de 1945 Getúlio Vargas acabou deposto pelo alto comando do exército. Antes, entretanto, já havia planejado a transição democrática e marcado a data para as eleições. Surgiram, nesse período, partidos políticos nacionais como a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em 1946, iniciando um novo período democrático com a eleição de Eurico Gaspar Dutra (PSD), o congresso se reuniu como Assembleia Constituinte e promulgou uma nova carta magna ao país, que duraria até o golpe civil-militar de 1964. Como apontam Schwarcz e Starling (2015)

Durante vinte anos, a Constituição de 1946 serviu de norte ao país e imputou um ritmo democrático à vida pública nacional: reconheceu no Parlamento um ator político decisivo — sobretudo nos momentos de grave crise institucional —, consolidou o funcionamento dos partidos políticos, fortaleceu a independência dos sindicatos, e garantiu a organização de eleições regulares e razoavelmente limpas, com resultados apenas marginalmente afetados por fraudes. (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p.396).

A constituição de 1946 assegurava a manutenção das conquistas sociais do Estado Novo, mas tinha na democracia o seu principal pilar, reconhecendo a importância e legalidade dos partidos políticos, além de assegurar a livre manifestação da imprensa. Desse modo, a década de 1950 (e os anos imediatamente anteriores e posteriores a ela) condensou uma série de aceleradas transformações na vida cultural,

política e econômica do Brasil. Em um país marcado por uma série de golpes de estado (e tentativa de golpes) e depois da ampla censura e repressão que caracterizou o Estado Novo, o período constitucional entre o fim da ditadura em 1945 e o golpe civil-militar de 1964, foi marcado por intensos ideais desenvolvimentistas e de progresso a ser alcançado num pequeno espaço de tempo. Do ponto de vista do jornalismo, segundo Ribeiro (2007), apesar de todas as crises políticas desse período, a liberdade de imprensa não teria sido, em nenhum momento, atingida de forma grave (houve, no entanto, bastante repressão à imprensa comunista). Nesse sentido, a autora aponta que a extinção do DIP em 1945 significou, além do desaparecimento da censura, o fim do controle constitucional sobre os órgãos de imprensa, o que teria facilitado o surgimento de novos jornais, além de permitir o crescimento do noticiário político. Foi nesse ambiente que os ideais modernizadores se desenvolveram.

Essa modernização, entretanto, como aponta Ortiz (1988), possui a peculiaridade de se constituir no cenário de uma "moderna tradição", em que esses termos, aparentemente excludentes e antagônicos, funcionam juntos, numa espécie de um desejo de modernidade que acaba por configurar-se como uma tradição. É nesse sentido que o autor defende a tese de que o modernismo dos países periféricos "é forçado a se construir sobre fantasmas e sonhos da modernidade" (ORTIZ, 1998, p.34). Assim, no Brasil, embora tenhamos tido outros projetos de modernidade, Ortiz destaca que a industrialização a partir da segunda metade do século passado parece ter sido decisivo para concretizar um mercado interligado dos mais diversos bens de consumo. Esse desenvolvimento econômico rápido e desigual está, para o autor, na base da nossa modernidade periférica. Do ponto de vista político, após o mandato liberal e de pouca eficiência econômica e social de Dutra (1946-1951), Getúlio Vargas (1951-1954) retornou ao poder por vias democráticas e deu prosseguimento a sua política nacionalista baseada na substituição das importações e na forte atuação do Estado na implementação da infraestrutura para a indústria de base, o que beneficiou o desenvolvimento de diversos setores produtivos no país. Como veremos adiante, devido a fortes pressões de grupos opositores, liderados pelo jornalista Carlos Lacerda, o mandato de Vargas foi interrompido por seu suicídio.

Já Juscelino Kubitschek (1956-1961) levou a cabo o seu "Plano de Metas", que reorganizou o espaço industrial nacional a partir de um "tripé" (com uma delimitação das funções que competiam ao Estado, ao capital nacional e ao capital estrangeiro) que visava à internacionalização da economia, abrindo espaço para a entrada de

investimentos estrangeiros com o objetivo de avançar “50 anos em cinco”. Nesse período, podem ser identificadas altas taxas de crescimento econômico (à custa da elevação da dívida externa, que dobrou de tamanho), intenso êxodo rural e consequente concentração e formação de grandes cidades, além da aquisição de vários bens duráveis (BENEVIDES, 1979; IGLESIAS, 1994). Durante o governo de JK, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro foi três vezes maior que o de outros países da América Latina e o valor da produção industrial aumentou 80% (RIBEIRO, 2007, p.48).

Esse grande *boom* econômico permitiu o florescimento do mercado de consumo e, conseqüentemente, o desenvolvimento da publicidade e maior faturamento para os meios jornalísticos. Nesse sentido, Ribeiro (2007, p.49) ressalta que um dos traços mais relevantes da política desenvolvimentista do Brasil é o fato de que ela enquadrava o país às novas exigências do capitalismo internacional, através da abertura de capital estrangeiro sob forma de empréstimos e investimentos diretos. Nesse sentido, a imprensa gozou de grandes vantagens cambiais, na medida em que na época, o dólar para importação de papel e outros materiais de impressão eram subvencionados pelo governo²², o que garantiu aquisição de nova maquinaria e favoreceu a modernização dos parques gráficos de muitas empresas de comunicação.

Com importantes modificações em vários âmbitos da vida social durante a década de 1950, o país vivia sob a expectativa constante da “novidade”. Assim, como destaca Ferreira (2008, p.143), o “espírito do novo, a vontade de mudança transcenderam as esferas econômica e política contaminaram o campo das artes e da cultura. Importantes movimentos no campo artístico nasceram e/ou tomaram novo impulso na segunda metade da década de 50”. A novidade, nesse sentido, pululava em diversos setores: é dessa década a ideia de uma bossa *nova*, de um cinema *novo* e da construção de uma *nova* capital, símbolo do modernismo da *nova* nação que se constituía. Há, assim, um amplo movimento em diversos setores associado à ideia da ruptura com um passado obsoleto e de modernização do país, que “pretendia identificar e sintetizar elementos da cultura e sociedade brasileiras, integrando-os a expressões artísticas oriundas de experiências realizadas fora do país” (FERREIRA, 2008, p.143).

Do ponto de vista teórico, é também desse período uma série de obras que tratam sobre o tema da *formação* em distintas áreas do conhecimento. É da década de 1940-1950 importantes livros como *A formação de literatura brasileira*, de Antônio Candido

²² Em 31 de janeiro de 1951 foi publicado um decreto que excluía o regime de licença prévia para aquisição de produtos para os jornais e ainda assegurava vantagens cambiais.

(1959), *A formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Júnior (1942), *Ordem e Progresso e Interpretação do Brasil: aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas*, de Gilberto Freyre (1957); *Formação da sociedade brasileira* e *O que se deve ler para conhecer o Brasil*, de Nelson Werneck Sodré (1944,1945). Esse tipo de reflexão buscava estruturar uma história do nosso passado com vistas à autonomização de diferentes campos discursivos, bem como buscavam uma narrativa para nosso ser e estar em processo de desenvolvimento (SANTIAGO, 2015), relacionando-os às matrizes estrangeiras. A consolidação e autonomização do campo jornalístico também é fruto dessa conjuntura. Afinal, esse ambiente progressista, caracterizado pelo pressuposto de “tornar-se moderno”, marcou também o discurso de modernização do jornalismo no país na década de 1950, narrado pelos próprios homens da imprensa como o momento mais singular de sua história:

...de acordo com o espírito do tempo dos anos JK, em que desenvolvimentismo e modernização são palavras de ordem, também os jornais diários mais importantes da cidade [Rio de Janeiro] apressam-se em se transformar e, o mais importante, construir aquele momento como marco fundador de transformações decisivas no campo jornalístico. (BARBOSA, 2007, p.149).

Nessa época, alguns jornais brasileiros (sobretudo os da então capital, Rio de Janeiro) vivenciaram uma série de transformações em suas estruturas empresariais, balizadas por ideal específico de modernidade e permitidas por uma nova racionalidade industrial. Segundo Ribeiro (2007, p.13), as “reformas redacionais, gráficas e editoriais do *Diário Carioca* em 1950 e do *Jornal do Brasil* em 1956, assim como o surgimento de jornais inovadores como a *Tribuna da Imprensa* em 1949 e a *Última Hora* em 1951” são frequentemente descritas como o marco inaugural de uma nova fase da imprensa brasileira. Isso porque eles teriam conseguido sistematizar um novo padrão textual e gráfico para os jornais, aumentar o profissionalismo, além de consolidar um discurso autolegitimador para as práticas jornalísticas. Nesse sentido, o texto síntese da modernização do jornalismo brasileiro, como já havíamos apontado no segundo capítulo, traz a ideia de que um pequeno grupo de jornalistas teria sido capaz de revolucionar a imprensa nacional ao adaptar o que se chamava de modelo ‘americano’, padronizando a escrita e a produção de notícias. Isso tudo gestado inicialmente num pequeno jornal do Rio de Janeiro, o *Diário Carioca*, tomado como marco zero, ou primeiro degrau (LAGE, FARIA, RODRIGUES, 2004; AVANZA, 2007; COSTA,

2011) de um jornalismo novo e que marcaria uma nova fase da imprensa brasileira, tornando-a “moderna”.

Nessa perspectiva, de um “jornalismo literário”, doutrinário e fortemente opinativo, teríamos passado à era do “jornalismo empresarial”, que privilegiaria a informação, separando-a dos comentários pessoais (LATTMAN-WELTMAN, 2008; MENDEZ, 2006). Como ressalta Albuquerque (2010, p.104), essa narrativa fundacional vem se repetindo nas pesquisas sobre o jornalismo em nosso país sem nenhum tipo de questionamento sobre sua validade histórica. O autor argumenta que há, ao contrário, uma valorização do discurso que privilegia uma interpretação progressista da história, marcada por um evolucionismo que advoga a superação da política pela técnica e que desestimula a revisão das interpretações consagradas em favor da continuidade de um legado entre antecessores e seus “dedicados discípulos”.

Dessa maneira, no caso do *Diário Carioca*, Pompeu de Sousa (secretário da redação) e Danton Jobim (diretor de redação) são apontados como os principais agentes de transformação e incorporação do que seriam as normas do jornalismo estadunidense, sendo considerados como “pais fundadores” da imprensa moderna no Brasil. Pompeu de Sousa, por exemplo, a convite do DIP, atuou como jornalista nos EUA durante a II Guerra Mundial com auspícios do *Office for Inter-American Affairs*. Ele permaneceu nos Estados Unidos por 22 meses trabalhando nas rádios *NBC (National Broadcast Company)* e *CBS (Columbia Broadcast System)*. Por sua parte, como um intelectual e jornalista influente, Danton Jobim proferiu uma série de palestras ao redor do mundo, tratando do tema do jornalismo latino-americano e, principalmente do brasileiro. Num artigo de 1953, por exemplo, em que compara o jornalismo estadunidense ao francês, ele destaca a objetividade e neutralidade do primeiro. Como consequência, avaliava que

No mundo de hoje, o jornalismo norte-americano é, certamente, o que mais se esmera em fornecer informação objetiva. E o mais admirável é que isso se deve a um longo trabalho de educação. Educação do jornalista, sem dúvida, mas, sobretudo, educação do leitor. / Hoje, na América Latina, quando nos dispomos a compor a fórmula de um jornal destinado a cumprir realmente sua missão de informar, voltamo-nos naturalmente para a imprensa norte-americana, inspirando-nos em sua experiência e seus exemplos. Aliás, isso não ocorre apenas na América Latina. Em todo o mundo, a influência dos métodos jornalísticos americanos se impõe, não apenas em relação à técnica, mas também a certos princípios de ordem moral que presidem a boa informação. (JOBIM, 1992, p.127 e p.129).

Essa admiração ao que seria o jornalismo verdadeiramente informativo, praticado nos EUA, marcará o discurso modernizador impulsionado por Jobim quando

este esteve à frente do *DC*, bem como sua atuação na criação de cursos superiores de jornalismo no país. E, como podemos perceber na citação acima, o que temos, portanto, é uma permanência, mas também uma mudança significativa em relação aos discursos autorreferentes que destacamos no capítulo anterior. Isso porque se na década de 1920, o jornalismo estadunidense já aparecia à frente do brasileiro numa suposta escala evolutiva, mas ainda distante da nossa realidade, nos anos 1940-50 ele já figura no imaginário de alguns homens de nossa imprensa como um modelo bem delimitado, com claras características técnicas e ideológicas a serem importadas e seguidas pelos nossos diários.

Baseado, portanto, numa adaptação do que era entendido como modelo ‘americano’ de jornalismo, a reforma do *Diário Carioca*, como apontam Albuquerque (2008, 2010) e Albuquerque e Gagliardi (2011), teria sido desenvolvida a partir de três pilares principais: 1) a proposição para um novo conjunto de regras para o jornalismo moderno, condensados num manual de redação; 2) a substituição dos velhos jornalistas por novatos que, sem vícios estariam mais propícios a aprender as novas normas de escrita; 3) a instituição do copidesque como figura central da redação, responsável por fiscalizar a utilização das normas impessoais de escrita. Na narrativa hegemônica da historiografia brasileira, o exemplo pioneiro de modernização do *Diário Carioca* teria se difundido a outros jornais da sua época e, a partir de sua apropriação pelo *Jornal do Brasil*, se tornado dominante no jornalismo brasileiro ao longo das décadas seguintes. Vejamos, então, algumas características que conformaram a mítica da modernização da imprensa brasileira.

4.1 Modelo “americano” *made in Brazil*

4.1.1 Diário Carioca: amestrando focas

Como um prenúncio das mudanças que se consolidariam na década de 1950, o *Diário Carioca* lançou em 1945 uma coluna intitulada *Cartas a um Foca*. Dita seção era assinada por um personagem fictício chamado “Joaquim Manoel”, codinome atribuído ao jornalista Pompeu de Sousa (Ribeiro, 2007, p.33), e que tratava de explicar novas regras para a apuração e redação de textos jornalísticos. O estilo de escrita da seção propunha uma espécie de tutorial bastante vertical entre o enunciador – dotado de um conhecimento superior – e enunciatário, que pode ser identificado, como a alcunha ‘foca’ sugere, como um novo jornalista em formação. Publicada ao longo de seis dias

(04, 07, 08, 09, 10 e 11 de agosto), a coluna sempre trazia uma mesma advertência destacada “Numa terra em que todos se julgam jornalistas, eis uma pequena seção para discutir todos os dias os assuntos do jornalismo” (DIARIO, 1950). Um dos objetivos centrais era, então, diferenciar e elevar a atividade exercida pelos jornalistas através da disseminação de certos conhecimentos técnicos e procedimentos textuais. Assim sendo, as colunas tratam de explicar, a partir da adaptação de *stylebooks* estadunidenses, da leitura de diários estrangeiros e exemplos do próprio autor, quais seriam as normas de escrita jornalística adequadas à imprensa moderna.

A motivação dessa empreitada fica bastante clara já na coluna de 04 de agosto, que tem o título de “O primeiro parágrafo”. O texto começa destacando que em nosso país, apesar de muitos se autodeclararem jornalistas, as técnicas do jornalismo seriam, na verdade, bem pouco conhecidas e disseminadas. Como defende, “[c]omumente se confunde essa técnica com a da literatura de ficção e até com a poesia, quando não com a linguagem dos relatórios e dos pareceres” (DIARIO, 1945a). Diferentemente do Brasil, afirma “Joaquim Manoel”, os Estados Unidos já possuíam uma tradição jornalística bem definida, desenvolvida a partir de estudos e pesquisas que teriam conseguido elevar a “arte de escrever para o jornal” a uma categoria própria. Esse processo só teria sido possível graças à proliferação de uma escritura autônoma, através da qual aquele que escreve para o jornal “deve saber que sem técnica, meu caro, nunca se passa de foca” (DIARIO, 1945a). O que se postula, então, é a apresentação desses procedimentos a partir de regras gerais adaptadas ao contexto nacional com vistas à formação de novos jornalistas.

A primeira delas diz respeito ao lide, uma nova forma textual que deveria ser empregada para a abertura da notícia. Ele possuiria a vantagem de não carregar vícios “daquela literatura desconversadeira (‘a cidade viveu ontem um dos seus maiores dias’, ‘asas de glória, asas de ansiedade’, etc.) que na jiría jornalística brasileira chamamos de ‘nariz de cêra’” (DIARIO, 1945a). Até então, a forma mais comum para a abertura de uma notícia era esse comentário geral que antecedia os elementos específicos de determinados acontecimentos, conhecido como “nariz-de-cera”. O que se propõe, então, é a adaptação de uma nova forma de escritura, que se sobreporia a uma tradição arcaica, e que iria direto ao centro da notícia, oferecendo aos leitores aqueles que seriam os elementos essenciais da informação. Para exemplificar o lide, “Joaquim Manoel” parte do *stylebook* de Stanley Walker (1934), com vistas a demonstrar o estilo claro propiciado pela adoção sistemática de cinco perguntas essenciais simbolizadas pelos 5

Ws (Who?, What?, When?, Where?, Why?) e quais as diferenças entre esse novo modo de conceber o jornalismo e o anterior, ainda persistente no país. O texto do dia 04 se encerra com a promessa de que “amanhã” seriam discutidos os diferentes tipos de lide, o que, no entanto, só aconteceria no dia 07 de agosto, quando as *Cartas a um Foca* foram retomadas no jornal sem qualquer explicação sobre esse intervalo.

Nesse dia, o texto da seção era “Elementos da notícia” e trazia um forte apelo para que os jornalistas investigassem o máximo de informações e coletassem vários dados antes que comessem a escrever uma notícia. Além disso, inqueria-se que o texto resultante desse processo fosse isento de comentários. A partir de um exemplo de um atropelamento fictício, “Joaquim Manoel” pedia ao jornalista que “não aproveite isto para mostrar que é amigo da democracia” e que não cometesse o erro daqueles que escrevem “frases desnecessárias”, ou manchetes como “Impressionante reportagem”. Isso porque, pergunta-se, “a quem compete, afinal, considerar impressionante uma reportagem? Ao autor ou ao leitor? Presume-se que o leitor” (DIARIO, 1945b). Há, então, um apelo para o abandono do uso de adjetivos e de uma linguagem considerada rebuscada em favor de um estilo de escrita mais direto e impessoal.

Já a coluna do dia 08 tratava do tema “A arte de opinar”, buscando demonstrar que a informação deveria ser isenta de opinião e apontando para duas partes do jornal que deveriam ser radicalmente distintas: a parte assinada, onde a liberdade de opinar era praticamente total, e a noticiosa, em que a única opinião aceitável seria a do leitor. A partir dessa premissa, “Joaquim Manoel” aponta que a “tradição do jornal de partido, no Brasil, é parcialmente responsável pela inveterada mania de instilar opinião em todas as notícias” (DIARIO, 1945c). Ao final, defende que o jornalista não deveria nem fantasiar e nem aplicar um suposto estilo literário, “pois saiba que então você cometerá dois erros: não trabalhará como bom jornalista e fará uma péssima literatura” (DIARIO, 1945c). Como consequência, a coluna é finalizada afirmando sarcasticamente que nem mesmo a literatura de “Claudio de Souza”²³ é pior do que a do noticiarista que se mete a divagar e enfeitar os seus períodos para impressionar o leitor. Isto acabou, meu caro” (DIARIO, 1945c). O que temos, portanto, é a defesa da superação das “práticas literárias” em favor de um estilo objetivo, próprio do jornalismo moderno (ainda que, ambigualmente, já mesmo nessa radical defesa, o estilo irônico e divertido seja empregado).

²³ Fundador do PEN Clube do Brasil e presidente da Academia Brasileira de Letras em duas ocasiões (1938 e 1946)

No dia 09 de agosto, o tema principal do texto “Ser exato e poupado” era o que se considerava como um uso indiscriminado de adjetivos e de certas expressões repetidas, que configurariam um mau costume de linguagem dos jornais nacionais: “Evite informações vagas e derrames cerebrais, meu caro. Não puxe demais pela cabeça para enfeitar uma notícia, porque a notícia é como certas mulheres que só se enfeitam para enfeitar” (DIARIO, 1945d). Nesse sentido, criticava-se o uso de circunlóquios e os floreios, tomados como típicos da imprensa brasileira: expressões como “horroroso espetáculo” para referir-se a um atropelamento ou “pequena multidão” deveriam, a todo custo, ser evitadas. De maneira similar, criticavam-se repetições consagradas nas páginas dos jornais nacionais: “todas as moças que aparecem no noticiário são ‘inditosas’ quando não são ‘graciosas’, todos os industriais são ‘prósperos’ – e já agora progressistas – todos os negociantes são ‘do alto comércio’” (DIARIO, 1945d).

O assunto da concisão na escrita foi retomado na edição do dia 10, em que se reificava os princípios da organização textual contidas no lide. No texto “Primeiro a concisão”, criticava-se o hábito do noticiarista brasileiro de escrever muitas palavras que poderiam ser substituídas por apenas uma: “É conhecida aquela história de Rui escusando-se por não ter tempo de ser mais breve. A prolixidade de muita notícia, informação ou reportagem decorre geralmente do mesmo defeito” (DIARIO, 1945e). Por isso, argumenta-se que o escritor de jornal deveria estar atento para cortar o máximo de “literatura”, tornando o texto mais conciso e informativo. Segundo “Joaquim Manoel”, “se você examinar os jornais encontrará todos os dias 90% do noticiário começando por várias linhas que nada têm a ver com essas perguntas [as do lide]” (DIARIO, 1945e).

Por fim, no último texto dedicado à seção *Cartas a um Foca*, apresentado em 11 de agosto, o tema proposto era “O que é notícia”. O autor começa o artigo expondo a dificuldade de estabelecer um conceito definitivo para a notícia, afirmando que se trataria de “tudo aquilo que o leitor sinta necessidade de ler”. Como um jornal se vê materialmente impossibilitado de tudo publicar, o jornalista deveria fazer, então, uma seleção a partir daquilo que julgue ser do interesse do leitor. Assim, inspirado pelo trabalho de George Bastian em *Editing the Day's New* (1943), “Joaquim Manoel” trata de elucidar quais os temas seriam verdadeiramente noticiosos. Os exemplos vão expondo uma “aritmética das notícias”, avaliando aqueles que teriam valor noticioso zero ou dez, num claro exercício de didatismo (“Um homem comum mais uma vida comum, igual a Zero. Um homem comum mais uma aventura extraordinária, igual a

Notícia”). No fim do artigo, “Joaquim Manoel” afirma que, com o tempo, o foca poderia aprender a pesquisar e transformar a história de uma família comum (a princípio um tema desinteressante, nota zero) numa reportagem sobre a falta de comida, educação e moradia. Entretanto, nesse ponto, sugeria ao “foca” com veemência: “não se meta, por enquanto. Senão em vez de jornalismo você estará enriquecendo apenas a fauna dos literatos fracassados” (DIÁRIO, 1945f).

Esse esforço inicial representado pela coluna buscava delimitar uma clara separação textual entre as práticas literárias e jornalísticas, com vistas a uma autonomização destas últimas. O exercício jornalístico deveria, então, ser identificado na adoção de uma escrita concisa, clara e impessoal, nas quais as marcas de autoria e de comentários subjetivos deveriam ser rechaçadas e excluídas. Isso delimitaria, nessa perspectiva, uma nítida divisão entre um estilo de jornalismo antigo, compreendido, sobretudo no uso do nariz-de-cera, e o jornalismo moderno, em que o lide e a noção de pirâmide invertida se destacam. Em famosa entrevista sobre o processo desencadeado no DC, Pompeu de Sousa afirmava anos mais tarde que:

Quando entrei no ‘Diário Carioca’ o jornalismo era feito à base do nariz-de-cera, que era a introdução à notícia. Ninguém publicava em jornal nenhuma notícia de que um garoto foi atropelado aqui em frente sem antes fazer considerações fisiológicas e especulações metafísicas sobre o automóvel, as autoridades de trânsito, a fragilidade humana, os erros da humanidade, o urbanismo do Rio. Fazia-se primeiro um artigo para depois, no fim, noticiar que um garoto tinha sido atropelado defronte a um hotel. Isso era uma reminiscência das origens do jornalismo, pois o jornal inicial foi um panfleto em torno a dois ou três acontecimentos que havia a comentar, mas não notícias, porque já havia informação de boca, ao vivo, a informação direta (SOUSA, 1988, pp.24-25).

O que se defendia, então, era que as práticas jornalísticas vigentes no país já não eram capazes de retratar a dinamicidade da vida cotidiana. Esse jornalismo “antigo”, como Pompeu de Sousa sugere, seria possível num ambiente em que havia poucos acontecimentos a serem comentados. No entanto, com o avanço e complexificação da sociedade industrial, a informação passada boca-a-boca já não seria suficiente, motivo pelo qual o jornalismo deveria se especializar na produção das notícias. Para agilizar a leitura, através do lide e da pirâmide invertida, os leitores já estariam informados acerca dos aspectos mais importantes de um acontecimento já no primeiro parágrafo, menos autoral, mais padronizado e industrial.

Em *Cartas a um foca* já é possível perceber, portanto, a proposta de substituição abrupta do jornalismo praticado no país pelas técnicas “modernas” do “modelo

‘americano’”. Essa proposição fica ainda mais evidente numa série de conferências realizada no Texas e em Paris e reunidas em *O Espírito do Jornalismo*, na qual Danton Jobim expõe claramente o mote da modernização: um severo discurso de ruptura com o passado considerado arcaico. No texto em que disserta sobre a relação entre jornalismo e história, por exemplo, Jobim (1992) postula que, ao buscar bibliografia para o tema do curso ele se enfadou com a leitura dos jornais de Evaristo da Veiga²⁴, tachado por ele como pertencente ao período em que o jornalismo brasileiro estava submetido à “ditadura da opinião”. Jobim avaliava a obra de Veiga da seguinte forma:

Confesso-vos que não tive paciência de ler as longas pregações desse livreiro que, com a sua pena de pato, do balcão de sua loja, exercia forte autoridade sobre os partidos políticos e o governo. Seu estilo nada tem que o recomende a um espírito de hoje, suas ideias não são muitas nem tão brilhantes que expliquem, por si só, o êxito político que seu jornal alcançou. (JOBIM, 1992, p.27)

Há, portanto, um forte gesto deslegitimador do passado frente ao que seria o espírito do jornalismo da época. Note que Veiga é descrito somente como “livreiro”, não como jornalista. Como consequência, suas narrativas são avaliadas como “pregações”, não como notícias. Nesse sentido, o que Jobim (1992) parece propor é um corte entre essa atividade “arcaica”, em que ele não se reconhece, para a assunção de um outro tipo prática noticiosa, essa sim, verdadeiramente jornalística. Na mesma direção, em outra palestra, ao tratar da relação entre jornalismo e literatura, Jobim afirma que o primeiro deveria destacar-se por sua facticidade e simplificação textual, além de uma padronização da escrita. Como reflete, o jornal “requer uma ordem, nem sempre lógica, no dispor os elementos da narrativa, que visa a introduzir o leitor na essência da matéria logo que se inicia a leitura. E, além disso, mais três qualidades: concisão, concisão, concisão.” (JOBIM, 1992, p.51).

Esse conjunto de elementos normativos exposto em *Cartas a um Foca* e sedimentado nas palestras de Danton Jobim pode ser ainda claramente percebido no *Manual de Redação do Diário Carioca*, lançado em 1950 e que tinha por objetivo aperfeiçoar o aprendizado de novos jornalistas. Nele, está formalizada a necessidade de padronização de aspectos gerais da escritura noticiosa (como escrever a máquina, em folhas determinadas e com um estilo uniforme), além de uma série de recomendações gramaticais e ortográficas que visava universalizar um mesmo *modus operandi* de

²⁴ Evaristo da Veiga foi jornalista, livreiro e político no século XIX. Publicou o jornal *A Aurora Fluminense*, com fortes tendências anti-lusitanas.

escrita para todo o jornal. No manual, afirmava-se que os jornalistas deveriam partir sempre de um acontecimento ou dado concreto e não de sua livre imaginação. Ademais, trazia-se o imperativo da utilização do lide e postulava que quaisquer comentários só poderiam ser feitos em espaço editorial. Na defesa do manual, Danton Jobim afirmava que ele era uma decorrência natural do desenvolvimento do jornalismo enquanto indústria. E, como consequência, cedo ou tarde, todas as nações acabariam por adotar esse conjunto de normas codificadas para tornar a prática mais eficiente e homogênea, assegurando “a eficiência do trabalho feito cada vez mais aceleradamente” (JOBIM, 1992, p.83). Era como se todo o mundo convergisse para um mesmo jornalismo, caracterizado por um único conceito de informação noticiosa.

Nesse sentido, uma das características mais decisivas do discurso modernizador e da idealização do “modelo ‘americano’” é a emergência de um novo conceito de notícia, vista agora como unidade básica de construção dos jornais. Essa nova conceptualização traz consigo elementos similares à “notícia do dia” que descrevemos no segundo capítulo. De maneira análoga, são defendidos um conjunto de técnicas específicas e um monopólio da informação aos agentes e mídias jornalísticas ligadas normativamente a uma ideia específica de *jornalismo*. Consequentemente, outros conceitos de narrativas são deslegitimados ou descredenciados como tal. Assim, o jornalismo produzido anteriormente e mesmo aqueles de outras estéticas são caracterizados como não-noticiosos, não-informativos e, consequentemente, não-jornalísticos. Desse modo, postula-se que o jornalismo “moderno” deveria estar submetido a uma rígida padronização textual, que pode ser percebida em técnicas objetivadoras como o lide e a pirâmide invertida. Para conseguir tal feito, o *Diário Carioca*, pioneiro nessa empreitada no Brasil, instituiu a figura do copidesque, como forma de aplicar as normas contidas no manual e forçar sua utilização, além de fomentar a formação e contratação de novos jornalistas, que não teriam os vícios dos antigos escritores de jornais, ainda ligados ao estilo literário. Esse profissional era uma figura central da redação, responsável por fiscalizar o cumprimento das normas estilísticas propostas pelo manual.

Entretanto, se no discurso de importação do “modelo ‘americano’”, o copidesque surge como uma figura legitimadora, como aponta Albuquerque (2010), a função assumida aqui no Brasil muito se difere daquela criada nos EUA. Isso porque, segundo o autor, a ideia de um copidesque surge originalmente nos Estados Unidos como aquela figura técnica responsável por adaptar o texto, fazendo uma adequação entre aquilo que

estava escrito e as demandas específicas da composição gráfica. Era um trabalho mecânico e não possuía, portanto, um papel preponderante de fiscalização e, muito menos, de inspeção de atividades editoriais. Portanto, o “que o *Diário Carioca* fez foi subverter o papel do *copydesk*, fazendo dele uma instância de controle do trabalho jornalístico, tanto no que concerne aos seus aspectos técnicos quanto seus aspectos morais” (ALBUQUERQUE, 2010, p.108). Essa inversão corresponde a uma das ressalvas e características mais importantes da importação do suposto modelo estadunidense num outro contexto bem distinto. Afinal, como aponta Albuquerque, o próprio formato de *copidesque* se desenvolve aqui

...em um ambiente jornalístico no qual já existia previamente uma tradição bem estabelecida de reportagem. Longe de favorecer o seu desenvolvimento, o *copydesk* atuou sistematicamente no sentido de restringir a autonomia dos repórteres, com base em uma disseminada suspeita acerca da sua integridade moral e competência profissional. (ALBUQUERQUE, 2008, p.108).

Como consequência, dita institucionalização teria acentuado o elemento técnico em detrimento ao próprio trabalho dos jornalistas, servindo como um dispositivo ideológico e disciplinador. No caso do *Diário Carioca*, a função de *copidesque* foi assumida por Pompeu de Sousa, que, com a ajuda de Luis Paulistano, contratou uma nova equipe de repórteres, submetida antes a uma prova de texto jornalístico que tinha no manual do *DC* seu claro conjunto de regras. Entre a famosa equipe que protagonizou as mudanças no jornal carioca estão nomes como Jânio de Freitas, José Ramos Tinhorão, Armando Nogueira, Carlos Castelo Branco, Carlos Lacerda, Paulo Francis, Zuenir Ventura, Ana Arruda e Nilson Lage. Esses “novos jornalistas” formados pelo *DC* teriam sido os responsáveis pela chamada modernização da imprensa nacional, ao inspirar ou levar esse novo estilo jornalístico a outros jornais do Rio de Janeiro.

4.1.1 Um novíssimo, moderníssimo jornal?

Os novos procedimentos técnicos e textuais foram publicitados com grande destaque em várias edições do *Diário Carioca* em 1950, que passava a prometer “o máximo de jornal no mínimo de espaço”. Para além da edição inaugural daquele ano – que já observamos no primeiro capítulo –, foi somente no mês de maio que o diário estreou sua reforma. Proclamando a chegada do “novo *Diário Carioca*” no que seria o próximo domingo, uma publicidade de página inteira foi veiculada na edição de 25 de maio, uma quinta-feira.

FIGURA 6: Apresentação do "novo Diário Carioca"


 RIO DE JANEIRO, Quinta-Feira, 25 de Maio de 1950
 
 DIÁRIO CARIOCA



5 em 1

**o novo
Diário Carioca**

UM JORNAL MODERNO, INFORMATIVO
 DINÂMICO E ATRAENTE COM QUATRO
 FORMIDÁVEIS SUPLEMENTOS! PELA
 PRIMEIRA VEZ NA IMPRENSA DO BRASIL.
 5 GRANDES JORNAIS NUM SÓ!






DOMINGO

O NOVO DIÁRIO CARIOCA é o jornal que você estava esperando há muito tempo... Um jornal aos moldes dos grandes jornais do mundo feito para agradar... para interessar ao homem de negócios, ao trabalhador, ao intelectual, ao político, à mulher... à criança... a todas as classes!
 O NOVO DIÁRIO CARIOCA estará em todas as bancas, domingo próximo, com seus quatro magníficos e empolgantes suplementos repletos de reportagens, páginas a cores, assuntos os dias variados sobre: literatura, arte, finanças, esportes, modas, cinema, ciência, curiosidade... Tudo lamente ilustrado e sempre em dia com o Brasil e com o mundo... para informar, divertir, educar.

o novo Diário Carioca

Fonte: Edição de 25/05/1950 do Diário Carioca

Nela, vários cangurus dão a ideia de que múltiplos jornais eram gestados no próprio *DC* e anunciava-se ainda que ele seria feito “nos moldes dos grandes jornais do mundo feito para agradar... para interessar ao homem de negócios, ao trabalhador, ao intelectual, ao político, à mulher... à criança... a todas as classes” (DIARIO, 1950b). Para isso, seriam criados quatro novos suplementos, definidos como “magníficos e empolgantes”. Além disso, reafirmava o caráter inaugural dessa empreitada: “pela primeira vez na imprensa do Brasil” teríamos “5 grandes jornais num só!”.

Pois na edição de 28 de maio de 1950, o *Diário Carioca* destacava em sua primeira página um texto dirigido aos seus leitores, no qual afirmava que, a partir daquele dia, iniciaria uma “nova fase”, marcada pela tentativa de adaptar “uma fórmula técnica que corresponda ao padrão dos mais modernos órgãos da imprensa mundial” (DIARIO, 1950b). Nesse sentido, o periódico apontava para a utilização de novos recursos técnicos, bem como uma remodelação da redação e dos serviços de noticiário, com vistas “a atender ao principal objetivo da imprensa, em nossos dias, que é informar, a tempo e a hora, o seu público” (DIARIO, 1950b). Para isso, traria novas seções tanto durante a semana (cada edição traria no mínimo duas seções e 16 páginas) quanto em suas edições dominicais (que viriam com um mínimo de seis seções e 68 páginas). Entretanto, nesse primeiro número da nova fase, o *Diário Carioca* destacava que ainda não havia sido possível atingir a perfeição que ambicionava, na medida em que algumas seções continham falhas na impressão. Ainda assim, reafirmava seu compromisso em levar a cabo as transformações, na certeza de que o leitor “avalia bem o nosso esforço e acompanhará com simpatia o progresso de uma folha que sempre o procurou servir bem, na medida de seus recursos” (DIARIO, 1950b).

O número posterior (terça-feira, dia 30 de maio, já que nessa época o jornal não circulava as segundas-feiras) trazia na capa um conjunto de fotografias que ilustrava a manchete “Toda gente leu o ‘Diário Carioca’”. Nelas, aparecem distintas gerações e classes sociais representadas pelo “ministro”, o “garoto”, o “comerciante”, o “soldado”, o “funcionário” e o “operário”. Todos, do gênero masculino, empunhavam a edição dominical do jornal:

FIGURA 7: Leitores do novo *Diário Carioca*

Fonte: Edição de 30/05/1950

A pequena matéria que seguia o conjunto destacava o entusiasmo das pessoas e o grande interesse em conhecer o novo *Diário Carioca*, cujos exemplares de “grande tiragem” teriam sido consumidos “rapidamente”. Em relação às falhas, o jornal novamente desculpava-se com o público, argumentando que:

os naturais desajustamentos decorrentes do funcionamento em primeira mão da complexa aparelhagem mecânica de nossas moderníssimas oficinas – determinando perturbações várias na distribuição da folha – não arrefeceram contudo o interesse popular, que disputou os exemplares disponíveis com avidez, onde quer que aparecessem. (DIÁRIO, 1950c).

Alguns desses desajustes citados pelo jornal se relacionavam ao grande número de seções e páginas, o que dificultou o seu encarte e teria gerado venda de partes avulsas da edição. O *Diário Carioca* se comprometia a sanar tais problemas e reforçava sua promessa de corresponder ao interesse do público com um jornal moderno cada dia melhor e mais completo. De fato, as modificações propostas pelo jornal parecem ter chamado a atenção do público e de outros periódicos. Tanto na edição do dia 30 de

maio quanto nas seguintes, vários jornais (como a *Tribuna de Imprensa*, *O Globo*, *Jornal do Commercio*, *O Jornal*, entre outros) e personalidades, sobretudo do âmbito político (como John Brogan, vice-presidente da *International News Service King Syndicate*; Herbet Moses, presidente da Associação Brasileira de Imprensa; Ciro de Freitas Vale, secretário geral do Itamaraty; entre outros), saudaram o “nova fase do Diário Carioca”.

No entanto, apesar do aumento de vendas verificado logo após a implementação de suas modificações técnicas e textuais (segundo Sodré (1966), o *DC* chegou a vender 70 mil exemplares no domingo, o que significava um grande número para a época), entre os jornais matutinos, o *Diário Carioca* é aquele que mais tem suas tiragens reduzidas ao longo da década de 1950, o que relativiza bastante o “sucesso da sua nova era”. Segundo dados levantados por Ribeiro (2007), o *DC*, que começa esse período com uma média de 45 mil exemplares vendidos em 1951, reduz para 35 mil no ano seguinte, e entre 1953 e 1955 mantém 40 mil exemplares, sofrendo um grande decréscimo a partir de 1958 (quando sua tiragem não passaria de 17 mil exemplares). A sede “moderna”, anunciada com pompa pelo jornal em 1950 (como destacamos no primeiro capítulo), foi vendida no ano seguinte a Samuel Wainer para a implantação do seu *Última Hora*. Além disso, cabe aclarar que, se comparadas aos números anteriores, as mudanças de ordem textual e de padrões gráficos não são tão evidentes nas edições da “nova fase”. O *Diário Carioca* continuou sendo um jornal com forte posicionamento político – por exemplo, em elogios abertos à administração de Dutra e bastantes críticas em relação à de Vargas – que convivia com as narrativas que buscavam a objetividade como era ali entendida: textos concisos, claros, estruturados pelo lide e pela pirâmide invertida, além da marcação do trabalho de apuração em reportagens investigativas (sobretudo de cunho policial).

A falta de uma estrutura comercial organizada e alianças políticas malfadadas são constantemente vistas como a principal causa do fracasso financeiro do *Diário Carioca* durante toda a década de 1950 (COSTA, 2011; RIBEIRO, 2007), e que culminaria na sua desapareição em 1965. Além disso, Ribeiro (2007, p.117) destaca que uma explicação possível para a decadência do *DC* é que no jornal haveria duas orientações contraditórias: uma equipe profissional, dirigida por Luís Paulistano e orientada por princípios modernos, e outra, composta por seus controladores acionários, fortemente movidos por interesses políticos.

Por isso, ao longo de sua fase moderna e, ao mesmo tempo, decadente, o *DC* conseguiu sedimentar bem as características da imprensa brasileira: marcada por um profundo ideal de modernidade arraigado numa frágil estrutura consolidada como um trampolim para receber vantagens políticas. Muitos jornalistas não possuíam salários fixos e, na maioria das vezes, eram pagos com vales e outros “benefícios”. Nesse sentido, havia muita rotatividade entre os jovens que compunham a redação do *DC*. Como consequência, os profissionais que ali se formavam, em seguida, migravam para outros diários e acabaram por consolidar uma nova mentalidade jornalística que se tornaria hegemônica em nosso país. Contribuiu para esse processo, o fato de na década de 1950 ser muito comum jornadas duplas ou triplas de trabalhos em diferentes locais. Por isso, boa parte da redação “formada” a partir dos princípios e demandas técnicas sedimentadas pelo *Diário Carioca* trabalhavam para outros jornais, conformando o alastramento dessa discursividade moderna. Uma condição “não moderna” (baixos salários, falta de planos de carreira, empresas insolventes), portanto, permitiu que os ideais da modernidade se espalhassem e se tornassem dominantes no jornalismo metropolitano brasileiro, pautando os modos de compressão de todos os outros jornais.

Um exemplo desse processo é que com a crise financeira de meados dos anos 1950, boa parte da redação do *DC* migrou para o *Jornal do Brasil (JB)*, que começaria suas reformas gráficas em 1956. Dando prosseguimento ao discurso de ruptura, a narrativa mítica da modernização do jornalismo brasileiro teve de ser completada pela ideia de que o *Diário Carioca* inventou o texto objetivo, mas que, em seguida, coube ao *Jornal do Brasil* uma segunda revolução no jornalismo nacional (BARBOSA, 2007). Dita reforma teria sido capaz de absorver as modificações técnicas gestadas pelo *Diário Carioca* numa estrutura comercial mais sólida e robusta, apropriada para fixar-se como modelo a ser seguido em todo o país. Desse modo,

Tendo em vista a reformulação do jornal, a direção do JB decidiu convidar Odilo Costa Filho para coordená-la. A primeira providência tomada por Odilo foi a organização de uma nova equipe, composta de jornalistas jovens, egressos do *Diário Carioca* e da *Tribuna da Imprensa*. (FERREIRA, 2008, p.152).

O mito da modernização da imprensa brasileira é, então, composto pela ideia de que o *Diário Carioca* “importa” o estilo objetivo dos jornais estadunidenses, mas teria sido no *Jornal do Brasil* (ao associá-lo à combatividade da *Tribuna da Imprensa*, jornal

de Carlos Lacerda) que esse seu estilo teria se fixado e se associado a uma nova estética gráfica e a uma nova economia de mercado. De fato, Alberto Dines (ABREU, LATTMAN-WELTMAN, ROCHA, 2003, p.87) afirma que o *Jornal do Brasil* teria sido o responsável por criar o modelo de jornalismo que vigeria no país até hoje. Segundo o seu relato, é possível perceber uma linhagem que caracterizava essa modernização, reivindicando a reforma do JB como a mais importante:

Gráfica e jornalística também, eu acho. O Jornal do Brasil não só tirou os fios, passou a usar o branco, a abrir fotos de qualidade, como passou a publicar textos elaborados – e aí ele sofreu influência do Diário Carioca ou pela Tribuna de Imprensa, que também era filha do Diário Carioca. Então, realmente, essa reforma do Jornal do Brasil foi uma das coisas mais importantes da imprensa brasileira. A parte visual é definitiva. Definitiva. (DINES em entrevista a ABREU, LATTMAN-WELTMAN, ROCHA, 2003, p.87).

Ou seja, o *Diário Carioca* surge como o fundador do jornalismo moderno no país, ao importar o “modelo ‘americano’”, tendo sido seguido por algumas outras empresas e, encontrado, no *JB* a força necessária para alastrar-se supostamente por todo o país. Vejamos, então, algumas das características dessa modernização considerada “definitiva”.

4.2 *Jornal do Brasil*: reforma em três atos

A modernização do *JB* durante a década de 1950 é possivelmente a mais exemplar e bem-sucedida entre as reformas realizadas nos jornais brasileiros nesse período. Isso porque ela foi capaz de reunir nomes que, naquele momento, ajudaram a construir um pensamento autônomo e hegemônico sobre o campo jornalístico no país, redefinindo o *jornalismo* e consolidando-o como um singular coletivo. Para isso, a modernização do *JB* não se limitou a mudanças no padrão jornalístico e gráfico. Envolveu, ademais, aspectos de sua organização enquanto empresa, “com adoção de modernos procedimentos de gestão. Foram alteradas as técnicas de marketing, as metas de propaganda, as estratégias de circulação, a veiculação dos classificados e dos anúncios de varejo e as promoções” (RIBEIRO, 2007, p.156). Esse conjunto de modificações estruturais em uma sólida base empresarial teria contribuído significativamente para o sucesso da modernização do jornal.

O marco inicial dessa série de mudanças atravessadas pelo *JB* teria acontecido em março de 1954. O diário, fundado em 1891 por Rodolfo Dantas, atravessou diversas

fases e teve vários donos (FERREIRA, 2008), mas vinha sendo administrado pelo Conde Pereira de Carneiro desde 1918. Nesse período, destacava-se mais como boletim de anúncios do que empreendimento noticioso (Ribeiro, 2007, p.155), na medida em que grande parte de suas páginas era composta por classificados. Com a morte do proprietário em 1953, a Condessa Pereira de Carneiro assumiu a direção do jornal no ano seguinte. Buscando modificar esse panorama e tornar o jornal uma indústria noticiosa sólida e sustentável, ela investiu na compra de um novo parque gráfico. A substituição do maquinário obsoleto permitiu a reformulação visual do jornal e sua expansão mercadológica. Como afirmou a própria empresária na edição especial do 72º aniversário do jornal,

Logo que assumi a direção do jornal, procurei dar os passos necessários a uma reforma que julgava imprescindível. Viajei para os EUA, e durante meses visitei os grandes jornais. Tínhamos de mudar, radicalmente, para poder sobreviver. Dois anos depois, em 1956, o Jornal estava maduro para a reforma. Sem quebrar aspectos tradicionais – os anúncios classificados, por exemplo – e sem fugir à linha editorial da casa, da serenidade e veracidade das notícias, mostramos que o Jornal poderia adaptar-se perfeitamente às exigências dos dias atuais. (JORNAL DO BRASIL, 1963).

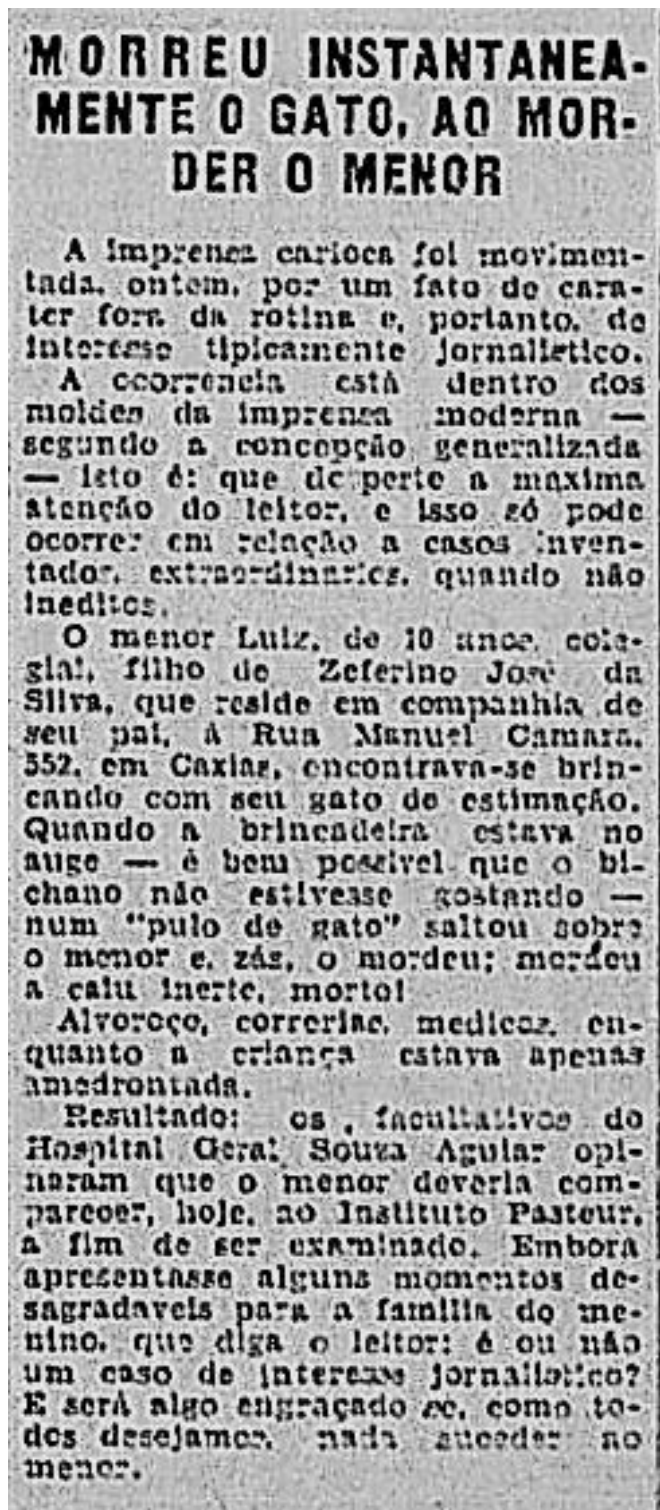
Algumas publicações do período analisaram positivamente o novo comando da empresa, tal como argumentava uma nota publicada no número 39 de *O Semanário* em 1956,

...a Condessa Pereira de Carneiro, sua atual proprietária [do JB] e uma das mais ilustres damas do país, não somente soube mantê-lo nesse alto plano moral, como está com inteligência e tino, renovando e modernizando os seus padrões técnicos, de modo a atender as exigências crescentes de sua circulação. Dotou-o de nova maquinaria, que dentro de alguns meses estará em pleno funcionamento, ampliou os quadros, está, finalmente, realizando uma obra de transformação que marcará época no jornalismo brasileiro. (SEMANÁRIO, 1956).

A publicação destacava ainda o *Suplemento Dominical* – idealizado por Reynaldo Jardim e lançando no mesmo ano em substituição ao caderno feminino –, bem como a equipe de redação, formada por nomes como Barbosa Lima Sobrinho, Nelson Carneiro e Breno Pinheiro. É possível perceber, então, que a preocupação em fazer um “jornalismo moderno” e de explicitar ao leitor as suas bases já podia ser observada, até mesmo, antes do início da reforma que seria iniciada por Odylo Costa Filho. Nesse sentido, nos convoca especial atenção uma pequena nota publicada na edição de 08 de junho de 1955. Intitulada “Morreu instantaneamente o gato, ao morder o menor”, a

matéria parecer ser um claro e despretensioso exemplar da idealização da transição do estilo jornalístico na década de 1950.

FIGURA 8: Acontecimento “moderno”, segundo o JB



Fonte: Edição de 08/06/1955 do Jornal do Brasil

Note que o caráter extraordinário do acontecimento é destacado logo nos primeiros parágrafos da nota. Por esse traço inesperado, o jornal afirma que a ocorrência estaria dentro da “concepção generalizada” do que seria a imprensa moderna naquele então. Isto é, aquela que conseguia despertar no leitor o máximo de atenção, seja pelo ineditismo ou, até mesmo, pela invenção dos casos que relatava: “A imprensa carioca foi movimentada ontem por um fato de caráter fora da rotina e, portanto, de interesse tipicamente jornalístico. / A ocorrência está dentro dos moldes da imprensa moderna” (JORNAL DO BRASIL, 1955). Nesse sentido, não deixa de ser curioso que, como exposto pela narrativa, caberia ao próprio acontecimento encaixar-se naquilo que o jornalismo moderno esperaria dele. Em seguida, explica-se de maneira bastante humorística o fato de um gato ter morrido após morder um garoto e, como marca da imprensa naquele então, o nome e endereço completo do pai do menino foram divulgados, com muito personalismo e sem qualquer sigilo. Ou seja, a construção das personagens – diferentemente da criação padronizada de “tipos”, como “a dona de casa”, o “trabalhador” – estava diretamente vinculada a uma referencialidade bastante específica, geograficamente localizada:

O menor Luiz, de 10 anos, colegial, filho de Zeferino José da Silva, que reside em companhia de seu pai, à Rua Manuel Câmara, 552, em Caxias, encontrava-se brincando com o seu gato de estimação. Quando a brincadeira estava no auge – é bem possível que o bichano não estivesse gostando – num “pulo do gato” saltou sobre o menos e zás, o mordeu: mordeu e caiu inerte, morto! (JORNAL DO BRASIL, 1955).

A nota é concluída, remetendo ao leitor a pergunta se aquele “é ou não um caso de interesse jornalístico?”. Há, nesse sentido, um didatismo interessante em explicar ao público uma nova avaliação daquilo que deveria ser considerado ou não como uma notícia. Para isso, utilizando-se do nariz-de-cera e de várias marcações irônicas (como em: “é bem possível que o bichano não estivesse gostando”), a narrativa consegue contraditoriamente estabelecer toda uma teorização do que seria o jornalismo moderno e suas características. Menos, portanto, do que noticiar a morte de um felino por uma mordida em um humano, o grande mote da matéria parece ser o porquê de aquilo dever ser notícia, ou seja, uma *metanotícia* sobre o seu próprio existir daquele acontecimento enquanto imprensa moderna.

Visto isso, de uma maneira geral, a modernização do *JB* é normalmente descrita como uma peça em três atos (RIBEIRO, 2007; BARBOSA, 2007), que coincidem com as alterações na chefia de redação naquele período: Odylo Costa Filho, Jânio de Freitas

e Alberto Dines. Na primeira delas, Odylo Costa Filho (que já havia trabalhado em outros jornais, sido chefe do serviço de imprensa durante o governo de Café Filho, e diretor do jornal *A noite* e da *Rádio Nacional*) foi convidado a coordenar a reformulação do jornal depois do sucesso do *Suplemento Dominical*. Para isso, organizou uma nova equipe de profissionais, composta por jornalistas jovens, com uma média de 23 anos, que, como já apontado, eram em sua maioria advindos do *Diário Carioca* e da *Tribuna da Imprensa*. Entre os nomes que compuseram a nova redação do JB estavam Jânio de Freitas, Carlos Castello Branco, Carlos Lemos, Wilson Figueiredo, Amílcar de Castro, Hermano Alves, Lúcio Neves, Luís Lobo, Ferreira Gullar e José Carlos de Oliveira (FERREIRA, 2008). Profissionais, portanto, forjados com a idealização do que se convencionou chamar de imprensa moderna e acostumados às suas demandas, aos seus estilos de escrita e, sobretudo, à sua ideologia.

Sobre esse processo de modernização, em artigo publicado em 10 de abril de 1956 na edição comemorativa do sexagésimo quinto aniversário do jornal, Odylo destacava algumas das fases atravessadas pelo JB no passado, afirmando que o perfil do periódico fora forjado ainda nas cartas entre Joaquim Nabuco e Rodolfo Dantas no fim do século XIX, e seu caráter delineado por Rui Barbosa. Nesse sentido, o chefe de redação defendia a tese de que agora o JB estaria vivenciando uma “ressurreição” desses valores, com a formação de uma nova equipe. Interessante perceber que, pelo menos aqui, as reformas atravessadas pelo jornal nesse momento não foram descritas como uma grande ruptura em relação à sua própria história, mas sim, de maneira efusiva, em relação ao seu passado imediato, considerado “morto”. Como defendia Odylo,

Dir-se-á que estou celebrando os 65 anos do Jornal do Brasil como se tratasse de um começo, ou pelo menos um recomeço. Insisto na palavra ressurreição, mas aceito essa palavra de recomeço. Eu desejaria ver o Jornal do Brasil começar outra vez, nascer de novo, sim, ressurgir, ressuscitar, como o pensamento voltado para o perfil que Nabuco traçou, a inspiração de Rodolfo Dantas, o jornal “saído de um gabinete de estudo” para ser “uma instituição nacional permanente”. (JORNAL DO BRASIL, 1956).

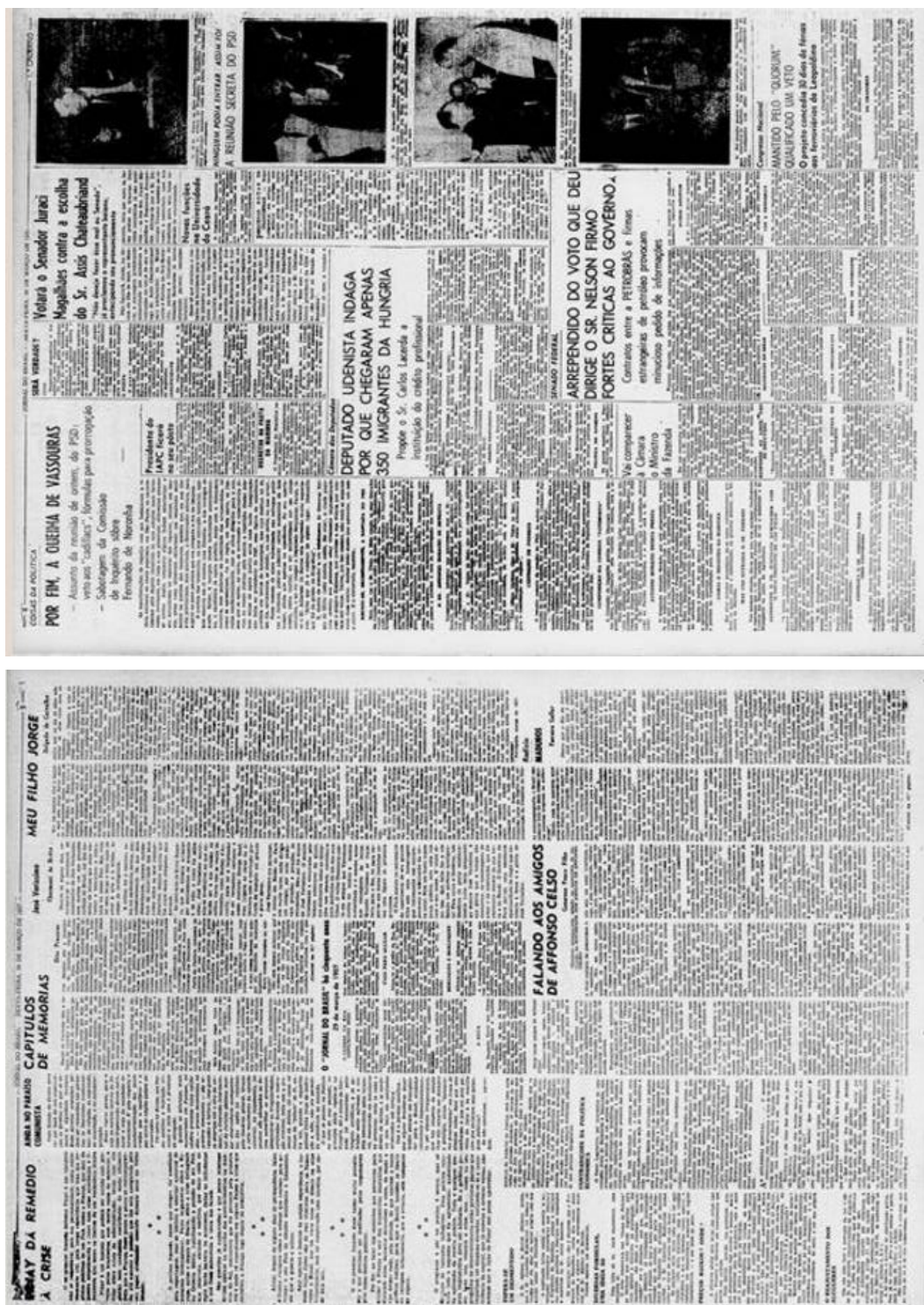
Já nessa primeira fase da reforma capitaneada por Odylo, a redação foi setorizada a partir de editorias, ampliando, ainda que sem um plano pré-estabelecido (FERREIRA, 2008, LEMOS, 1979), o número de páginas e de notícias publicadas por edição. Segundo Ribeiro (2007, p.59), introduziu-se ainda a lauda marcada para a contagem do texto, que buscava facilitar o trabalho da diagramação, bem como

racionalizar o processo de produção, edição e publicação das informações. Antes disso, era comum uma matéria estourar e a última página do diário era composta por várias sobras de texto advindo dos mais variados espaços do jornal. As mudanças nesse período, aponta Ribeiro (2007), foram lentas e graduais, mas decisivas para gerar os embriões das reformas mais profundas que se seguiriam.

O *Suplemento Dominical* continuou sendo a grande novidade que deu fôlego às inovações subsequentes. Sucesso de público, eram várias as cartas enviadas à redação elogiando a seção, e criticando as poucas cópias entregues em determinados locais do país. Esse problema seria resolvido, prometia o jornal, com a nova rotativa que permitiria aumentar significativamente sua tiragem. Na edição de 11 e 12 de maio de 1958, o *JB* chegou a se despedir do seu antigo maquinário (que imprimia 15.000 páginas por hora), anunciando que a próxima edição já seria impressa numa moderna Hoe, comprada nos EUA, capaz de rodar 50.000 exemplares por hora. Porém, no dia 13, o jornal teve de pedir desculpas aos leitores pelas “dificuldades insuperáveis de ordem técnica” que impediram o cumprimento da promessa. Operada por 26 técnicos, a Hoe começou a trabalhar no dia seguinte, sendo abençoada pelo Monsenhor Henrique Magalhães uma semana depois.

Do ponto de vista gráfico, o artista plástico Amílcar de Castro foi contratado com a finalidade de promover uma renovação estilística. Contrário ao uso de fios e vinhetas, ele defendia um layout limpo, e possuía, como muitos companheiros de redação, uma forte ligação com o movimento concretista. Segundo Ribeiro (2007), a primeira experiência da paginação sem fios foi realizada na página cinco do primeiro caderno de 29 de março de 1957. Como podemos perceber na figura abaixo, a leveza dessa página contrastava fortemente com restante do jornal que, em comparação, parecia carregado, com os módulos informativos (ABRIL, 2007) amontoados, visando o aproveitamento máximo de todos os espaços em branco:

FIGURA 9: Primeira experiência de paginação sem fios na nova fase do JB



Fonte: Edição de 29 de março de 1957 do Jornal do Brasil

A experiência se repetiria diariamente sempre na página cinco de cada edição, sendo, aos poucos, levada a outros cadernos do jornal (primeiro no *Suplemento*

Dominical, depois na seção de esportes e assim por diante). Apesar de ser vista como um novo marco para o design dos jornais brasileiros, é necessário aclarar que, ainda que possa ter-se convertido num modelo delimitado a partir de Amílcar de Castro, o mesmo *Jornal do Brasil* já havia editado algumas de suas páginas sem a utilização do fio décadas antes. É possível perceber, por exemplo, que o Suplemento publicado pelo jornal durante o início da década de 1930 aos domingos (ver, por exemplo, a edição 30 de julho de 1933 na imagem abaixo) contava com um estilo gráfico parecido à reforma da década de 1950, na medida em que se abstinha dos fios para marcar a separação entre as colunas. Além disso, até mesmo algumas páginas noticiosas avulsas ao longo do ano de 1933 já contavam com esse formato de diagramação. Assim, é necessário relativizar o caráter inovador da reforma gráfica durante os anos de 1950 como algo completamente inédito. O ineditismo só se deu na medida em que essa composição gráfica foi acompanhada de uma reflexão sistemática capaz de estabelecê-la como um padrão identificável.

FIGURA 10: Exemplo de paginação sem fios na década de 1930



Fonte: Edição de 30/07/1930 do Jornal do Brasil

Do ponto de vista das relações políticas, é também preciso esclarecer que, apesar de uma estrutura comercial mais sólida do que a de seus concorrentes, o *JB*, como quase todos os jornais daquela época continuaram altamente dependentes de favores e de pressões políticas. A demissão de Odylo, como ressalta Ribeiro (2007), da direção em 1958 parece um claro exemplo disso. Ademais de jornalista, Odylo era um fervoroso militante da UDN, partido de oposição a Juscelino Kubitschek, e ocupou vários cargos políticos ao longo de sua carreira. E na medida em que o noticiário político começou a ganhar destaque no *JB*, sua linha crítica em relação a JK ficava evidente. O jornal condenava o projeto econômico do governo, defendendo a intervenção do FMI e a implantação de políticas de austeridade.

Além disso, acusava-o de corrupção, de descontroles e desmandos na construção de Brasília (FERREIRA, 2008, p.153). No ápice desse processo, em dezembro de 1958, Odylo teria sido afastado da direção da redação por haver publicado uma foto de JK com as mãos estendidas ao secretário de Estado dos EUA, Foster Dulles, como se estivesse implorando dinheiro ao político estadunidense. A foto repercutiu em vários jornais (sendo republicada até mesmo pelo *New York Times*) e de forma especialmente negativa no governo. Segundo Ribeiro (2007, p.162), comenta-se que por conta desse episódio, uma concessão de um canal televisivo ao *JB* teria sido cancelada, o que demonstra os fortes vínculos e pressões políticas entre imprensa e governo, e afasta uma ideia de independência e de imparcialidade.

Após esse episódio, Jânio de Freitas passou a ocupar a chefia de redação, impondo à reforma do *JB* um ritmo mais acelerado. Do ponto de vista empresarial, Jânio estabeleceu um plano de cargos e salários aos jornalistas. Isso é visto por muitos como a primeira vez em que o profissional do jornal poderia viver com seu próprio salário, sem a necessidade de ocupar funções políticas (RIBEIRO, 2007). Em relação às transformações gráficas, nessa fase surgiu a famosa capa “em L” (publicada pela primeira vez em 02 de junho de 1959) que sintetiza, sob muitos aspectos, o espírito verbovisual das reformas de Amílcar de Castro.

FIGURA 11: A estreia da capa “em L” no JB



Fonte: Edição de 02/06/1959 do Jornal do Brasil

Além disso, começou-se a investir fortemente na publicação de fotografias na primeira página. Isso contribuiu para o surgimento de uma nova função para a capa, que passou a funcionar como uma espécie de vitrine, uma sinopse para os seus conteúdos mais importantes. Ademais, a seccionalização do jornal se deu de forma mais efetiva, com a atribuição de temas e funções específicas aos cadernos. Foi nesse contexto, por exemplo, que se no dia 15 de setembro de 1960, foi publicado, pela primeira vez, o *Caderno B*, que reunia todas as matérias relacionadas a temas culturais. Considerado o grande precursor do jornalismo cultural no país (BARRETO, 2006, 2009; PIZA, 2003; VIEIRA, 2014, 2016), o caderno contava com a colaboração de nomes como Clarice Lispector, Ferreira Goulart, Carlos Drummond e Yan Michalski.

Um ponto interessante dessa fase é que, até mesmo em textos específicos sobre as artes plásticas e literárias, já era possível perceber a consolidação de um ideal normativo próprio do jornalismo, que tratava de afastá-lo da literatura. Exemplo disso é o texto “O desemprego do Poeta”, publicado em 04 de novembro de 1961 no *Suplemento Dominical* e assinado por Affonso Romano de Sant’Anna. Nele, o autor destaca o que denominava ser a crise da poesia contemporânea, na medida em que naquele momento, o poeta parecia ter perdido sua função na sociedade industrial. Esboçando uma narrativa sobre o papel dos poetas em diversos momentos da história, o autor destacava que durante o romantismo e a partir da revolução industrial houve uma mudança na legitimidade da função da literatura: “assim, a poesia que no século anterior sobreexistia graças ao prestígio do poeta, foi substituída, uma vez que o próprio poeta também o foi, na descida da pirâmide, pelo artista do rádio, cinema, futebol e pelo jornalismo moderno (...) E o poeta passou a ser nome pejorativo...” (SANT’ANNA, 1961). Ou seja, passa-se a valorizar outras atividades na sociedade “moderna”, nas quais o literato, o poeta, teria perdido sua função em favor dos jornalistas, por exemplo. Apesar de no texto de Sant’Anna haver um tom melancólico nesse diagnóstico, essa idealização, como vimos, marca positivamente o discurso de modernização do jornalismo em nosso país, em substituição ao que seriam as práticas literárias dos jornais “pré-modernos”.

4.3 A consolidação do discurso moderno

O comando da redação do *Jornal do Brasil* esteve a cargo de Jânio de Freitas até 1962, quando Alberto Dines assumiu essa função. Segundo Ribeiro (2007, p.163) e Ferreira (2008, p.164), nesse período a reformulação do jornal teria sido consolidada. Isso porque Dines sistematizou as modificações implementadas nos períodos anteriores, além de ter sido capaz de produzir uma “consciência” do que mais tarde seria reconhecida pelo campo jornalístico como a “reforma do *Jornal do Brasil*”. Ele esteve à frente do diário até 1973 e nesse período produziu inúmeras inovações que contribuíram para elencar o *JB* definitivamente como um formador de opinião acerca de diversos assuntos, inclusive daquilo que aqui mais nos interessa: uma conceptualização acerca do próprio jornalismo. Foi lançada, por exemplo, a série “Cadernos de Jornalismo”, incumbida de discutir os vários temas relacionados às práticas jornalísticas e que serviu

como um estimulador do debate em nosso campo. Além disso, em 1964, Dines criou um departamento exclusivo para pesquisa, visando uma melhor apuração e contextualização dos fatos abordados pelo jornal.

Nessa fase, um modo peculiar de pensar o jornalismo foi consolidado, por exemplo, a partir da delimitação da função do repórter e sua valorização como o profissional mais importante na redação. Àquela época, o *JB* possuía uma seção de serviços chamada “Pergunte ao João”, em que leitores enviavam cartas ao jornal com perguntas específicas sobre os mais variados temas. Pois na edição de 14 de outubro de 1962, Valdemiro L. Cavalcanti pedia para que fosse feito “um resumo geral sobre a função do repórter na imprensa de todos os tempos”. A resposta à demanda foi dada pelo chefe de reportagem Carlos Lemos, que destacava que o repórter não teria uma função determinada na imprensa, na medida em que ele seria a própria imprensa. Nesse sentido, afirmava que “em nosso conceito de jornalismo, a função dos jornais é informar ao público, para que este possa por si mesmo, formar opinião sobre diversos fatos e assuntos que acontecem” (LEMOS, 1962).

Desse modo, a figura responsável para que esses diversos fatos fossem divulgados seria o próprio repórter: “há necessidade que um homem procure este fato, pergunte, colha dados, observe e sobre ele converse. Este homem é o repórter” (LEMOS, 1962). Na resposta, Lemos destacava ainda a bravura desse profissional, que seria capaz de enfrentar inúmeros obstáculos e arriscaria, até mesmo, sua integridade física para desvendar todos os detalhes dos acontecimentos. Entretanto, o chefe de redação ressaltava ao leitor que o repórter não deveria ser entendido nem como um herói que desvendaria mistérios ou salvaria mocinhas (como, segundo ele, seria idealizado do cinema) e nem como um boêmio irresponsável que mente e inventa escândalos. Ao contrário, de acordo com o jornalista, o repórter deveria ser encarado como um cidadão a serviço da história:

O repórter é um homem que tem responsabilidade para com a própria História, pois é em suas informações que o historiador irá basear-se para contar amanhã o mundo de hoje. De suas informações –que devem ser sempre a verdade vista sobre todos os ângulos e não apenas um- é que se criarão ídolos ou inimigos públicos, heróis ou vilões. (LEMOS, 1962).

Nesse sentido, se comparado ao diagnóstico feito nos jornais da década de 1920 que abordamos no capítulo anterior, podemos observar uma mudança significativa da avaliação do papel e do perfil do jornalista brasileiro. Antes, eles eram tachados como despreparados e intelectualmente inferiores. Agora, como *repórteres*, seriam a parte

mais importante da indústria jornalística moderna, capazes de revelar a verdade sobre todos os ângulos, sem viés e de produzir um primeiro conhecimento para a História (tal como algumas décadas mais tarde postularia também o *Grupo Globo* em seus princípios editoriais).

Os leitores daquela época pareciam mesmo bastante interessados sobre os assuntos do jornalismo e as funções desempenhadas na redação. Afinal, na edição de 02 de setembro de 1962 duas pessoas perguntaram “ao João” qual era a função e quem eram os copidesques do *JB*. A resposta dada a esse questionamento gerou inúmeras repercussões em diferentes seções, o que nos ajuda a entender a disputa e a configuração da narrativa mítica sobre a modernização da imprensa em nosso país que persiste até hoje. A resposta ressaltou o uso equivocado da expressão copidesque que, no Brasil, passou a designar o que nos Estados Unidos era conhecido como *rewriters*. Em seguida, afirma-se que essa função foi introduzida no Rio de Janeiro em meados de 1955 por intermédio de Luis Paulistano. O papel desse profissional seria, então, criar, orientar e policiar o estilo do jornal. Para o *JB*, o copidesque é o agente jornalístico que acompanha a vida moderna, numa época em que “precisamos saber as coisas com a brevidade de um recado, ao contrário de antigamente, quando havia tempo e tranquilidade para os longos serões ao pé de fogo” (JORNAL DO BRASIL, 1962). Graças a essa função, afirmava o diário, o panorama de toda a imprensa teria se modificado do ponto de vista econômico e gráfico.

Isso porque o copidesque teria sido o responsável por eliminar “o nariz-de-cera que tornava mais que fastidiosa a leitura das notícias, enquanto grandes espaços eram desperdiçados com a fantasia, os retrospectos, as comparações e os comentários dos redatores” (JORNAL DO BRASIL, 1962). É possível perceber, portanto, que a narrativa da modernização – baseada na substituição do nariz-de-cera pelo lide como síntese da passagem do jornalismo literário ao moderno – que começou a ser desenhada pelo *Diário Carioca* já estava bem enraizada no discurso autorreferente de outros jornais, que se reconheciam como seguidores dessa tradição “moderna”. A resposta é finalizada com a enumeração dos copidesques que atuavam no *JB* naquele momento (nove ao todo), chefiados por Nilson Lage.

Pouco convencido, porém, pela resposta do jornal, o jornalista e escritor Otto Lara Resende decidiu contestar a informação de que foi em meados de 1955 que a função de copidesque teria sido introduzida no país. Segundo ele, muito antes de “1954 ou 1955, um vespertino carioca [cujo nome não é citado] já o havia adotado” (LARA

RESENDE, 1962). Entretanto, a redação do jornal, por intermédio de um dos seus copidesques, J. Bandeira da Costa, tratou de refutar a tese do escritor na edição de 16 de setembro de 1962. Na réplica, Costa defendia que “se formos ajustar a denominação nova a uma função antiga, teremos de convir que sempre houve nos jornais não só do Rio, mas de todo o país” (COSTA, 1962). Em seguida, argumentava que, antes, cabia unicamente ao secretário de redação assumir a função de reestruturar os períodos, cortar adjetivos e reduzir o volume de material. E que, desde a década de 1930, em jornais do Recife, já seria possível perceber esse tipo de prática por parte de determinados jornalistas responsáveis pelas redações.

Entretanto, numa defesa do “jornalismo moderno” e criticando os jornais que ainda não possuíam a função delimitada do copidesque, Costa argumentava que mesmo depois dos anos 1950 no Rio, um então famoso vespertino [de nome novamente não citado], ainda possuía “um velho e brilhante poeta com a função de por os famosos narizes-de-cera nas informações pitorescas que mereciam maior destaque, mas que não dispunham de muitos elementos para crescer honestamente como notícia” (COSTA, 1962). Na resposta a Otto Lara Rezende, portanto, há uma clara desvalorização do jornalismo pré-modernização e ainda sobrevivente em algumas redações como uma arte pitoresca, poética e, conseqüentemente, pouco noticiosa. Nesse sentido, era defendida e ideia de que o copidesque com atribuições específicas, obedecendo todos a um estilo comum de redigir como existia no *JB* e em outros jornais, só teria sido introduzido, ao contrário do que postulava Lara Resende, por volta de 1955...

A constatação era acompanhada de uma queixa em relação ao atraso na aplicação da padronização desse estilo comum, atribuído ao vício do jornalismo de outrora. Costa argumentava que já estava disponível no Brasil uma tradução em espanhol do *Manual del Periodista* escrito por Philip W. Porter e Norval Neil Luxon desde 1943. Dito livro, afirma o copidesque, era destinado a principiantes da profissão e explicaria tudo o que está relacionado ao funcionamento do jornal. Por isso, destacando o caráter inovador dos jornalistas de hoje e o arcaísmo dos de outrora, o texto era encerrado ponderando que “ninguém acreditava nele [no manual], principalmente os velhos periodistas aferrados ao errado princípio de que **jornalista nasce feito...**” (COSTA, 1962, destaque do autor).

Em 18 de setembro do mesmo ano, a pergunta ao João acerca do papel dos copidesques ainda repercutia no *JB*. Em sua coluna no *Caderno B*, José Carlos de Oliveira tratava de explicar ao público as funções desse profissional, que deveria ser

exímio conhecedor de gramática e ortografia, ler pelo menos cinco jornais por dia (ao contrário do repórter que, segundo a coluna, poderia passar cinco dias sem ler o próprio jornal em que trabalhava). Ninguém poderia ser um bom copidesque, argumentava, “se não for ao mesmo tempo (e ainda que potencialmente), bom repórter, bom redator, bom comentarista” (OLIVEIRA, 1962).

Nesse sentido, o copidesque ocuparia função primordial no desenvolvimento do jornalismo, pois o esclarecimento dos leitores dependeria dele, sendo o responsável pela última instância da informação. No Brasil, Oliveira afirma que o serviço de copidesque “tal como conhecemos hoje, foi introduzido entre nós no *Diário Carioca*, pelos Srs. Danton Jobim e (muito provavelmente) Pompeu de Sousa, tendo alcançado no JB o seu momento de esplendor – ou a sua maturidade total” (OLIVEIRA, 1962). Os repórteres, entretanto, não ficaram muito felizes com a sobrevalorização do papel do copidesque em detrimento à sua função e, segundo relato de sua coluna publicada em 20 de setembro de 1962, José Carlos de Oliveira fora recebido na redação “com a maior vaia de sua vida” (OLIVEIRA, 1962). Vários repórteres contestaram o texto do autor, tachando-o de um “louvor e glória ao copidesque”.

Carlos Lemos, Sérgio Cabral, Juvenal Portela e Derli Barreto rebateram a tese de que o copidesque era o agente mais importante da redação, afirmando que ele seria, no máximo, um leitor privilegiado. Eles ainda criticavam a ideia defendida por Oliveira de que o repórter poderia dar-se ao luxo de não ler o próprio jornal e diziam que sem o trabalho da reportagem, todas as outras funções do jornal desapareceriam. Ao defender-se das acusações, o autor da coluna afirmava que ele somente pretendia esclarecer o papel do copidesque e não ser injusto com os repórteres. Em seguida, ele pede desculpas por haver-se esquecido de mencionar Luis Paulistano, que, segundo ele, introduziu o primeiro serviço de copidesque com as características que conservaria até hoje. Por isso, Paulistano deveria ser considerado “pai espiritual de todos nós, na fase inesquecível do *Diário Carioca*” (OLIVEIRA, 1962).

Assim sendo, na série autorreferente que viemos abordando ao longo deste capítulo – sobretudo no *Diário Carioca* e *Jornal do Brasil* – fica evidente o enraizamento de um discurso da modernização do jornalismo brasileiro que se projeta para além destes jornais específicos. Nessa visada, novas funções atribuídas ao repórter e caracterizadas em termos como objetividade, concisão e “modelo americano” eram não somente repetidos a exaustão como amparados por manuais de redação e por um rígido controle dos copidesques, ditando as características do projeto modernizador.

4.4 A mitificação do jornalismo e o apagamento dos jornais

A chamada modernização do jornalismo nos anos 1950 parece ter sido capaz de unificar e homogeneizar uma memória histórica criando, para isso, um relato hegemônico e quase uníssono sobre o passado. Nesse sentido, a idealização de um momento revolucionário se fixa no imaginário de jornalistas brasileiros a partir de premissas específicas dessa narrativa de ruptura, que pode ser verificada, inclusive, nos discursos contrários aos seus argumentos. Talvez o caso mais famoso e relevante desse processo seja a crítica formulada por Nelson Rodrigues, que chegou a nomear Pompeu de Sousa como o “pai dos idiotas da objetividade”:

O Pompeu trouxe para cá o que se fazia nos Estados Unidos – o copydesk. Começava a nova imprensa. Primeiro, foi só o *Diário Carioca*; pouco depois os outros, por imitação, o acompanharam. Rapidamente, os nossos jornais foram atacados de uma doença grave: a objetividade. Daí para o idiota da objetividade seria um passo. (RODRIGUES, 1977, p.65).

A condenação profunda formulada por Nelson Rodrigues ao chamado “idiota da objetividade”, encarnado na figura do copidesque, nos parece interessante, por pelo menos, três aspectos. O primeiro deles demonstra claramente o fato de que a objetividade e seus padrões de escrita não foram aceitos e nem aplicados de maneira uniforme. As próprias narrativas do escritor e jornalista dão conta de uma maior pluralidade para além da padronização da escrita. Entretanto, o segundo aspecto demonstra que, apesar disso, havia uma aceitação das premissas do discurso de modernização. Isto é, a sedimentação da ideia de que teria surgido mesmo um jornalismo novo e que se inaugurou uma fase da imprensa radicalmente diferente da anterior, a partir da adoção do padrão do *Diário Carioca* (marco zero desse processo) pelas outras folhas brasileiras. Nesse mesmo sentido, o terceiro ponto a ser destacado no argumento de Nelson Rodrigues também ressalta o pressuposto de que houve uma importação da prática do jornalismo realizado nos Estados Unidos, substituindo o modelo vigente no país até então.

Dita crença, esparramada no discurso da importação do “modelo ‘americano’” conecta essas idealizações de jornalismo do ponto de vista normativo e deontológico, o que é um fator decisivo para a constituição dessa história linear vislumbrada tanto lá quanto aqui. Afinal, nos Estados Unidos, como vimos, a ideia de objetividade acabou por balizar a crença de que aquele *ismo* representava o tipo de jornal mais evoluído, na linha de frente da modernidade. Nesse sentido, a adoção desse ideal no Brasil, do ponto

de vista argumentativo, advém de uma espécie de aceitação e da tentativa de uma ultrapassagem dessa “história natural”. Assim, diferentemente dos Estados Unidos, no qual o advento desse *ismo* acabou por *definir* o jornalismo lá produzido, no caso brasileiro, o singular coletivo *redefiniu* um *ismo* já existente e, de muitas maneiras, fixado como algo a ser superado pela guinada modernizadora. Ancorada no paradigma do atraso, a proposta de reformar os jornais, afiná-los aos padrões norte-americanos, ainda que apenas retoricamente, significava inseri-los formalmente na ‘modernidade’ (Ribeiro, 2002, p.13). Ou seja, advoga-se por uma *origem teleológica* (jornalismo moderno estadunidense) para justificar uma *revolução* (a modernização do jornalismo brasileiro).

Entretanto, como viemos argumentando, essas proposições homogeneizadoras carecem de rigor histórico e fundamentos empíricos. Isso porque esse movimento acabou por consolidar um ideal de substituição abrupta do que seria dois modos jornalísticos (o arcaico e o moderno) completamente distintos, o que tende a estabilizar tanto o espaço de experiência quanto o horizonte de expectativas, gerando uma espécie de congelamento temporal. Assim, do mesmo modo como apontamos no capítulo 2 em relação ao jornalismo estadunidense, também no caso brasileiro, há uma preponderância de um discurso purificador que sistematiza determinados fatos a favor de uma narrativa heroica e didática. Novamente aqui, não se trata de demonstrar a invalidez ou a falsidade dos elementos que compõem a mitologia da modernização da década de 1950. Afinal, muitos dos fatos destacados nesse relato são verdadeiros e constituíram efetivamente marcos importantes para a imprensa e para a reflexão sobre o jornalismo em nosso país.

O que deve ser problematizado, então, é a organização desses fatos numa estrutura totalizante. Afinal, a mitologia descreve um movimento caracterizado a partir dos valores que ela mesmo institui, o que gera a exacerbação de determinados atores e fatos, e conseqüente simplificação e apagamento de outros aspectos históricos. Como aponta Barbosa (2007), a autoimagem produzida pela geração de 1950, difundida e repetida desde então, se constitui na memória do grupo forjada por ele próprio: um jornalismo moderno que teria entrado numa fase profundamente diversa de todos os momentos anteriores; o que nos parece um grande exagero:

O que se constrói é o discurso unívoco, identificando esse momento como singular para a profissão e transformando a década de 1950 numa espécie de lugar mítico do moderno jornalismo brasileiro (...). A reforma dos anos 1950 passa, portanto, à história do jornalismo brasileiro como o período em que jovens homens da imprensa, inovadores e visionários, transformam, como num passe de mágica, o jornalismo que se fazia. São os ‘verdadeiros jornalistas’, na construção discursiva que reafirmam, que instauram na redação os padrões indispensáveis ao profissionalismo (BARBOSA, 2007, p.157).

Tal qual descrito na citação acima, o privilégio das rupturas às continuidades não deixa entrever processos mais amplos e ambíguos de sedimentação e inovação. Como consequência, o discurso da modernização pode ser percebido em, pelo menos, três níveis principais entrelaçados que, a nosso ver, deveriam ser mais problematizados: 1) na idealização de uma ruptura com um passado assinalado como arcaico 2) na caracterização de um “jornalismo brasileiro”, e 3) na idealização da importação do “modelo ‘americano’” de jornalismo.

1) No primeiro ponto, a ideia absoluta de ruptura, tal como vimos na mitificação da *penny press* nos EUA, diminui a força do contexto histórico em favor de alguns pais fundadores, personagens fundamentais. Além disso, essa perspectiva tende a gerar um congelamento do passado, como se só houvesse transformações naqueles momentos-chave. Desse modo, ao postular a década de 1950 como a “modernização definitiva”, apagam-se outras modernizações, outras temporalidades concorrentes e estratos temporais que não se encaixam facilmente em seu esquema linear. Como bem ressalta Barbosa (2007), o próprio ideal de modernidade é algo bem anterior à década de 1950. Segundo a autora, ele funciona, na verdade, como uma das marcas mais recorrentes no discurso dos jornalistas brasileiros. Em seu estudo sobre uma história cultural da imprensa, Barbosa (2007) demonstra que a cada década é possível identificar um novo movimento pretensamente revolucionário e que teria mudado para sempre o campo jornalístico. Esse estudo demonstra que os jornais anteriores à década de 1950 também estavam em ebulição e em constante transição, o que nos afasta da ideia de um passado delimitado e substituível.

De maneira similar, também nos diários da década de 1950 é possível perceber uma pluralidade de textos, práticas e rotinas produtivas que questiona uma visada homogeneizante. Nesse sentido, é interessante o fato de muitos “jornais pioneiros” terem adotado as “técnicas modernas” como armas de luta política (RIBEIRO, 2007). Casos emblemáticos nesse processo são os da *Tribuna da Imprensa* (TI), fundada por Carlos Lacerda em 1949, e da *Última Hora* (UH), publicada por Samuel Wainer a partir

de 1951, que possuíram grande protagonismo político na década de 1950. Ditos jornais, em suas histórias particulares, podem ser considerados antagonistas, na medida em que defendiam visões políticas específicas e opostas, que tiveram o ápice durante o governo democrático de Getúlio Vargas. Desse modo, são agentes muito importantes para o entendimento do campo jornalístico daquele momento em nosso país:

Uma das marcas do jornalismo dos anos 50 foi a paixão política. O debate político conduzido pelos partidos de maior penetração nacional – de um lado o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de outro a União Democrática Nacional (UDN) – dominou o espaço de todos os jornais de grande circulação do período, o que o levou muitas vezes a ter papel ativo nas crises que sacudiram o país. (ABREU, 2002, p.12)

No caso da *Tribuna da Imprensa*, ela nasce da coluna homônima que Carlos Lacerda possuía no *Correio da Manhã* (jornal no qual, como já vimos neste capítulo, publicou a entrevista com José Américo de Almeida, criticando fortemente a ditadura Vargas). Por divergências com a direção do jornal, Lacerda decidiu fundar seu próprio vespertino, apresentado em 27 de dezembro de 1949 com uma frase de Rui Barbosa, transformado em slogan da edição inaugural: “Esta é a minha tribuna, na qual não tenho os cativos da outra” (TRIBUNA, 1949). Na primeira página, havia um artigo editorial tratando de expor as características da nova folha. Destacava-se a grande expectativa com que, por meses, era esperado o novo jornal, tornado possível pela ação de “3.400 concidadãos reunidos” (TRIBUNA, 1949). Esse era o número aproximado de acionistas que possibilitaram a existência do diário.

No mesmo texto, afirmava-se que todas as pessoas “sabem muito bem o que é, o que pretende, e também o que não é e o que não pretende, este jornal”, até mesmo aquelas que “por motivos bastante explicáveis, detestam a ideia de que estejamos saindo à rua” (TRIBUNA, 1949). Nesse ponto, já fica claro a existência de uma querela política, na qual a *Tribuna* se insere e concretiza suas ações jornalísticas. Em seguida, o editorial defendia que “a verdade é uma só e exigente”, e por isso, criticava aqueles que só se aproveitariam de somente alguns aspectos da verdade para justificar ações indevidas, pois não “há fariseu que não se rotule cristão, ao menos em vésperas de eleições ou em artigo de morte” (TRIBUNA, 1949), assegurava.

Durante toda sua existência lacerdista, a *Tribuna* pode ser caracterizada por seu forte posicionamento partidário (ligado à UDN) e por sua grande influência no cenário político, apesar da baixa tiragem. No período eleitoral que antecedeu a candidatura de Vargas, por exemplo, o diário empreendeu uma verdadeira campanha oposicionista,

afirmando exaustivamente – principalmente nos editoriais de Lacerda, mas não só – que “Getúlio não pode ser candidato” em diferentes e virulentos textos. De fato, durante todo o governo Vargas o caráter oposicionista da *Tribuna* ficou evidente e Lacerda, novamente, foi protagonista do fim de mais um governo getulista. Na madrugada dia 05 de agosto de 1954, o jornalista sofreu um atentado que ficou conhecido como “crime da rua Tonelero”, em frente à sua residência. No episódio, foi morto um oficial da Aeronáutica, o major Rubens Vaz, que o acompanhava. Na edição da *Tribuna* do mesmo dia, a manchete vinha com letras garrafaís: “A nação exige os nomes dos assassinos”. Além disso, Lacerda afirmava que: “perante a Deus, acuso um só homem como o responsável por esse crime. É o protetor dos ladrões, cuja impunidade lhes dá audácia para atos como o desta noite/ Este homem chama-se Getúlio Vargas.” (TRIBUNA, 1954). A virulência dos editoriais e as denúncias estampadas na *Tribuna da Imprensa* eram cada vez maiores:

Lacerda perseguia Vargas num tom cada vez mais exaltado. Na impossibilidade de conseguir o golpe de Estado, apostou na força da imprensa como fator de desestabilização do governo. Concentrou fogo numa série de denúncias de escândalos verdadeiras ou não que comprometiam a administração de Getúlio — tráfico de influência, empréstimos irregulares, antiamericanismo, corrupção. Bem desdobradas pelos jornais e pelo rádio, essas denúncias repercutiam durante semanas e aumentavam muito a pressão sobre o governo, além de corroer sua credibilidade e contribuir para seu isolamento político e social. (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p.407)

Nesse sentido, boa parte da imprensa carioca nesse período utilizou-se do atentado contra Lacerda como um fator decisivo para a corrosão das bases de apoio de Vargas. O clima ficou ainda mais insustentável quando se descobriu que o crime cometido contra Lacerda havia sido encomendado e que seu provável mandante era Gregório Fortunato, chefe da guarda presidencial. Sem apoio do exército, prestes a depô-lo e com a opinião pública exigindo sua renúncia, Getúlio acabou suicidando-se em 24 de agosto de 1954.

Houve grande comoção popular e várias pessoas começaram a atacar símbolos da oposição, entre eles a sede da *Tribuna da Imprensa*. Segundo Schwarcz e Starling (2015), Carlos Lacerda teve que se refugiar na embaixada estadunidense, sendo resgatado pelo telhado por um helicóptero da Força Aérea Brasileira. Essa revolta de parte da população não impediu que, nas eleições seguintes, Lacerda fosse eleito o deputado mais votado no Rio de Janeiro (RIBEIRO, 2007, p.149). Nesse período, seu jornal foi crítico feroz da possibilidade de candidatura de JK, afirmando que

“Kubitschek não pode ser candidato, porque é símbolo da corrupção e esperança dos corruptos./ Com ele, não haverá democracia verdadeira” (TRIBUNA, 1955). Para “salvar a democracia”, Lacerda e outros membros da UDN tramavam um golpe militar de forma aberta. Neste mesmo texto, publicado na edição de 23 de janeiro de 1955, era defendido que “(...) se é para ele [JK] vir, antes venha uma ditadura provisória, que acabe com esses aventureiros e com a sinistra aventura a que procuram arrastar o Brasil” (TRIBUNA, 1955).

Cinco anos mais tarde, Lacerda se tornaria governador do Estado da Guanabara e boa parte da equipe do seu jornal assumiu cargos políticos, o que demonstra a permanência de estreitas relações entre jornais e poder público durante a década de 1950 e 1960. Nesse contexto, quando da renúncia de Jânio Quadros, a *Tribuna* foi um dos primeiros jornais a defender uma intervenção militar que evitasse a posse de João Goulart. Lacerda, utilizando seus poderes de governador, censurou vários órgãos de imprensa contrários ao golpe, impedindo-os de circular (RIBEIRO, 2007, p.151). Cabe aclarar que, como aponta Ribeiro (2007), a *Tribuna da Imprensa* é frequentemente esquecida pela bibliografia acerca da história do jornalismo brasileiro como um agente importante no processo de modernização. Isso na medida em que se aproximaria, dada a figura de seu fundador, ao jornalismo panfletário e, conseqüentemente, ligado o estilo “pré-moderno”. É, portanto, um esquecimento conveniente para a narrativa de ruptura.

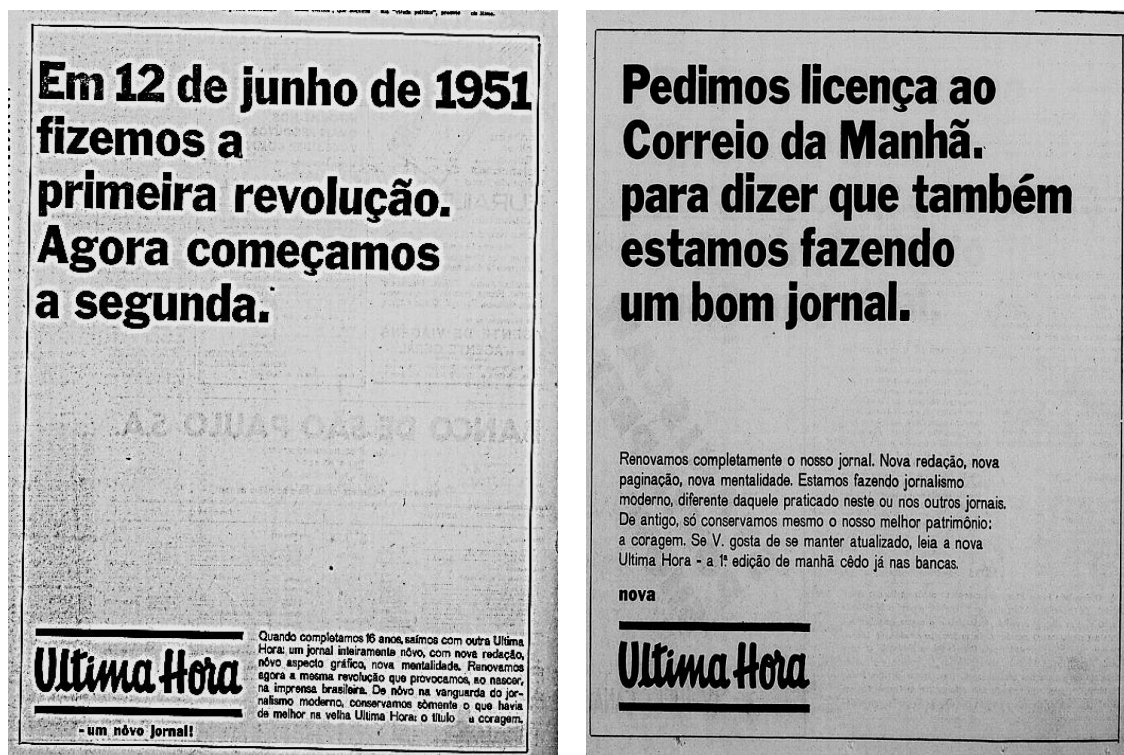
Entretanto, longe disso, o viés político da *TI* corresponde às próprias contradições e heterogeneidades do jornalismo brasileiro. Do ponto de vista da modernização, essa pequena, mas influente folha também produziu um manual de redação (lançado logo após o do *Diário Carioca*) na tentativa de padronizar a escrita, e estabeleceu ainda minicursos para a formação de novos jornalistas que serviriam a outros diários cariocas, como já vimos no caso da modernização do *JB*. O partidário refletido em seus textos dá conta da fragilidade da ideia de modelo, bem como complexifica a apropriação da objetividade no Brasil. Por isso, longe de representarem uma ruptura, os anos 1950 são uma consolidação de transformações pelas quais a imprensa vem lentamente passando durante todo o século XX. Como ressalta Ribeiro (2007), é um processo cumulativo que incorpora experiências de décadas. Se há ruptura, há também permanências e continuidades.

Outro diário de grande peso político no período e que passou por transformações diversas àquelas descritas pela narrativa da modernização foi a *Última Hora*. O jornal, visto como o mais popular de seu tempo, possui grandes ambiguidades, que tornam a

sua história muito intrigante. Afinal, como ressalta Barbosa (2007, p.168), falar sobre o diário de Samuel Wainer é se referir a vários discursos míticos: jornal que foi dirigido por um “verdadeiro jornalista”, que passou a valorizar o profissional; o jornal que renovou a imprensa brasileira; e o que materializou a comunicação e as relações de poder como nenhum outro. Em *Minha razão de viver*, livro que coleta suas memórias, Samuel Wainer (1988) descreve os momentos cruciais para a criação da *Última Hora* e seus vínculos estreitos com Getúlio Vargas. Quando estava recluso em São Borja, após o fim do Estado Novo, Vargas foi entrevistado por Wainer (que trabalhava nos *Diários Associados*) para saber se ele disputaria ou não as eleições e proferiu a seguinte frase “Eu voltarei”. Deste contato inicial teriam surgido vários outros, e Wainer acabou se tornando uma espécie de repórter exclusivo dos temas getulistas, na medida em que os outros diários não tinham e não queriam ter contato direto com o ex-ditador.

Já eleito presidente, Getúlio continuava sofrendo com o que ele chamava de “conspiração do silêncio” por parte da imprensa em relação ao seu nome. Por isso, propôs a Wainer a criação de um novo jornal: nascia então a *Última Hora*. Todo o financiamento dessa empreitada só fora possível por favores políticos e empréstimos conseguidos em bancos públicos. Nas memórias do jornalista, fica evidente as influências e pressões diretas de Getúlio no novo diário. Wainer (1988) conta que era comum receber bilhetes do presidente concordando ou não com determinados conteúdos. Era uma espécie de porta-voz da presidência da república, com direito a um repórter exclusivo para cobrir diariamente a rotina do mandatário. Apesar da relação promíscua com o poder, a *Última Hora* foi um jornal extremamente popular, com textos que mesclavam elementos verbais e visuais numa narrativa dinâmica e com grande utilização de cores. Talvez por isso, como aponta Barbosa (2007), vários jornalistas que trabalharam no diário acabaram por gestar um discurso mítico de modernização como se ele tivesse sido pioneiro numa série de conteúdos redacionais e estratégias administrativas. Quando o jornal fez uma reforma em 1967, essa narrativa fica evidente na apresentação de uma “nova” *Última Hora* que, como a anterior, proporcionaria outra revolução e traria um “jornal moderno, diferente daquele praticado neste [referência ao *Correio da Manhã*] e nos outros jornais”:

FIGURA 12: A UH reivindica seu papel revolucionário em publicidade no Correio da Manhã



Fonte: Edição do Correio da Manhã

Há, entretanto, verdade e exagero nessa ideia. É preciso relativizar esse discurso, na medida em que muitas das renovações reivindicadas por ele significavam, na verdade, um retorno a procedimentos que já haviam sido implementados na imprensa carioca desde o início do século XX. Um exemplo disso é a reutilização dos folhetins, que andavam esquecidos nos diários brasileiros desde a década de 1930. A *Última Hora* revalorizou ainda a caricatura nacional e o colunismo, publicando reportagens assinadas, que claramente possuíam uma voz. Esse conjunto de transformações retoma uma tradição jornalística brasileira prévia a 1950, revelando uma heterogeneidade na paisagem textual que questiona a premissa de uma modernização uniforme.

A própria renovação estilística da *UH* releva aspectos que a distinguem das gestadas por outros jornais. Ao contrário do *JB*, por exemplo, a *UH* abusava do uso dos fios e dos recursos visuais para separar os módulos informativos, o que denota uma pluralidade que também põe em xeque uma ideia estreita de modelo. Para desenhar o jornal e suas seções, Samuel Wainer foi à argentina buscar um paraguaio chamado Andrés Guevara, que segundo ele “fizera uma revolução na imprensa argentina, modificando profundamente a fisionomia dos jornais daquele país (WAINER, 1988,

p.134)”. Nesse ponto, a ideia de importação do “modelo” estadunidense em substituição a um francês também parece desconsiderar outras nuances e influências atravessadas pelos periódicos brasileiros. Diários da década de 1930, segundo Sodré (1966), como o *Estado de S. Paulo*, se inspiravam em jornais argentinos como *La Prensa* e *La Nación*, algo invisibilizado pela mitificação da imprensa nos anos 1950. E o próprio Guevara já havia trabalhado na década de 1920 em outros jornais como *A Manhã* e *Crítica*.

Outro argumento “revolucionário” que deve ser encarado com parcimônia é o da melhoria nas condições de trabalho para os jornalistas na década de 1950. E a *UH* continua sendo importante nesse aspecto. Isso porque tanto Wainer (1988) quanto Pinheiro Júnior (2011) destacam o pioneirismo desse jornal na fixação de melhores salários e um plano de carreiras para os jornalistas, algo inédito no país. Como vimos, o *JB*, em seguida, também elevou os pagamentos e melhorou a condições de trabalho dos repórteres. Entretanto, esses podem ser pensados mais como casos isolados do que hegemônicos. Sodré (1966), por exemplo, afirma que há, na verdade, um decréscimo do salário dos jornalistas de compararmos as décadas de 1940 e 1950. De fato, o autor aponta que nesse período quase houve uma greve por melhores condições de trabalho e que nenhum jornal quis publicar o manifesto de classe intitulado “Os jornalistas ao povo” (SODRÉ, 1966, p.482).

2) O segundo ponto do discurso de modernização que gostaríamos de destacar é a proposição de um “jornalismo nacional”. Uma rápida leitura de outros diários para além do Rio de Janeiro demonstra que a ideia de modernização dos jornais “brasileiros” é uma demanda bastante exagerada. Isso porque, nesse momento, é difícil inclusive falar de um jornalismo nacional, na medida em que pouquíssimos impressos chegavam a todas as capitais, quanto menos a todas as cidades do país. No caso de Minas Gerais, por exemplo, é possível perceber outro desenvolvimento da imprensa, com outra história e temporalização da noção de modernidade e modernização (CASTRO et al, 1997; ANTUNES, 1995; ANDRADE, 2016). Isso também acontece em outros estados, como demonstram os estudos de Rêgo (2008) e Rêgo e Oliveira (2013) sobre a imprensa piauiense, ou as pesquisas de Martinuzzo (2005, 2009) sobre o jornalismo capixaba. Além disso, apesar de avanços nos últimos anos, é possível perceber uma enorme lacuna em relação aos jornais interioranos, ainda pouco estudados. A premissa de que eles se modernizam da mesma forma de que os jornais metropolitanos, sobretudo os do Rio de Janeiro, parece bastante controversa e sem garantias empíricas. Por isso,

falar em uma série de transformações lineares é homogeneizar uma pluralidade e uma realidade bem mais vasta e complexa.

3) Por fim, o último argumento da modernização diz respeito ao que seria a importação do “modelo ‘americano’ de jornalismo”. Nesse ponto, a objetividade parece surgir tanto quanto uma metonímia quanto como uma metáfora, o que já expõe as fragilidades – e também a força – de seus argumentos. Afinal, como aponta Sponholz (2008a), a própria noção de objetividade não pode ser igualada à de *objectivity*. Pelo menos não no sentido de uma correlação histórico-social da emergência desse conceito em dois contextos específicos, tendo em vista, como vimos nos capítulos anteriores, as diferentes exigências sociais das quais são respostas. No caso brasileiro, a objetividade é geralmente descrita e equiparada a procedimentos textuais – ou seja, a um estilo de escritura que a diferencia como categoria autônoma frente à literatura. Assim, a objetividade não significa “necessariamente neutralidade ou imparcialidade, mas possibilitou que o jornalismo no Brasil conseguisse se emancipar da literatura e da política” (SPONHOLZ, 2008a, p.136). Por isso, ela se torna um conceito ambivalente do discurso de modernização, na medida em que representa, ao mesmo tempo, a ideia de algo nascido num outro contexto cultural “mais desenvolvido” com vistas a substituir práticas arcaicas, bem como aponta pra relação que o jornalismo se propõe com a realidade.

Como vimos, a objetividade nos EUA advém de uma crença num método seguro para purificar os fatos e reproduzi-los de maneira imparcial, numa clara defesa da separação moderna das práticas de purificação e tradução. Essa ideologia objetiva se assenta, com maior ou menor flexibilidade, na ideia de uma realidade única e na possibilidade de existência de fatos como entes estruturados e acessíveis (GOMES, 2009). Dita proposição moderna, como defendemos, gera o hiato entre o jornalismo como uma única forma de ser e as múltiplas experiências históricas identificáveis. Assentada nesse hiato e entendida como um “modelo”, a normatividade se converte, portanto, num singular coletivo baseado tanto numa crença quanto na oferta de uma série de discursos que corroboraram dita crença. No Brasil, dito hiato também é constitutivo da normatividade advogada pelo discurso de modernização, assumindo, porém, características distintas das vislumbradas nos EUA.

No nosso caso, ele aparece cruzado e ainda mais fortemente ambíguo e paradoxal, dado a nossa modernidade periférica. Assim, se no contexto estadunidense, o surgimento da narrativa moderna de cisão entre a “purificação” e “tradução” acontece

de forma mais estruturada e confiante em suas premissas (o que também leva a um retardo no reconhecimento de que essas operações acontecem, na verdade, juntas), no Brasil, parece haver uma “impureza” já mesmo nos discursos purificadores, o que torna a adoção do *ismo* moderno bastante peculiar. Afinal, se nos discursos autorreferentes dos jornais estadunidenses há uma relação direta e não questionada entre as bases do *jornalismo* e o que seria o bom funcionamento da democracia; no caso brasileiro (e de forma geral, em toda América Latina), sua adoção se dá em meio a um ambiente político conturbado, em que a ideia de objetividade se conceitualiza em meio a golpes e tentativas de golpes, nos quais os jornais são partícipes ativos. Assim, nos discursos autorreferentes dos jornais metropolitanos brasileiros, apesar de haver um “reconhecimento” da necessidade de ser objetivo (na medida em que precisaríamos ser objetivos para nos inserirmos na modernidade), pesquisas como as de Lattman-Weltmann (2008), que buscava alterações nos padrões de escrita objetiva, e as de Sponholz (2008a, 2008b), que inqueria jornalistas acerca dos significados que eles atribuíam à objetividade, revelam uma multiplicidade e volatilidade da compreensão desse conceito, apesar da reafirmação exaustiva de que ele seria fundamental para o jornalismo.

Cabe ressaltar, ademais, que a proposição da neutralidade é algo que pode ser percebida em outros momentos da história brasileira. Por exemplo, revela Sodré (1966), o jornal *A Idade de Ouro do Brasil*, em 1808, já prometia apresentar “as notícias políticas sempre da maneira mais singela, anunciando simplesmente os fatos, sem interpor quaisquer reflexões que tendessem diretamente ou indiretamente a dar qualquer inflexão à opinião pública” (SODRÉ, 1996, p.29). Porém, essa pretensão factual não excluía a folha de ainda querer revelar “como o caráter nacional ganha em consideração no mundo pela adesão ao seu governo e à religião” (SODRÉ, 1996, p.29). Assim, o jornal deveria ser *imparcialmente a favor* do absolutismo e constituir-se em órgão de louvação. Desse modo, aponta Ribeiro (2007, p.16), “[a]ntes das reformas jornalísticas, ninguém esperava que os jornais fossem neutros e objetivos. A sua função era comentar os acontecimentos e, nesse movimento, era considerado normal que expressassem pontos de vista particulares”.

A constatação da autora sugere que, a partir da modernização, teríamos passado a esperar que os jornais fossem objetivos. De fato, como percebemos ao longo deste capítulo, a objetividade passa a ser um dos conceitos que, nos discursos autorreferentes, buscou delimitar o “novo” *jornalismo* produzido no país. Isso, no entanto, não impediu

que mesmo protagonistas de profundas disputas políticas com pontos de vista bem delimitados passassem a defender a objetividade. Nesse sentido, sua apropriação é extremamente ambígua no Brasil. Carlos Lacerda, por exemplo, afirmava que “o ideal de separar informação de opinião é um ideal, quer dizer, existe com a condição de nunca ser completamente atingido. Mas, ainda quando seja impossível atingi-lo por completo, o importante é não deixar de se esforçar por atingi-lo”. (LACERDA, 1950, p.75). A proposição de Lacerda e os exemplos de sua *Tribuna* são bastante reveladores das condições de apropriação do *ismo* no país, na medida em que já, naquele momento, dá conta do seu caráter idealizado. Entretanto, se do ponto de vista político, os jornais continuaram a possuir fortes vínculos e se, nos discursos autorreferentes, já havia a constatação da impossibilidade de sua completa efetivação, por que passamos a acreditar na purificação moderna?

Como vimos, jornais brasileiros sofreram grandes modificações na década de 1950 em termos redacionais, editoriais e visuais. Porém, talvez o aspecto mais importante da chamada modernização pode ser vislumbrado como o momento em que se efetiva um lugar próprio para o *jornalismo* brasileiro, através do qual ele (enquanto uma instituição para além de jornais específicos) começa a reivindicar um direito e um dever de relatar os fatos do cotidiano definidos, agora, *jornalisticamente* como as “notícias do dia”. Desse modo, ao se apropriarem das bases normativas do *jornalismo* moderno, os jornais daqui revelam o poder desse singular coletivo como uma categoria vazia das dimensões temporais. A flexibilidade permitida por esse singular coletivo, tal como vimos em Koselleck (2006), autoriza que o *jornalismo* se postule como uma promessa no horizonte, liberando-se parcialmente de sua experiência. Esse conceito de compensação temporal permite, então, a adoção do discurso moderno sem que seus contextos históricos sejam necessariamente problematizados. Como consequência, podemos perceber que, mudam menos os jornais (no sentido em que estão sempre em mutação) e mais o *jornalismo*, que se moderniza na proposição de uma separação entre as práticas de purificação e tradução contidas nesse singular coletivo. Só assim a modernização de 1950 consegue se tornar “A Modernização”.

Resta inquerir, portanto, como essa autonomização e ressemantização do *jornalismo* se dão e por que a narrativa da modernização, pese as contradições expostas, se efetiva e se torna hegemônica. Acreditamos que podemos encontrar pistas para essas respostas na própria constituição de um lugar discursivo próprio para o *jornalismo* que, para além dos jornais, se consolida em outras redes como a sindical, a legal e a

acadêmica. Por isso, no próximo capítulo buscaremos traçar e acompanhar o desenvolvimento dessa rede discursiva moderna, responsável por estabelecer e fixar esse singular coletivo em nosso país.

CAPÍTULO 5

AUTONOMIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO *ISMO* NO BRASIL: PROBLEMAS DE HISTORICIDADE

Como vimos no capítulo anterior, a reforma de alguns jornais nos anos 1950 passou para a história da imprensa como aquele momento em que jovens inovadores e visionários teriam sido capazes, abruptamente, de transformar todo o jornalismo que se fazia até então. Por isso, eles figurariam como os “verdadeiros jornalistas, na construção discursiva que reafirmam, e que instauram na redação os padrões indispensáveis ao profissionalismo” (BARBOSA, 2007, p.157). O que assistimos na metade do século XX é, na realidade, uma troca geracional, em que os sucessores não reconhecem seus antecessores como predecessores ou contemporâneos, mas sim como um grupo a ser superado em favor dos que seriam os reais propósitos da profissão, elencados por essa nova geração de jornalistas. A narrativa que se funda a partir dos discursos autorreferentes é, como vimos, a de abandono da tradição jornalística anterior pela concretização do projeto modernizador. Esse projeto foi capaz de produzir uma idealização persistente desse momento, lembrado e repetido por seus agentes como um marco único de profissionalização e suplantação dos velhos vícios dos jornais de outrora. Sobre essa construção de um passado comum, num trabalho em que analisa as memórias dos jornalistas a partir de seus próprios relatos sobre a modernização, Ribeiro (2002, pp.3-4) se surpreende com a homogeneização e poucas fissuras apresentadas: “[o]s entrevistados e os autobiógrafos lembravam, quase sempre, os mesmos eventos, selecionavam os mesmos fatos, contavam as mesmas anedotas, tinham uma versão mais ou menos idêntica a respeito do período estudado”.

Desse modo, várias oposições são instituídas entre uma geração e outra para justificar a necessidade de reformar o jornalismo brasileiro, tornando-o suposta e definitivamente moderno: jornalismo literário x jornalismo noticioso, modelo francês x modelo americano, amadorismo x profissionalismo, opinião x objetividade, nariz-de-cera x lide, artigo de fundo x notícia, entre outras. Nesse momento, institui-se, até mesmo, uma revisão da nomenclatura para diferenciar essas duas gerações de jornalistas: os dromedários seriam os velhos trabalhadores da redação, que aprenderam seus ofícios na labuta diária e associados pela geração seguinte a um tipo de escritura “arcaica”, mais autoral (em que o nariz-de-cera pode ser visto como a metáfora

máxima); e os focas, novos jornalistas caracterizados por uma formação técnica, profissional, cuja escritura padronizada, privilegiaria aspectos elencados, a partir de então, como noticiosos e verdadeiramente jornalísticos.

Por isso, destaca Roxo (2009), o movimento reformista de 1950 foi além da sistematização das práticas discursivas dos jornais. Ele resultou também em tentativas de moralização da atividade jornalística a partir da circunscrição das fronteiras profissionais. Para tanto, “certos setores da comunidade jornalística entenderam ser necessário excluir da mesma os jornalistas cujos hábitos e graus de escolaridade eram vistos como inadequados ao senso de profissionalismo que se queria formar” (ROXO, 2009, p.3). E essa exclusão se deu de distintas maneiras, seja na substituição dos profissionais, no fechamento de jornais ou, decisivamente, na circunscrição de uma reflexão normativa sobre o jornalismo. Tendo isso em vista, este capítulo visa sistematizar a consolidação do discurso moderno em nosso país, buscando, para isso, identificar como se conforma, também para além dos jornais, toda uma rede de narrativas – nas universidades, em sindicatos e associações, em obras bibliográficas e disputas na área – que dá sustentação a esse *ismo* como um singular coletivo.

5.1 A constituição de uma história dos vencedores

Uma das principais linhas divisórias entre “focas” e “dromedários” e que impulsionou fortemente a constituição de um novo lugar institucional para os jornalistas – permitido pela resignificação do *ismo* – se tratava justamente da especialização. Isto é, a necessidade de estabelecer algum nível de formação técnica e intelectual para os jornalistas que lhes possibilitasse profissionalizar-se e tornar-se um especialista na produção da notícia. Cabe aclarar que a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), desde sua criação em 1908 (liderada por Gustavo de Lacerda), já buscava formas de implementar uma escola ou, pelo menos, um curso preparatório para jornalistas. Em 1917, seu presidente João Guedes de Mello propôs, inclusive, um currículo inicial composto de 31 disciplinas (LOPES, 2012, p.38). Essa proposta foi levada ao I Congresso de Jornalistas Brasileiros, ocorrido no Rio de Janeiro no ano seguinte. Seu objetivo central “seria propiciar a seus alunos o ensino das matérias julgadas essenciais à prática da profissão” (RIBEIRO, 2007, pp.292-293). Este projeto, entretanto, não prosperou naquele momento.

Um dos motivos para sua não concretização é que, na geração anterior à modernização da metade do século XX, a crença hegemônica nos jornais brasileiros era a de que “o que é bom já nasce pronto”, que o jornalista era um autodidata vocacionado à prática e que, por esse motivo, não haveria necessidade de treinamento específico para além daquele aprendido na mesma redação. Esse discurso, entretanto, foi se abrandando na medida em que nos aproximamos da década de 1950, com o reconhecimento crescente (ainda que fortemente ambíguo) da importância da formação universitária e na superação definitiva – do ponto de vista normativo – dos dromedários pelos novos jornalistas a partir de valores associados, por exemplo, à objetividade. Como elemento marcante desse processo, na passagem da década de 1920 e 1930, é possível observar certo descrédito em relação aos possíveis benefícios de cursos de jornalismo vinculados a universidades. Naquele momento, o ensino desse campo específico começava a se expandir, como já vimos, nos Estados Unidos. Nesse cenário, o jornal *O Paiz*, por exemplo, trouxe na sua edição de 09 de novembro de 1929 um artigo intitulado “*Technicidade do jornalismo*”. Nele, argumentava-se que em vários países da “antiga civilização” havia uma corrente destinada a promover e a impulsionar a criação de escolas para jornalistas. No texto, apesar de elogiar a nobreza dessa intenção, afirmava tratar-se de uma aspiração utópica, já que a profissão de jornalista seria caracterizada por uma cultura geral vasta e, em certo sentido, enciclopédica.

Dessa maneira, qualquer sistematização desse conhecimento parecia surgir como impraticável, já que a imprensa se inclinaria a desenvolver-se como um campo de contato e conflito “para todos os problemas, para todas as ideias”, motivo pelo qual *O Paiz* perguntava: “como seria possível organizar-se, de acordo com tão insofismável realidade, um curso de jornalismo?” (PAIZ, 1929). Ou seja, numa realidade complexa que se movia em distintos campos (econômico, cultural, político, literário etc.), caberia ao trabalhador da imprensa instruir-se a partir de diferentes fontes que o auxiliassem a entender e a descrever o mundo. Por isso, defendia o diário, é que os jornalistas possuíam o destino de ser um autodidata e que tinham “como glória” a possibilidade de intitular-se “*self-made men*”.

É nesse sentido que a troca geracional e o embate entre focas e dromedários podem ser observados de maneira bastante evidente na disputa sobre a necessidade de criação desses cursos em nosso país. Uma tentativa aparentemente frustrada – tendo em vista os poucos registros sobre sua execução –, mas relevante nesse processo foi a de se criar um curso de extensão na Universidade do Rio de Janeiro em 1932. Dito curso,

idealizado pelo reitor Fernando de Magalhães, proporcionaria uma formação a ser realizada em dois anos. O plano inicial é de que ela começaria como um ciclo de conferências, mas, em seguida, “seria uma verdadeira escola, como qualquer outra escola superior, onde os que queiram sobraçar o jornalismo possam colher uma cultura sólida e especializada” (FMANHA, 1932a), como defendia o então presidente da ABI, Herbert Moses, em entrevista à *Folha da Manhã* na edição de 18 de maio de 1932. Essa tentativa de criar uma escola para jornalistas gerou várias repercussões nos diários brasileiros.

A *Folha da Noite*, por exemplo, deu destaque à criação, expondo todo o seu programa de disciplinas na edição de 16 de maio de 1932. Em seguida, o jornal paulista pediu que Antonio Carlos da Fonseca comentasse o curso. Na matéria do vespertino da *Folha*, ele era descrito como o “mais antigo de nossos jornalistas. Antigo no sentido de ser experimentado, o verdadeiro mestre da imprensa moderna”, além de “o grande técnico da imprensa”, que foi capaz de descobrir a “maioria dos rapazes que hoje brilham em nossos jornais” (FNOITE, 1932a). O adjetivo moderno aí, entretanto, marca uma conotação bem diferente do discurso modernizador da década de 1950. Isso porque ao comentar a criação do curso, Fonseca afirmava que este estaria condenado ao fracasso, pela “razão de que o jornalista não se faz em escola. O jornalista nasce jornalista. Só existe uma escola para o jornalismo: é o próprio jornal; e um único mestre: o secretário de redação. É lá que as vocações se manifestam e se desenvolvem” (FNOITE, 1932). Ou seja, o processo de formação do jornalista deveria se concretizar no próprio ambiente em que ele exerceria a atividade, aprendida ao longo do tempo na tarimba do jornal, a partir da absorção dos conhecimentos dos profissionais mais antigos.

Nessa perspectiva, Fonseca defendia que a função jornalística era um dom e que, por isso, não acreditava em resultados positivos do “jornalismo diplomado” e nem “na eficiência dos futuros bacharéis”. Um ponto interessante em sua argumentação é que ele afirmava que uma escola poderia até ter sido útil ao jornalismo “antanho, que usava fraque e chapéu de couro”, mas não para o atual, “nervoso e agitado” (FNOITE, 1932a). Ou seja, temos, portanto, uma clivagem em relação aos modos de percepção também de uma geração anterior, algo que, muitas vezes, é apagado na caracterização do jornalismo pré-1950. Ainda sobre o curso, de maneira jocosa, Fonseca ironizava, afirmando que não conhecia o programa de disciplinas, mas que acreditava que

...a cadeira do primeiro ano versará sobre “fazem anos hoje” seguindo-se o “recebemos e agradecemos” e, depois, certamente o “faleceram: em Piriqui, o sr. Fulano, em Ubatuba, o sr. Cicrano”, não devendo o lente, em suas preleções catedráticas, olvidar os adjetivos mais indicados à categoria de cada finado. (FNOITE, 1932a).

Mal sabia o jornalista que os aspectos técnicos da linguagem marcariam, no discurso modernizador, a caracterização negativa da sua geração e uma positividade das novas técnicas jornalísticas. Entretanto, apesar das críticas em relação às escolas, Fonseca remarcava a necessidade do fortalecimento das entidades de classe, destacando o papel que ele teve – ao logo de três décadas como jornalista – na criação de melhores planos de carreira, assistência médica e jurídica para os profissionais como presidente paulista da Associação Brasileira de Imprensa. Assim, defendia que “é disso que precisamos. Em vez de escolas de jornalistas, fundemos associações de classe em todo o Brasil, filiadas a ABI, formando um bloco uno e indissolúvel” (FNOITE, 1932a). Ou seja, ainda que contrário à ideia de uma formação extra redacional para os jovens jornalistas, Fonseca já defendia o desenvolvimento de entidades capazes de elevar o nível dos profissionais em todo o país, o que também contribuiria para a modernização e autonomização do campo jornalístico.

O projeto de criação de uma escola para jornalistas também foi duramente criticada no mesmo jornal, na edição seguinte, por Belmonte. Para o criador do personagem Juca Pato, dita proposta era “no Brasil a primeira que se funda, e possivelmente, será a primeira que se afunda” (FNOITE, 1932b). Como causas do que parecia ser um fracasso inevitável, o jornalista argumentava sobre o que julgava ser o caráter pouco acadêmico do povo brasileiro, que preferiria jogar futebol a sentar-se num banco universitário. Assim, “uma academia de dansa, de Côte, de Patinação” seriam mais úteis, porque os povos tropicais dão “preferência à ginástica das pernas em detrimento dos exercícios intelectuais” (FNOITE, 1932b), era o que ele pensava.

O debate em relação à necessidade de formação universitária para jornalistas, no entanto, não era uníssono. Hélio Silva, em sua crônica semanal na *Folha da Manhã* (empresa do mesmo grupo da *Folha da Noite*), rebateu as críticas de Fonseca e Belmonte na edição de 22 de maio. Ele afirmava que o único argumento exposto pelos dois era o de que “no jornal se fazia o jornalista”, insuficiente, em sua visão, para “atacar” a Escola de Jornalismo. Isso porque, de maneira similar, todos concordariam que era no hospital que se faziam médicos, e, no entanto, ninguém era contrário à formação desses profissionais. Desse modo, não haveria motivos para condenar um

estudo sistematizado que ajudasse a elevar o nível da prática. Por isso, o jornalista defendia que a sociedade se especializava cada vez mais e que a formação em todas as profissões se tornava uma tarefa urgente e necessária.

A imprensa fluminense também fez comentários sobre a tentativa de criação do curso de extensão na Universidade do Rio de Janeiro. Em sua edição de 14 de maio de 1932, o *Diário Carioca* publicou um artigo de Humberto Campos intitulado “Asas para as formigas”. Segundo o diagnóstico do autor, não haveria nenhum “homem inteligente, leitor costumeiro de jornais do Rio, que não reconheça a necessidade de uma alteração do material humano da imprensa” (DIARIOC, 1932). Desse modo, apesar de distinguir que as redações possuíam alguns “altos espíritos”, Campos afirmava que a maior parte dos que ali trabalhavam havia perdido o entusiasmo pela profissão e só estava esperando brechas para escapar ao serviço público. Nesse sentido, ao comentar o programa de disciplinas do curso em questão, ele avaliava que a substituição dessa geração por outra “de boas e largas leituras” representaria uma vitória da cultura brasileira:

...no dia em que as redações se encontrassem povoadas de rapazes que tivessem os conhecimentos gerais ou especiais do programa agora ideado, os jornais cariocas perderiam, sem dúvida o seu caráter de antologia provinciana, em que o redator não cuida senão de louvar o ministro da secretaria em que pretende o emprego e o noticiarista mundano consagra meia página ao aniversário do filho do gerente e espaço quase igual ao da sogra do “nosso prezado companheiros da oficina”. (DIARIOC, 1932).

Ou seja, a atividade jornalística desenvolvida na capital do país naquele momento era descrita como uma atividade antológica, provinciana e temporária; uma espécie de atalho para ingressar no serviço estatal ou receber outros favores. Por isso, aos jornais cariocas, faltaria espírito profissional e um senso de compromisso perante o público. Pese a esse cenário, Campos avaliava que os cursos de jornalismo não seriam eficientes para melhorar a qualidade das redações e que os mesmos jornais deveriam ser os responsáveis por esse aperfeiçoamento, tendo em vista que o principal problema seria a própria estrutura das folhas, que desmotivava o espírito juvenil e renovador. Assim, o autor argumentava que com baixos salários e nenhuma motivação, “no dia que um profissional soubesse a metade do conteúdo ofertado pelo curso” (DIARIOC, 1932), ele deixaria a redação no mesmo momento, para buscar uma ocupação mais vantajosa e condizente com sua formação intelectual. Como motivos desse diagnóstico, constata-se que os jornais pagavam mal naquele então e não funcionariam como um lugar

profissional. Por isso, a criação de escolas para jornalistas na avaliação de Campos corresponderia a “dar asas às formigas”, que só não emigrariam das redações se encontrassem melhores condições de trabalhos. Ou seja, defendia-se que era necessário melhorar antes a própria estrutura dos jornais para, só então, atrair profissionais especializados e com qualificação superior.

Pese as críticas, os projetos para um curso superior para jornalistas continuaram avançando ao longo da década de 1930 e sofreram novo impulso em 1935, com a criação da Universidade do Distrito Federal (UDF). Sem vínculos com o governo nacional, essa universidade foi criada na gestão do então administrador do Rio de Janeiro, Pedro Ernesto. Idealizada por Anísio Teixeira, a universidade abrangia diversos campos do saber, com cátedras inéditas no país (RIBEIRO, 2007, p.293), como administração, diplomacia, arquitetura paisagística, além de publicidade e jornalismo. Estima-se que em 1936 haviam 400 alunos matriculados em suas escolas e mais de 700 nos cursos livres (DINIZ, 2010, p.8). A proposta curricular formulada pela UDF para o ensino de jornalismo seria, no entanto, distinta daquela idealizada pela ABI. Ela não estaria voltada para a formação técnica de jornalistas, mas sim para a reflexão sobre fenômenos da cultura de massa (MELO, 2000, p.8). Sua organização esteve a cargo de Pedro Costa Rego, editor-chefe do *Correio da Manhã*, que a teria estruturado a partir de um enfoque mais humanístico e menos profissionalizante (RIBEIRO, 2007).

Há, conforme aponta Diniz (2010), uma controvérsia em relação ao ano exato de criação do curso, tendo em vista a falta de fontes documentais oficiais. Muitos autores como Ribeiro (2007), Melo (2003) e Lopes (2012) afirmam que ele foi inaugurado em 1935. Entretanto, a partir da leitura dos artigos publicados nos jornais, é possível perceber que ele só teria sido efetivado em meados de 1938, num cenário de crescente valorização e autonomização da atividade jornalística. É importante ressaltar que o reitor da Universidade nesse período era Alceu Amoroso Lima, importante intelectual do campo jornalístico que, em 1935, já havia publicado o livro *Da Tribuna e da Imprensa*. Apesar da iniciativa pioneira de Anísio Teixeira, Costa Rego, entre outros, ter sido interrompida pela ação do Estado Novo, que dissolveu a referida universidade em 1939, vários jornais abordaram a criação do curso, apontando argumentos favoráveis e também contrários.

Em sua seção de comentários na *Gazeta de Notícias*, por exemplo, Sérgio D. T. de Macedo, na edição de 23 de junho de 1938, afirmava estar ansioso para ver os resultados desse empreendimento universitário. Isso porque ele argumentava não crer

em métodos teóricos para a solução de problemas de ordem prática, como avaliava ser o jornalismo. Desse modo, o autor duvidava que houvesse escola capaz de “fabricar jornalistas” e caracterizava a oferta do curso como “mais uma manifestação desse vício tão nosso, de ‘fazer fita’”. Em seguida, Macedo ia elencando aquilo que, para ele, seria necessário para um verdadeiro profissional da imprensa: inclinação natural, facilidade de redação, inteligência clara e viva; além de regular cultura geral. Por isso, “quem tem facilidade para escrever e vocação para jornalista possuindo também cultura, não precisa de escolas para se fazer jornalista” (GAZETA, 1938). O argumento, portanto, é que o jornalismo é feito por pessoas vocacionadas, com dons naturais a serem desenvolvidos com o trabalho prático nas próprias redações. Num movimento contrário à ideia de especialização, Macedo postulava ainda que o verdadeiro jornalista era aquele capaz de redigir do mesmo jeito um “artigo sobre batatas e uma crônica social” (GAZETA, 1938), constituindo-se, assim, como um grande generalista. Desse modo, condizente com a estrutura redacional do seu tempo, o bom profissional transitaria por diferentes temas – numa concepção anterior à ideia de editorias – com a mesma facilidade, dominando variados assuntos. De maneira similar a vários outros companheiros de trabalho da sua época, afirmava que “só o próprio jornal pode fazer o jornalista” e, ironicamente, finalizava seu texto conjecturando que “é possível que eu esteja errado. Talvez que, amanhã, para ser redator de jornal se exija que o cidadão seja ‘doutor em jornalismo’, com diploma de bacharel, anel no dedo, atestado de vacina e tudo mais...” (GAZETA, 1938).

No entanto, essa discussão sobre os cursos superiores continuava heterogênea ao final da década de 1930. Para termos uma ideia da ambiguidade que marca o período, a mesma *Gazeta de Notícias*, algumas edições adiante (27/09/1938), tecia elogios à criação do curso, avaliando a iniciativa como importante. Posicionando-se favoravelmente à empreitada no texto intitulado “O Título do Jornalista”, o jornal argumentava que o curso poderia facilitar a aquisição de certos conhecimentos que, dentro das redações, somente alguns conseguiam obter. Além disso, também a Associação Brasileira de Imprensa publicou uma mesma nota em variados jornais, elogiando a postura de se criar um curso superior como forma de aumentar o nível intelectual da nossa imprensa e valorizar a classe profissional. Porém, apesar dessa postura positiva, havia ainda bastante descrédito nos jornais em relação aos efeitos práticos de uma escola de jornalismo. Como exemplo, um artigo publicado no jornal *A Batalha* por Julio Barata possui argumentos bastante semelhantes aos que seriam

elencados depois por Macedo. Em 28 de maio de 1938, ele elogiava a escolha de Pedro Costa Rego para inaugurar o curso da Universidade do Distrito Federal. No entanto, Barata dizia não saber se seria mesmo possível formar jornalistas por métodos escolares, tendo em vista a necessidade de vocação. Além disso, o articulista se via preocupado com o cenário dos jornais brasileiros, incapazes de receber futuros bacharéis:

Deixemos de subterfúgios. Jornal, entre nós, é uma indústria precária, aleatória e difícil. O jornalista é mal remunerado. As empresas não produzem ainda lucro suficiente para elevarem a qualidade do produto. Os doutores em jornal, técnicos perfeitos, completos e acabados, não teriam, portanto, onde encontrar a retribuição justa do tempo que gastassem estudando jornalismo. (A BATALHA, 1938).

Ou seja, a análise aqui é bastante similar àquela formulada no *Diário Carioca* seis anos antes: o nível de nossos jornais continuava baixo e, por isso, as redações seriam incapazes de absorver e remunerar pessoas com formação elevada de maneira devida. Assim, cursos superiores, apesar de importantes, acabariam por formar cidadãos superqualificados, que não encontrariam um espaço de trabalho nas redações daquela época. Consequentemente, a educação poderia ser entendida, nesse cenário, como um investimento sem retorno. As formigas continuariam, assim, criando asas e migrando para outras profissões.

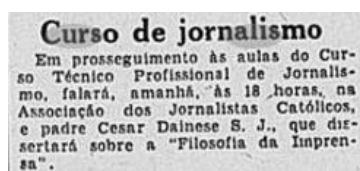
Apesar dos muitos argumentos contrários à instauração de cursos de formação em jornalismo, na passagem da década de 1930 a 1940 podemos observar um crescente interesse na oferta, na discussão do ensino universitário aliada a importantes medidas para a valorização da classe profissional. Em 1938, por exemplo, Getúlio Vargas instituiu o decreto-lei 910, que determinava a criação de escolas em jornalismo, além de regulamentar o exercício da profissão de jornalista, diferenciando-a de outras ocupações da imprensa. O decreto chegou, inclusive, a exigir a posse do diploma para o exercício profissional. Mas essa determinação não possuiu efeitos práticos e acabou caducando, voltando a efetivar-se somente em 1969, em outro regime autoritário. Em relação à legislação sobre o ensino, aponta Lopes (2012), 1938 também foi um ano significativo, já que naquele momento foi definido que todo e qualquer curso superior no país só poderia funcionar com a autorização do governo federal e reconhecimento junto ao Ministério da Educação. Do ponto de vista da legislação trabalhista, no caso do jornalismo, fixou-se ainda a obrigatoriedade de registro no Ministério do Trabalho, jornada profissional de cinco horas, além de uma série de benefícios previdenciários.

Desse modo, Lopes afirma que essas medidas começaram a “criar as fronteiras físicas e simbólicas para o grupo”, na medida em que “fortaleciam e estimulavam a sensação e a vivência da atividade não como um ‘bico’, mas como uma verdadeira escolha profissional, possivelmente até uma carreira” (LOPES, 2012, p.70).

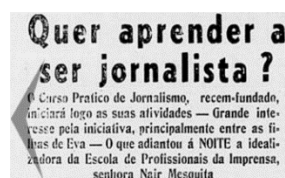
Por isso, se a década de 1930 pode ser vislumbrada como o início de uma arquitetura ambígua e, em certa medida, frustrada para o ensino do jornalismo, e também de composição de uma nova identidade profissional, a década de 1940 surge como especialmente importante, tendo em vista que, nela, podemos perceber a consolidação dessa disputa. Como ressalta Claudia Mellado (2010), na América Latina, a educação universitária em jornalismo começa a ser pensada em meados da década de 1930 (a primeira escola foi fundada em 1934, na Universidade de La Plata, Argentina), mas só se expande nos anos 1940 e 1950, por conta de uma maior industrialização e necessidade de especialização verificadas na região. Cuba, por exemplo, fundou sua primeira escola de jornalismo em 1942; o México em 1943; Equador, Colômbia e Peru em 1945 e a Venezuela em 1952.

No caso brasileiro, é no final da década de 1930 e, efetivamente na de 1940, que a aparição de inúmeros cursos ou tentativas de criação de cursos se convergem em um movimento mais sólido e de sucesso, concomitantemente ao fortalecimento das associações de classe. Nos diários desse período, ainda que de maneira esporádica, podemos perceber a oferta crescente de inúmeros cursos autônomos: em jornais católicos, para mulheres, além de várias palestras sobre jornalismo nos sindicatos. Na figura abaixo, podemos perceber várias publicidades encontradas em distintos jornais e que são reveladoras de uma demanda para a formação e reflexão jornalística:

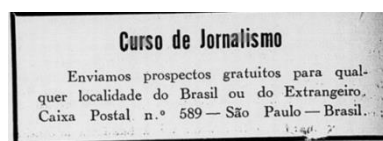
FIGURA 13: Oferta de cursos de jornalismo em diversos periódicos



Diário de Notícias 21/06/1942



A Noite 13/04/1940



Eu sei tudo Maio/1946

Curso de jornalismo

O Club das Mulheres Jornalistas, realizará amanhã, às 16,30 horas, no Centro Paranaense, à avenida Rio Branco n. 181, 51.º andar, sob a presidência da Sra. Rachel Prado, a instalação do curso de jornalismo, para moças e rapazes, que aquela entidade promoverá com a colaboração dos professores E. de Moraes, Paula Reis, Cordello de Alvarenga, A. Faria, Aleixo Alves de Souza e Voltaire Dalva.

Esse curso, que já conta com elevado número de alunos matriculados, abrange as seguintes matérias: português, psicologia, taquígrafia, inglês, técnica jornalística e dactilografia.

Para a solenidade o Club das Mulheres Jornalistas convidou autoridades e figuras de destaque da imprensa carioca.

O País 11/05/1943

APRENDA JORNALISMO!

RECEBENDO, EM SUA CASA, AS LIÇÕES DO PRIMEIRO CURSO LIVRE DE JORNALISMO DO BRASIL

TÉCNICA JORNALÍSTICA - HISTÓRIA DO JORNALISMO - ARTE DE ESCREVER EM JORNAIS - PRÁTICA INTENSIVA

PEÇA FOLHETOS GRATIS

REVISTA "CURSOS" CAIXA POSTAL 589 - S. PAULO

NOME _____
RUA _____
LOCALIDADE _____
ESTADO _____

Diário Carioca 22/10/1944

CURSO DE JORNALISMO NA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE IMPRENSA

O jornalismo, no Brasil, até agora, não tem sido propriamente uma profissão, mas apenas um "bico", um achega, um "biscate". Vários são os fatores que têm contribuído para isso. Um deles, sem dúvida nenhuma, resulta da falta de uma preparação técnico-profissional adequada na formação de jornalistas. O trabalhador de imprensa, até hoje, em nosso país, tem-se formado empiricamente, mais por vocação, boeminiamente, sem nenhuma orientação teórica, ao contrário do que sucede em vários países, sobretudo nos Estados Unidos, onde os jornalistas são recrutados entre aqueles que fazem o seu curso de jornalismo, em escolas especializadas. Enquanto não, até hoje, não temos escola de jornalismo, os americanos já a têm há quase trinta anos, sendo que atualmente o ensino dessa disciplina foi elevado à categoria universitária, havendo em todas as escolas superiores do país cursos ou cadeiras de jornalismo. Entre nós, temos lei dispondo sobre a instituição desses cursos. Mas só lei. Nenhuma realização prática, nenhuma efetivação da medida. A Associação Paulista de Imprensa, porém, decidiu tomar a iniciativa de lançar as bases em que se alicerçará a futura escola de jornalismo de São Paulo. Para esse fim, vai realizar, com a cooperação de eminentes professores, uma série de palestras de caráter nitidamente didático, as quais constituirão a espinha dorsal de uma escola de jornalismo. A primeira dessas palestras está a cargo do professor Antonio Picarolo, uma das sólidas figuras do magistério paulista, e realizar-se-á na quarta-feira próxima, dia 10, às 20 e meia, na sede da A. P. I. à rua 15 de Novembro n. 223, 5.º andar.

Correio Paulistano 08/12/41

Curso de jornalismo na Associação de Jornalistas Católicos

Será inaugurado quinta-feira próxima, dia 23, na Associação dos Jornalistas Católicos, o Curso Técnico Profissional de Jornalismo, falando sobre "O cosmorama da imprensa contemporânea", o professor C. A. Barbosa de Oliveira.

A Manhã 21/04/1942

Todo esse ambiente acabaria resultando na instituição dos primeiros cursos de nível superior em jornalismo efetivos e também na consolidação de uma nova maneira de se pensar o *ismo*, diferente das décadas anteriores. Entretanto, esse não foi um movimento evolutivo, linear. Ao contrário, foi um processo marcado por várias idas e vindas, a partir de diferentes estratos temporais e atores que disputavam sentido. Esse período corresponde também ao fortalecimento dos sindicatos e das associações de classe, o que derivou na tentativa de delimitar as fronteiras do "verdadeiro jornalismo", tanto pela instituição de um conjunto de valores, quanto pela própria burocratização e legislação acerca da profissão.

5.2 Cursos de jornalismo: hibridismo na troca geracional

Uma obra interessante e que a nosso ver é reveladora da ambiguidade dessa troca geracional é *Curso Livre de Jornalismo*, de Vitorino Prata Castelo Branco. O

livro, publicado pela primeira vez em 1944, é, na verdade, uma compilação de diversas palestras ofertadas pelo jornalista na Associação dos Profissionais de Imprensa de São Paulo e que já haviam sido vendidas ao público sob a forma de revistas. Dita associação é considerada uma dissidência da Associação Paulista de Imprensa, o que, como veremos, gerou uma recepção bastante negativa da obra de Vitorino entre os jornais daquela província. A proposta do autor era oferecer um curso autodidata, por correspondência, pensado para que o candidato pudesse realiza-lo, de sua própria casa, ao longo de doze meses. O material versava sobre história do jornalismo (remontando desde a Grécia antiga à imprensa estadunidense) e possuía conteúdos teóricos e práticos, que buscavam delimitar o jornalismo “de antes” e o moderno. Além disso, ao final de cada unidade, eram oferecidos exercícios sobre os temas discutidos e, ao cabo do curso, o candidato a jornalista deveria submeter um trabalho final para ser avaliado e receber um certificado de conclusão. Entretanto, ainda na introdução do seu projeto, Castelo Branco afirmava que tanto o seu livro quanto a própria ideia de um curso sofreram inúmeros ataques na imprensa de São Paulo, contrária ao seu projeto.

De fato, na edição de 05 de outubro de 1944 na *Folha da Manhã*, há uma pequena nota em que se afirma que o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo havia pedido ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) o imediato cancelamento do curso ofertado por Castelo Branco. Como motivação desse pedido, o jornal cita um memorial especialmente produzido para comprovar a “incapacidade do diretor do referido ‘curso’” (FMANHA, 1944), bem como a finalidade comercial da publicação (a nota afirma que o custo de confecção do curso seria inferior a 82 centavos, mas o fascículo era vendido por 17 cruzeiros). Afirmava-se ainda que o curso era contrário aos interesses da classe jornalística de São Paulo, na medida em que era ofertado numa associação que vivia “à margem da imprensa, dirigida na maioria por elementos que não exercem a profissão e que exploram o nome do jornalismo junto às autoridades e pessoas de boa fé” (FMANHA, 1944).

Tendo em vista as fortes críticas, Castelo Branco, ainda na introdução do livro reclamava dessa atitude por parte de alguns jornais, caracterizando-a de “revoltante”: “um jornalista profissional atacado pela imprensa por ter publicado um curso de jornalismo e não poder defender-se porque todas as portas dos íntegros diários paulistanos se fecharam para ele” (CASTELO BRANCO, 1945, p.8). Somente a *Folha da Manhã* (na edição do dia 15 de outubro de 1944) permitiu que ele publicasse um artigo – ainda assim pago, em sua seção livre - para expor e defender suas ideias. Nele,

Castelo Branco criticava os principais pontos do memorial entregue ao DIP, bem como a postura virulenta em relação ao seu curso, afirmando que: “fizeram tudo para matá-lo, quando realizado oralmente, e ele renasceu na revista. Fazem de tudo para destruí-lo na revista e ele renascerá, brevemente nas montras das livrarias” (CASTELO BRANCO, 1945, p.8). Por isso, a publicação do livro representou também uma vitória significativa em relação àqueles contrários à sua empreitada. Assim, Castelo Branco (1945, p.8) terminava a introdução de sua obra, desafiando os oponentes: “arranquem-no agora, os seus inimigos, das montras das livrarias e queimem-no em praça pública, se capazes forem”, e convidando os jovens a realizarem o curso.

Na obra, ele defendia enfaticamente a necessidade de se criar cursos técnico-profissionalizantes para jornalistas e destacava empreendimentos de sucesso nos Estados Unidos e em outros países da Europa. O autor havia estudado na Universidad de La Plata, na Argentina, escola pioneira na América Latina. Seu curso livre, nesse momento, deve ser considerado como um elemento ambíguo e revelador da troca geracional, pois na mesma medida em que defendia “Cânones do jornalismo” e a “Aritmética das Notícias” a partir de teóricos estadunidenses, ele preserva características da tradição jornalística até então consolidada em nosso país, sendo, portanto, um belo modelo dessa transição. Por exemplo, na parte do livro em que se dirige diretamente aos jovens interessados em sua obra, ele traça uma linha divisória, buscando explicar o novo jornalismo e o anterior. Antigamente, afirmava Castelo Branco (1945), havia certo romantismo nos ideais da profissão e “o que se perdia nos salários que eram mínimos, ganhava-se nas glórias que eram muitas”. Ainda assim, ele afirmava que os provimentos haviam aumentado depois da promulgação de leis trabalhistas e que o bom profissional já seria bem recompensado na imprensa brasileira.

Contudo, ponderava que a maior atração do jornalismo, continuava a ser, “sem dúvidas”, a publicidade que poderia oferecer aos que desejam demonstrar as aptidões literárias e poéticas. “É por meio da imprensa que damos vazões aos nossos pensamentos, aos nossos sentimentos, e às nossas ideias sociais, políticas, religiosas e artísticas” (CASTELO BRANCO, 1945, p.27). Desse modo, apontava que o jornal era o lugar do beletrista e que, com seu curso livre, o jovem candidato perceberia que “o caminho do parnaso está aberto para os futuros aedos” (CASTELO BRANCO, 1945, p.28). Ou seja, o jornalismo era ofertado ali como uma atividade fortemente vinculada a um exercício mais ou menos individual. Por consequência, o jornal era publicitado

como um trampolim para a literatura, no qual a habilidade da escrita como marca autoral diferenciadora era um aspecto sumamente valorizado.

Um elemento que nos ajuda a entender o hibridismo e que também surge como uma marca relevante dessa transição das funções jornalísticas pode ser identificado no papel que Castelo Branco, no início da década de 1940, atribuía aos profissionais da notícia. Em seu curso, ele afirmava que a arte de escrever jornalisticamente se dividia, de uma maneira geral, em três partes, que corresponderiam a uma escada evolutiva dentro da redação, a ser galgada pouco a pouco. Seriam elas: a narração comum dos repórteres – como o degrau mais baixo –, o debate dos articulistas – o papel intermediário –, e a exposição aprofundada literária ou científica dos colaboradores – considerado o topo da função jornalística. Assim, o autor defendia que o “trabalho dos repórteres é facílimo, porque não é criador, o jornalismo nessa função conta ou narra um fato, realmente acontecido, coisa que está ao alcance de qualquer pessoa e que não depende de estudos especializados nem de cultura geral” (CASTELO BRANCO, 1945, p.31). Ou seja, nesse momento, o trabalho de reportagem não era vislumbrado em sua obra como o elemento diferenciador do jornalismo, ou como aquilo que tornaria o seu profissional um verdadeiro especialista da informação. É uma perspectiva, portanto, bem diferente daquela encontrada nos discursos autorreferentes do *JB* ao final da década de 1950, que analisamos no capítulo anterior.

Por consequência, não havia ainda a elaboração do que viria a ser o conceito moderno de “notícias do dia”. Ao contrário, narrar o fato seria a atividade mais simples, na medida em que não exigiria nenhuma perícia na interpretação de dita realidade e, por isso, não requereria nenhuma qualidade específica. Ainda assim, concomitantemente às *Cartas a um foga* do *Diário Carioca*, Vitorino também defendia os benefícios e a praticidade em se escrever uma matéria aos moldes estadunidenses, iniciando-a pela resposta às questões “quem? como? quando? onde? por quê?”. Além da proposição do *Curso Livre*, Vitorino também atuava no setor sindical. Em palestra proferida em 1944 na ABI, por exemplo, ele evocava a união dos jornalistas e a criação de uma Ordem para a classe que funcionaria como um órgão de controle às atividades profissionais, similar à dos advogados. Entretanto, ele afirmava que não havia espaço naquele momento para a implementação desse projeto, já que o jornalista que pensasse assim, como ele,

[s]erá tido como visionário ou simples oportunista, as portas das redações fechar-se-lhe-ão; interditar-se-lhe-ão os artigos; ridicularizar-se-lhe-ão em colunas abertas ou esforços despendidos; procurar-se-lhe-ão anular por todos os meios, os trabalhos realizados; desconhecer-se-lhe-ão os planos e programas, na mais perfeita falta de solidariedade profissional e de descrença na própria capacidade renovadora da classe, bem capaz, se unida e forte, de renascer como a fênix da fábula, ainda que destruída pelo fogo de suas próprias paixões! (CASTELO BRANCO, 1944, s/p).

As primeiras discussões sobre a criação de uma Ordem para os Jornalistas aconteceram em 1939 na ABI. Entretanto, em 1951, os debates acerca de sua implementação foram interrompidos, por conta do argumento de que os governos poderiam usar o organismo para fins particulares (BELTRÃO, 1960, pp.197-198). Esse debate, porém, continua presente até hoje nas reflexões sobre a delimitação das funções jornalísticas, tendo ganhado novo fôlego com a tentativa de instituição de um Conselho Federal de Jornalismo em 2004, projeto que foi rejeitado pelo legislativo nacional.

5.3 A consolidação dos primeiros cursos superiores em jornalismo

Se no trabalho de Castelo Branco, o repórter ainda era visto como um literato em formação, essa proposição começaria a mudar de maneira mais definitiva com modificações nas estruturas redacionais, a efetivação dos cursos superiores de jornalismo na década de 1940 e seu espalhamento para distintas regiões do país na década de 1950. Apesar das divergências em relação à necessidade de formação específica que viemos destacando a partir de narrativas de distintos jornais, o fato é que, nesse momento, havia uma demanda cada vez maior que acabou por impulsionar a criação de escolas na passagem entre essas décadas. Nesse impulso, encontraremos uma valorização da especificidade do trabalho de reportagem, bem como uma definição bem circunscrita sobre o campo e a atividade jornalística que persistem – de muitas formas – até hoje.

Em 1947, por exemplo, através de um convênio entre a PUC-SP e a Fundação Cásper Líbero, surgiria o primeiro curso superior efetivo para o ensino do jornalismo em nosso país. Ele havia sido idealizado pelo próprio Cásper Líbero, dono do jornal paulista *A Gazeta*, que deixou em seu testamento o desejo de criar a escola ainda em 1943. Neste mesmo ano foi decretada pelo governo federal a criação do que deveria ter sido o primeiro curso de jornalismo no país, vinculado à Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Entretanto, ele só começaria a funcionar em abril

de 1948. Sua efetivação foi um processo longo e cheio de desvios. Afinal, o curso já havia sido autorizado pelo governo em 1943, sendo idealizado pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI) alguns anos antes. Em 1941, por exemplo, Herbert Moses – então presidente da ABI – e o jornalista Pedro Timóteo concederam uma entrevista a *O Imparcial* defendendo sua criação na edição de 06 de dezembro. Na avaliação deste mesmo jornal, uma escola desse tipo poderia oferecer aos “colegas de amanhã” a possibilidade de aprenderem “não só a recolher e redigir notícias, mas também a armazenar outros conhecimentos”, isso possibilitaria uma “ética profissional das mais sadias”. Era a possibilidade de que focas e dromedários “vestissem beca” (IMPARCIAL, 1941).

Assim, se na década de 1930, ainda podíamos encontrar certa descrença nas páginas do *Diário Carioca* sobre a necessidade de estabelecer cursos superiores, ao longo da década de 1940 o jornal já não parecia ter dúvidas sobre a importância da iniciativa, celebrada por ele de maneira entusiasmada. Um exemplo disso é o artigo de destaque na capa da edição de 09 de março de 1948, no qual Danton Jobim comemorava o que descrevia como uma verdadeira “Escola de Focas”. O jornalista destacava que a efetivação desse curso colaboraria para uma formação sistemática, com grandes vantagens em relação à “aprendizagem anárquica” estudada exclusivamente nas redações e, que segundo ele, “apresenta[va] as mais graves deficiências”.

Em seguida, ele defendia que as disciplinas relacionadas à técnica e à ética jornalística deveriam merecer especial atenção da reitoria, já que elas seriam as responsáveis por delimitar o campo jornalístico e sua evolução. Esse ponto nos parece importante, na medida em que já revela um processo de idealização específica do *ismo*, buscando sua autonomização a partir dos critérios técnicos e deontológicos, que marcarão o discurso de modernização. Ainda neste texto, Jobim retoma o sucesso das escolas dos Estados Unidos para defender que o ensino universitário corresponderia à melhor forma de ingresso às redações e a forma mais rápida de aprender a aritmética das notícias (sistematização de George Bastian, já citada em *Cartas a um foca* e também no curso livre de Castelo Branco). E, ao tratar dos jornalistas antigos, ele afirma que “os pelancas” pensariam que já sabiam essa matemática, mas na verdade levaram anos para aprender e o fizeram sob a “palmatória patriarcal” dos secretários de redação. Já os repórteres novos poderiam encontrar um caminho “curto e suave”. Como afirma, os novos jornalistas “[v]ão para a escola. Mas não sem o protesto de certos ‘dromedários’

antigos. Ainda hoje dizia-me um deles: – ‘Ora, mais esta: Escola de Focas! Onde já se viu focas em Escola?’” (DIARIOC, 1948).

Na década de 1950, aponta Ribeiro (2007, p.315), começou a haver mais focas que dromedários nas redações. Isso significou a composição de uma nova geração de jornalistas, a partir da qual foi gestado um novo senso identitário que começou a fomentar outra maneira de conceber a atividade em nosso país. Não parece ser gratuito, portanto, que a década que marcaria a modernização do jornalismo brasileiro e a consolidação de uma identidade e campo próprios seja também aquela em que o ensino superior começa a ser efetivado. Desse modo, como reflete Ribeiro (2007, p.35), “ao longo desse período, os jornalistas foram adquirindo um sentido de categoria profissional diferenciada da dos literatos e da dos políticos. A criação do ensino superior de jornalismo foi um passo fundamental nesse processo”. A constituição e permanência dos primeiros cursos marca um processo que iria modificar o panorama da imprensa ao ser capaz de gestar as primeiras reflexões ordenadas e constantes em relação ao jornalismo no Brasil, pautando as características do discurso de modernização. É desse modo que o ensino superior foi peça-chave na caracterização dessa troca geracional e na primazia dos jornalistas formados nessa nova perspectiva sobre os antigos “dromedários”. Afinal,

A geração nascida nos anos 1930 iniciou sua carreira profissional no jornalismo nos anos 1950, década marcada pelo crescimento econômico, com o predomínio da política de substituição de importações, e pela vigência do regime democrático e de liberdade de imprensa. (...) Assistiu-se então a uma renovação da linguagem, ensaiaram-se inovações na cobertura jornalística e surgiram novas técnicas de apresentação gráfica. Foi um período em que novos jornais foram lançados e alguns existentes foram renovados. (ABREU, 2003, p.12).

Ou seja, a geração que começou a trabalhar nos jornais cariocas dos anos de 1950 já o teria feito com um novo sentimento de valorização da classe jornalística a partir de critérios bem diferentes da geração anterior. Esse, entretanto, não deve ser considerado como um movimento espontâneo ou natural. Como vimos no capítulo anterior, havia uma grande pressão em diversos setores do Brasil no sentido de impulsionar movimentos modernizadores, ainda que, muitas vezes, fortemente autoritários. Assim, por exemplo, a ida de jovens jornalistas para atuarem nos Estados Unidos através da parceria entre o Estado Novo (por intermédio do DIP) e o governo Roosevelt (por intermédio do OCIAA) pode ser considerada um índice de que esses profissionais foram forjados com um novo sentimento de classe e passaram a recusar o

que era entendido como o jornalismo arcaico, praticado pelos chefes e secretários de redação (considerado, então, como “dromedários” ou “pelancas”) quando de seus retornos ao Brasil.

Essa nova reflexão pautou também a criação e os programas dos cursos superiores. De fato, como compila Lopes (2012), desde criação do Curso da Cásper Líbero, em 1947, até 1962 (quando se institui o currículo mínimo, que abordaremos adiante), podemos contabilizar 11 cursos superiores de jornalismo aprovados pelo Ministério da Educação: Fundação Cásper Líbero (1947); UFRJ (1948); UFBA (1950); PUC-Rio (1951); PUC-RS (1952); UFRGS (1952); PUC-PR (1956); UFJF (1958); UNIUBE, Uberaba-MG (1961); UNICAP, Universidade Católica de Pernambuco (1961) e UFMG (1962). Essa afirmação do ensino superior foi sendo gestada num ambiente que aos poucos consolidava a emergência do singular coletivo e a autonomização do campo jornalístico. Por isso, como destaca Lopes (2012),

...os termos da identidade não se dão apenas pelos fazeres, mas também pelos saberes (a institucionalização desse saber em escolas é um reforço), pelo organizar-se (sindicatos, federação e organizações de jornalista crescem e ganham importância na cena política do país), pelos valores (uma deontologia própria se organiza, um código de ética é elaborado...), enfim, por sedimentações grupais que fazem as fronteiras mais fortes e mais rígidas perante outros atores sociais. (LOPES, p.47).

A formação universitária estava, portanto, vinculada a outros fatores como a organização trabalhista e a sedimentação de determinados valores de conduta que geraram fronteiras simbólicas para o exercício profissional. Como índice desse processo, entre as décadas de 1930 e 1940 irão surgir vários sindicatos de jornalistas em distintos lugares do país. No período democrático, ressaltava Ribeiro (2007), os sindicatos tiveram importante papel na luta por melhores salários e condições de trabalho e, desde 1938, as organizações carioca e paulista vinham firmando uma série de acordos em termos de serviços de assistência médica e jurídica aos associados e suas famílias. Entretanto, somente em 1946 esses dois sindicatos juntos a outros três (MG, BA e RS) se uniram para formar a Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais (que, em 1992, passou a ser chamada de FENAJ). Esse órgão promoveu vários congressos em distintas partes do país nos anos subsequentes e, em 1949, gestou seu primeiro código de ética, buscando delimitar padrões de conduta e comportamento para os profissionais da imprensa. Ao final de 1959, a Federação já englobava mais de 14 sindicatos em diferentes regiões do país.

Essa confluência de fatores acabou por promover uma reflexão perene acerca de qual deveria ser o papel dos jornais e dos jornalistas nas décadas seguintes. É nesse sentido que, no próximo apartado, pretendemos abordar a importância da sistematização dos saberes para o discurso modernizador do jornalismo brasileiro e sua consequente autonomização. Em que medida a ressemantização do *jornalismo* através do singular coletivo propõe encerrar contradições e aponta para um hiato entre o fazer jornalístico e os seus modos de compreensão persistentes ainda hoje?

5.4 A ressemantização do *jornalismo* pela rede discursiva moderna

Os valores engendrados no pensamento jornalístico brasileiro na metade do século XX, que envolvem uma técnica específica e a definição de categorizações e antinomias em relação à geração anterior, acabaram por fixar os parâmetros próprios do que seria, no sentido moderno, entendido como o verdadeiro e único *jornalismo* desejável. Desse modo, é relevante a constatação de que o nome de determinados agentes se repete em processos distintos, mas profundamente interligados nesse período, o que contribuiu significativamente para o discurso da suplantação de uma geração por outra. Não por coincidência, os mesmos agentes caracterizados como os responsáveis pela modernização também são aqueles que ajudariam a implantar os cursos superiores, atuando também nos sindicatos e, por isso, sendo capazes de construir uma verdadeira rede discursiva a partir dessa empreitada modernizante. Esse movimento resultaria na delimitação normativa das fronteiras do exercício profissional, separando o que poderia ser encarado como jornal e o que efetivamente deveria ser *jornalismo*.

Acreditamos, nesse sentido, que a permanência da narrativa mítica sobre o *Diário Carioca* e seu pouco questionamento corresponde também ao fato dele poder ser encarado como o primeiro nó dessa rede discursiva moderna. Isto porque os personagens que compuseram a redação nesse período foram capazes de sistematizar e incorporar uma série de mudanças que podem ser observada antes, mas que só a partir de então encontrou as condições para sua estruturação, fixação e alastramento para além desse jornal específico. Como ressalta Ribeiro (2007, p.33), apesar de já virem sendo gestadas há bastante tempo, essas mudanças só conseguiram se impor de maneira efetiva “através de um processo consciente de reformulação, levado a cabo de forma pioneira por algumas empresas jornalísticas e por alguns profissionais”.

Danton Jobim, além de trabalhar no *Diário Carioca*, era também um político e intelectual influente, que participou ativamente de redes nacionais e internacionais. E, em 1948 passou a ser também professor no curso de jornalismo da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil. Nesse momento incipiente, ele já era capaz de constituir uma reflexão teorizada e ampla sobre o papel do ensino superior nessa área específica. Desse modo, numa série de palestras que proferiu na França no início dos anos 1950²⁵, por exemplo, ele afirmava que as escolas de jornalismo possuíam três funções principais: 1) formar profissionais a partir do oferecimento de conteúdos para elevar a cultura geral e técnica, 2) promover a melhoria dos padrões técnicos da imprensa local, através de pesquisa e análise de métodos, 3) evitar a formação puramente prática dos jornalistas na redação.

Sobre esse último ponto, similar ao que já havia exposto em artigo ao *Diário Carioca*, Jobim afirmava que o ensino aprendido meramente no jornal perpetuava “métodos rotineiros” e “vícios profissionais”. Isso porque os focos eram, segundo ele, ensinados “pelos menos capazes ou fracassados, as únicas pessoas que numa redação moderna, dispõem de tempo para ‘perder’ com ele” (JOBIM, 1992, p.84). Nessa mesma conferência, que tratava da relação entre jornalismo e técnica, Jobim deixa clara a influência do que chamava de modelo “americano” e como os jornais estadunidenses estavam contribuindo para a melhoria dos seus pares latino-americanos. Nele, são citados autores como Walter Lippman, o que demonstra que a perspectiva da história natural chega às reflexões acadêmicas sobre o jornalismo brasileiro já em seus começos, ajudando a compor suas características normativas. Ao longo da década de 1960, Jobim viria a ser ainda conselheiro de imprensa de JK, diretor da *Última Hora* (1964) e presidente da Associação Brasileira de Imprensa (1966-1972). Foi também professor visitante no Texas, e esteve presente das discussões que criaram a IAMCR (International Association for Media and Communication Research) e o Ciespal (Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina). Neste último, em Quito, lançou o livro *Pedagogía del Periodismo: Métodos de Enseñanza orientados para la Prensa Escrita*, resultante de um seminário ministrado por ele em

²⁵ Essa série de palestras foi publicada pela primeira vez em 1958, sob o título “Introdução ao jornalismo contemporâneo”. Em artigo no DC que comentava a publicação da obra, Maurício Medeiros afirmava que “se, ao ser investido do cargo de professor do Curso de Jornalismo, Danton era apenas um jornalista inteligente, culto e conceituado, ele é hoje, sem dúvida, um grande professor de jornalismo”. (DC, 02/11/1958).

1960. Essa obra foi fruto das reflexões acerca da disciplina de Técnica do Jornal e do Periódico que lecionou com Pompeu de Sousa na Universidade do Brasil.

Pompeu, por sua parte, além de co-ministrar essa disciplina, na década de 1960 fundou o *DC-Brasília* e, durante o parlamentarismo (1961-1963), foi chefe do Serviço de Imprensa do conselho de ministros. Nessa época, ele presidiu a comissão responsável por elaborar a regulamentação da atividade profissional do jornalista, bem como o estatuto de jornalista (Decreto nº 1.176/62). Também ajudou, com Anísio Teixeira, a fundar a faculdade de comunicação da Universidade de Brasília. Já em suas reflexões iniciais sobre o ensino de jornalismo, ele criticava a inexistência de boa bibliografia sobre o tema em nosso país e defendia a necessidade de produzir materiais didáticos. Deste modo, o Manual de Redação do *Diário Carioca*, escrito anos antes por Pompeu, também é fruto dessa demanda. Nele, como pudemos notar, a sistematização da técnica como referente para o exercício jornalístico teve um papel fundamental que, formalizado em outros manuais e livros didáticos, passou a ser ensinado nas faculdades (e também nas redações) como um instrumento determinante e definidor das fronteiras profissionais.

Por isso, menos que uma gênese revolucionária, as transformações no *Diário Carioca* da década de 1950 podem ser encaradas como um momento em que essas reflexões encontraram uma confluência, foram ordenadas de maneira disciplinada e puderam se disseminar a partir então. Assim, como reflete Jânio de Freitas em um depoimento, “não fosse este caráter de escola, o *Diário Carioca* já estaria esquecido há dezenas de anos”. E completa “[m]uita gente se formou ali. O Paulistano formou um grupo de pessoas, que, de uma ou outra maneira, marcaram posição e encontraram um rumo profissional. Algumas delas multiplicaram parte do aprendizado que tiveram com ele” (FREITAS em depoimento à COSTA, 2011, p.308). De fato, o próprio Jânio de Freitas surge como um desses “multiplicadores” do nó discursivo condensado no *Diário Carioca*. Como vimos, ele foi um dos principais responsáveis pela reforma do *Jornal do Brasil*, depois de já haver sido parte da equipe que renovou a revista *Manchete*, em 1955, tendo trabalhado no mesmo período na revista *O Cruzeiro* (dos *Diários Associados* de Assis Chateaubriand). Jânio é apontado ainda como um dos principais nomes da reformulação do *Correio da Manhã*, em 1963, além de ter sido o diretor geral da *Última Hora* em 1967.

Nesse período, rastrear os jornais nos quais uma pessoa trabalhou era um exercício similar à “quadrilha” drummondiana: Carlos Lacerda trabalhou no *Correio Da*

Manhã, antes de fundar a *Tribuna*, onde contratou Maria Inês Duque Estrada, que concomitantemente estava no *Diário Carioca*, e depois seria contratada pelo *Jornal do Brasil*, pela *Última Hora* e também pelo *Jornal do Comércio*. Na *Tribuna*, trabalhou Zuenir Ventura, companheiro de José Ramos Tinhorão, Ferreira Gullar, Ana Arruda e Armando Nogueira no *Diário Carioca* e no *Jornal do Brasil*. Luís Edgar de Andrade também trabalhou para estes dois jornais, além do *Jornal do Comércio*. Paulo Francis trabalhou no *DC*, na *Última Hora*, no *Estado* e na *Folha*. Otto Lara Resende no *Diário de Notícias*, em *O Globo*, *Diário Carioca*, *Correio da Manhã*, *Última Hora*, *Jornal do Brasil*. A reforma desse último teve como um dos principais personagens Odylo Costa Filho, que também foi redator do *Diário de Notícias*, diretor da *Tribuna da Imprensa* e chefe de redação em *O Cruzeiro*.

Possivelmente graças à reflexão padronizada, ainda que incipiente, muitos jovens passaram a ocupar lugares de destaque nas redações, liderando movimentos reformadores, criando novos cadernos e editorias, além de atuarem nos recém-instituídos cursos superiores de jornalismo. Um exemplo é Alberto Dines, que dava aulas de jornalismo comparado na PUC-RJ no início dos anos 1960, quando já havia dirigido o segundo caderno da *Última Hora*, além do *Diário da Noite* (convertido por ele em um diário vespertino) e de ter sido editor-chefe da revista *Fatos e Fotos* e colaborador da *Tribuna da Imprensa*. Como vimos, enquanto diretor do *Jornal do Brasil*, criou e contribuiu com os *Cadernos de Jornalismo e Comunicação*, publicação destinada à reflexão das práticas jornalísticas.

Outro profissional destacado pelo engajamento na sistematização de um pensamento jornalístico era Carlos Rizzini, que já havia publicado *O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil* (1946), tendo trabalhado para os *Diários Associados* e também para a *Última Hora*, além de ter sido colaborador do *Estado de S. Paulo* e diretor da *Rádio MEC*. Foi ainda professor na Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil e na Faculdade de Jornalismo Cásper Líbero. Fruto de sua reflexão sobre a universidade, ele lançou em 1953 o importante livro *O Ensino do Jornalismo*, no qual criticava a falta de formação técnica e prática dos alunos do curso da Universidade do Brasil, afirmando que era urgente reformar os conteúdos programáticos, incorporar atividades laboratoriais e fomentar a produção de jornais pelos próprios estudantes. Antecipando ao conteúdo do livro, em 12 de outubro de 1952, Rizzini começou a publicar uma série de artigos sobre o tema na revista de *O Jornal*, defendendo, de forma veemente, a formação técnica em jornalismo. No primeiro texto, ele faz um panorama do

aparecimento dos cursos superiores nos Estados Unidos e destaca o desenvolvimento da imprensa daquele país como um exemplo a ser emulado. Retomando Joseph Pulitzer, ao criticar os que ainda se opunham em relação à criação de cursos superiores, Rizzini afirmava que

...a única posição a que um homem pode triunfalmente atingir pelo simples fato de ter nascido é a de idiota. Para qualquer outra “some training is required”. Embora a aptidão seja a chave para o sucesso, a inteligência exige desenvolvimento. E desenvolver é educar. (JORNAL, 1952 e RIZZINI, 1952, p.21).

A recorrência desses e de outros nomes bem como a uniformização do discurso moderno não são, portanto, elementos do acaso. Ao contrário, a década de 1950 assiste a um intercâmbio cada vez maior entre os jornalistas – seja em congressos, na rotatividade das redações, em postos específicos nas agremiações de classe –, o que também ajudou a disseminar o discurso de modernização. Fernando Segismundo (um dos criadores do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro e também professor na Universidade do Brasil), por exemplo, foi o secretário do Congresso Nacional de Jornalistas de 1957. Em entrevista ao Centro de Cultura em Memória do Jornalismo²⁶, em 2008, ele afirmava que

Os congressos, que costumavam acontecer de ano em ano, eram uma maneira de unir a categoria profissional. Os jornalistas não eram unidos. Já havia sindicatos, mas não havia harmonia. Então, esses congressos eram para aproximar mais os jornalistas, justamente porque cada um vivia no seu estado, de costas para o outro. (...) Era a maneira de a gente estar juntos, tramar, atuar. (SEGISMUNDO, 2008, *online*).

Nesses congressos nacionais, Luiz Beltrão, fundador e professor do curso de jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco, proferiu palestras sobre “Liberdade de Imprensa e formação profissional” (1951) e sobre “O Ensino do Jornalismo nos EE.UU.” (em 1954). Edgar Leuenroth, em 1951, também apresentou trabalho referente à “Organização dos jornalistas brasileiros”. Vários outros jornalistas expuseram teses nos encontros desse gênero. Além disso, nesse mesmo período, algumas publicações já começavam a formular organogramas de como deveriam funcionar as redações modernas, ditando os contornos para o modelo de negócio do jornalismo. A revista *Publicidade e Negócios*, por exemplo, demonstrava, através de relatos dos chefes de jornais, como deveriam funcionar os processos administrativos da

26 Disponível em:

<http://www.ccmj.org.br/sites/default/files/pdf/5/FERNANDO%20SEGISMUNDO%20final.pdf> Último acesso em: 16/03/2017

empresa jornalística (RIBEIRO, 2007). Ou seja, nesse momento, podemos observar a preponderância da discussão técnica e especializada tanto na produção dos textos jornalísticos, quanto da própria estrutura comercial que permitiria sua existência como um veículo de massa. Toda essa especialização, bem como os processos de industrialização do país, acabou por demandar mudanças na administração dos jornais, que deveriam organizar-se e planejar-se também enquanto empresas de uma economia de mercado.

Acrescente-se a isso o fato de que muitos jornais brasileiros foram dizimados durante a década de 1950-1970. Com o processo de nacionalização, muitos diários não foram capazes de se expandir (até então praticamente todos os jornais eram locais e não havia edições nacionais, que cobrissem todo o território do país). Por isso, entre 1959 e 1963, o número de jornais no país foi reduzido de 252 a 187 (RIBEIRO, 2007). O golpe civil-militar de 1964 e a ditadura que se seguiu também foram determinantes para esse processo. Com liberdades cerceadas, a média de diários não acompanhou o crescimento populacional e nem o “milagre econômico” do período. Na década de 1950, “o IBGE registrava uma proporção de 10,6 jornais diários para cada 100 habitantes. Essa média caiu para 5,4 na década de 1960 e para 3,5 na década de 1970” (MELO, 2006, p.60). Além disso, como apontam Sacramento, Roxo e Ribeiro (2009), começou a haver uma grande diferenciação dos jornais em relação às suas tiragens, com uma forte concentração em determinadas empresas. Na década de 1980, por exemplo, três jornais do Rio de Janeiro (*O Globo*, *JB* e *O Dia*) representavam 80% das vendas e, em São Paulo, *Folha*, *Estado* e *Diário Popular* controlavam 90% do mercado. Outra questão levantada pelos autores é que em 1950 havia jornais com posições editoriais muito diversas, característica que foi perdida nas décadas seguintes:

O desaparecimento do pluralismo de opinião na imprensa diária foi resultado da chegada do jornalismo informativo, baseado nas normas técnicas do modelo norte-americano e centrado nos ideais da objetividade, neutralidade e imparcialidade. Mas a “despolitização” da imprensa – como se costuma falar – foi consequência também do sistema autoritário que se impôs à nação no pós-1964. (SACRAMENTO, ROXO, RIBEIRO, 2009, p.3).

A diminuição significativa da quantidade de diários, associado a uma racionalidade específica dos remanescentes, contribuiu para a monopolização do conceito de jornalismo e do singular coletivo da modernidade em nosso país. Podemos identificar, além disso, um caráter pedagógico e disciplinador em diferentes instâncias: educacionais, redacionais e sindicais, o que acabou por modernizar o *ismo* brasileiro de

uma maneira bastante específica, promovendo uma reflexão sobre o fazer jornalístico a partir dos seus próprios critérios. Um primeiro aspecto a ser ressaltado é que, a partir desse momento, quase todas as reformas dos jornais cariocas começavam com a renovação da equipe, deixando de lado a geração mais velha e, por conseguinte, a técnica “antiga” que se queria superar. Como ressalta Ribeiro (2007, p.315), de uma maneira geral, “dava-se preferência aos mais jovens, mesmo que tivessem pouca ou nenhuma experiência profissional. Até porque havia poucos profissionais com domínio das modernas técnicas”. Nesse sentido não deixa de ser reveladora a observação de Alberto Dines na revista PN, citada pela autora:

Impressiona-me o número irrisório de bons jornalistas. A prova disso é que quando um jornal resolve iniciar uma nova fase são contratados os mesmos elementos que já fizeram uma nova fase em outro jornal. Na realidade temos apenas uns 15 bons e modernos jornalistas fazendo um rodízio revolucionário pelos jornais e revistas. (PN, 2008 citado por RIBEIRO, 2007, p.315).

Ou seja, havia um número circunscrito de trabalhadores considerados como os “verdadeiros jornalistas” por seus próprios pares e que, supostamente, foram os responsáveis por modernizar toda a imprensa brasileira a partir de um rodízio redacional. Além disso, havia uma espécie de policiamento dos “jornais modernos” frente aos outros jornais, considerados, a partir de então, como uma ameaça ao verdadeiro sentido do *ismo*. Em seu relato ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc), por exemplo, o mesmo Alberto Dines conta uma passagem sobre como ele e outros jornalistas, com a ajuda de Carlos Lacerda (já então governador da Guanabara), fizeram uma grande campanha que culminou no fechamento de várias empresas dedicadas à “imprensa marrom” no Rio de Janeiro no final da década de 1950. Nessa época, ele trabalhava também para os Diários Associados:

Fizemos uma campanha e acabamos fechando aquelas revistas todas. Com a ajuda do Lacerda, porque ele era governador. Fomos ameaçados de morte, tínhamos que andar com guarda-costas... Aquelas coisas vibrantes. Mas conseguimos fechar as revistas de escândalo do Rio de Janeiro, que eram uma instituição. Todas elas funcionavam ali perto da política, na rua da Relação. Baixo nível. (DINES em entrevista a ABREU, LATTMAN-WELTMAN, ROCHA, 2003, p.83).

Nesse sentido, ainda que essas revistas de cunho sensacional tivessem público, elas já não eram consideradas como *jornalismo* pela ação deliberada da comunidade discursiva moderna em constituição. Além disso, a consolidação de uma classe

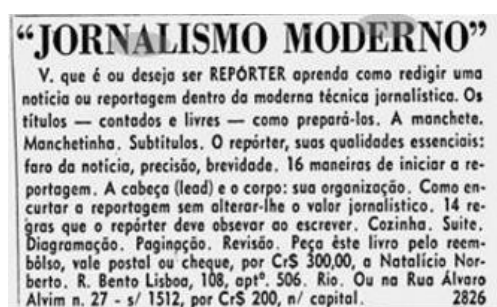
profissional também encontra na década de 1950 um novo patamar. Nesse período, vários prêmios importantes foram desenvolvidos, qualificando os melhores trabalhos jornalísticos a partir de critérios de apuração, pesquisa e relevância dos materiais noticiosos, numa clara valorização do exercício da reportagem. O mais importante de todos eles é certamente o *Prêmio Esso*, criado em 1956 numa parceria entre a petroleira e a ABI. E, logo nas suas primeiras edições, é possível perceber a repetição de alguns nomes entre os membros da comissão julgadora, os mesmos jornalistas modernizadores: Pompeu de Sousa, Otto Lara Resende, Carlos Castelo Branco, Odylo Costa Filho, Herbert Moses, Luiz Paulistano, Alberto Dines.

Ademais, já na divulgação do prêmio pelos jornais ficava clara a intencionalidade em se promover as técnicas modernas. Na edição de 06 de outubro de 1957, o *Jornal do Brasil*, por exemplo, orientava sobre como deveriam ser apresentadas as reportagens ao *Prêmio Esso*: “Os trabalhos concorrentes devem ter propósito construtivo, levando ao público conhecimentos sobre determinados assuntos ou problemas de interesse da coletividade e estarem *redigidos dentro da moderna técnica jornalística*” (JBRASIL, 1957, com grifos nossos). Se considerarmos que as premiações têm como característica a constituição de objetos exemplares para determinada área, a obrigatoriedade da utilização da técnica moderna como critério excludente deixa clara a visada padronizadora que se pretendia instaurar. Nessa acepção, é possível perceber também uma clara sistematização dos discursos autorreferentes dos jornais a partir da valorização de aspectos que deveriam ser comuns a todos aqueles que praticavam o jornalismo. Desse modo, é bastante interessante, por exemplo, uma nota na *Tribuna da Imprensa*, na qual se destacam as novas regras de redação implementadas no *Diário Carioca*.

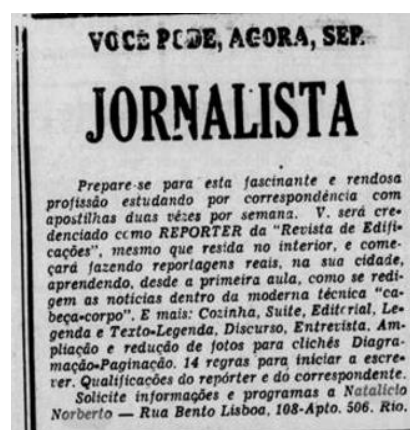
No texto da edição comum aos dias 22-23 de março de 1952, há uma pequena apresentação do manual formulado no diário concorrente, caracterizando-o como um “utilíssimo rol das normas do jornalismo moderno” e apresentando algumas dessas regras de escrita. A *Tribuna* destacava que já estava utilizando as novas técnicas jornalísticas, reivindicando seu pioneirismo naquele momento. Nessa perspectiva, elogiava o folheto do *DC*, afirmando que “não é à toa que Danton Jobim e Pompeu de Sousa são professores na Escola de Jornalismo da Faculdade Nacional de Filosofia” (TRIBUNA, 1952). Fica claro, portanto, o embricamento direto entre o fazer jornalístico fixado como moderno e a reflexão acerca desse fazer, também associado ao ensino universitário e à identidade profissional.

Todo esse ambiente fez com que ao longo dos anos 1950 houvesse uma maior pujança em relação à criação de bibliografia específica sobre o jornalismo, construída já a partir dos ideais da modernização. Assim, se no início da década de 1940, no *Curso Livre* de Vitorino Castelo Branco, o jornalismo era visto como um caminho para se chegar ao Parnaso e a reportagem como o degrau mais baixo de uma redação, nas obras produzidas a partir de reflexões universitárias ou feitas por agentes a elas associadas já é possível perceber uma delimitação bastante específica sobre o papel do repórter no “jornalismo moderno”. Note, por exemplo, como foi divulgado, no *Correio da Manhã* e em *O Jornal* um curso à distância oferecido por Natalício Norberto em 1959:

FIGURA 14: Oferta do curso de Natalício Norberto, “jornalismo moderno”



Correio da Manhã - 11/08/1959



O Jornal - 23/08/1959

Fonte: Edições de O Jornal e do Correio da Manhã

Dito curso, que resultou no livro *Técnicas e Princípios do Jornalismo Moderno*, publicado no mesmo ano, funcionava como uma espécie de manual prático, que buscava ensinar as técnicas modernas, expondo suas principais características textuais: como produzir uma manchete, onde e como obter notícias, regras de escrita e qualidades essenciais do repórter. Ou seja, a demanda “Você pode, agora, ser jornalista” é moldada com uma exposição do que, especificamente, um profissional da imprensa deveria fazer para ser considerado como tal. Nesse período, há um importante número de publicações similares à de Natalício Norberto (que, em 1962, publicou ainda *Manual Prático do Jornalista* e, em 1969, *Jornalismo para Todos*), como *Arte e Técnica da Imprensa*

Moderna, de Francisco Cantero (diagramador da *Última Hora*) em 1959. Na introdução desta obra, o autor deixa clara a natureza do seu empreendimento:

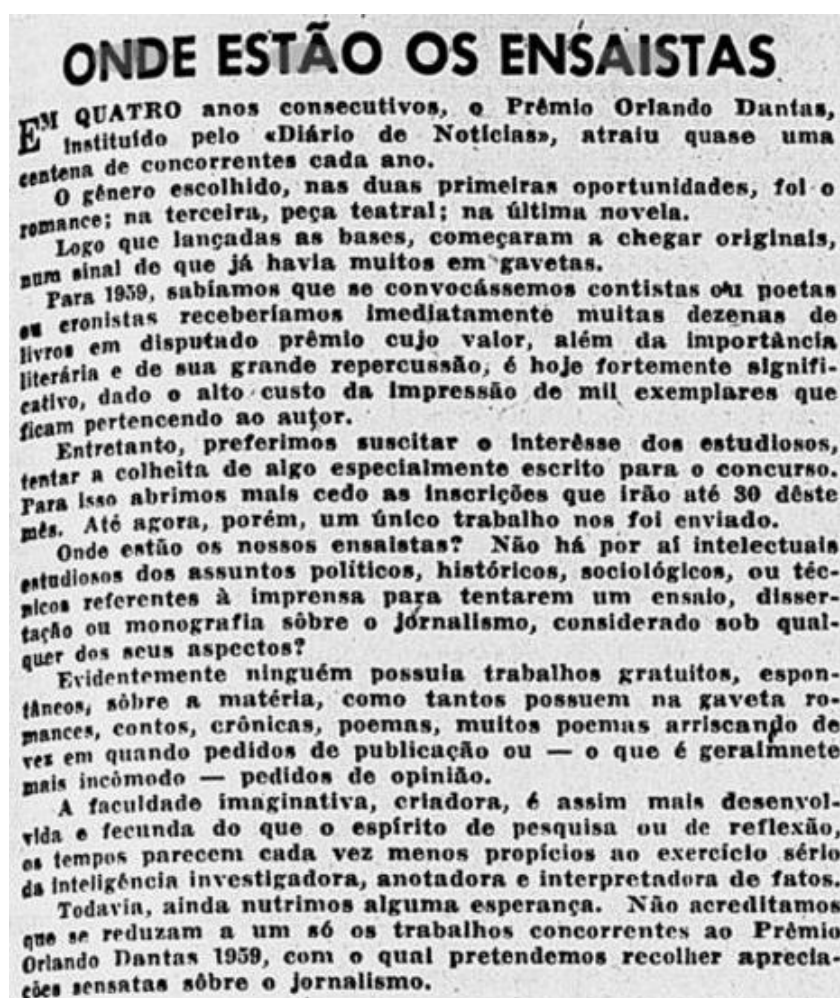
A falta de um livro elucidativo sobre os métodos práticos que podem e devem ser empregados na Imprensa, equivalente aos que já existem para inúmeras outras atividades, e que se faz sentir a cada dia que passa, levou-me a empreender esta tarefa, visando um objetivo especial: pugnar pela uniformidade e padronização dos processos mais modernos usados nas redações, departamentos de publicidade, oficinas e revisão de jornais e revistas, a fim de tornar seus serviços mais perfeitos e conhecidos de todos quantos fizerem ou pretendam fazer das lides jornalísticas o seu meio de vida. (CANTERO, 1959, p.15).

Há, nesse sentido, uma clara intenção didática que busca dar publicidade a técnicas específicas e padronizadas. Nesse livro pioneiro sobre diagramação, Cantero (1959) explica de maneira pormenorizada como deveriam funcionar as distintas partes que compõem uma redação, bem como aspectos práticos como a contagem de títulos, o cálculo de marcação dos clichês e uma sinalização padronizada para a revisão. Ao final do livro, havia um glossário, explicando e definindo vários termos técnicos “essenciais” do jornalismo. Tal como feito por Cantero (1959), a falta de material didático é um diagnóstico constante em comentários de vários jornalistas desse período. Nesse sentido, um jornal importante para o fomento da produção bibliográfica sobre o jornalismo foi o *Diário de Notícias*. Em seu suplemento literário, trabalhavam nomes como Gustavo Corção – que publicou em 1955 o livro *As Fronteiras da Técnica* – e Alceu Amoroso Lima. Este, sob o pseudônimo Tristão de Ataíde publicou semanalmente (em cinco seções, começando na edição de 06/10/1957), a reflexão do “Jornalismo como Gênero Literário”, que depois seria transformada em livro.

Nesse cenário, em 1954, o *Diário de Notícias* lançou o *Prêmio Orlando Dantas*, em homenagem ao seu fundador, e que, em seus começos, tinha por objetivo premiar novos nomes da literatura nacional, patrocinando a publicação de seus livros numa parceria com a editora Agir. Desse modo, as quatro primeiras edições do prêmio foram destinadas exclusivamente à ficção (elegeu-se por duas vezes o melhor romance; uma vez a melhor peça teatral; e uma vez a melhor novela). Nesse período, foram vários os concorrentes que se postularam no concurso, numa média de 70 obras por edição. Porém, em 1959, o jornal decidiu inovar e propôs que a premiação fosse destinada a ensaios sobre o jornalismo. Desse modo, naquele ano contávamos com duas premiações importantes: o *Esso*, que destacaria a melhor prática jornalística, e o *Orlando Dantas*, de melhor reflexão acerca do próprio fazer jornalístico.

Nas bases da convocatória deste último, dizia-se: “O Prêmio Orlando Dantas de 1959 visa estimular o estudo do jornalismo, sob o ponto de vista que for preferido pelos interessados, num ensaio de 100 páginas, no mínimo, e 200 páginas, no máximo, datilografadas em espaço duplo” (DIARION, 1959). Entretanto, a edição de 1959 não conseguiu atrair muitos concorrentes. De fato, até a data final da inscrição, apenas um trabalho havia sido enviado (*Redondo, negrito e grifo – Notas para uma história do jornalismo carioca*, inscrito sob o pseudônimo sugestivo de *Pedro Foca*), motivo pelo qual a data limite foi postergada, na espera de novos candidatos. Frente à baixa procura, na edição de 12 de abril daquele ano, o *Diário de Notícias* fez um balanço do sucesso das edições anteriores do prêmio, buscando entender os motivos do não engajamento em relação ao tema proposto e apelando para a capacidade imaginativa dos autores:

FIGURA 15: *Diário de Notícias* solicita ensaios sobre jornalismo



Fonte: Edição de 12/04/1959 do *Diário de Notícias*

Para isso, se perguntava “Onde estão os ensaístas” e completava: “Não há por aí intelectuais estudiosos dos assuntos políticos, históricos, sociológicos, ou técnicos referentes à imprensa para tentarem um ensaio, dissertação ou monografia sobre o jornalismo, considerado sob qualquer de seus aspectos?” (DIARION, 1959). A pergunta é indicativa de um campo ainda em formação, sem a solidez de uma matriz de reflexão perene e própria. Entretanto, a convocatória do jornal surtiu algum efeito e, ao final do novo prazo, outros três trabalhos foram inscritos: *Imprensa – ontem e hoje*; *Limites da Liberdade de Imprensa* e aquele que seria o vencedor do prêmio: *Introdução à Filosofia do Jornalismo*, de Luiz Beltrão (que se inscreveu com o pseudônimo de Gilberto Hélio). No livro, publicado no ano seguinte, Beltrão também diagnostica a falta de um estudo sistemático sobre o jornalismo em nosso país, afirmando que “alguns poucos e esparsos estudos publicados – à exceção de obras apoloéticas, históricas ou de memórias – o foram em jornais ou em páginas pouco manuseadas de ‘Anais’ dos congressos da classe” (BELTRÃO, 1960, p.19). O pernambucano foi se tornando, a partir de então, um intelectual influente do campo dos estudos em jornalismo. Ele, que, como já dissemos, participou da fundação do curso na Universidade Católica de Pernambuco, foi ainda diretor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, na qual defendeu sua tese doutoral em 1967.

Além da iniciativa do *Diário de Notícias*, havia uma série especial do Serviço de Documentação do Ministério da Educação chamada “Aspectos” e que publicou alguns trabalhos nesse mesmo período, como *Jornalismo e Democracia* de Raul Lima, o já citado *O Ensino do Jornalismo*, de Carlos Rizzini, além de *Jornalismo e Universidade*, de Celso Cunha e *Jornalismo e Literatura*, de Antonio Felinto. Houve ainda algumas traduções de textos estrangeiros como *Introdução ao jornalismo* (1959) e *Introdução ao jornalismo: uma análise do quarto poder em todas as suas formas* (1962), de Fraser Bond, além de *Manual de jornalismo* (1962), de John Hohenberg. Como pudemos perceber, nesse momento de consolidação incipiente de uma reflexão sistematizada sobre o jornalismo, boa parte dos trabalhos publicados possuía o caráter de manuais técnicos e textos didáticos, visando estabelecer os limites identitários e promover a profissionalização a partir dessas demandas. Quase sempre, ao final dos trabalhos era destacada uma parte “técnica”, em que se explicavam termos e o próprio funcionamento dos jornais modernos.

Esse movimento de padronização bibliográfica não aconteceu somente no Brasil, mas em muitos países da América Latina, consolidando a influência da matriz

estadunidense na reflexão sobre o jornalismo em nosso subcontinente, sobretudo nas décadas de 1960-1970. Nessa empreitada, a criação do Centro Internacional de Estudios Superiores de Periodismo para América Latina (Ciespal), em 1959, possui um papel fundamental. Como aponta Marques de Melo (1993, p.38), a Unesco – que nesse momento era um órgão bastante influenciado pelo Departamento de Estado dos EUA – teria verificado um descompasso entre as estratégias do uso dos meios de comunicação e os programas previstos para o desenvolvimento da região. Assim, com a ajuda da Organização dos Estados Americanos (criada em substituição ao Instituto Panamericano) e das fundações Ford e Friedrich Ebert, o Ciespal foi criado no mesmo ano da Revolução Cubana.

Nesse sentido, a liderança estadunidense estava receosa com o avanço do pensamento anticapitalista no continente e começou a utilizar a Unesco para influenciar os programas dos cursos jornalísticos na América Latina, privilegiando uma formação que seria mais ampla, menos crítica (ROCHA, 2016). Assim, sob a tutela da reflexão estadunidense, as propostas formuladas pelo Ciespal se estenderam rapidamente entre as nossas universidades e, desse modo, o conceito de jornalismo e de jornalista “foi variando de acordo com a postura de dita organização, que ampliou a lógica conceitual, além da prática profissional do jornalismo” (MELLADO, 2010, p.309, no original em espanhol). Jornalistas brasileiros participaram ativamente na criação do Ciespal, incorporando e ajudando na construção de sua lógica educacional. Para isso, durante a década de 1960, foram realizados vários cursos para docentes e diretores de escolas, além da promoção de seminários em cidades estratégicas da América Latina (LOPES, 2012) como Medellín, Cidade do México, Buenos Aires e Rio de Janeiro.

O Ciespal, nesse sentido, corresponde a um processo ambíguo, na medida em que é tanto criticado por representar a faceta mais visível do imperialismo estadunidense em relação ao ensino do jornalismo, como também é elogiado por ter sido o primeiro centro de estudos a propor uma reflexão comunicacional a partir no nosso subcontinente (MEDITSCH, 1999; MEDINA, 1978, 1982). Do ponto de vista educacional, o Ciespal propôs uma padronização das escolas de jornalismo da América Latina, sugerindo o número mínimo de anos de estudo, bem como o conteúdo das matérias a serem ofertadas e a ampliação da formação especializada. Como ressalta Mellado,

Entre as recomendações mais importantes do CIESPAL estipulava-se que (NIXON, 1978): as escolas deviam ter nível universitário, o programa acadêmico constaria de não menos que quatro anos, o currículo deveria incluir cursos humanísticos e técnico-profissionais, e as escolas teriam que se tornar faculdades autônomas dentro da universidade. (MELLADO, 2010, p.310, no original em espanhol).

Até 1962, desde o início da implantação dos cursos de jornalismo no Brasil, cada universidade organizava as disciplinas obrigatórias e os conteúdos ofertados de maneira independente. Entretanto, como aponta Lopes (2012), a partir desse ano, o ensino nessa área específica passou a obedecer ao chamado “currículo mínimo”, estabelecido pelo parecer 323/62 do Conselho Federal de Educação ao Ministério da Educação. Celso Kelly, presidente da ABI entre 1964-1966, era nesse momento representante brasileiro no Ciespal e foi o autor dessa padronização curricular, imposta a todas as escolas de jornalismo no país. A norma impactou nos 11 cursos existentes até então e na conformação dos outros que iriam surgir ao longo das décadas de 1960-1970. O primeiro e segundo currículos comuns a todas as escolas, entretanto, ainda estavam voltados para uma formação mais generalista, com apenas três disciplinas de cunho técnico. Por isso, sofreu inúmeras críticas, sendo reformulado nas edições seguintes, que previram uma formação em quatro anos:

A aproximação do pensamento acadêmico com os padrões das escolas dos Estados Unidos e a consequente obliteração dos modelos europeus – que haviam sido a mais forte referência teórica, principalmente para as ciências humanas, desde o nascimento da Universidade no Brasil – eram vistas com desagrado por muitos pesquisadores e docentes. Na avaliação do professor Eduardo Meditsch (1999), que desenvolve sua argumentação a respeito do assunto apoiado em pensadores como Octavio Ianni, Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro, as propostas do segundo currículo mínimo refletiam um deslocamento epistemológico no contexto universitário da época, marcado pela crescente valorização do funcionalismo americano em detrimento dos estudos jurídicos, filosóficos e literários. (LOPES, 2012, pp.89-90).

E talvez aí esteja a maior influência do singular coletivo estadunidense em nosso país. Afinal, uma das forças das técnicas jornalísticas gestadas nos EUA e que ajuda em sua disseminação em todo o mundo é o fato de que elas se oferecem como *teachables*, justamente pela padronização de certas demandas de apuração, escritura e texto. Como ressalta Nerone (2012, p.452, no original em inglês), associando-as à difusão do ensino, “uma das virtudes do jornalismo profissional era que ele era eminentemente ensinável. Não dependia de capacidades vagas e incomuns, como ‘instinto pela notícia’ ou na habilidade de canetar uma narrativa emocionante”. Ou seja, as técnicas do jornalismo estadunidense – ainda que ideal e normativamente – se tornam mais propícias de serem

disseminadas, ao permitirem a formação de repórteres (a partir do ensino de certas normas e pressupostos padronizados) e não de escritores (caracterizados por um estilo próprio e autoral). Aliadas a isso e colocando-se como impessoais e em defesa da opinião pública a partir da responsabilidade social que advogam essas normas passam a ser tomadas como a incorporação viva do conceito de jornalismo que se estabelece.

Assim, amparados pela institucionalização desse saber, os procedimentos discursivos da apreensão técnica propostos pela geração de 1950 e desenvolvidos nas décadas seguintes “deixaram de ser vistos como arbitrários, no sentido de ser um entre outros possíveis” (RIBEIRO, 2007, p.16). Ou seja, se antes, era possível perceber conceitos diferentes relacionados ao jornalismo no Brasil, a partir da sistematização educacional convergiu-se para um entendimento único desse singular coletivo a ela associado. Isso porque, como ressalta Ribeiro, os valores envolvidos por essa concepção técnica

tenderam a ser percebidos, não como valores de um grupo particular no interior da instituição jornalística, mas como os valores da própria instituição. A técnica aparecia como neutra. Aprender as práticas do discurso dominante passou a ser visto simplesmente como uma questão de adquirir as habilidades necessárias para operar no campo. (RIBEIRO, 2007, p.16).

Desse modo, a própria formação do campo jornalístico e de suas reflexões acadêmicas foi realizada a partir dos mesmos parâmetros que lhes confeririam legitimidade, gerando uma genealogia para o jornalismo e um conjunto de valores bem delimitados que, apesar de frutos de um esforço grupal específico, passou a ser visto como a própria instituição. Em relação aos cursos, boa parte deles se concentrava no sudeste e, sobretudo nas capitais. Esse fato, aliado à reflexão acadêmica incipiente, que buscava legitimidade, acabou por efetivar a ideia da modernização do jornalismo “brasileiro” (desconsiderando o jornalismo interiorano) e consolidar a influência da matriz estadunidense, reduzida à ideia de modelo.

Apesar de ter ajudado a delimitar normativamente o jornalismo, a partir de 1969, os currículos acabaram por adotar a nomenclatura de “Comunicação Social”, no qual o jornalismo surgiria como uma habilitação. Esse fato é ainda hoje muito criticado por vários autores brasileiros (COMISSÃO, 2009). Porém, a consolidação do ensino universitário e a instituição dos primeiros programas de pós-graduação em comunicação na década de 1970 permitiram uma produção intensa e vigorosa sobre o jornalismo em nosso país sob essa perspectiva. Para se ter uma ideia do avanço da oferta de formação em Comunicação Social, Weber (2000, p.168) aponta que entre 1968 e 1972 o número

de cursos passou de 20 para 46, o que gerou também um grande contingente de mão-de-obra formado pela universidade. Se antes as publicações teóricas sobre o tema eram muito espaçadas e intermitentes, a partir do final da década de 1960, ela se torna muito mais perene e normativizada. No cenário brasileiro da década de 1960-1970, o processo que levou à hegemonia dessas normas dependeu, como vimos, de seu espalhamento nas redações, fomentado pelo ensino universitário e também pelas associações de classe.

Nesse sentido, se a mudança na estrutura do curso para Comunicação Social é considerada por alguns como uma perda da especificidade do jornalismo, no mesmo ano surgiria uma das mais simbólicas fronteiras profissionais para esse grupo. Isso porque em 1969 foi decretada pela ditadura militar a obrigatoriedade da posse do diploma para o exercício do jornalismo no Brasil. Segundo Lopes (2012), apesar do contexto ditatorial, o decreto-lei foi também a consolidação de uma luta da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, que almejava essa regulamentação desde a sua criação, 15 anos atrás. Essa medida, no entanto, foi duramente criticada pelos jornais. *O Estado de S. Paulo*, por exemplo, em artigo do dia 23 de setembro afirma que aquilo era uma “inaceitável regulamentação” e apontava:

Repetimos e repetiremos sempre que não somos contrários à criação de cursos superiores do jornalismo. O contra que protestamos é a teimosia dos que pretendem tornar o jornalismo profissão exclusiva desses bachareis, como se bastasse a frequência a um curso dessa natureza para que tais bachareis se capacitassem a tratar superiormente da generalidade das preocupações humanas. (ESTADO, 1969).

A citação acima, de certa forma, atesta uma aceitação dúbia dos cursos superiores, na mesma medida em que defende que o jornalismo não deveria ser encarado como uma profissão exclusiva desses “bacharéis”. Essa postura, que também foi compartilhada por outros jornais, é índice, portanto, de um divórcio entre os jornais e o jornalismo, hiato que marcará a modernização definitiva dos estudos em jornalismo com os seus processos de purificação crítica.

5.5 O Jornalismo e suas discussões

Tendo em vista o exposto na seção anterior, é possível afirmar que a partir da institucionalização de saberes e da fixação de barreiras legais e simbólicas para o exercício profissional, o jornalismo, enquanto um singular coletivo, começa a ser pensado no Brasil para além dos jornais e de suas materialidades. Nesse ponto, o

jornalismo brasileiro, de fato, moderniza-se, isto é, gera formulações que buscam purificar o seu exercício através de uma técnica específica – sobretudo na discussão entre fatos e valores – e vincula sua discussão a quaisquer outras formas jornalísticas, independentemente dos seus contextos de produção. Assim, as formulações sobre *jornalismo* passam a se integrar internacionalmente como um atributo típico de uma cultura profissional específica, que estaria incorporada a uma comunidade para além de fronteiras nacionais, dotada de um mesmo conjunto de habilidades para ver e narrar o mundo. Para isso, o faz desconsiderando, sob vários aspectos, a diversidade de práticas e textualidades.

Como ressaltam Albuquerque e Roxo (2007, p.23) em relação à adoção dos discursos modernizadores no Brasil, por exemplo, “os princípios e valores que os acompanhavam, inspirado no modelo americano de jornalismo, eram sistematicamente desmentidos pela prática do jornalismo no mundo real”, na medida em que num contexto ditatorial, os jornalistas brasileiros enfrentavam toda a sorte de restrições e intimidações que os afastavam de conceitos como liberdade e democracia. Entretanto, o singular coletivo, como já destacamos, permite uma mobilidade temporal de suas proposições, surgidas no horizonte como promessas. Por isso, a partir da modernização, há um claro esforço de delimitação do *ismo* pela identificação daquelas que seriam as suas características “essenciais”, procurando demarcar o que passa a ser encarado como uma forma de conhecimento específica e universal e que, como consequência, poderia ser encontrada e reproduzida em qualquer lugar. É nessa expectativa moderna que o espaço universitário possuiu papel preponderante na emergência de uma nova conceptualização de jornalismo, que não abandonou, decerto, características já encontradas em outros momentos, como a perspectiva do atraso. Já nas fases iniciais da pesquisa em jornalismo no Brasil, é possível identificar o esforço pela formulação de conceitos próprios para explicar a especificidade do fenômeno jornalístico e que persistem até hoje. Corroborando para esse diagnóstico, Juarez Bahia em *Jornal, História e Técnica*, ao tratar da imprensa moderna, afirmava que:

...desde 1950 e, de modo particular, nos anos 60, o ensino de jornalismo no Brasil toma um notável impulso, com a reestruturação dos cursos anexos à Faculdade de Filosofia, a sua transformação em escolas e faculdades e a criação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Este instituto dedicado ao jornalismo e às comunicações surge no País a coincidir com o advento de novo jornalismo – isto é, a definir e ampliar o conceito moderno das ciências da informação. (BAHIA, 1967, p.105).

Nesse momento, Bahia (1967) afirmava que a imprensa brasileira ocupava um lugar relevante no quadro do moderno jornalismo mundial. Entretanto, do ponto de vista da informação, isto é, “no que diz respeito à estrutura e às responsabilidades comunicadoras e formadoras do jornalismo perante o público e a sociedade”, os jornais brasileiros ainda estariam defasados em relação a outras nações “mais desenvolvidas” (BAHIA, 1967, p.83). Porém, o autor afirmava que era possível identificar um jornalismo “novo”, caracterizado como “ramo de uma ciência que estuda o comportamento dos grupos coletivos e a transmissão de ideias” (BAHIA, 1967, p.84), nas quais as velhas técnicas de informação estariam sendo substituídas por modernos métodos de comunicação de massas. Há, desse modo, uma teorização do jornalismo que, como promessa, se difere das materialidades propriamente ditas, o que talvez explique a maneira sem sobressaltos em que este hiato é descrito:

[m]uito embora a imprensa sofra a influência de ‘status quo’ econômico e político cujas origens remontam ao século XIX – especialmente o domínio do proprietário sobre o domínio da informação –, o fato é que o jornal contemporâneo se integra ao **novo** jornalismo como grande órgão de informação – isto é, o interesse da notícia, a interpretação desapaixonada do acontecimento, ou opinião independente acima de outras conveniências – a fim de oferecer ao leitor o panorama realista da vida comunitária. (BAHIA, 1967, p.85, com destaque do próprio autor).

Ou seja, o “novo jornalismo” surge como um projeto de purificação, apesar das “impurezas” no qual está imerso como, por exemplo, as influências políticas e econômicas. Consequentemente, apesar de atestar que “a missão do jornalismo se confunde com a natureza da informação. Sua tarefa é a promoção do bem comum”, Bahia (1967, p.131) afirma que “naturalmente o jornalismo está sujeito a distorções e, na prática, seus conceitos nem sempre ocorrem como na teoria”. O que podemos notar, portanto, é uma idealização do jornalismo e de como ele *deveria ser* frente a uma prática que não se constitui como tal. Certamente, esse tipo de teorização normativa pode ser importante para buscar formas de aprimorar o jornalismo e pensá-lo como seria no futuro, especialmente em termos de formação universitária. Entretanto, do ponto de vista histórico, esse hiato é, como já apontamos, extremamente problemático na medida em que defende a existência de um único padrão jornalístico que não enfrenta efetivamente as práticas e processos múltiplos que são, de fato, realizados.

Não por acaso, quando observamos as definições de jornalismo descritas nas décadas de 1950 adiante, encontramos uma permanência na recorrência da afirmação desse paradigma moderno, pese as grandes modificações vivenciadas pelos jornais

desde então. Assim, se no primeiro capítulo, pudemos realizar um escrutínio do presente ao passado a partir do diagnóstico e soluções para a “crise contemporânea”, identificando respostas semelhantes; um movimento contrário, do passado ao presente, confirma a própria reificação do jornalismo como um singular coletivo. Como vimos, Kovach e Rosenstiel (2004) – que servem contemporaneamente de inspiração a muitos autores brasileiros –, ao se perguntarem sobre qual seria o propósito do jornalismo, chegam a uma lista de elementos estruturadores, que reforçam seu dever com a verdade e seu compromisso com a sociedade. Esse conjunto de delimitações, entretanto, já estava expresso de maneira muito similar no livro *Introdução ao Jornalismo* (1959), de Fraser Bond, citado recorrentemente pelos autores brasileiros na década de 1960. Nele, é elencada uma série de deveres como: *dever de ser independente* (a imprensa deve apossar-se em bases econômicas próprias); *dever de ser imparcial*; *dever de ser exato* (o esforço pela exatidão imparcial é uma das medidas da qualidade jornalística, qualquer que seja o veículo); *dever de ser honesto*; *dever de ser responsável* (a imprensa é uma instituição semi-pública com deveres para a sociedade que serve). Assim, para Bond (1959), o jornalismo teria quatro razões de ser fundamentais: informar, interpretar, orientar e entreter.

Essas categorias seriam utilizadas por vários autores como Mário Erbolato, Juarez Bahia, Luiz Beltrão, Luiz Amaral, entre outros. Marques de Melo (1985), por exemplo, parte dessas hierarquias para sua construção teórica acerca dos gêneros jornalísticos, que ele identifica como: informativo, interpretativo, opinativo e diversional. Pese essa divisão, certamente a proposição do gênero “informativo” é aquela que mais se assemelha à idealização do jornalismo. Não por acaso, Melo retoma Fraser para afirmar que o primeiro propósito e responsabilidade da imprensa seria o de assegurar ao povo a informação. Dita responsabilidade requeria, na visão de ambos os autores, uma completa objetividade das notícias. Nesse sentido, Marques de Melo (1985) criticava o modelo de ensino polivalente das universidades brasileiras, afirmando que enquanto a propaganda e as relações públicas “processam mensagens que pretendem persuadir e levar os cidadãos à ação, adentrando muitas vezes o espaço do imaginário e apelando para o inconsciente, o jornalismo atém-se ao real, exercendo um papel de orientação racional” (MELO, 1985, p.9). Há, desse modo, a proposição de que o jornalismo não deveria estar contaminado pela imaginação, mas somente pelo “real”, numa clara defesa de zonas ontológicas distintas: uma do fato e a outra do imaginário.

A definição desse papel primordial do jornalismo é referida também em *A Imprensa Informativa*, de Luiz Beltrão, segundo o qual “a primeira das funções sociais experimentadas pelo jornal moderno é a informação, ou seja, o relato puro do que ocorre de significativo em todos os domínios do pensamento e da atividade humana” (1969, p.81). De maneira similar ao que Kovach e Rosenstiel (2004) fariam cinco décadas mais tarde, o autor brasileiro também em *Iniciação à Filosofia do Jornalismo* defende o jornalismo como algo essencialmente humano, que poderia ser encontrado em qualquer tipo de agrupação coletiva:

Lancemos um rápido olhar para o homem primitivo, o homem das cavernas ou silvícola, que não conhecia a escrita, que apenas esboçava a vida comum. Nada obstante, esse homem fazia jornalismo, o que vale dizer que transmitia aos seus semelhantes, à sua tribo regularidade e frequência, interpretando-os, os fatos correntes que interessavam à comunidade (BELTRÃO, 1960, p.23).

Ou seja, apesar da problemática falta de um lastro histórico que homogeneíze “homem primitivo” como uma categoria singular, o argumento sustenta que um instinto humano básico teria levado ao desenvolvimento do jornalismo moderno nas sociedades contemporâneas. Essa universalidade, para Beltrão (e também Kovach e Rosenstiel), era uma característica intrínseca do próprio jornalismo, defendido por ele como a informação dos fatos correntes, “de acontecimentos registrados em qualquer setor da vida social, em qualquer parte do universo, em qualquer domínio das ciências, das artes, da natureza e do espírito que sejam capazes de despertar o interesse dos homens reunidos em sociedade” (BELTRÃO, 1960, p.62). Em sua obra, Beltrão retoma Alceu Amoroso Lima para reafirmar que a função do jornalismo seria a de informar e formar, isto é, transmitir a informação, mas ser também capaz de contextualizá-la. Entretanto, até mesmo a opinião deveria estar balizada pela objetividade que, segundo o autor, seria um atributo essencial do jornalista:

Na gestação da obra jornalística, entretanto, não deve o agente esquecer o fato, perder de vista o objeto, mesma que a tal seja tentado pela possibilidade de vitaminizá-lo graças à sua cultura ou a sua capacidade pessoal de raciocínio e inferência. Porquanto outro traço marcante da sua personalidade é a objetividade, o apego à verdade, ao sucedido. Tudo deriva daí: a informação do fato; a formação pelo fato; a atualidade do fato; o estilo determinado pelo fato. O fato, o acontecimento, é a medida do jornalista... A veracidade, o realismo, sua grande força. (BELTRÃO, 1960, p.163).

Note que a formulação de Beltrão assemelha-se à definição de jornalismo estadunidense realizada pelo *Correio da Manhã* em 1929 que observamos no capítulo 3

(ver p.116). Entretanto, em sua obra, isso já não surge como uma característica específica dos jornais dos EUA, mas sim como um atributo do *jornalismo* em qualquer lugar, cultura ou tempo. O jornalista, nesse sentido, deveria ser capaz de controlar as próprias emoções e de resistir às tentações de “vitaminizá-lo”, observando a realidade com a “neutralidade do filme fotográfico, a fim de reproduzi-la no jornal com veracidade e exatidão” (BELTRÃO, 1969, p.198).

Apesar dessa defesa da objetividade como uma essência da prática jornalística, Beltrão é também bastante crítico e reconhece uma falácia entre a idealização e a prática, o que torna essa defesa bastante ambígua. Entretanto, mesmo com a crítica à objetividade, a ideia forte de fatos purificados resiste em sua obra. Esse traço, como já havíamos adiantado, é bastante peculiar da ressemantização do *jornalismo* brasileiro. Isso porque, apesar de muitos autores defenderem a purificação objetiva como aquilo que definiria a imprensa moderna e sua missão, há também um reconhecimento do seu não alcance. Nesse sentido, o argumento que expomos no primeiro capítulo trazido pelo *Grupo Globo* (o de recursos que permitiriam ao homem diminuir o seu subjetivismo) já pode ser encontrado em várias obras bibliográficas na metade final do século XX. Como apontava Jobim ([1957]1992), na defesa do jornalismo moderno:

Um fato que desafia contestação é que o jornal contemporâneo, ou mais precisamente, o grande jornal de informações, é um constante esforço para oferecer ao leitor diariamente o quadro tão realista quanto possível da vida na comunidade. Está longe, por certo, de ser o espelho fiel dos tempos, mas um confronto dos seus padrões de informação com os do passado mostra que ele tem caminhado sempre no sentido da objetividade e da exatidão maiores do noticiário (JOBIM, 1992, p.36).

Note que há uma separação implícita entre jornal informativo (associado ao ideal do *ismo*) e os outros. Além disso, já em Jobim é possível perceber uma crítica em relação à metáfora do espelho, ainda que, como uma nova promessa, indica-se que a objetividade nos estaria levando a melhores padrões de exatidão e a um quadro tão realista quanto possível. Esse diagnóstico também é defendido por Erbolato (1978), segundo o qual, a adoção de novas técnicas no jornalismo teria elevado a profissão, levando-a a uma conquista autêntica: “a separação entre, de um lado, o relato e a descrição de um fato, dentro dos limites da objetividade permitidos pela natureza humana e, de outro, a análise e o comentário da mesma ocorrência” (ERBOLATO, 1978, p.33). Por isso, o autor argumenta que o jornalismo poderia ser dividido em dois grandes grupos: o informativo e o opinativo. Este último, no entanto, ao buscar

interpretar os fatos do cotidiano não buscava regressar “aos velhos tempos”, quando, segundo ele, as notícias, os comentários e as opiniões eram publicadas num só texto, de forma entrelaçada (ou seja, pouco purificadas, pré-modernas). Isto porque “o novo jornalismo deseja aprofundar-se na análise das ocorrências e completa-las com matérias paralelas, *mas sem que seja emitida qualquer opinião*” (ERBOLATO, 1978, p.34, com grifos nossos). Temos, portanto, uma similaridade em relação à proposta de Beltrão, e à dos princípios do *Grupo Globo*, com a estranha premissa de “emitir opinião sem ter um viés”.

A questão da separação entre jornalismo e informação é também apontada por Marques de Melo (1985). Nesse sentido, o autor afirma que seria preciso deixar claro que essa distinção era tanto um artifício profissional quanto político. No primeiro ponto, a divisão corresponderia ao limite no qual o jornalista se moveria, entre o dever de informar honestamente o que observa e o poder de opinar, caso isso fosse concedido pela instituição em que atua. No ponto político, entretanto, a divisão possuía um sentido histórico:

ontem, o editor burlando da vigilância do Estado, assumindo fiscos calculados nas matérias cuja autoria era revelada (*comments*), hoje, desviando a vigilância do público leitor em relação às matérias que aparecem como informativas (*news*), mas que na prática possuem vieses ou conotações. (MELO, 1985, p.16).

Ou seja, o autor defende que a separação entre informação e opinião seria também um argumento ideológico, que poderia ser utilizado para mascarar julgamentos travestidos como informação. Nesse sentido, é preciso aclarar que na década de 1970, a objetividade começou a sofrer uma série de críticas mais frequentes e teoricamente embasadas. No cenário internacional, importantes obras do chamado *newsmaking* criticavam a postura radical de defesa de uma realidade exterior, defendendo as notícias como construções sociais. Nesse sentido, autores como Gaye Tuchman (1976) e Bird e Dardenne (1978) começaram, a partir de estudos sociológicos da imprensa, a relativizar a noção da objetividade, encarando-a como um ritual estratégico que permitiria ao jornal e ao jornalista esquivar-se de críticas. Já no caso brasileiro, num contexto ditatorial, a objetividade funcionava tanto como uma salvaguarda para jornalistas – no sentido em que assegurava as bases do *ethos* profissional e seus valores –, quanto como uma crítica ao que seria uma cooptação para um não engajamento da luta contra a ditadura.

Albuquerque e Roxo (2007), por exemplo, defendem a tese de que a retórica e os procedimentos técnicos desse modelo objetivo asseguraram uma boa base de barganha entre os donos das principais empresas de mídia – voltados aos ideais capitalistas – e seus empregados, vários deles integrantes de movimentos de esquerda. Isso porque, de um lado, ainda que a realidade fosse a da censura e de controle, os jornais (muitos deles havendo defendido o golpe civil-militar de 1964) puderam reivindicar que ofereciam um trabalho ligado a ideais como liberdade, modernidade e democracia. Por outro, apesar de desdenharem da objetividade como um ideal inacessível, a retórica a ela associada “permitia aos jornalistas reivindicar o exercício de um serviço público e, desta forma, proporcionava a eles alguma autonomia em relação aos seus chefes” (ALBUQUERQUE, ROXO, 2007, p.3).

Como índice da crítica e do uso pragmático do conceito de objetividade, no final da década de 1970, Nilson Lage publica *Ideologia e Técnica da Notícia*, resultado de sua dissertação defendida em 1976. Ao tratar desse tema, Lage afirmava que o conceito de objetividade em voga naquele momento consistia em descrever os fatos como eles pareciam. Na verdade, para ele, “representava, então, abandono consciente das interpretações, ou do diálogo com a realidade, para extrair desta apenas o que se evidencia” (LAGE, 1979, p.5). Nesse sentido, a competência profissional, aponta Lage (1979), passou a ser medida pela observação exata e minuciosa dos acontecimentos. Ou seja, quanto mais estreita fosse a relação entre texto e realidade, de melhor qualidade seria o relato produzido. Entretanto, o autor critica essa postura afirmando que o jornalista deixava inevitavelmente interferir fatores subjetivos na hora de ordenar suas observações em texto, motivo pelo qual a objetividade poderia, na verdade, somente disfarçar pontos de vista e ideologias específicas. Por isso, ele defendia que “a interferência da subjetividade nas escolhas e nas ordenações será tanto maior quanto mais objetivo, ou preso às aparências, o texto pretenda ser” (LAGE, 1979, p.16). Porém, apesar das críticas, Nilson Lage (que, como apontamos, havia trabalhado no *Diário Carioca* e sido copidesque do *Jornal do Brasil* na fase das reformas) reafirma as vantagens práticas da técnica moderna, afirmando que elas

...correspondem à proposição de um improvável ponto de equilíbrio diante do qual um fato ocorrido pudesse ser contado de uma maneira só mais justa. O procedimento resultante dessa forma de entender o texto informativo ofereceu certas vantagens; entre estas, o compromisso com a realidade material e a denúncia das fórmulas arcaicas de manipulação. (LAGE, 1979, p.24).

Ainda que esse ponto de equilíbrio seja “improvável”, Lage (1979) afirmava que a proposta de uma linguagem transparente na qual seria apresentado o fato íntegro, acabou por forçar o jornalista a uma atitude de indagação, que o fez buscar o “seu próprio ponto de equilíbrio, desenvolvendo um conceito de verdade extraído dos fatos com o extraordinário poder de convencimento dos próprios fatos.” Desse modo, ele reafirmava que, moderno, o texto noticioso poderia “ser apreciado hoje como bem simbólico de consumo universal” (LAGE, 1979, p.50).

Ao final da década de 1970, no entanto, é possível perceber uma crítica cada vez maior das associações de classe profissional em relação ao desengajamento político por parte dos jornais nas discussões de temas centrais como o fim da censura e do regime totalitário. Nesse sentido, aponta Roxo (2002), havia em vários setores sociais o aparecimento de um “novo sindicalismo”, que também pode ser percebido no campo jornalístico. Neste caso, o ativismo sindical buscava estabelecer “um polo de resistência às ‘imposições comerciais’ e à ‘padronização de notícias’”. O que nos leva para a questão do controle dos jornalistas nas redações das grandes empresas e a luta dos mesmos pelo resgate de sua ‘autonomia interpretativa’” (ROXO, 2002, p.2). Como destacamos anteriormente, diferentemente do caso estadunidense, no Brasil houve uma “modernização autoritária” (ALBUQUERQUE, 2010) que, de um lado, serviu para gestar um sentimento de classe profissional e, de outro, restringiu a atuação política e interpretativa por parte dos jornalistas. Isso está na base da ambiguidade do *ismo* brasileiro. Nesse cenário, em 1979, o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo iniciou uma greve que reivindicava aumento salarial para a categoria, bem como o reconhecimento do chamado Conselho Consultivo de Representantes de Redação, órgão que pretendia recuperar a dimensão ativa do jornalista na discussão dos processos de produção da notícia.

O chefe do comitê de greve era Perseu Abramo, editor de Educação da *Folha de S. Paulo*, para quem a paralisação “representou a culminância de um processo que se inicia nos anos setenta, de retomada do sindicato, de luta contra a censura e de resistência à identificação ideológica dos jornalistas com as empresas jornalísticas”. (ABRAMO, 1997, s/p, citado por ROXO, 2002). Apesar da sua grande adesão, a greve de 1979 não foi capaz de impedir a circulação dos jornais. Além disso, ela foi considerada ilegal pelo Tribunal Regional do Trabalho. O movimento gerou ainda uma série de represálias por parte dos patrões, que realizaram uma demissão em massa das empresas, buscando sufocar novos movimentos (ROXO, 2002). Segundo Alberto Dines

(ABREU, LATTMAN-WELTMAN, ROCHA, 2003), essa reação dos donos de jornais também esteve diretamente relacionada à criação da Associação Nacional de Jornais (ANJ) que, associada à Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), começou a impor uma série de novas estandarizações e um jornalismo voltado diretamente ao mercado. Nesse sentido, Roxo (2002) postula que a greve redefiniu também a identidade dos jornalistas, privilegiando seu papel como “trabalhador” e não como “intelectual”. Deste modo, reivindicava-se uma nova padronização, bem como uma aderência do jornalista ao projeto da *empresa* onde trabalhava. Para Albuquerque e Roxo (2007), o símbolo mais efetivo dessa modificação de panorama foi a reforma da *Folha de S.Paulo*:

...o “Projeto Folha” visava redefinir totalmente a cultura profissional do jornal. Para tal, a Folha de S. Paulo publicou um manual de redação que enfatizava o compromisso dos jornalistas com o valor da objetividade e dava instruções bastante detalhadas sobre o modo como os jornalistas deveriam se comportar no processo de produção das notícias (cabe destacar que a cobertura da greve mereceu um tópico especial e bastante detalhado por parte do manual). (ALBUQUERQUE, ROXO, 2007, p.26).

Assim, se no início da década de 1950 e 1960 os manuais de redação possuíam uma clara orientação técnica (que também podem ser observados em outros textos como *Cartas a um Foca* ou nas bibliografias que versavam sobre essa parte tecnicista), “nos anos 80 eles transcenderam essa dimensão e passaram a servir como instrumento de controle e adesão ideológica do jornalista ao projeto do jornal” (HOFFMAN, 2013, p.8). Como índice desse controle, entre maio de 1984 e fevereiro de 1987, a *Folha* demitiu 474 jornalistas, numa redação que possuía cerca de 350 postos. Essa alta rotatividade foi justificada por Frias Filho pela não adequação de muitos profissionais ao projeto do jornal, além do que julgava ser a necessária retirada de jornalistas com formação e postura “política” (PONTES, 2015, p.59).

É nesse sentido que o *Projeto Folha* foi pautado por grandes transformações e, como vimos no primeiro capítulo, por uma crítica à crítica da objetividade. Um ponto curioso desse processo é que essa crítica da crítica possui ambiguidades semelhantes a essas que viemos destacando anteriormente e também na resistência indicada na greve de 1979. Como aponta Roxo (2002), ao analisar textos produzidos por Perseu Abramo sobre o tema, o jornalista afirmava que os profissionais da informação deveriam defender

...a lisura nos procedimentos técnicos na obtenção da informação, na crítica a objetividade e a imparcialidade professadas pela grande imprensa, que escondem escolhas ideológicas e no engajamento necessário do jornalista na comunicação, definida como social, isto é, a serviço do conjunto da sociedade e não apenas da parcela que detém o poder. (ABRAMO *apud* ROXO, 2002).

Ou seja, a crítica de Perseu Abramo é menos em relação à possibilidade da objetividade e mais ao seu uso ideológico e equivocado por parte das grandes corporações midiáticas. Apesar da crítica ao significativo objetividade e imparcialidade, a relação moderna e purificadora era defendida na adoção dos mesmos procedimentos técnicos objetificadores tanto pelos jornais quanto pelos jornalistas que estariam lutando, a princípio, em campos opostos. Isso porque substancialmente, ainda que a prática nos demonstre diferentes manifestações jornalísticas – variadas, contraditórias, heterogêneas – o conceito a elas associadas pelo singular coletivo é *essencialmente* o mesmo.

Não por acaso, durante toda a década de 1990, podemos perceber a afirmação dessa essência em muitos manuais de redação que foram gestados tanto por jornais quanto por professores e jornalistas. Em trabalho que analisa esse tipo de obra, Leal (2012) encontra a afirmação de um padrão essencial, acompanhada de uma redução das relações temporais que perpassam os processos e produtos jornalísticos a partir de uma visada evolutiva, calcada no progresso técnico e tecnológico. Por isso, o *presentismo* surge como um elemento fundante da perspectiva materializada por esses textos de caráter pedagógico que, sem historicizar ou problematizar valores e experiências, acabam engendrando a perspectiva que o jornalismo sempre teria sido assim. Nesse sentido, no esforço de legitimar um modo de compreender o jornalismo, manuais e jornais assumem acriticamente os valores que tomam como padrão, promovendo uma espécie de minimização do fenômeno histórico, em suas tensões, diversidades, continuidades e rupturas a partir de um tom prescritivo (LEAL, 2012). Como argumentamos no primeiro capítulo, esse *presentismo* é típico do regime de historicidade moderno que, no caso do jornalismo, também é fruto de uma temporalização específica e sua sobreposição com uma ideia de notícia. Não por acaso, boa parte dos textos da chamada “Teoria do Jornalismo” inicia seus argumentos perguntando-se “por que as notícias são como são” e buscando entender “que efeito as notícias geram”. Nesse sentido, afirma Jorge Pedro Sousa,

Uma teoria científica tem de delimitar conceptualmente os fenómenos que explica ou prevê. A teoria do jornalismo deve ser vista essencialmente como uma teoria da notícia, já que a notícia é o resultado pretendido do processo jornalístico de produção de informação. Dito por outras palavras, a notícia é o fenómeno que deve ser explicado e previsto pela teoria do jornalismo e, portanto, qualquer teoria do jornalismo deve esforçar-se por delimitar o conceito de notícia (SOUSA, 2002, p.2).

Há, portanto, uma redução das dimensões simbólicas e processuais das práticas e textualidades jornalísticas em favor do que seria o “resultado pretendido”, entendido unicamente como a notícia. Também Felipe Pena (2005, p.18) afirma que a pergunta mais importante para a Teoria do Jornalismo é a de “qual o critério utilizado pelos profissionais da imprensa para escolher que fatos devem ou não virar notícia”. A busca pelos critérios de noticiabilidade certamente é importante. No entanto, a maneira como ela tem sido feita desde Fraser Bond (1959), passando por Mauro Wolf (1987) ou Luiz Amaral (1996), com a elaboração de listas que analisam a capacidade de um fato em virar notícia, também é caracterizada pelo mesmo *presentismo* que essas teorias apregoam. De fato, como critica Adelmo Genro Filho (1987, p.31), “as listas de quaisquer dessas classificações, pelo critério empirista que preside sua elaboração, não só podem ser trocadas umas pelas outras, como o número de itens arrolados pode ser aumentado ou diminuído indefinidamente”. Ao invés de partirem das notícias como construções históricas para perceberem, a partir daí, que conceitos de jornalismo emergem; elas já partem de um *ismo* pré-determinado que, como consequência, delimitam *a priori* o que é notícia.

Essa convergência simplista entre jornalismo e notícia é, no entanto, conquistada a um custo histórico muito alto. A própria diversidade – identitária inclusive – dos jornais (em suas mudanças e clivagens, como editorias e seções, e nas próprias notícias que apresenta) e do jornalismo (nas várias formas, processos e transformações) é deixada de lado, sacrificada em nome do contínuo aqui-agora (JACOME, LEAL, MANNA, 2017). Esse esquecimento de si, referente a uma dada mídia informativa e à instituição social de maneira ampla, promove claros apagamentos e simplificações, além de impor hierarquizações. Genro Filho (1987), na defesa de uma teorização jornalística que fosse capaz de situar seus aspectos histórico-sociais no contexto de uma reflexão ontológica sobre o desenvolvimento social, critica essa visada funcionalista (que ele percebe, por exemplo, em obras de Cremilda Medina e Ciro Marcondes Filho), afirmando que a busca pela “especificidade” do jornalismo limita-se a uma receita

técnica e a regras operativas que os jornalistas deveriam seguir sem saber o motivo. Por isso:

A realidade transforma-se num agregado de fenômenos destituídos de nexos históricos e dialéticos. A totalidade torna-se mera soma das partes; as relações sociais, uma relação arbitrária entre atitudes individuais. O mundo é concebido como algo essencialmente imutável e a sociedade burguesa como algo natural e eterno, cujas disfunções devem ser detectadas pela imprensa e corrigidas pelas autoridades. (GENRO FILHO, 1987, pp.172-173).

É, a nosso ver, como um índice do *presentismo* e normatividade essencialista que podemos avaliar as novas diretrizes curriculares para os cursos de jornalismo no Brasil. Nesse processo, dois momentos são chave: 1969 e 2009. Como vimos, em 1969, o exercício jornalístico profissional começou a requerer formação universitária e, no mesmo ano, essa formação passou a ser parte do campo amplo da Comunicação Social. Já no início do século XXI, podemos observar o processo inverso: em 2009 foi aprovada a chamada desregulamentação profissional pelo Supremo Tribunal Federal, que julgou como inconstitucional a obrigatoriedade do diploma de jornalista para o exercício laboral. No mesmo ano, formou-se uma Comissão de Especialistas (Portaria Nº 203/2009), a pedido do Ministério da Educação, que definiu novas diretrizes curriculares para os cursos de jornalismo, entre elas, desvinculando-os da Comunicação. Presidida por José Marques de Melo, a comissão era formada ainda por Alfredo Vizeu, Carlos Chaparro, Eduardo Meditsch, Luiz Gonzaga Motta, Lucia Araújo, Sergio Mattos e Sonia Virginia Moreira.

No texto resultante dos trabalhos da comissão²⁷, afirma-se que o jornalismo entrou no século XXI “em estado de crise”. Como causas dessa crise, destaca-se um entendimento “antigo” do jornalismo como processo controlado somente pelo jornalista, em torno do qual tudo girava. No novo contexto tecnológico, entretanto, “o **todo** do processo jornalístico foi profundamente alterado por uma nova relação entre o **fato** e a **notícia**. No velho conceito e na velha realidade, havia um intervalo entre ‘o acontecido’ e ‘o noticiado’” (COMISSÃO, 2009, p.6, com grifos do autor). Dito intervalo, entretanto, seria relativizado com novas possibilidades de interação, motivo pelo qual o poder hegemônico das redações tradicionais é questionado. Esse “estado de crise” diagnosticado pela Comissão de Especialistas é, como vimos no primeiro capítulo, recorrente na história do jornalismo e funciona como uma das características

²⁷ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_final_cursos_jornalismo.pdf Último acesso: 16/03/2017

constituintes do singular coletivo. Além disso, note-se que há, nos argumentos acima expostos, uma forte ideia de aceleração como se estivéssemos nos aproximando cada vez mais rápido do “acontecido”, quase anulando a distância entre ele e o “noticiado”. Apoiada na promessa que só será implementada no futuro, o que percebemos nesse momento é uma nova onda de conceitualização do jornalismo a partir das mesmas premissas essencialistas do discurso moderno. Esse movimento foi derivado de vários processos interligados como o lançamento de um Programa de Qualidade do Ensino de Jornalismo pela Fenaj, além da criação da Associação Brasileira de Pesquisadores de Jornalismo (SBPJor) e do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ). Nesses distintos espaços, há um trabalho vigoroso no sentido de consolidar elementos essencialistas do jornalismo, bem como uma deontologia, que permitiriam delimitá-lo como uma forma de conhecimento específica. Nesse processo, percebemos uma forte defesa do *ismo* moderno, a partir da proposição repaginada de conceitos como objetividade e imparcialidade que assumem, de maneira muitas vezes conservadora, a divisão moderna entre as práticas de purificação e tradução.

É nesse sentido que, por exemplo, Josenildo Guerra (coordenador do Programa de Pesquisa em Qualidade, Inovação e Tecnologia Aplicada ao Jornalismo) defende uma abordagem normativa do jornalismo, buscando conceituar o processo que resultaria na notícia propriamente dita. Para o autor, essa normatividade constituiria parâmetros fundamentais para a avaliação e execução da atividade jornalística:

A ideia de uma abordagem normativa pressupõe, por sua vez, que a notícia especificamente e a instituição jornalística de modo geral se realizam sob regras de diversos tipos, as quais são de grande importância no estabelecimento de diretrizes gerais para a instituição e específicas para cada organização empresarial que se propõe à atividade. Tais regras se apresentam de modo mais concreto nos códigos deontológicos, manuais de redação e leis de imprensa, mas são de caráter muito mais amplo. As normas morais de uma sociedade, por exemplo, também atuam definindo os rumos da atividade jornalística conceituar o processo de formulação, sistematização e obtenção dos dados que resultam na notícia propriamente dita. (GUERRA, 2002, pp.2-3).

Partindo do pressuposto de que a objetividade é o fundamento da mediação entre realidade e público realizada pelo jornalismo, Guerra (1999, 2000, 2002, 2008) afirma que este conceito abre a possibilidade de discussão sobre critérios de qualidade e de pertinência que ajudariam a distinguir o bom e o mau jornalismo. Haveria, para o autor, três aspectos da atividade noticiosa que poderiam ser identificados desde o final do século XIX quando, segundo ele, a imprensa (tomada no texto como uma generalidade)

teria se profissionalizado: o normativo, técnico e o organizacional. Assim, defende que “eles se interpenetram de um modo particular, formando, no conjunto, o Jornalismo” (GUERRA, 2000, p.2). Ou seja, há aí o conceito de *jornalismo* formalizado como um singular coletivo para além de práticas e textualidades específicas.

Por isso, menos interessado na materialidade histórica, a proposta do autor parece focar na avaliação dessa materialidade de um jornalismo sempre *por vir*. Sem partir de exemplos concretos, Guerra afirma que “a objetividade representa a propriedade que o discurso tem de ser fiel ao fato. É o conceito que garante o modelo da mediação, na medida que fundamenta a plausibilidade do imperativo ético fundante do jornalismo: o compromisso de abordar fatos reais” (GUERRA, 2008, p.8). Assim, ao equiparar a mediação jornalística à própria objetividade, Guerra (2000) – de maneira certamente muito mais elaborada, mas ainda similar à *Folha de S. Paulo* – realiza uma crítica às críticas em relação a esse conceito:

Ora, a objetividade é fundamental para sustentar o imperativo ético, que por sua vez é a pedra angular do jornalismo como prática de mediação. Ao se colocar a objetividade em xeque, coloca-se também em dúvida a plausibilidade do imperativo ético e consequentemente toda a lógica da mediação jornalística cai por terra. (GUERRA, 2000, p.11).

É possível perceber, na citação acima, que há um progresso na defesa do ideal moderno se tomarmos a proposição de Guerra (2000, 2008) como um exercício histórico. Se na década de 1940 começa a haver uma distinção entre jornalismo objetivo e as formas consideradas arcaicas (ligadas a uma retórica e a uma forma textual específica), ao igualar *objetividade* à própria *instituição jornalística*, Guerra (2000, 2008) exclui por completo outras práticas que não funcionam sob o prisma de um jornalismo objetivo. Partindo dessa constatação da objetividade e seu vínculo estreito com o imperativo ético fundante das práticas jornalísticas, como poderíamos analisar, então, o jornalismo produzido no Brasil antes do advento da objetividade? Desconsiderando-o? Tachando-o de não noticioso? Como, então, explicar aquelas atividades de mediação específicas? Essas perguntas, que desessencializam o jornalismo a partir de sua efetividade histórica impõem claros desafios à compreensão normativa de sua mediação.

Na defesa da objetividade como imperativo ético fundante, Guerra (2000, 2002) critica as teorias construcionistas por serem, segundo ele, “incapazes de oferecer resposta” ao problema da especificidade do conhecimento produzido pelo jornalismo.

Apesar de reconhecer que essas teorias ajudaram a relativizar um realismo ingênuo, ele postula que seu ceticismo reduziria o jornalismo a uma mera construção, o que, segundo sua visão, impossibilitaria a comparação de produtos e processos. Assim, ressalta o autor, o jornalismo como imperativo ético que prescreve a notícia como discurso da realidade deixaria de existir, pois nada poderia afirmar sobre os fatos que reporta (GUERRA, 1998, p.8). Ou seja, há nesse argumento uma defesa da especificidade da mediação jornalística, caracterizada no seu “bom exercício” pela correspondência entre o mundo dos fatos (mediados pela linguagem) e os produtos ofertados. Essa correspondência o autor define como objetividade.

Entretanto, Guerra, ao justificar a repaginação da objetividade aliada ao que seria a especificidade do jornalismo, endurece a relação com a realidade para montar seus critérios de comparação. Assim, fica incapaz de explicar, por exemplo, que mesmo sem funcionarem sob o prisma da objetividade, podemos fazer comparações entre obras ficcionais, peças publicitárias, e quaisquer outras atividades humanas. Afinal, elas também sofrem coerções sociais e atuam na conformação dos nossos coletivos. Isso não significa, entretanto, igualá-las à prática jornalística, mas sim, reconhecer a pluralidade, inclusive, dessas mesmas práticas, empobrecidas se tomadas como um singular totalizante. O desafio é perceber, então, a partir de elementos históricos, suas distintas e específicas formas de atuar na construção do social. Essa atitude, a nosso ver, não implica tomar as construções como uma falsificação do real, sem vínculo com a realidade. O par construção x imanência só funciona pelo prisma do moderno e seu imperativo de manter segregadas as práticas de purificação e tradução. Como afirma Latour (2004), passar dos objetos naturais aos objetos sociais não significa passar de uma unidade acolhedora a uma multiplicidade desorientadora. Afinal, ao tratarmos da construção do social, a problemática parece estar em conseguirmos criar um conhecimento “que se conecta ao mesmo tempo à natureza das coisas e ao contexto social, sem contudo reduzir-se nem a uma coisa nem a outra” (LATOUR, 1994, p.11)

Entretanto, na perspectiva de Guerra, o biônimo modernidade x subjetividade x objetividade, real x ficcional, continua a ser a base na qual o jornalismo se erigiria. Nesse sentido, sua proposta restringe o circuito comunicacional, por exemplo, ao excluir o leitor/espectador/ouvinte do conhecimento produzido pelas notícias. Afinal, para Guerra (2000), a atividade jornalística operaria uma mediação em dois sentidos: 1) uma mediação espaço-temporal, em que o discurso jornalístico realiza uma “transposição” entre um “fato acontecido” num “determinado lugar e momento” a um

público em lugares e temporalidades diferentes de onde e quando esse mesmo fato foi “conhecido pelo repórter”; e 2) uma mediação “comunicacional”, em que há um exercício constante de adequação do discurso jornalístico ao público, tanto em termos de linguagem quanto ao próprio objeto “transposto” (GUERRA, 2000, pp.6-7). Desse modo,

...o sujeito que conhece, neste caso o repórter, apreende o fato segundo injunções de três ordens: a subjetiva (o modo particular como ele enquanto indivíduo se relaciona com o mundo); a organizacional (o modo particular como as estruturas e o trabalho das redações direcionam a cobertura e o conhecimento do mundo para determinados fatos e fontes e não para outros); e a cultural, ou ideológica, enfim, um ambiente histórico e social que forma o próprio indivíduo e a instituição imprensa e oferece-lhes “o mundo” dentro do qual os fatos serão recortados. (GUERRA, 200, p.10).

Como sua proposição não apresenta maiores considerações sobre as textualidades e as formas de circulação e apropriação históricas das narrativas jornalísticas, o “repórter” surge, no singular, como “o sujeito que conhece” e nesse sentido, a objetividade, para o leitor/espectador/ouvinte, só funcionaria como um critério de comparação para constatar se aquele fato apresentado por um jornal se adequaria ou não ao objeto relatado. Suas experiências e identidades específicas não atuariam, portanto, na conformação do conhecimento produzido.

É possível perceber que a crítica à visada construcionista também está no cerne dos argumentos desenvolvidos por Elias Machado (2004), em prol de uma teoria específica do jornalismo. Ao tratar da revisão feita por Schudson e por Tuchman sobre o conceito de objetividade, Machado (2004) afirma que eles foram orientados por uma perspectiva externa ao campo jornalístico e que, por isso, desconheciam os motivos ontológicos e deontológicos da existência da objetividade. Nesse sentido, eles ofereceriam “pseudo-argumentos para quem desconsidera a objetividade como princípio relevante da fundamentação da prática jornalística, como evidenciado nas pesquisas de Schiller (1980), Machado (1992), Cornu (1994) e Guerra (1998, 2003)” (MACHADO, 2004, p.4). Advogando a objetividade como o procedimento básico que justificaria a prática jornalística, Machado (2004) defende que teríamos pela frente o desafio de estimular metodologias próprias, que fossem capazes de compreender a partir de critérios internos ao campo, o jornalismo como prática profissional, objeto científico e campo especializado de ensino. Nesse sentido, o autor postula que

...o pesquisador em jornalismo deve perceber que sem metodologias específicas dificilmente o jornalismo vai poder contar com teorias próprias. E, sem teorias próprias, cabe ao pesquisador em jornalismo a ingrata tarefa de medir o próprio território com a vara alheia. (MACHADO, 2004, p.10).

Preocupado em analisar os sistemas de mediação alheios, Machado (2004) acaba por desconsiderar uma discussão sobre o próprio território e seus limites, como se estes já estivessem determinados. Assim, com o jornalismo definido *a priori*, o autor não percebe regiões topográficas diversas com diferentes tipos de relevo, zonas de determinação e indeterminação. A definição de teorias próprias, portanto, se dá mais pelo conjunto de valores que compõem o *ismo*, do que na redefinição perene e histórica da própria materialidade do jornalismo. Nesse ponto, a proposição de uma disciplina pura em jornalismo nos remete à crítica que Latour faz das segmentações modernas, que pretendem fixar territórios específicos que recortam e artificializam uma realidade multiforme e híbrida. Nas disciplinas puras, diz Latour (1994, 2012), há o imperativo de que não “não misturemos o conhecimento, o interesse, a justiça e o poder. Não misturemos o céu, a terra, o global, o local, o humano e o inumano” (LATOUR, 1994, p.8). No caso do jornalismo poderíamos acrescentar: não misturemos valores, fatos, interesses, subjetividades, objetividades, realidade, imaginário, ficção, notícias, publicidade, política, critérios de noticiabilidade e pressões externas e internas: “–Mas estas confusões criam a mistura – você dirá -, elas tecem nosso mundo” (LATOUR, 1994, p.8). É só abrir a página de um jornal e ver que está tudo lá, misturado e permitindo a existência daquela materialidade: –“Que sejam como se não existissem”, respondem os analistas” (LATOUR, 1994, p.8):

Acreditariam realmente nesse estranho *tour de force* de uma sociedade nascida de si mesma? Claro que não, pois nunca transferem isso para a prática e, portanto, nunca enfrentam a contradição inerente ao conceito de uma sociedade autoproduzida. O motivo pelo qual jamais percebem a ilogicidade de seu argumento é que o empregam um tanto livremente. (LATOUR, 2012, p.103).

Contradição e ilogicidade também inerente ao conceito de um *ismo* imutável... Nesse ponto, acreditamos que a crítica feita por Latour (2012) em relação à sociologia também pode ser adaptada ao jornalismo *moderno*. Para o autor, os sociólogos começaram a confundir aquilo que deveriam explicar com a própria explicação. Isto é, imaginaram a sociologia limitada a um domínio específico como se o social estivesse sempre à sua disposição e, por isso, se tornaram incapazes de perceber novas relações e

associações sociais. De maneira similar, ao postularem uma definição de jornalismo apriorística, essa teorização moderna se vê incapaz de retomar as conexões que fazem dos fenômenos jornalísticos objetos históricos.

Além disso, dito discurso se assenta em premissas morais e normativas, que tendem a encarar o jornalismo como um bloco homogêneo, elencando valores comuns que poderiam ser identificados em qualquer lugar e em qualquer contexto. A sistematização e reprodução desses discursos podem ser vislumbradas nas narrativas que identificamos no primeiro capítulo, além de proposições como “tribo jornalística”, “comunidades transnacionais” e, particularmente no Brasil, nas chamadas “Teorias do Jornalismo”. Nesse ponto, cabe aclarar, que não se trata aqui de uma crítica ao jornalismo como uma forma de conhecimento ou à sua possibilidade de apreensão teórica, mas sim às apropriações que restringem essa teorização ao discutirem somente a teoria e abandonarem o objeto. Otto Groth (2006), por exemplo, mesmo ao defender uma visada específica da “ciência dos jornais”, é capaz de reivindicar, já na década de 1950, os vínculos da teoria com a historiografia, afirmando que teoria e história se condicionam mutuamente como correlatos, sendo inseparáveis e imprescindíveis uma para a outra. Assim, aponta o autor, “não temos outro caminho para o avanço científico do que aquilo retorno incessante da teoria para a história e da história para a teoria” (GROTH, 2006, p. 201). Entretanto, a demanda de Groth parece pouco seguida pela “Teoria do Jornalismo” em nosso país. Nesse tipo de reflexão, a história – quando citada – tende a ser vista como algo que surge apenas para descortinar e explicar o presente, como se ele já estivesse determinada e pacificada. Desse modo, o passado não é visto como um espaço de experiência aberto, mas sim como a causa que instituiu o nosso presente como seu efeito. Como consequência, o horizonte de expectativa se fecha num círculo ensimesmado, que contribui para manter ativo o hiato moderno.

Em um dos livros mais citados pela Teoria do Jornalismo, a obra homônima em dois volumes do português Nelson Traquina (2005a, 2005b), esse círculo se torna bastante evidente, por exemplo, na definição das notícias e de seus valores. Para explicá-los, o autor sugere que entremos numa “máquina do tempo” que comprovaria a pouca variação dos valores-notícia ao longo de três séculos diferentes. Assim, ele recupera as folhas volantes europeias do século XVI para explicitar o seu caráter de noticiar o insólito, propõe um salto temporal e espacial para a Alemanha, Portugal e França para retratar a aparição dos primeiros jornais no século XVII, e viaja novamente, agora para os Estados Unidos do século XIX, onde retrata o aparecimento da *penny*

press e, “constata”, em 1970, as “qualidades duradouras da notícia” (TRAQUINA, 1995b, p.66).

Ao tratar do que seria uma semelhança entre as notícias nesses momentos distintos que abrangem quase quatro séculos, Traquina não percebe nenhuma contradição e cita retoricamente Stephens: “É surpreendente que a essência das notícias pareça ter mudado tão pouco? A que outros assuntos se poderiam as notícias ter dedicado? Podemos imaginar um sistema de notícias que desdenhasse o insólito em favor do típico?” (TRAQUINA, p.69). Ou seja, defende-se aí uma perenidade das formas noticiosas que, desde seus primórdios, estariam destinadas a colher fatos insólitos em oposição a acontecimentos comuns, cotidianos. Uma breve excursão na materialidade dos jornais – como fizemos, de maneira muito rápida, por exemplo, na introdução da tese – demonstraria a fragilidade dos argumentos expostos por Traquina. Isso porque nos revelaria uma relação bem mais ampla e complexa entre o acidental e o típico. Além disso, a nosso ver, mais interessante que dizer de uma busca pelo insólito (a partir de uma visada claramente moderna) seria perceber, em cada época, o que era entendido como o extraordinário e como suas definições eram disputadas.

Entretanto, pese esse argumento histórico unificador, mais adiante em sua obra, Traquina (1995b) afirma que os valores notícia não seriam imutáveis e que, ao contrário, variariam de um local a outro ou de uma empresa a outra. Assim, de maneira bastante contraditória, apesar de reconhecer “qualidades duradouras” que guiariam a cultura jornalística transnacional no que chama de “Novaslândia”, ele afirma que as definições do que é notícia são historicamente determinadas (TRAQUINA, 1995b, p.94). No entanto, mais adiante, ao tentar responder o que é notícia, ele reafirma que

...podemos responder que a resposta dos membros da tribo jornalística não é científica, aparece como instintiva, e permanece quase como uma lógica não explicitada. E, ao contrário do jogo de cartas, o *bridge*, não há regras que indiquem que critérios têm prioridade sobre os outros, mas os critérios de noticiabilidade existem, *duradouros ao longo dos séculos*. (TRAQUINA, 1995b, p.96, com grifos nossos).

Esse tipo de contradição histórica também é perceptível em outras obras que defendem uma especificidade do jornalismo sem reflexões sobre a historicidade dos seus fenômenos. Vizeu e Santana (2010), por exemplo, ao dissertarem sobre o aparecimento do repórter, afirmam que ele teria surgido “na história do jornalismo não antes do século 19, mas que marcou o jornalismo ocidental do final do século 19 e por todo o século 20” (VIZEU, SANTANA, 2010, p.41). Porém, ao tratarem das funções

sociais dos jornalistas, afirmam que o senso comum tem vinculado essa função como aquele sujeito que escava os fatos escondidos, funcionando como um fiscalizador do poder público e um moralizador da vida privada. Essa visão, defendem os autores,

...apesar de modificada e acrescida de características desde a solidificação da figura do jornalista no mundo ocidental, *não teve alterações significativas, essenciais, ao longo dos últimos três séculos*. Quer seja no seu caráter valorativamente negativo (intromissão, arrogância, simplismos e reduções, parcialidade velada) ou positivo (senso de justiça, fiscalização do poder público, catalisação das mudanças sociais, erudição), o fato é que o estereótipo do jornalista, especialmente o do repórter, *tem se mantido relativamente estável ao longo dos últimos tempos*. (VIZEU, SANTANA, 2010, p.42, com grifos nossos).

A afirmação de que a figura do repórter não teve alterações significativas ao longo dos últimos três séculos é equivocada sobre todos os aspectos históricos e só serve para reforçar uma ideia essencializada do próprio jornalismo como se ele sempre tivesse existido assim, da maneira como o discurso moderno postula. Temos, portanto, um forte gesto de fechamento do espaço de experiência e um consequente alargamento do presente, que inclui explicações circulares e conservadoras. Seriam esses argumentos modernos, além de persistentes, invencíveis?

5.6 Uma invencibilidade dos argumentos modernos?

Como pudemos compreender no capítulo anterior, a narrativa da modernização do jornalismo brasileiro se consolida a partir de um discurso mitificado que, de distintas maneiras, busca estabilizar fluxos temporais em favor de uma gênese. Nessa perspectiva, o passado anterior à década de 1950 é visto como arcaico e seu futuro como um desdobramento permitido pela revolução que seu advento teria engendrado. Como vimos, esse mito de origem possui importância, sobretudo, na remodelação da identidade jornalística no país. Porém, ressalta Albuquerque (2006), ele também significa algo mais, quer seja:

o apagamento da história, a minimização de tudo aquilo que se seguiu ao ato fundador. Tudo se passa como se o jornalismo moderno tivesse sido criado no passado e, desde então, nada o tivesse abalado, nada pudesse se acrescentar e ele. Como isso pode ocorrer? (ALBUQUERQUE, 2006, p.9).

O que perceber-se, a partir desse diagnóstico e questionamento, é a emergência de uma conceptualização que, desde então, busca o que seria a “essência” das práticas jornalísticas, como se elas independessem das matrizes culturais em que estão inseridas.

Isto, inclusive, está no centro da ideia de uma “importação” do modelo “americano”, que balizou a ressemantização do *ismo* como um singular coletivo em nosso país. É como se os valores jornalísticos fossem *universais* e *atemporais*. Nesse sentido, a pergunta “*como isso pode ocorrer*”, vinculada a outras como o “por que da insistência na objetividade num debate que parece pouco avançar” e “por que do pouco questionamento dos mitos fundadores” se torna urgente. A hipótese que traçamos aqui é a de que, de maneira similar à idealização da *penny press* como a gênese do jornalismo moderno que discutimos ao longo do segundo capítulo, o mito da modernização do jornalismo brasileiro também foi edificado pelos primeiros intelectuais responsáveis por pensar o campo jornalístico em nosso país de maneira sistematizada. Isso garantiu a eficácia do discurso de modernização e, desse modo, “não é à toa que esse período figura – na memória daqueles que o viveram – como um momento-chave, revolucionário, fundador” (RIBEIRO, 2007, p.27).

Essa reflexão acabou por determinar uma genealogia do nosso jornalismo (fortemente baseada na idealização estadunidense, adaptada à demanda local) que, desde então, vem sendo muito ecoada e pouco discutida. A modernização – aqui e nos EUA – propõe uma sincronia a fenômenos diacrônicos, o que, a nosso ver, tem impedido novos movimentos em relação à exploração historiográfica do jornalismo. Não por acaso, acontecimentos pontuais do passado – uma manchete, uma notícia, um jornal, uma cobertura – que, do ponto de vista do fluxo temporal surgem mais como exceções do que como o padrão, têm servido para corroborar esses momentos como “gloriosos” e “únicos”. Assim, os jornais e suas textualidades parecem pouco importar, na medida em que a manutenção do *ismo* parece surgir como a tarefa primordial que sustenta o ideal moderno.

Nesse sentido, a falta de uma discussão histórica profunda e o recurso à segregação da realidade entre duas zonas ontológicas distintas parecem ter tornado esse *ismo* invencível. Como aponta Nerone (2013), qualquer modelo normativo inclui sempre um elemento de fantasia. Por exemplo, as normas do jornalismo ocidental (que no caso brasileiro tem os EUA como *origem* e os anos 1950 como *começo*), aponta o autor, não descrevem o que os jornalistas fazem. Elas descrevem, no máximo, a forma como eles *deveriam* atuar. Por isso as normas devem ser entendidas como idealizações de agentes perfeitos atuando em situações perfeitas. Entretanto,

o jornalismo hegemônico ocidental tem sido especialmente manco na sua relação com outros jornalismo, por sua incapacidade de ver a fantasia em seu próprio modelo e uma incapacidade de acompanhar e distinguir as fantasias peculiares de outros modelos, ao tratá-los como igualmente nocivos. (NERONE, 2013, p.453, no original em inglês).

Como podemos perceber ao longo do nosso percurso, o que define normativamente o *jornalismo* seria sua capacidade de distinguir duas zonas ontológicas bem determinadas. Nesse sentido, quando há a percepção de uma crise, os objetos de julgamento são sempre os modos de manter viável essa separação. Como consequência, a resposta aponta a um conjunto de termos que advogam pela permanência dessa segregação. Ditos significantes, como a objetividade, a isenção e a factualidade, vão sendo substituídos uns pelos outros como se significassem coisas distintas, sendo capazes, deste modo, de continuarem insistindo no imperativo moderno da purificação, na mesma medida em que asseguram a continuidade dos processos de purificação. Assim, se atualmente podemos perceber vários jornais e teóricos constatando o desvanecimento do termo “objetividade” e clamando pela assunção de outros, como a imparcialidade, em 1945, “Joaquim Manoel”, em sua seção *Cartas a um Foca* defendia o que parecia ser o oposto:

Uma informação é pura e simplesmente informação. De certo será impossível e mesmo inviável chegar um jornal à perfeição de dar informações rigorosamente imparciais. Ainda outro dia um observador dessas coisas me chamava a atenção para uma seção que se chama “Dos dois lados” e se ocupa quase sempre de um lado só. *Mas sejam ou não “imparciais” eles devem ser “objetivos”*. (DIÁRIO CARIOCA, 1945, p.4, com grifos nossos).

Assim, historicizada, essa curiosa inversão de termos se sucede, permitindo que a base purificadora em que está assentada não seja questionada. Nesse ponto, aquilo que surgiria como uma debilidade desse discurso moderno (uma ideia normativa de purificação incongruente com a efetividade dos processos de tradução) e como um paradoxo entre uma identidade específica e delimitada frente à multiplicidade de formas do jornalismo parece ser justamente, no fim das contas, a grande estratégia que garante sua permanência. Note-se que, por exemplo, a própria noção de fato, ainda que reconhecida como basilar, é pouco desenvolvida no jornalismo (como apontam GENRO FILHO, 1987; SPONHOLZ, 2009; GOMES, 1993; LENE, 2014), surgindo ora como uma metáfora pouco problematizada, ora como um conceito vago. Mesmo obras sofisticadas como em Sodré (2009) e Mouillaud (1998) parecem ter dificuldade de lidar com uma definição sobre “fato”. Sodré (2009), por exemplo, afirma que o real da

notícia é sua "factualidade", tomando como factualidade, a condição de representar um fato por meio do acontecimento jornalístico; mas não explicita a diferença entre um e outro. Também Mouillaud (1998, p.51) sustenta a hipótese de que o acontecimento seria a sombra projetada de um conceito construído pelo sistema de informação: o fato, e que, por isso, em seu texto, ambos os termos são utilizados como sinônimos. Assim, como podemos perceber, o conceito de “fato” dificilmente é teorizado ou problematizado, funcionando como um significante vazio, uma espécie de coringa que sustenta a possibilidade de permanência da purificação moderna. Mas ele deveria ser mais inquerido, na medida em que parece estar assentado numa série de paradoxos, cujo questionamento pode revelar importantes aspectos da historicidade dos jornais.

Um bom exemplo da teorização do “fato” é o livro *A history of the modern fact*, de Mary Poovey (1998). Ao analisar as diferentes funções figurativas que os números vão ganhando na Inglaterra do século XIX, Poovey (1998) se desdobra em descobrir como as operações de "descrever e interpretar" foram sendo diferenciadas a partir de distintas convenções e pressões sociais, pelas quais um modo de representação (numérico) passou a ser graficamente separado de outro (o comentário narrativo) nas operações mercantis. Essa separação permitiu a divisão entre aquilo que era dado e entendido como neutro, "factual", e algo que era tomado como sujeito aos erros e às imprecisões dos comentários pessoais. Nesse sentido, a autora é imperativa ao destacar que uma pesquisa sobre o conceito de "fato" implica necessariamente uma abordagem histórica sobre as convenções da representação. Isso porque, para ela, o fato moderno constitui um tipo de representação que parece imune à teoria ou, até mesmo, à interpretação. A ideia de “fato”, por exemplo, está na base do conceito de objetividade, funcionando como uma espécie de salvaguardas que permite a sua crítica, sem a necessidade de um questionamento efetivo. Sob a tutela do apego aos fatos, a objetividade também surge como uma espécie de dispositivo que afasta a possibilidade da crítica, na medida em que se coloca como um mecanismo capaz de absorver tais julgamentos, reposicionando-se, novamente, como a solução.

A *Folha de S. Paulo* que, como vimos, defendia a objetividade como um dos pilares do seu projeto editorial na década de 1980, em seu *Novo Manual de Redação*, publicado em 1998, possuía uma postura, a princípio, diferente. Assim está definido o verbete objetividade: “**Objetividade** - não existe objetividade em jornalismo. Ao escolher um assunto, redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma decisões em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções”

(NOVO MANUAL, 1998, p.29, com grifos nossos). Essa parece ser, num primeiro momento, uma definição bem distinta daquela que criticava a crítica à objetividade. Entretanto, ainda que a objetividade não exista, o conglomerado afirma que isso não eximiria o jornalista “da obrigação de ser o mais objetivo possível para relatar um fato com fidelidade, reproduzir a forma, as circunstâncias e as repercussões. O jornalista precisa encarar o fato com distanciamento e frieza, o que não significa apatia nem desinteresse” (NOVO MANUAL, 1998, p.29). Ou seja, a divisão entre fato e valor continua inabalável, como também pode ser comprovada no mesmo manual em relação à definição das notícias: “Puro registro dos fatos, sem opinião. A exatidão é o elemento-chave da notícia. Mas vários fatos descritos com exatidão podem ser justapostos de maneira tendenciosa. Suprimir ou inserir uma informação no texto pode alterar o significado da notícia” (NOVO MANUAL, 1998, p.38).

Assim, esses termos – objetividade, fato, imparcialidade – funcionam como significantes vazios, à espera de serem preenchidos discursivamente, para funcionarem na afirmação dessa razão de ser fundamental do *jornalismo*. Kevin Barnhurst (2014), em artigo que trata sobre o problema dos eventos realistas no jornalismo estadunidense, afirma que palavras como “verdade” e “fatos” funcionam como espécie de elevador, podendo ser substituídas uma pela outra. Construídas num “mesmo edifício”, elas tendem a circular de maneira infinita: quando uma começa a falhar, utilizamos a outra e assim sucessivamente. Acreditamos que algo parecido pode ser dito em relação à objetividade, à neutralidade, à imparcialidade. Todas elas derivam de um mesmo sistema de crenças e suas substituições sistemáticas servem, na verdade, para sustentar a relação e a dependência desse *ismo* à pretensão de uma única realidade. Concomitantemente, a flutuação desses termos faz ver as contradições nesse jornalismo que advoga, na sua transitoriedade, uma permanência do mesmo.

Não por acaso, em seu empreendimento teórico, Latour (1994) retoma a crise da crítica moderna, direcionando seus esforços aos pressupostos da purificação. Como forma de compreender essa “invencibilidade” moderna, o autor aponta para dois diferentes paradoxos que, entrecruzados, constituem o discurso da modernidade e garante a possibilidade da manutenção de suas promessas:

FIGURA 16: A constituição moderna

Primeiro Paradoxo	
<i>A natureza não é uma construção nossa: ela é transcendente e nos ultrapassa infinitamente.</i>	<i>A sociedade é uma construção nossa: ela é imanente à nossa ação.</i>
Segundo Paradoxo	
<i>Nós construímos artificialmente a natureza no laboratório: ela é imanente.</i>	<i>Não construímos a sociedade, ela é transcendente e nos ultrapassa infinitamente.</i>
Constituição	
<i>1ª garantia: ainda que sejamos nós que construímos a natureza, ela funciona como se nós não a construíssemos.</i>	<i>2ª garantia: ainda que não sejamos nós que construímos a sociedade, ela funciona como se nós a construíssemos.</i>
<i>3ª garantia: a natureza e a sociedade devem permanecer absolutamente distintas; o trabalho de purificação deve permanecer absolutamente distinto do trabalho de mediação.</i>	

Fonte: *Jamais fomos modernos* (LATOUR, 1994)

Isso porque, de um lado, os modernos postulam "a natureza não é uma construção nossa: ela é transcendente e nos ultrapassa infinitamente" (LATOUR, 1994, p.37). Desse modo, a natureza independe da nossa vontade e da nossa ação, nos sendo extrínseca. No polo oposto, porém, teríamos a vida social e suas construções, na medida em que "a sociedade é uma construção nossa, imanente à nossa ação" (LATOUR, 1994, p.37). Entretanto, a modernidade tornou imaginável a possibilidade da purificação da natureza a partir de técnicas do "laboratório", que permitem recriar condições "ideais" de maneira artificial. Assim, o segundo paradoxo diz que: "Nós construímos artificialmente a natureza no laboratório: ela é imanente"; ao mesmo tempo em que afirma que "Não construímos a sociedade, ela é transcendente e nos ultrapassa infinitamente" (LATOUR, 1994, p.37). Esses paradoxos, articulados, permitem a constituição de três garantias modernas: 1) a de que a natureza, apesar de construída por nós, funciona como se não a tivéssemos construído; 2) a de que a cultura, apesar de não ser construída por nós, funciona como se nós a tivéssemos construído; e, por fim, 3) a de que a natureza e a sociedade devem permanecer completamente distintas; o trabalho de purificação não deve se confundir com o trabalho da tradução/mediação.

Se levarmos as considerações de Latour (1994) ao campo jornalístico, poderíamos dizer que a normatividade (e sua proposição de técnicas objetivas) funcionaria como uma espécie de "laboratório" imaginário, capaz de purificar os acontecimentos e torná-los "fatos", a partir de um conjunto de regras e de convenções

bem definidas e padronizadas. A metáfora do laboratório é, também ela, recorrente das afirmações modernas do jornalismo brasileiro, como nome de várias disciplinas da graduação e mesmo nos discursos autorreferentes:

As notícias chegam ao público depois de manipuladas no laboratório da redação. Esta deixou de ser um ajuntamento de literários boêmios para constituir um corpo de trabalhadores especializados em transformar a matéria-prima *fato* no produto acabado *notícia*. (JOBIM, 1992, p.76).

A redação do jornal moderno – com seus repórteres, noticiaristas, reescrevedores, editorialistas, redatores, cronistas, tituladores, comentaristas, operadores de teletipo, pesquisadores, diagramadores, fotógrafos, desenhistas – é um centro nervoso de pensamento e ação no qual se industrializa a notícia. É um laboratório, de onde a informação sai devidamente elaborada para o melhor conhecimento do público. (BAHIA, 1967, p.172).

São quase 300 pessoas de ambos os sexos, a grande maioria jovens por volta dos 20 anos, todos com aventais brancos ou azuis. O ambiente asséptico lembra uma enorme sala de cirurgia, comparação que é reforçada pelos estranhos bisturis de cabos amarelos que os de avental branco empunham. Amplos espaços intensamente iluminados. Temperatura constante e agradável. Enigmáticas máquinas elétricas que desafiam a imaginação dos que não as conhecem. Um mundo de fitas perfuradas e fotocomponedoras, que inevitavelmente evoca a lembrança de alguma cena de filme ou passagem de livro de ficção científica. O mundo do jornal do futuro, que na *Folha* já é presente. (FOLHA 1975, 1974, p.4).

Assim, se um moderno pode dizer que "nós não criamos a natureza; nós criamos a sociedade; nós criamos a natureza; nós não criamos a sociedade; nós não criamos nem uma nem outra, Deus criou tudo; Deus não criou nada, nós criamos tudo" (Latour, 1994, p.38); poderíamos pensar que um moderno jornalista, ademais, afirmaria que "eu não criei o fato, ele sempre esteve lá; eu criei o fato, minha denúncia foi determinante; o mundo é inesperado, eu estou sempre a postos para o insólito; o mundo é esperado e eu o prevejo na minha pauta; eu não disse nada, o especialista disse tudo; eu disse tudo, minha matéria recebeu o prêmio; eu não participo do fato, ele me é externo; eu participo do fato, sou testemunha ocular da história".

De maneira dupla, o jornalismo pode se colocar como uma instituição que não influencia a realidade que reporta, na mesma medida em que reitera a força da sua mediação e a sua capacidade de purificar os fatos, apresentando-os ao público da maneira a mais *real* possível. Entretanto, afirma Mary Poovey (1998, p.11, no original em inglês), "nós não vemos a natureza falar por si mesma como os filósofos naturais um dia afirmaram que o laboratório poderia fazer, o que vemos são ficções sendo instaladas como adereços para significado sistemático e coerência". E também Benetti e Jacks

(2001) se perguntam, no caso do jornalismo, por que alguns se angustiam tanto com a expressão subjetividade? E respondem que talvez

...porque, ao defenderem a precisão, a exatidão, a clareza (que abomina a ambiguidade) e o equilíbrio como critérios pragmáticos para evitar o erro, a inverdade, a fraude e a manipulação, tenham aglutinado esses eixos norteadores da ação sob a égide de uma idealizada “objetividade” (cuja coexistência com a subjetividade é vista como impossível). (BENETTI, JACKS, 2001, p2).

Desse modo, as autoras defendem que fazer a objetividade e a subjetividade conviverem num mesmo espaço sem serem tomadas como opostas exigiria um pensamento mais complexo, não excludente e que aceitasse o movimento das contradições. Nesse sentido, o que parece fundar a modernidade e, por consequência, a modernidade jornalística é uma ambiguidade e um hiato constituinte entre um discurso autorreferente (que diz de sua capacidade técnica de purificar o mundo) e as diversas práticas pelas quais esse discurso é promovido e ofertado. Entre uma e outra, há uma distância considerável que merece, portanto, ser historicamente problematizada. Fazer natureza e sociedade conviverem nas análises do jornalismo é, por certo, pensar um lugar ainda não vislumbrado pelo singular coletivo. “Tudo acontece no meio, tudo transita entre as duas, tudo ocorre por mediação, por tradução e por redes, mas esse lugar não existe, não ocorre. É o impensado, o impensável dos modernos” (LATOUR, 1994, p.43). Nos discursos normativos do jornalismo o que parece estar em jogo é sempre a defesa da purificação, para que a tradução possa ocorrer sem maiores questionamentos. O que aconteceria se partíssemos da perspectiva histórica das redes e das traduções? Se não aceitássemos o discurso moderno, que história jornalística poderia emergir?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

RENUNCIAR AO PROJETO MODERNO?

Ser moderno, como vimos em Latour (1994), significa aceitar as práticas de purificação e tradução de forma separada. Entretanto, o que ocorreria se não acreditássemos nessa separação? Se o que parece sustentar uma ideia normativa de jornalismo, pelo menos ao longo do último século, é a crença de que os fatos são entes estruturados e acessíveis, o que aconteceria se questionássemos essa definição e propuséssemos outras formas de vislumbrar a historicidade dos seus processos? Enquanto considerarmos as práticas de purificação e tradução como distintas e segregadas (nos estudos acadêmicos ou fora deles) seremos efetivamente modernos, na medida em que também estamos aderindo ao projeto de purificação crítica (ainda que ela mesma se desenvolva a partir da proliferação dos híbridos). Entretanto, aponta Latour (1994), se colocarmos nossa atenção de maneira simultânea ao trabalho de purificação e de hibridação, deixaríamos, instantaneamente de sermos modernos e nosso futuro começaria a girar. E mais:

ao mesmo tempo, deixamos de ter sido modernos, no pretérito, pois tomamos consciência de que os dois conjuntos de práticas estiveram operando desde sempre no período histórico que se encerra. Nosso passado começa a mudar. Enfim, se jamais tivéssemos sido modernos, pelo menos não da forma como a crítica nos narra, as relações tormentosas que estabelecemos com as outras naturezas-culturas seriam transformadas. (LATOURE, 1994, p.16).

Se continuarmos aderindo ao projeto moderno, em relação ao tema da história, nosso futuro continuará sendo póstumo e nosso passado, inerte. Note que as definições de jornalismo que viemos destacando ao longo da tese dizem de projetos de futuro que reificam um passado pouco historicizado e, portanto, bastante limitado. Como consequência dessa purificação crítica, os estudos de jornalismo, pelo menos em sua faceta mais hegemônica, incorrem inevitavelmente na legitimação de histórias edificantes e no franco silenciamento de outras que, mesmo em potência, sequer podem ser concebidas (MANNA, 2016, p.43). Jorge Pedro Sousa, por exemplo, termina o percurso de seu livro *Uma breve história do jornalismo no Ocidente* (em que parte desde a antiguidade – onde encontra a formulação do lide nas obras de Homero – até o fim do século XX) afirmando que:

O jornalismo é, todo ele, um hino à liberdade e à capacidade de iniciativa, privada mas também pública. A história do jornalismo no Ocidente é, portanto, uma história de afirmação da liberdade individual e da liberdade de expressão, uma história de afirmação da legitimidade do confronto de ideias e de formas de fazer as coisas, uma história que relembra constantemente de que a melhor forma de nos protegermos da tirania e da ditadura reside na capacidade de vigiar e controlar os poderes, com actos e também com palavras, ou seja, com informação. (SOUSA, 2008, p. 270).

Essa concepção sustentada por Sousa (2008) – toda ela uma profissão de fé sobre o jornalismo ocidental – propõe uma comunicação sem entraves a partir de uma história monumental que massacra suas próprias condições de existência, sendo, portanto, uma clara simplificação de relações muito mais complexas. Como ressalta Manna (2016, p.74), essa visada negligencia um aspecto básico de todo processo narrativo: a tentativa de estabilização do mundo, o apagamento – consciente e não consciente – daquilo que não cabe nos parâmetros de normalidade aos quais o jornalismo serve. Além disso, ao enfatizar uma história que lembraria constantemente de sua capacidade de vigiar e controlar os poderes, Sousa (2008) – como um exemplo entre outros – acaba obliterando que o próprio jornalismo é, ele mesmo, uma instância de poder que permite, restringe, denuncia, apaga e constitui. Sua definição é, por isso, *essencialmente moderna*, ao destacar as capacidades purificadoras do jornalismo e a delimitar a atividade por uma linearidade caracterizada por um *presentismo* incessante. É possível perceber que, nesse tipo de discurso, não há marcas temporais evidentes, o que faz com que ele possa ser replicado e idealizado em diferentes épocas. Fruto de uma temporalização alargada e móvel que permite a permanência do singular coletivo, é como se o jornalismo moderno, ocidental, sempre tivesse sido assim.

Desse modo, como vimos em Koselleck (2014), a modernidade se caracteriza por um encolhimento do espaço de experiência, o que torna o passado cada vez mais pretérito e o futuro constantemente ultrapassado pela crença no progresso. Com a sensação de constante aceleração, a temporalização moderna acaba por se converter numa utopia, com o horizonte de expectativa recuando mais rápido do que podemos avançar. Há, nesse sentido, uma dilaceração do presente, refletido em sintomas como o *presentismo* e a própria crise. Entretanto, já são várias as suspeitas acumuladas em relação à ideia de que o progresso nos estaria levando a um futuro melhor. Os conflitos humanitários, as catástrofes ambientais, a concentração de riqueza e poder impõem sérios questionamentos à capacidade humana de gerir os recursos naturais e sociais. No caso específico do jornalismo, como vimos, são vários os indícios que põem em xeque a

afirmação de que ele estaria, por exemplo, se tornando mais “objetivo”, mais “independente” ou “transparente”. Nesse sentido, a ideia de progresso que ainda vincula ao passado um futuro melhor tende a ceder o lugar para a utopia e, como revela Ricoeur (1997, p.371), “tão logo as esperanças da humanidade perdem toda a ancoragem na experiência adquirida são projetadas num futuro sem precedentes. Com a utopia, a tensão torna-se um cisma”. Podemos extrair dessa constatação várias conclusões sobre o jornalismo como um singular coletivo. O fechamento sistemático e deliberado do seu espaço de experiência (visto, por exemplo, na proposição de substituição de práticas “arcaicas” ou na ideia de “modelo”), faz com que suas promessas utópicas estejam ancoradas senão na própria utopia que defendem, projetando um futuro jamais concretizado. Na defesa da normatividade, a crença na separação entre as práticas de purificação e tradução, no auge, converte a utopia em cisma. Nesse sentido é que o hiato que destacamos ao longo da tese entre um jornalismo idealizado e a multiplicidade dos seus fenômenos encontra sua constituição e também seus limites modernos.

Afinal, como aponta Latour (2004), esse mundo moderno jamais existiu, isto é, ele nunca funcionou de acordo com as regras da sua Constituição. As práticas da *tradução* foram sempre diferentes das previstas pela *purificação*, e o mundo está permeado de híbridos de natureza-cultura, fatos-poder, objetos-valores. Por isso, no caso específico das reflexões normativas sobre o jornalismo, ao abordarem somente os aspectos da purificação, acabam deixando escapar várias particularidades do seu trabalho de mediação e produção das redes em que ele se vincula e que, a partir dele, se desdobram. Desse modo, reduzindo-se a um *slogan* desistoricizado como “um hino à liberdade e à capacidade de iniciativa” ou a partir de critérios purificadores como “objetividade”, o jornalismo moderno parece incapaz de pensar a si mesmo como um fenômeno histórico.

Nesse sentido, defende Latour (2004, p.50), temos então que escolher: “ou acredito na Constituição moderna, ou então estudo tanto o que ela permite quanto o que proíbe, o que ela revela e o que esconde”. Isto é, ou tomo os valores modernos como uma essência perene, ou considero-os também como um fenômeno que age e padece na história. Por isso, ou “defendo o trabalho de purificação – e me torno também um purificador e um vigilante da Constituição –, ou então estudo tanto o trabalho de mediação quanto de purificação, mas então deixarei de ser realmente moderno” (LATOUR, 1994, p.50). Se escolhermos a primeira via, continuaríamos a propor uma normatividade que reforça o compromisso jornalístico com a verdade a partir da

presunção de uma realidade natural fixa e buscaríamos formas de minimizar nosso subjetivismo, corroborando para a crença num mundo bipartido. No entanto, se tomarmos a segunda via e nos propormos a traçar táticas para analisar concomitantemente as estratégias de purificação e tradução, então nos imporíamos também a tarefa de historicizar e de pensar uma nova relação com o tempo e com os critérios de verdade e realidade, para além do *presentismo*. Essa atitude, diz Latour (1994), que desdobra ao invés de desvelar e que confraterniza ao invés de denunciar é, então, a própria expressão do não-moderno: “é um não moderno todo aquele que levar em conta ao mesmo tempo a Constituição dos modernos e os agrupamentos de híbridos que ela nega” (LATOURE, 1994, p.51).

Recusar as premissas totalizadoras do projeto moderno traz, como ressalta Ricoeur (1997), uma implicação ética e política permanente das categorias meta-históricas de expectativa e experiência: “a tarefa é impedir que a tensão entre esses dois polos do pensamento da história se torne um cisma” (RICOEUR, 1997, p.371). Por isso, afirma o autor, é preciso resistir à sedução de expectativas puramente utópicas, na medida em que a falta de um lastro forte na experiência faz com que elas sejam incapazes de formular um caminho praticável dirigido para ideais que situam somente no futuro. Assim, apropriando-se ao jornalismo, seria necessário, por exemplo, questionar a proposição utópica de que ele seria *necessariamente* “fundamental para a democracia”, sem que essa proposição esteja ancorada na experiência. Afinal, ainda que desejemos que as práticas jornalísticas aperfeiçoem os debates democráticos, é necessário reconhecer que, muitas vezes – e especialmente no contexto latino-americano –, o jornalismo também pode ser, na verdade, “fundamental para os golpes” e danos à democracia. Assim, é necessário objetar – por mais nobres que pareçam ser – aspirações incapazes de considerar o espaço de experiência, já que elas não podem alterar nada para além de reformular, como promessa de um futuro distante e fugidio, uma ação jamais praticada. É nessa perspectiva que Ricoeur (1997) defende que

[a]s expectativas devem ser *determinadas*, portanto finitas e relativamente modestas, e devem poder suscitar um compromisso *responsável*. Sim, é preciso impedir que o horizonte de expectativa fuja, é preciso aproximá-lo do presente por meio de um escalonamento de projetos intermediários ao alcance da ação. (RICOEUR, 1997, p.371).

Por isso, para que o jornalismo e a reflexão sobre o seu fazer sejam uma ação e não um cisma é imprescindível que eles sejam colocados como um projeto exequível e não como um dado imutável e intrínseco. De nossa parte, acreditamos que esse projeto

só pode se tornar efetivo através de uma meditação constante sobre o passado. O jornalismo, nesse sentido, deveria ser pensado não como um atributo ou como um reservatório, mas sim como resultados provisórios de processos permanentes, inter cruzados. Pensado dessa forma, abre-se a possibilidade para que as reflexões sobre a historicidade dos seus fenômenos preservem a tensão entre horizonte de expectativa e espaço de experiência como uma tarefa constante. Assim, liberaríamos o presente de seu *presentismo* anaeróbio, reconstituindo suas possibilidades podadas, irrealizadas e efetivas.

A restituição da dialética entre esses transcendentais meta-históricos traria inúmeras consequências: por um lado, como sustenta Ricoeur (1997), nossas expectativas futuras, balizadas pela interpretação do passado, poderiam abrir esse espaço de experiência considerado findo de possibilidades para rever nele potencialidades abortadas e tentativas reprimidas. Nesse ponto, “uma das funções da história é reconduzir a esses momentos do passado em que o futuro ainda não estava decidido, em que o próprio passado era um espaço de experiência aberto para um horizonte de expectativa” (RICOEUR, 1997, p.388). Isto é, uma análise sob o prisma da historicidade permitiria reconhecer, no próprio passado, a tensão dialética que marca a transmissão da tradição – o passado que padecemos e agimos – e as expectativas de futuro. Essas análises de temporalidades múltiplas complexificam o nosso olhar para o passado e dinamizam nosso próprio presente. De outro lado, esse movimento nos libertaria de uma história meramente recebida sobre a qual, como agentes do presente, supostamente poderíamos atuar livremente rumo a um futuro desobstruído. Esse potencial de sentido liberto, “pode contribuir para dar carne e sangue àquelas de nossas expectativas que têm a virtude de determinar no sentido de uma história a fazer a ideia reguladora, mas vazia, de uma comunicação sem entraves ou restrições” (RICOEUR, 1997, p.388).

O que temos, então, nessa proposta, é o imperativo de dinamizarmos o presente, que já não funcionaria somente como uma categoria do “estar”, mas também do agir e do padecer. Tornar o horizonte de expectativa mais próximo e reabrir o espaço de experiência como uma tradição viva corresponde também a uma nova relação com o presente, capaz de transformá-lo como um polo de tensões, disputas, realizações e irrealizações. A nosso ver, essa outra relação com o tempo corresponderia a questionar a modernidade sobre o prisma da contemporaneidade nos termos, por exemplo, em que nos fala Agamben (2009).

Para o autor, ser contemporâneo significa uma relação singular, em que estamos simultaneamente aderidos e distanciados do tempo em que vivemos. Assim, diferentemente de buscarmos uma coincidência temporal – postura que caracteriza os modernos –, os contemporâneos desviam o olhar para temporalidades múltiplas, o que os torna capazes de compreender os jogos de luz e sombra em que elas se edificam. Aqueles que se ajustam muito plenamente a uma época e que se aderem perfeitamente a ela, aponta Agamben (2009, p.59), “não são contemporâneos porque, exatamente por isso, não conseguem vê-la, não podem manter um olhar fixo sobre ela”. Isso não significa dizer que os contemporâneos sejam aqueles que vivem num outro tempo, mas sim que percebem, no seu próprio, um incômodo, uma discronia. Com essa formulação aproximada ao nosso campo, poderíamos dizer que as teorizações normativas do jornalismo moderno, envoltas de um cisma, não são contemporâneas aos fenômenos que pretendem descrever, já que a historicidade se lhes escapa na definição estreita e ideal que sugerem. Ofuscados por seu próprio iluminismo, os modernos não conseguem perceber as nuances do escuro de seu próprio tempo e, por isso, as consideram unicamente como a ausência da luz que eles se dizem capazes de portar. Entretanto, como numa igreja barroca, as sombras também cobram sentido, delimitam, abrem e fecham possibilidades de agenciamento do real.

Desse modo, um olhar contemporâneo implica perceber, como defende Agamben (2009), o escuro de nosso próprio tempo como algo que nos diz respeito e que, por isso, não devemos cessar de interpretar. Ser contemporâneo, portanto, significa reconhecimento de camadas temporais dispersas e interligadas, o que relativiza e dinamiza o nosso próprio presente. Se no regime de historicidade moderno, o presente é visto como a superação do passado a ser engolido por um futuro acelerado, na contemporaneidade ele surge concomitantemente afastado e projetado. Por isso, o compromisso contemporâneo não encontra lugar no tempo cronológico, mas sim desvela nesse próprio tempo sincrônico, as ucronias, anacronias e diacronias que o transformam. Nesse sentido, afirma Agamben (2009), a contemporaneidade seria uma forma de apreender nosso tempo na forma simultânea de um “muito cedo” que é, também, um “muito tarde”, de um “já” que é também, um “ainda não”. Trata-se, nesse sentido, de reconhecermos, também como sugere Ricoeur (1997), que o presente histórico é, em cada época,

...o termo último da uma história consumada, ele próprio fato consumado e fim da história. Por outro lado, também em cada época, o presente é – ou pelo menos pode tornar-se – a força inaugural de uma história por fazer. O presente, no primeiro sentido, diz o envelhecimento da história e faz de nós os que chegaram tarde; no segundo sentido, ele nos qualifica como os primeiros a chegar. (RICOEUR, 1997, p.405).

O presente, assim entendido, deixa de ser um tempo cindido nele mesmo, mas, ao contrário, embebido de uma temporalidade múltipla e heterogênea, no qual depreendemos nossas ações como sujeitos sociais e históricos. Tomado por essa forma, o presente se torna, ele mesmo, um tempo de suspensão, uma arqueologia e uma busca incessante por possibilidades irrealizadas no passado, na esperança de um futuro dinâmico e inclusivo que, quem sabe, nos conterà.

Nesse ponto, finalizando nosso percurso, a defesa do contemporâneo não deve ser entendida com a prescrição de como as pesquisas em jornalismo deveriam ser, o que nos levaria de volta à normatividade. Mas sim se trata de um gesto político de reivindicar o imperativo da força da história nas reflexões jornalísticas. Uma história, por certo, mais inclusiva, como um projeto sempre por fazer, e que nos permita pensar as problemáticas do nosso campo a partir de um presente forte, com um passado mais indeterminado, fruto de tradições vivas. Entendido sob o prisma da historicidade e do contemporâneo, o jornalismo deixa de ser um objeto delimitado a um conjunto de temas e conceitos e passa a ser um fenômeno de mediação do tempo e no tempo. Os caminhos por esse espaço de experiência fractal são muitos e variados. Esperamos que os passos delineados por essa tese possam representar uma mão estendida a percursos futuros. Ficou-nos, aqui, ainda o desejo de havermos podido entender melhor a apropriação moderna dos jornais não-metropolitanos, um questionamento mais incisivo do suposto “modelo francês” de jornalismo, uma abordagem do conceito de fato a partir de suas convenções históricas e uma visada que conseguisse ultrapassar o impresso para pensar um imbricamento entre textualidades diversas. Essas questões certamente surgem em nosso horizonte de expectativa, embebidas num forte desejo de história e na premissa ricoeuriana de que a vida não quer ser preservada, mas acrescida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRIL, Gonzalo. **Análisis crítico de textos visuales**. Madrid: Síntesis, 2007.
- ABRIL, Gonzalo. **Cortar y pegar**: la fragmentación visual en los orígenes del texto informativo. Madrid: Cátedra, 2003.
- ABREU, Alzira Alves. **A modernização da imprensa**: 1970-2000. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002
- ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando,; ROCHA, Dora. **Eles mudaram a imprensa**: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.
- ABREU, Marcia. **Os caminhos dos livros**. 2.ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012.
- ABREU, Marcia. **Cultura letrada**: literatura e leitura. São Paulo: UNESP, 2004
- ALBUQUERQUE, A.. A obrigatoriedade do diploma e a identidade jornalística no Brasil: um olhar pelas margens. **Contracampo** (UFF), v. 14, p. 71-91, 2006.
- ALBUQUERQUE, A. ; A modernização autoritária do jornalismo brasileiro. **Alceu** (PUCRJ), v. 20, p. 100-115, 2010.
- ALBUQUERQUE, A.; Gagliardi, Juliana . The copy desk and the dilemmas of the institutionalization of modern journalism in Brazil. **Journalism Studies**, v. 12, p. 80-91, 2011.
- ALBUQUERQUE, A.; ROXO, M. . As Diretrizes Curriculares de Jornalismo e o modelo cartorial de ensino universitário. **Questões Transversais**, v. 3, p. 27-35, 2015.
- ALBUQUERQUE, A.. Aconteceu num Carnaval: algumas observações sobre o mito de origem do jornalismo brasileiro moderno. **Eco** (UFRJ), v. 11, p. 95-116, 2008.
- ALBUQUERQUE, A.; ROXO, M. A. Preparados, leais e disciplinados: os jornalistas comunistas e a adaptação do modelo de jornalismo americano no Brasil. **E-Compós** (Brasília), v. 9, p. 1-30, 2007.
- ALMIRON, Núria. **Journalism in crisis**: corporate media and financialization. Cresskill: Hampton Press, 2010.
- ÁLVAREZ, Jesús y MARTÍNEZ. **Historia de la prensa hispanoamericana**. Madrid, Mapfre, 1992
- AMARAL, Luiz. **A objetividade jornalística**. Porto Alegre: Sagra-D.C. Luzzatto, 1996.
- ANDERSON, C. W. , BELL, Emily e SHIRKY, Clay – “Jornalismo pós-industrial – adaptação aos novos tempos” – Relatório para o Tow Center for Digital Journalism da Columbia Journalism School, Revista de Jornalismo – **ESPM** abril – maio – junho 2013 – tradução de Ada Felix.
- ANDRADE, Samuel. **Uma dança macabra**: vestígios e figurações da morte na formação da imprensa de Belo Horizonte. Dissertação. PPGCom UFMG, 2016.
- ANTUNES, E. **Um jornal no meio do caminho**: os arquitetos da imprensa na Belo Horizonte dos anos 20 e 30. Dissertação. Departamento de Sociologia da UFMG, 1995
- ANTUNES, E; VAZ, P. “Mídia: um halo, um aro, um elo”. In: FRANÇA, Vera. & GUIMARÃES, C. (org.). **Narrativas do cotidiano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. pp.43-60
- ANTUNES, E.. Temporalidade e produção do acontecimento jornalístico. **Em Questão** (UFRGS), v. 13, p. 25-40, 2007
- ANTUNES, E.. Acontecimento, temporalidade e a construção do sentido de atualidade no discurso jornalístico. **Contemporânea** (Salvador), v. 6, p. 1-21, 2008.
- ANTUNES, E; JAUREGUI, C; MAFRA, R. Mídia em trânsito, mídia em transe: textualização, epifania e distanciação. IN: LEAL, B. S.; CARVALHO, C. A.; ALZAMORA, G. (Org.). **Textualidades Mediáticas**. 1. ed. Barcelona: UOC, 2017.
- ARRAES, M. A. M. S.. Discursos e Imagens do Americanismo no Pós-Guerra. In: 9º Encontro Internacional da Anphlacº Encontro Internacional da Anphlac, 2010, Goiânia. **Anais do 9º Encontro Internacional da Anphlac**, 2010.

- ARRAES, M. A. M. S.. Cultura Visual e Americanismo na Mídia Brasileira. In: 9 Encontro Nacional de História da Mídia, 2013, Ouro Preto - MG. **Anais do 9 Encontro Nacional de História da Mídia**, 2013.
- AVANZA, MF. **Danton Jobim, o mediador de duas culturas**: por uma pedagogia do jornalismo. Tese apresentada na ECA-USP. 2007
- BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**. São Paulo: Martins, 1967.
- BARBOSA, M. C.. **História Cultural da Imprensa - Brasil (1900-2000)**. 1. ed. Rio de Janeiro: MAUADX, 2007.
- BARBOSA, M. C.. **História Cultural da Imprensa Brasil 1800-1900**. 1. ed. Rio de Janeiro: MAUADX, 2010.
- BARBOSA, M. C.. História do jornalismo no Brasil: um balanço conceitual. **Verso e Reverso** (São Leopoldo), v. 52, p. 1-11, 2009.
- BARBOSA, M. C; RIBEIRO, APG “Combates” por uma história da mídia e do jornalismo no Brasil. In: **Anais do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Curitiba, 4 a 7 de setembro de 2009
- BARBOSA, M. ; RIBEIRO, A. P. G. . Por uma História do Jornalismo no Brasil. In: XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2005, Rio de Janeiro. **Anais do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2005.
- BARNHURST, K.G. Contradictions in news epistemology: how modernism failed mainstream US journalism. **Media, Culture & Society**, Vol. 37(8) pp.1244–1253, 2015.
- BARRETO, Ivana. As realidades do jornalismo cultural no Brasil. **Revista Contemporânea** (UERJ), v. 7, p. 65-73, 2007.
- BARRETO, Ivana. A importância da literatura e dos cadernos culturais para a história do jornalismo brasileiro. **Alceu** (PUCRJ), v. 10, p. 101-108, 2009.
- BATES, S. **Realigning journalism with democracy**: The Hutchins Commission, its times, and ours. Washington, DC: The Annenberg Washington Program in Communications Policy Studies of Northwestern University. 1995
- BELTRÃO, L. **Iniciação à filosofia do jornalismo**. Rio de Janeiro: Agir, 1960
- BELTRÃO, Luiz. **A imprensa informativa**: (técnica da notícia e da reportagem no jornal diário). São Paulo: Folco Masucci, 1969.
- BENETTI, Marcia; JACKS, Nilda Aparecida . O discurso jornalístico. In: X Compós - Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2001, Brasília. **Anais do X Encontro Anual da Compós**, 2001.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O governo Kubitschek**: desenvolvimento econômico e estabilidade política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- BERGER, C.; TAVARES, F.M. Na notícia e para além dela: sobre o conceito de informação no jornalismo. **Informação & sociedade** (UFPB. Online), v. 20, p. 25-37, 2010
- BERGER, Christa. (Org.). MAROCCO, Beatriz (Org). **A Era Glacial do Jornalismo**: Teorias Sociais da Imprensa. Porto Alegre: Sulina, 2006.
- BERGER, Christa. (Org.). MAROCCO, Beatriz (Org). **A Era Glacial do Jornalismo**: Teorias Sociais da Imprensa 2. Porto Alegre: Sulina, 2008.
- BIAL, Pedro. **Roberto Marinho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BIRD, S. Elizabeth. **The Audience in Everyday Life**: Living in a Media World. New York: Routledge, 2003.
- BIRD, S. Elizabeth; DARDENNE, Robert. **Mito, registro e “estórias”**: explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAQUINA, Nelson (Org). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Veja, 1999.

BIROLI, F.. Técnicas de poder, disciplinas do olhar: aspectos da construção do "jornalismo moderno" no Brasil. **História** (São Paulo), v. 26, p. 6, 2007.

BLANCHARD, M. The Hutchins Commission, the press and the responsibility concept. **Journalism Monographs**, 49, pp.1-59: 1977

BLANCHARD, Margaret A. **Exporting the First Amendment**. The Press- Government Crusade of 1945-1952. New York: Longman. 1986

BRANCO, Vitorino Prata Castelo. **Curso de jornalismo**. São Paulo: Cultura, 1945.

BOND, Frank Fraser. **Introdução ao jornalismo**. Rio de Janeiro: Agir, 1959.

CAMPOS, Haroldo de. **O sequestro do barroco na formação da literatura brasileira: o caso Gregório de Mattos**. 2. ed. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1989

CÂNDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira: (momentos decisivos)**. 4. ed. São Paulo: 1975

CAPRINO, Mônica Pegurer. **Questão de estilo: o texto jornalístico e os manuais de redação**. Comunicação & Sociedade. São Bernardo do Campo: PósCom-Umesp, a. 23, n. 37, p. 105-123, 1o. sem. 2002

CARVALHO, Carlos Alberto de ; BRUCK, Mozahir Salomão. **Jornalismo: cenários e encenações**. 1. ed. São Paulo: Intermeios - Casa de Artes e Livros, 2012.

CARVALHO, Carlos Alberto de ; LEAL, Bruno Souza . É que Narciso acha feio o que não é espelho: autorreferencialidade e identidade do jornal. **Revista FAMECOS** (Online), v. 21, p. 148-164, 2014.

CASTRO, M.C et el. **Folhas do tempo: imprensa e cotidiano em Belo Horizonte: 1895-1926**. Belo Horizonte, UFMG/Associação Mineira de Imprensa/PBH, 1997

CATANI, Afrânio Mendes e OROZ, Silvia. "Indústria cinematográfica na América Latina: Um Paradigma Modernidade. In: BESSONE, Tânia M. T. E QUEIROZ & Tereza Aline P.(orgs). **América Latina: Imagens, Imaginação e Imaginário**. São Paulo: EDUSP, 1997

CHALABY, Jean K. Journalism as an Anglo-American Invention: A Comparison of the Development of French and Anglo-American Journalism, 1830s-1920s. **European Journal of Communication**, vol. 11 (3), p. 303-326. 1986.

COMMISSION ON FREEDOM OF THE PRESS. **A Free and Responsible Press**. A General Report on Mass Communication: Newspapers, Radio, Motion Pictures, Magazines, and Books. Chicago, IL: University of Chicago Press. 1947

COMISSÃO DE ESPECIALISTAS. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo**, MEC, 2009

COSTA, Cecília. **Diário Carioca: o jornal que mudou a imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011.

CRAFT, S. & DAVIS, C.N. Principles of American Journalism: An Introduction. New York, NY: Routledge, 2013

DAHLGREN, Peter. The troubling evolution of journalism. In: ZELIZER, Barbie (org.). **The changing faces of journalism: tabloidization, technology and truthiness**. New York: Routledge, 2009.

DAHLGREN, P. 'Trazando la evolución del periodismo: el horizonte de la democracia' **Infoamerica communication review**, no. 2, pp. 21-38. 2010

DAVIS, Lennard J. **Factual Fictions: the Origins of the English Novel**. Nova York. Columbia University Press, 1983

De Marco, M. A. **Historia del periodismo argentino: desde los orígenes hasta el centenario de Mayo** [en línea]. Buenos Aires: Educa, 2006

DINES, Alberto. **O papel do jornal: tendências da comunicação e do jornalismo no mundo em crise**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

DINIZ, Lidiane. Costa Rego e o Curso Pioneiro de Jornalismo da Universidade do Distrito Federal. **Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Caxias do Sul, RS – 2 a 6 de setembro de 2010

ERBOLATO, Mario L.. **Deontologia da comunicação social**. Petropolis, RJ: Vozes, 1978.

ERBOLATO, Mario L. **Técnicas de codificação em jornalismo**: redação, captação e edição no jornal diário. 5.ed. São Paulo: Ática, 2008

FERREIRA, Leonardo. **Centuries of silence**: the story of Latin American journalism. Westport: Praeger. 2006

FOLHA DE S. PAULO (JORNAL). **Novo manual da redação**.. 2. ed. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1993.

FULLER, Jack. **What is happening to news**: the information explosion and the crisis in journalism. Chicago: University of Chicago Press, 2010

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide invertida**: por uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GILLMOR, Dan. “**The End of Objectivity**,” Online, January 20, 2005. Disponível em: http://dangillmor.typepad.com/dan_gillmor_on_grassroots/2005/01/the_end_of_obje.html

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, W. S.. Verdade e Perspectiva. A Questão da Verdade e O Fato Jornalístico. **Textos de Cultura e Comunicação**, Salvador, v. 29, p. 63-83, 1993.

GOMES, W. S.. **Jornalismo, fatos e interesses**: Ensaios de teoria do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2009.

GRUPO GLOBO. **Princípios Editoriais do Grupo Globo**. 2011. Online. Disponível em <http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html#principios-editoriais>

GUERRA, J. L.. **O percurso interpretativo na produção da notícia**: verdade e relevância como parâmetros de qualidade jornalística. 1. ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2008.

GUERRA, J. L.. Notas para uma abordagem interpretativo-normativa da notícia. In: **XI Compós - Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, 2002

GUERRA, J. L.. Ensaio sobre o Jornalismo: um contraponto ao ceticismo em relação à tese da mediação jornalística. In: **Anais Congresso da Associação dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação - Compós**, 2000.

GUERRA, J. L.. Neutralidade e imparcialidade no Jornalismo: da teoria do conhecimento à teoria ética. In: **XXII Anais do XXII Congresso Brasileiro de Estudos Interdisciplinas da Comunicação**. São Paulo: Intercom, 1999.

GUERRA. **A objetividade no jornalismo**. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Faculdade de Comunicação Social da Universidade Federal da Bahia, agosto de 1998

HALLIN D.C., MANCINI P.. **Comparing Media Systems: Three Models of Media and Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004

HALLIN D.C., MANCINI P. (Orgs.). **Comparing media systems beyond the western world**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HOFMANN, Yasmine.. A Vanguarda da Modernização: A Folha de São Paulo e os mil dias que abalaram o jornalismo. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, 2013

HOHENBERG, John. **Manual de jornalismo**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

- IGLÉSIAS, Francisco. **A industrialização brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- JÁCOME, P. ; LEAL, B. S. ; MACIEL, W. . Os jornais no jornal: o Meia Hora e suas faces. **In Texto** (UFRGS. Online), v. 1, p. 58-78, 2013.
- JÁCOME, P. ; LEAL, B. S. ; MANNA, Nuno . A crise do jornalismo: o que ela afirma e o que ela esquece. **Líbero** (FACASPER), v. 17, p. 145-154, 2014.
- JÁCOME, P. **Fissuras no espelho realista do jornalismo**. Belo Horizonte, Selo PPGCom, 2015
- JÁCOME, Phellipy; LEAL, Bruno; MANNA, Nuno. Mudar para permanecer o mesmo: marcas de um discurso de autolegitimação jornalística na história. **Galáxia (PUCSP)**. No prelo 2017.
- JOBIM, Danton. French and U.S. Influences Upon the Latin American Press. **Journalism Quarterly** 31 (1), 1954, p. 61-66.
- KAPLAN, R. **Politics and the American Press: The Rise of Objectivity, 1865-1920**. Cambridge; Cambridge University Press. 2002.
- KAPLAN, R. “The Origins of Objectivity in American Journalism,” In: **The Routledge Companion to News and Journalism**, ed. Stuart Allan. New York: Routledge, 2010.
- KLOCKNER, Luciano. O Repórter Esso e a Globalização: a produção de sentido no primeiro noticiário radiofônico mundial. Anais do XXIV Congresso Brasileiro de Comunicação. Campo Grande-MS, set. 2001. São Paulo: **INTERCOM**, 2001.
- KOVACH, Bill; ROSENSTIEL. **Os elementos do jornalismo: o que o jornalistas devem saber e o público exigir**. 2. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2004.
- KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999
- KOSELLECK, Reinhart, **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro : Contraponto : Ed. PUC-Rio, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. Rio de Janeiro : Contraponto : Ed. PUC-Rio, 2014.
- LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979. 116 p.
- LAGE, Nilson. **Teoria e técnica do texto jornalístico**. Rio de Janeiro: Elsevier: Editora Campus, 2005
- LAGE, N.; FARIA, T.; RODRIGUES, S. Diário Carioca: o primeiro degrau para a modernidade. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Brasil, v. 1, n. 1, 2004.
- LANDOWSKI, Eric. **A sociedade refletida: ensaios de sociosemiótica**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Educ/Pontes, 1992.
- LATOUR, Bruno. **Jamais Fomos Modernos: ensaio sobre antropologia assimétrica**. Editora 34. 1994
- LATOUR, Bruno. **Vida de laboratório: a produção dos fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
- LATOUR, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede**. Salvador: Edufba, 2012.
- LEAL, Bruno Souza. **A produção da familiaridade e o pacto de leitura jornalístico**. Salvador: Intercom, 2002.
- LEAL, B. S.. Para além da notícia: o jornal, sua identidade, sua voz. **Revista Fronteiras** (Online), v. 11, p. 113-123, 2009.
- LEAL, B. S. ; Do texto ao discurso: as normas sem história dos manuais de telejornalismo. In: Itania Gomes. (Org.). **Análise do telejornalismo: desafios teórico-metodológicos**. 1ed.Salvador: EdUFBA, 2012, v. 1, p. 117-142.
- LEAL, B. S. ; Quando uma notícia é parte da história: as mídias informativas e a identidade narrativa. **E-Compós** (Brasília), v. 17, p. 1-17, 2014.

- LEAL, B. S.; CARVALHO, C. A. . É que narciso acha feio o que não é espelho: autorreferencialidade e identidade do jornal. **Revista FAMECOS** (Online), v. 21, p. 148-162, 2014.
- LENE, H.. O “fato jornalístico” como conceito crucial no Jornalismo e suas imbricações com “fato histórico” e “fato social”. **Eco-Pós** (Online), v. 17, p. 01-12, 2014.
- LIMA, Alceu Amoroso. **Da tribuna e da imprensa**. Petropolis: Ed. Vozes, 1935
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. **O problema da imprensa**. 3. ed. rev. São Paulo: EDUSP: Com-Arte, 1997.
- LIPPMANN, W. ‘Two Revolutions in the American Press’. **Yale Review**. Pp. 433–41. 1931
- LIPPMANN, **Liberty and the News** (Princeton Univ. Press), 2007
- LIPPMANN, W; MERZ C. A test of the news. **New Republic**, Supplement, August. 1920.
- LOPES, Fernanda L. **Jornalista por canudo: o diploma e o curso superior na construção da identidade jornalística**. Tese apresentada junto à Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.
- MACHADO, E. . Dos estudos do jornalismo às Teorias do Jornalismo: três pressupostos para a consolidação do jornalismo como campo de conhecimento. **E-Compós** (Brasília), Brasília, v. 1, 2004.
- MACHADO, E. Metodologias de Pesquisa em Jornalismo: uma revisão histórica e perspectivas para a produção de manuais de orientação. **Brazilian Journalism Research** (Impresso), v. 6, p. 10-28, 2010.
- MANNA, Nuno. **Jornalismo e o espírito intempestivo: fantasmas da mediação jornalística da história, na história**. Belo Horizonte: PPGCom UFMG, 2016
- MARCONDES FILHO, C.J.R., org. **Imprensa e capitalismo**. São Paulo, Kairos, 1984.
- MARTIN BARBERO, Jesús. **El oficio del cartógrafo**. Travesías latinoamericanas de la comunicación en la cultura. Santiago: CFE, 2002.
- MARTINS, B. G.. A positividade do atraso: o papel da voz na história da imprensa brasileira. In: 9o Encontro Nacional de História da Mídia, 2013, Ouro Preto. **Anais do 9o Encontro Nacional de História da Mídia**, 2013.
- MARTINUZZO, J. A.; AL., J. A. M. E. (Org.). **Impressões Capixabas - 165 anos de jornalismo no Espírito Santo**. 1. ed. Vitória - ES: Imprensa Oficial do ES, 2005.
- MARTINUZZO, J. A.. Quase 200 - **A imprensa na história capixaba**. 1. ed. Vitória: Imprensa Oficial do Estado do Espírito Santo, 2009.
- MEDINA, Cremilda de Araujo. **Notícia: um produto a venda: Jornalismo na sociedade urbana e industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
- MEDINA, Cremilda de Araujo. **Profissão jornalista: responsabilidade social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- MEDINA, Cremilda de Araujo. **A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano**. São Paulo: Summus, 2003.
- MEDITSCH, E. B. V.. Ciespal: progreso y problema del comunicologo. **Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación**, Quito, n.67, p. 70-74, 1999.
- MEDITSCH, E. B. V.. O jornalismo é uma forma de conhecimento?. **Media & Jornalismo**, Cascais/Coimbra, v. 1, n.1, p. 9-22, 2002.
- MEDITSCH, E. B. V.. Defeated profession, illegitimate discipline: it is time to understand the journalistic field institutionalization. **Brazilian Journalism Research** , v. 6, p. 90-103, 2010.
- MEDITSCH, E. B. V.. As diretrizes críticas e a crítica das Diretrizes: o “conflito das faculdades” na área acadêmica de Comunicação. **Questões transversais: revista de epistemologias da comunicação**, v. 3, p. 22-26, 2015.
- MELLADO, Claudia: “Elementos compartidos por el periodismo en Latinoamérica: Revisión de cinco décadas y propuesta de un modelo de análisis”, en **Revista Comunicar**, 33(17), pp.193-201. 2009

- MELLADO, Claudia. La influencia de CIESPAL en la formación del periodista latinoamericano. Una revisión crítica. **Estudios sobre el mensaje periodístico** 16: 307-318. 2010
- Robert W. McChesney ; Victor Pickard (Eds.), **Will The Last Reporter Please Turn Out The Lights?** The Collapse of Journalism and What Can Be Done To Fix It., New York: The New Press, 2011
- MCCHESENEY RW, NICHOLS J. **The Death and Life of American Journalism: The Media Revolution that Will Begin the World Again.** New York: Nation Books. 2010
- MELO, Jose Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro.** 2. ed., rev. Petrópolis, (RJ): Vozes, 1994
- MELO, José Marques de. **História social da imprensa:** fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- MELO, Jose Marques de. **A esfinge midiática.** São Paulo: Paulus, 2004.
- MELO, Jose Marques de. **O Campo da comunicação no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- MELO, Jose Marques de. **Estudos de jornalismo comparado.** São Paulo: Pioneira, 1972.
- MELO, Jose Marques de. **Jornalismo brasileiro.** Porto Alegre: Sulina, 2003.
- MELO, Jose Marques. **Sociologia da imprensa brasileira:** a implantação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.
- MARQUES DE MELO, José. 1993: “La atracción fatal de la universidad y la industria”, en **Chasqui**, 44, pp. 36-42.
- MEYER, Philip. **Os jornais podem desaparecer?** Como salvar o jornalismo na era da informação. São Paulo: Contexto, 2007.
- MOLINA, Matías M. **Os melhores jornais do mundo:** uma visão da imprensa internacional. 2.ed. e atual. São Paulo: Globo, 2008
- MOLINA, Matías. **História dos Jornais no Brasil:** Da Era Colonial à Regência (1500-1840). Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2015.
- MORAIS, Fernando. **Chato: o rei do Brasil.** 2. ed. 2. reimp. São Paulo: Companhia das Letras
- MOUILLAUD, M. (Maurice).; PORTO, Sérgio Dayrell. **O Jornal:** da forma ao sentido. Brasília: Ed. Unb, 2002
- MOURA, Gerson. **Tio Sam chega ao Brasil:** a penetração cultural americana. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- MOURA, Maria Betânia. **Por uma teoria do formato jornalístico:** reflexões sobre o jornal como sujeito semiótico. Belo Horizonte: Tese de doutoramento, 2010.
- MOREL, M. Os primeiros passos da palavra impressa. In: LUCA; MARTINS. **História da imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2008.
- NAPP, Guillermo. **Para la historia del periodismo:** el primer congreso panamericano de periodistas. Buenos Aires: El Cronista Comercial, 1987.
- NERONE, J. ‘The Mythology of the Penny Press.’ **Critical Studies in Mass Communication** 4:4 1987
- NERONE, J. The journalism tradition. In: Eadie WF (ed.) **21st Century Communication: A Reference Handbook.** Beverly Hills, CA: Sage, pp. 31–38. 2009
- NERONE, J. “The Historical Roots of the Normative Model of Journalism,” **Journalism** 14:4. 2013: pp. 446-58
- NERONE, J; BARNHURST, K. **The Form of the News:** A History. New York: Guilford Press, 2001
- NERONE, J. Journalism's Crisis of Hegemony, Javnost - **The Public**, 22:4, 313-327, 2015
- NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário.** São Paulo: Contexto, 2008.
- North, Simon D. **History and Present Condition of the Newspaper and Periodical Press of the United States: With a Catalogue of the Publications of the Census Year.** Washington, D.C.: Government Printing Office, 1884.

North, Simon D. *A Century of Population Growth: From the First Census of the United States to the Twelfth, 1790-1900*. Washington, D.C.: Government Printing Office, 1909.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PARK, Robert. The Natural History of the Newspaper American. *Journal of Sociology* Vol. 29, No. 3 Nov., 1923, pp. 273-289

PINHEIRO JUNIOR, José Alves. *A Última Hora (como ela era): história e lenda de uma convulsão jornalística contada por um atuante repórter do jornal de Samuel Wainer*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

PIZA, Daniel. *Jornalismo Cultural*. São Paulo: Contexto, 2003.

PONTE, Cristina. *Para entender as notícias – linhas de análise do discurso*. Florianópolis: Insular, 2005.

PONTES, Felipe Simão. *Adelmo Genro Filho e a teoria do jornalismo no Brasil: uma análise crítica*. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2015.

POZUELO YVANCOS, José María: *Poética de la Ficción*, Madrid : Síntesis, D.L. 1993

POOVEY, Mary. *A history of the modern fact: problems of knowledge in the sciences of wealth and society*. Chicago: University of Chicago Press, 1998.

POZUELO-YVANCOS, José María: *Poética de la Ficción*, Madrid : Síntesis, D.L. 1993

RÊGO, Ana Regina. Imprensa piauiense - entre a literatura e a política. In: **VI Congresso Nacional da História da Mídia**, Niterói –RJ, 2008

RÊGO, Ana Regina; OLIVEIRA, T. V.; Surgimento do Jornalismo Cultural no Piauí: indícios nas páginas de O Correio (1901) e O Artista (1902). In: **III Encontro Nordeste de História da Mídia**, São Luís, 2014

RODGERS, R.R. The problems of journalism: An annotated bibliography of press criticism in Editor & Publisher, 1901-1923. *Media History Monographs*, 9(2), 1-40, 2007

RODRIGUES, Adriano Duarte. *Comunicação e cultura*. Lisboa: Presença, 1994.

RIBEIRO, A. P. G.. Memória de Jornalista: um estudo sobre o conceito de objetividade nos relatos dos homens da imprensa dos anos 50. In: **XI Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS)**, 2002

RIBEIRO, A. P. G. . *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50*. Rio de Janeiro: E-papers, 2006.

RIBEIRO, APG. Nelson Werneck Sodré e a história da imprensa no Brasil. *Intercom* (São Paulo. Online), v. 38, p. 275-288, 2015.

RICOEUR, Paul. *O si-mesmo como um outro*. Trad. Luci Moreira Cesar. Campinas: Papirus, 1991.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa. Tomo I*. Campinas: Papirus, 1994.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa. Tomo II*. Campinas: Papirus, 1995.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa. Tomo III*. Campinas: Papirus, 1997.

RIZZINI, Carlos. *O ensino do jornalismo*. Rio de Janeiro: 1953.

RIZZINI, Carlos. *O jornalismo antes da tipografia*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1968.

RODGERS, Ronald R. The Problems of Journalism: An Annotated Bibliography Of Press Criticism in Editor & Publisher, 1901-1923. *Media History Monographs* 9:2, 2007.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e histórias*. Lisboa: Vega, 1993.

RODRIGUES, Nelson. *O reacionário. Memórias e Confissões*. Rio de Janeiro: Record, 1977.

ROMANCINI ; LAGO, Cláudia . *História do Jornalismo no Brasil*. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2007.

ROSEN, J. «Para além da objectividade», **Revista de Comunicação e Linguagens** («Jornalismo 2000»), n.º 27, Lisboa, 2003.

ROSEN, J. **The View from Nowhere**. 2003. Disponível em: <http://archive.pressthink.org/2003/09/18/jennings.html> Acesso em 02/12/2015

ROXO, M. A.. Jornalistas, o Sindicato e a Política. In: Antônio Hohlfeldt; Marialva Barbosa. (Org.). **Jornalismo no Século XXI - A Cidadania**. 1ed.Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002, v. , p. 175-198.

ROXO, M. A. R.. Jornalistas: o sindicato e o dilema entre a militância e o profissionalismo. In: 11º Compós - **Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação**, Rio de Janeiro, 2002.

SACRAMENTO, Igor ; RIBEIRO, A. P. Goulart ; ROXO, M. A.. . Os comunistas na imprensa carioca moderna: cooptação ou infiltração?. In: Eduardo Granja Coutinho e Márcio Souza Gonçalves. (Org.). **Letra Impressa: comunicação, cultura e sociedade**. Porto Alegre: Sulina, 2009, pp. 153-174

SAER, Juan José. **El concepto de ficción**, Buenos Aires, Ariel, 1997.

SAFATLE, Vladimir. **Cinismo e falência da crítica**. São Paulo: Boitempo, 2008.

SANT'ANNA, Lourival. **O destino do jornal**: a Folha de S.Paulo, O Globo e O Estado de S.Paulo na sociedade da informação. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SCHLESINGER, Philip. Is there a crisis in British journalism? **Media Culture Society**. vol. 28 no. 2, Mar.2006 pp. 299-307

SCHILLER, D. **Objectivity and the News**: The Public and the Rise of Commercial Journalism. University of Pennsylvania Press. 1981.

SCHUDSON, M. **Discovering the News**: A Social History of American Newspapers. New York: Basic Books. 1978.

SCHUDSON, M. "Lippmann and the News" [from **THE NATION**, December 31, 2007] <http://www.thenation.com/article/lippmann-and-news/>

SCHUDSON, M. **Descobrimos a notícia**. Uma história social do jornais nos Estados Unidos. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2010.

SCHUDSON, M. The objectivity norm in American journalism. **Journalism** 2 (2), 2001, p.149-170

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Mil dias: os bastidores da revolução em um grande jornal**. São Paulo: Trajetória Cultural, 1988.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **O adiantado da hora**: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro. São Paulo: Summus, 1991.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Prefácio. In: Molina, Matías. **História dos jornais no Brasil: Da era colonial à Regência** (1500-1840) — 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2015

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1966

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato**: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis, (RJ): Vozes, 2009.

SOUSA, Jorge Pedro. **Uma história breve do jornalismo no Ocidente**. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2008.

SOUZA, Pompeu de. "A Chegada do Lead no Brasil". In **Revista da Comunicação**. Ano 4, n.7, 1988.

SPONHOLZ, L.. Quando objetividade não é objectivity. Os princípios do jornalismo brasileiro e suas consequências. **Anuário Internacional de Comunicação Lusófona**, v. 5, p. 10, 2008

SPONHOLZ, L.. O que é mesmo um fato? Conceitos e consequências para o jornalismo. **Galáxia** (PUCSP), v. 18, p. 56-69, 2009

- STARR, Paul. An unexpected crisis: The News Media In Postindustrial Democracies”, **International Journal of Press/Politics**. Abril 2012. p 1-9.
- TOTA, Antonio Pedro. **O Imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- TUCHMAN, Gaye. **Making News: a study in the construction of reality**. New York: Free Press, 1978.
- TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo, (RS): Ed. Unisinos, 2002.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: volume I: Porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2005a
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: volume II : a tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005b.
- TRAVANCAS, Isabel Siqueira. **O mundo dos jornalistas**. São Paulo: Summus, 1992.
- VIEIRA, I.. Caderno B: considerações sobre o precursor do moderno jornalismo cultural brasileiro. In: Paixão, Fernanda. (Org.). **Linguagem, Cultura, Reportagem - Uma abordagem sobre publicações, autoria e subjetividade no jornalismo brasileiro**. 1ed. RIO DE JANEIRO: Sopa, 2014
- VIEIRA, I. Jornal do Brasil, a marca da tradição da vanguarda. In: XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação Intercom, 2016, São Paulo. **Anais XXXIX Congresso Intercom**, 2016.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. ; Os Pronomes Cosmológicos e O Perspectivismo Ameríndio. **Mana** (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 2, n.2, p. 115-144, 1996.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. ; **A inconstância da alma selvagem** (e outros ensaios de antropologia). São Paulo: Cosac & Naify, 2002.
- VIZEU, A.. Primeiro manual da redação do País. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 12 - 12, 25 jul. 2007.
- VIZEU, A.. Gilberto Freyre e os manuais de redação. **Comunicação & Sociedade**, v. 50, p. 163-177, 2008.
- VIZEU, A.; SANTANA, Adriana. O lugar de referência e o rigor do método no Jornalismo: algumas considerações. **In Texto** (UFRGS. Online), v. 1, p. 38-48, 2010.
- WAINER, Samuel. **Minha razão de viver: memórias de um reporter**. 11 ed. Rio de Janeiro: Record, 1988
- WEBER, Maria Helena. **Comunicação e Espetáculos da Política**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS. 2000.
- WHITE, Hayden. **El contenido de la forma**. Narrativa, discurso y representación histórica. Barcelona, Paidós, 1992.
- WIEBE, Robert H. **The search for order, 1877-1920**. New York: Hill & Wang, 1967
- WILSON, C. **The Labor of words**, Literary professionalism in the Progressive Era. Athens: University of Georgia Press, 1985
- WOLF, Mauro. **Teorias da comunicacao**. Lisboa: Presenca, 1987.
- YOUNG, Sally. The Journalism “crisis”: is Australia immune or just ahead of its time? **Journalism Studies**,. vol. 11, no. 4, Março, 2010 p 610-624.
- ZELIZER, Barbie (org.). Why journalism's changing faces matter. In: ZELIZER, Barbie (org.). **The changing faces of journalism: tabloidization, technology and truthyness**. New York: Routledge, 2009. p 1-10
- ZELIZER, Barbie (org.). **Explorations in communication and history**. New York: Routledge, 2008

Referências em jornais citados na tese:

A Batalha

“Cadeira de jornalismo” 28/05/1938. Caderno Único, p.6

A Manhã

“O Congresso de Jornalismo”. 06/04/1926. Caderno Único, p.3

“Sobre o jornalismo moderno”. 10/02/1926. Suplemento de S. Paulo, p.1

“Bacillus virgula”. 18/02/1926. Caderno Único, p.3

A Notícia

“A imprensa no novo palácio”. 23/02/1897. Caderno Único. Capa.

Correio da Manhã

“Um grande melhoramento”. 18/04/1906. Capa

“A propósito de um congresso de jornalistas”. 1º/12/1925. Caderno Único, p.4

“Um congresso de escritores”. 22/02/1945. Caderno Único, p.4

“Jornalismo moderno”. 11/08/1959. 2º Caderno, p.13

Diário Carioca

“Ano Novo, Vida Nova”. 01/01/1950. Capa

“O velho e o novo Diário Carioca”. 01/01/1950. Caderno Especial

“Reflexões sobre jornalismo”. 01/01/1950. Geral, p.6

“O primeiro parágrafo”. 04/08/1945. “Cartas a um foca”, p.4

“Elementos da notícia”. 07/08/1945. “Cartas a um foca”, p.4

“A arte de opinar”. 08/08/1945. “Cartas a um foca”, p.4

“Ser exato e poupado”. 09/08/1945. “Cartas a um foca”, p.4

“Primeiro a concisão”. 10/08/1945. “Cartas a um foca”, p.4

“Que é notícia”. 11/08/1945. “Cartas a um foca”, p.4

“5 em 1. Novo Diário Carioca”. 25/05/1950. 2º seção, p.2

“Uma nova Fase”, 28/05/1950. Geral, p.3

“Toda gente leu o Diário Carioca”. 30/05/1950. Capa.

“Asas para as formigas”, 14/05/1932. Capa

“Escola de focas”. 09/03/1948. Capa

Diário de Notícias

“Onde estão os ensaístas”. 12/04/1959. Suplemento Literário, p.3

Estado de S. Paulo

“Correio da Manhã”. 05/11/1903. Geral, p.3

“O que muda e o que permanece”. 14/03/2010. Caderno especial.

“Jornalismo, alma e rigor” 02/02/2015. Opinião, p.2

“Inaceitável regulamentação”. 23/09/1969. Primeiro Caderno, p.3

Folha de Manhã

“A imprensa norte-americana e a sua liberdade”. 08/07/1947. Caderno Único, p.4

“1º Congresso Pan-Americano de Jornalistas”. 18/11/1925. Caderno Único, p.2

“Primeiro Congresso Pan-Americano de Jornalistas”. 14/02/1926. Caderno Único, p.5

“O Jornalismo Americano”. 31/08/1927. Caderno Único, p.5

“Semanatographo”. 22/05/1932. Caderno Único, p.6

“A propósito de um curso livre de jornalismo”. 05/10/1944. Primeira seção, p.1

“Uma defesa indispensável”. 15/10/1944, p.24

Folha da Noite

“Jornalismo Moderno”. 02/01/1927. Caderno Único, p.3

“Imprensa Paulista”. 02/01/1927. Caderno Único, p.3

“Cahiu e amassou o nariz”. 02/01/1927. Caderno Único, p.3

“Blenogharria”. 02/01/1927. Caderno Único, p.3

“Quêda accidental”. 02/01/1927. Caderno Único, p.3

“O Congresso de Washington e os intrusos do jornalismo”. 08/04/1926. Matéria de capa.

“A criação de uma escola de jornalismo”. 16/05/1932. Matéria de capa.
 “Jornalismo”. 17/05/1932. Caderno Único, p.2

Folha de S. Paulo

“1975”. 31/12/1974. Caderno especial “Folha 1975”
 “Um jornalismo moderno e necessário”. 27/07/1985. Ilustrada, p.41

Gazeta de Notícias

“Commentario”. 23/06/1939. Caderno Único, p.2
 “O título de jornalista”. 27/09/1938. Ineditoriais e Commentarios, p.3

O Globo

“Jornalismo, alma e rigor”. 02/02/2015. Opinião, p.15

O Imparcial

“Focas e dromedários de beca” 06/12/1941. Caderno Único, p.2

O Jornal

“O jornalismo na América” 10/04/1926. Caderno Único, p.2
 “O curso de jornalismo da Faculdade de Filosofia I” 12/10/1952. Revista, p.1
 “Você pode, agora, ser jornalista”. 23/08/1959, Caderno de Anúncios. p.4

Jornal do Brasil

“O novo serviço telegráfico do ‘Jornal do Brasil’”, 03/04/1919. Geral, p.6
 “Morreu instantaneamente o gato ao morder o menor”. 08/06/1955. 2º Caderno, p.3
 “Fases de um jornal”. 10/04/1956. 1º Caderno, p.5
 “Prêmio Esso terminará com males da ditadura. 06/10/1957, 1º Caderno, p.4
 “Nova rotativa já instalada”. 11/05/1958. 1º Caderno, p.4
 “2,15 de ontem: rodou a nova Hoe do Jornal do Brasil. 12/05/1958. 1º Caderno, p.13
 “O desemprego do poeta” 04/11/1961. Suplemento Dominical, p.4
 “Pergunte ao João”. 14/10/1962. Revista de Domingo, p.6
 “Pergunte ao João”. 02/09/1962. Revista de Domingo, p.6
 “Copy-desk no Brasil”. 16/09/1962. Pergunte ao João, p.67
 “O repórter, esse vaidoso” 20/09/1962. Caderno B, p.1

O Paiz

“O Primeiro Congresso Pan-Americano de Jornalistas. 1º/01/1925. Capa.

Tribuna da Imprensa

“Afiml começamos”. 27/12/1949. Capa
 “A nação exige os nomes dos assassinos”. 05/08/1954. Capa
 “A última esperança dos gregórios”. 23/01/1955. Opinião, p.4
 “Regras no DC” 22-23/03/1952. Sociais, p.5

New York Times

“Commission to Make 2-Year Study Of All Phases of Press Freedom”. 29/02/1944, p.11
 “Repudation has win”. 09/07/1896. Parte 1, p.1
 “Non-partisan report”. 29/09/1920, s/p

Chicago Tribune

““A free press’(Hitler Style) sought for us”. 27/03/1947. Geral, p.38

The Journalist

“One cent journalism”. 22/03/1884. Caderno Único, p.7
 “Circulation and Advertising”. 06/04/1884. Caderno único, p.6
 “Cutting Bills”. 05/04/1884. Caderno Único, p.6
 “Hints to the jornalists”. 22/03/1884. Caderno Único, p.2